

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARINA MARIA DE LIRA ROCHA

**“UMA ONDA DE LAMA E SANGUE AMEAÇA
COBRIR A REPÚBLICA”:**

**Os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho 1975-
março 1976)**

Niterói

2011

MARINA MARIA DE LIRA ROCHA

**“UMA ONDA DE LAMA E SANGUE AMEAÇA
COBRIR A REPÚBLICA”:**

**Os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho 1975-
março 1976)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF, como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Norberto Ferreras

Niterói

2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

R672 Rocha, Marina Maria de Lira.

“Uma onda de lama e sangue ameaça cobrir a República”: os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho 1975-março 1976) / Marina Maria de Lira Rocha. – 2011.

207 f. ; il.

Orientador: Norberto Osvaldo Ferreras.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

Bibliografia: f. 201-207.

1. Argentina; política e governo. 2. Violência. 3. Repressão (Política). I. Ferreras, Norberto Osvaldo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

“UMA ONDA DE LAMA E SANGUE AMEAÇA COBRIR A REPÚBLICA”: Os discursos sobre a violência no governo de Isabelita Perón (junho 1975- março 1976)

(Marina Maria de Lira Rocha)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Norberto Ferreras (UFF)

Orientador

Prof. Dr. Samantha Viz Quadrat (UFF)

Prof. Dr. Maria Paula Nascimento Araújo (UFRJ)

SUPLENTE

Prof. Dr. Denise Rollemberg Cruz (UFF)

Niterói

2011

AGRADECIMENTOS

Dedico um primeiro agradecimento sem tamanho à minha família que, com tantas idas e vindas, tantas separações, me fez conviver com este tema. À minha mãe, Iracilda, brava companheira de todos os dias. Ao meu pai, Rafael, que me abriu inúmeras portas. À minha irmã, Bárbara, e primas, Helena e Luisa, pelos dias e noites de convívio. Aos meus avós, que tanto me inspiraram com suas histórias de vida contadas nas intensas reuniões familiares.

Deste lado da fronteira.

Aos amigos que desde a infância me acompanharam, Débora Accorsi e Antonio K.Valo. Vivemos tantas experiências juntos desde o jardim de infância! Quem diria que iríamos crescer assim? O tempo passou, meus queridos amigos, e nós sobrevivemos juntos.

Aos amigos da graduação Carine Rocha e Leandro Felipe (somos poucos, mas somos bons). Àquelas que me mostraram alegria afora dos portões universitários: Talita Nunes, Andrea Prestes e Fernanda Nascimento.

Aos “novos” amigos do mestrado, Wallace Guedes, Gabriel Marinho e Natalia Guerellus – voltem logo, pois aqui se sente saudades! Aos “velhos” amigos do mestrado, Julia Bianchi e Giordano Bruno, agradeço pela amizade tão dedicada e pelo tempo que compartilhamos.

Obrigada à “Comunidade Latina” moradora do Rio de Janeiro que abriu suas casas e os meus olhos para suas vidas, agora contadas em um maravilhoso portunhol. À minha querida Pilar Cabanza pelos encontros de estudos e terapias, desculpas para nos vermos sempre. Sorte minha haver te conhecido!

Ao professor Norberto Ferreras que me recebeu nessa empreitada, me mostrou caminhos e me ajudou a percorrê-los. Obrigada pela dedicação que tornou tal escrita tão prazerosa e feliz!

À professora Beatriz Kushnir, tão incentivadora. Obrigada por acreditar!

Às professoras da Banca, Samantha Viz Quadrat e Maria Paula Nascimento Araújo, que vivenciaram o meio deste trabalho e me ajudaram a achar seu fim, com críticas, elogios e sugestões para estas páginas.

Ao pessoal do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, principalmente aqueles da secretaria (Silvana, Inez, Devid, Roberto, Haydée), que, sempre presentes, me ajudaram nas inúmeras dúvidas que existiram até o último segundo e a última página.

À CAPES pelo financiamento que me permitiu os deslocamentos e tornar este trabalho realidade.

Aos amigos do outro lado da fronteira.

À Florencia (linda Flor, “amiga del alma”) e à família Martorelli que cresceu nesses anos. Acompanho de longe suas alegrias. Bem-Vindo, Lulo!

A todos do Augur, especialmente Mathias Giovanni, Jackie Hoyos, Juan Currea, Karen Chía, Lucía Gambetta, Laura Naranjo, Cheng Rong e Sergio Rizzo. Formamos uma maravilhosa família quando a distância nos deixou sozinhos. Lindo ter vocês por perto. Obrigada pelo carinho e por sempre aguardarem meu retorno ao lar!

Ao pessoal da Biblioteca Nacional de Buenos Aires que me ajudou a desvendar um pouco de seu país. Marco Xicartz pelos longos discursos e jantares que sempre resultaram em desfalques na sua estante de livros, recebidos como presentes com imensa gratidão.

A tantos que conheci pelos caminhos acadêmicos, brasileiro e argentino, pelos aceites em seminários e as discussões promovidas naqueles espaços que tanto me ajudaram a desenvolver essa escrita. Christian Dodaro, Gustavo Guevara, Vera Carnovale e todos do Seminário “Problemas Latinoamericanos” pelos avisos de acontecimentos no mundo das universidades argentinas e os debates ali propiciados.

Aos primeiros leitores deste texto que possuíam outras visões e muitas opiniões. Pedro Capra, Jussara Benassuly e meus pais. Quem disse que opinião de pais não conta? Obrigada pelo apoio!

Aos amores e nossas despedidas.

Na esperança de novos desafios...

RESUMO

O presente trabalho analisa os discursos sobre a violência, seu aprofundamento e naturalização, durante os meses de junho de 1975 a março de 1976 na Argentina. No governo de Isabelita Perón, o país convivia com os desaparecimentos de pessoas, com as prisões e seqüestros, com os cadáveres abandonados nas ruas, com os assassinatos cometidos por diversas organizações, com a censura e as proscricões. As expressões da violência – levadas, por um lado, pelas guerrilhas rurais e urbanas e, por outro, pelas repressões clandestinas e legalizadas – faziam parte deste ambiente ainda democrático e estabelecia as noções de inimigos e seus enfrentamentos. Lendo os discursos publicados nas Solicitadas dos jornais *La Nación*, *Clarín* e *La Opinión*, analisamos as concepções da violência, produzida simbolicamente pela escrita, suas distintas interpretações naquele espaço e os sentidos que as palavras que designavam a violência tomavam forma em cada discurso.

PALAVRAS-CHAVE

Argentina; Violência; Peronismo; Repressão

RESUMEN:

El presente trabajo analiza los discursos sobre la violencia, su profundización y naturalización, durante los meses entre junio del año 1975 y marzo del 1976 en Argentina. En el gobierno de Isabelita Perón, el país convivía con los desaparecimientos de personas, con los encarcelamientos y secuestros, con los cuerpos tirados en las calles, con los asesinatos cometidos por diversas organizaciones, con la censura y las proscriciones. Las expresiones de la violencia – llevadas, por un lado, por las guerrillas rurales y urbanas, y, por otro, por las represiones clandestinas y legalizadas – hacían parte de ese ambiente todavía democrático e establecía las nociones de enemigos y sus enfrentamientos. Leyendo los discursos publicados en las Solicitadas de los periódicos *La Nación*, *Clarín* y *La Opinión*, analizamos las concepciones de la violencia, producida simbólicamente por la escrita, sus distintas interpretaciones en aquel espacio y los sentidos que las palabras que designaban la violencia tomaban forma en cada discurso.

PALABRAS-CLAVES:

Argentina; Violencia; Peronismo; Represión

ABSTRACT

This study examines the discourses about violence, its developing and naturalization, during the months from June 1975 to March 1976 in Argentina. In the government of Isabelita Perón, the country lived with the disappearances, with arrests and kidnappings, with the corpses abandoned on the streets, with murders committed by several organizations, with censorship and proscriptions. The expressions of violence – carried, on the one hand, by rural and urban guerrillas, and, on the other hand, by clandestine and legalized repression – were part of this democratic environment and established notions of enemies and their confrontation. Reading the speeches published in *Solicitudes* in the newspapers (*La Nación*, *La Opinión* and *Clarín*), it analyzes the concepts of violence, produced symbolically in writings, their different interpretations and meanings that the words designating the violence took shape in every speech.

KEYWORDS

Argentina; Violence; Peronism; Repression

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AAA** – Triple A (Alianza Anticomunista Argentina)
- ANCLA** – Agencia de Noticias Clandestinas
- APDH** – Asamblea Permanente de Derechos Humanos
- ATE** - Asociación Trabajadores del Estado
- BN** – Biblioteca Nacional de Buenos Aires
- CCD** – Centro Clandestino de Detenção
- CeDIInCI** – Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en la Argentina
- CGE** – Confederación General Económica
- CGT** – Confederación General del Trabajo
- CGT de la Argentina** - Confederación General del Trabajo de la Argentina
- CN** – Condução Nacional dos Montoneros
- CoNaDeP** - Comisión Nacional de Desaparición de Personas
- EGP** – Ejército Guerrillero del Pueblo
- ERP** – Ejército Revolucionario del Pueblo
- ERP-22** – Ejército Revolucionario del Pueblo – 22 de Agosto
- ESMA** – Escuela Superior de Mecánica de la Armada
- FAP** – Fuerzas Armadas Peronistas
- FAP-17** – Fuerzas Armadas Peronistas 17 de Octubre
- FAR** – Fuerzas Armadas Revolucionarias
- FREJULI** – Frente Justicialista de Liberación Nacional
- GAN** – Gran Acuerdo Nacional
- JC** – Juventud Comunista
- MID** – Movimiento de Integración y Desarrollo
- MPA** – Movimiento Peronista Auténtico
- PA** – Partido Auténtico
- PPA** – Partido Peronista Auténtico
- PB** – Peronismo de Base
- PCR** – Partido Comunista Revolucionario

PRT – Partido Revolucionario de los Trabajadores

RH – Robos y Hurtos

SMATA - Sindicato de Mécanicos y Afines del Automotor

SUPE - Sindicato de Empleados Públicos

UBA – Universidad de Buenos Aires

UC – Unión Cívica

UCR – Unión Cívica Radical

UOM – Unión Obrera Metalúrgica

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E ANEXOS

FIGURA 1: Solicitada das *62 Organizaciones Peronistas* publicada no *Clarín* em 09 de agosto de 1975 – p.15

FIGURA 2: Solicitada das *62 Organizaciones Peronistas* publicada no *La Nación* em 09 de agosto de 1975 – p.16

FIGURA 3: Solicitada da ATE publicada no *Clarín* em 12 de novembro de 1975 – p.17

FIGURA 4: Solicitada da *Vanguardia Comunista* publicada no *La Opinión*, em 25 de setembro de 1975 – p.18

FIGURA 5: Quadro retirado de Quiroga (2004), pp.37-38 – pp.48-49

FIGURA 6: Exemplar do periódico *Las Bases* - p.98

FIGURA 7: Quadro dos setores produtivos em conflito – p.111

FIGURA 8: Organização dos *Montoneros* em 1975 – p.131

GRÁFICOS 1, 2, 3: Gráficos elaborados com dados da pesquisa realizada na Biblioteca Nacional de Buenos Aires – pp.20-21

GRÁFICO 4: Números de Solicitadas por mês elaborado a partir de dados da pesquisa realizada na Biblioteca Nacional de Buenos Aires – p.22

GRÁFICO 5: Números de Solicitadas por jornal sobre o tema da violência – p.23

ANEXO 1: Jornal *La Nación* de 24/03/1976 – p.195

ANEXO 2: Timerman e *La Opinión* – p.196

ANEXO 3: Ernestina Herrera de Noble e seus dois filhos – p.72

ANEXO 4: Família Lanuscou – p.197

ANEXO 5: Ernesto García e María del Carmen Gualdero – p.197

ANEXO 6: O casal Perón – p.198

ANEXO 7: O “trio peronista” (Perón, Isabel, Evita) – p.198

ANEXO 8: Isabel Perón – p.198

ANEXO 9: López Rega (*El Brujo*) –p.198

ANEXO 10: *Triple A* – p.199

ANEXO 11: Os cadáveres pelas ruas – p.199

“viendo a Remedios, la bella, que le decía adiós con la mano, entre el deslumbrante aleteo de las sábanas, que subían con ella, que abandonaban con ella el aire de los escarabajos y las dalias, y pasaban con ella a través del aire donde terminaban las cuatro de la tarde, y se perdieron con ella para siempre en los altos aires donde no podían alcanzarla ni los más altos pájaros de la memoria”.¹

À minha avó que voou em uma triste primavera.

¹ MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cien años de soledad*. Espanha: Asociación de Academias de Lengua Española, 2007. p.272.

Cuando Alexander von Humboldt investigó las costumbres de los antiguos habitantes indígenas de las mesetas de Bogotá, supo que los indios llamaban quihica a las víctimas de las ceremonias rituales. Quihica significa puerta: la muerte de cada elegido abría un nuevo ciclo de ciento ochenta y cinco lunas.²

Cuando yo te escribí esto llevaría yo tu a mi vientre, pero igual te sentíamos. Tu papa, tu mama, ojalá que los conozca y lo tenga siempre. Porque uno sabe que luchamos por el pueblo y no tenemos garantías. Es un hombre como pocos. Un amor que no se puede medir. Dentro de él, estábamos nuestro pueblo, tu y yo. Ojalá que posamos te llevar por las manos, reír con tus caritas, nos preocuparnos con tu llanto, desvelarnos por la noche para colgarlo en nuestros brazos. Porque vos es el fruto de nuestro amor que es infinito. Si lo pierdes cuando sea, pequeñito, él igual va estar presente en mis recuerdos. Ojalá sea como él, con esos ojos que muestran la calma, con una boca que dame amor, cariño y comprensión, con un corazón que siente y que sufre por los demás. Si lo pierdo, la mitad de mi vida se va a morir. Si yo tengo que cair solo pido a la causa que me permita generarte y que puedas nacer. Así que tengas un compañero que lo acompañes a su angustia. Y si te quedas solito, sin tu papa y tu mama, nuestros amigos te cuidarán, te darán y te enseñarán a luchar. Quiero que sea sencillo y que algún día te enamore por una chica honesta, que la quiera como yo a papa y papa a mí. ¿Sabes que sos la esperanza de la nueva sociedad, de un sistema justo? Si nos pierdes a los dos, te dejamos como herencia amor, un espíritu de lucha y un camino preparado para que puedas mirar la revolución y el pueblo contento. Hasta otro tiempo...³

Sumário

² GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. Buenos Aires: Catálogos, 2007. p.23.

³ Mensagem gravada em fita por uma guerrilheira para seu filho. In: *NIETOS: Identidad y memoria* (2005) de Daniel Cabezas.

Introdução	1
-------------------------	----------

Capítulo I

Abrindo os Jornais: Documentos de Análise e Apontamentos Teóricos.	13
--	-----------

1.1 – Alguns Poucos Números: a Relação entre Solicitadas e Jornais.....	19
1.2 – Desembrulhando o Peixe: os Jornais <i>La Nación</i> , <i>Clarín</i> e <i>La Opinión</i>	23
1.2.1 – O “Empréstimo” de Vozes: o Jornal <i>La Nación</i>	27
1.2.2 – Os Efeitos da Corneta: O Jornal <i>Clarín</i>	30
1.2.3 – Timerman e o Jornal <i>La Opinión</i>	37
1.3 – “ <i>A la Opinión Pública Argentina</i> ”: Escritas para Convencer.....	45
1.4 – “Compreensão, Adesão e Participação”: a Opinião Pública Argentina antes do Golpe de 1976.....	47

Capítulo II

Perón-Perón e Outros Peróns: a Violência no Governo de Isabelita.....	52
--	-----------

2.1 – Sobre Alguns Sentidos dados a Violência da Década de 1970 na Argentina.....	53
2.2 – Perón-Perón e os Peronismos Ortodoxos, <i>Verticales</i> ou <i>Movimientistas</i>	61
2.3 – Outros Peróns: o Caso dos <i>Montoneros</i>	79
2.4 – A <i>Alternativa Independiente</i> : o Caso do PRT-ERP.....	84
2.5 – A Caça aos Inimigos: Sobre Como se Tornou Legal a Guerra Antisubversiva.....	89
2.6 – O Idioma da Verdade e do Amor: a Defesa de Isabel e do <i>Lopezreguismo</i> na Revista <i>Las Bases</i>	96
2.7 – A Violência e o Subversivo do Peronismo Oficial.....	98

Capítulo III

A Verdade em seus Planos: As Organizações e as Solicitadas à Opinião Pública.....	100
--	------------

3.1 – Violência <i>Vertical</i> e do Combate: Os comunicados das <i>62 Organizaciones Peronistas</i> , <i>Confederación General del Trabajo</i> e Sindicatos Combatentes.....	105
3.2 – O Retorno do Peronismo com o Peronismo Autêntico: os Comunicados do <i>Partido Auténtico</i>	129

3.3 – A Violência da Violência: as Solicitadas da <i>Frente Antiimperialista y por el Socialismo</i>	148
3.4 – Uma Estratégia Cívico-Militar contra os Inimigos: O Partido Comunista.....	156
3.5 – As “Armas” para a “Economia”: os Comunicados de Organizações de Empresários e Empresas Privadas.....	169
3.6 – “E, na Arena da Luta entre Classes, as Palavras estão Vivas”: Apontamentos para uma Conclusão.....	182

Conclusão

“A Onda que Cobriu o País”: Um Modo de

Conclusão	
.....	187

Anexos	
.....	195

Bibliografia, Documentos de Análise e Demais Fontes	
201	

INTRODUÇÃO

Era um dia chuvoso quando pela primeira vez entrei naquela Biblioteca Nacional (BN) em Buenos Aires. Depois desse dia iria voltar várias vezes, diversificando meus pedidos e minhas leituras, assim como expandindo geograficamente minhas visitas aos arquivos daquela cidade. Ao Congresso, fui ver os Boletins Oficiais, ao Centro de Documentação e Investigação de Cultura de Esquerdas na Argentina (CeDInCI), para pesquisar periódicos das organizações de esquerda no país. Mas no instante em que ingressei naquele espaço da BN, ainda não imaginava quanto tempo e energia eu iria dedicar ao tema desta dissertação que me cercou durante quase quatro anos.

É certo que escolhemos nossos temas de estudo e o desenvolvemos ao longo do tempo que convivemos com ele e, mesmo depois que o deixamos a parte de nossas prioridades, eles seguem se ampliando. No entanto, podemos dizer também que existem alguns desses temas que nos escolhem e nos perseguem: damos um passo, nos viramos, e ali eles se encontram. Apresentam-se de formas diferentes a nossa visão, mesmo que esta ainda seja parcial e turva. Insistem até que dizemos “sim, este pode ser um estudo interessante”.

Pode-se dizer que esse trabalho é fruto desta casualidade que se tornou regra e, assim, parte de minha vida. Aqui destino poucas páginas a contar essa pequena história pessoal, pois acredito que ela elucidará de certa forma a pesquisa e seus meandros.

Em algum momento de minha trajetória, identifiquei-me na concepção de ser latino-americana. Digo de entender-me como parte da América Latina. Um pouco antes do crescimento das pesquisas sobre o tema e dos olhares sobre a região, andei em viagens e deparei-me com pessoas, cujas histórias penetravam as minhas. Encontrei-me com tal identidade e percebi-me nela. Neste processo de conhecimento e autoconhecimento e aproveitando a oportunidade de poder circular pela região, principalmente o Cone Sul, onde os laços familiares e afetivos me permitiam tais experiências, resolvi descobrir também alguns lugares destinados a guardar documentos e bibliografias, a guardar as memórias e as histórias da “*Nuestra América*”.

Foi assim que cheguei a Biblioteca Nacional Argentina, em Buenos Aires. Naquele dia acinzentado, fui pela primeira vez na parte destinada a conservar seus jornais. Decidi, naquele instante, pedir um exemplar, escolhido de forma fortuita, para folheá-lo. Talvez não tão por acaso assim. Havia escolhido o jornal *La Nación*, um dos

poucos que conhecia de forma superficial naquele tempo. Defini que seria ele o primeiro a ser apreciado por olhos ainda crus.

Seus volumes quinzenais eram guardados, naquela Hemeroteca, em grandes livros de formato Standart, envoltos em capas duras. Eles vinham aos seus pesquisadores agrupando os números originais, subindo desde um porão por um elevador, cujo barulho ecoava em toda a sala. Se me permitem dizer, um porão de um subsolo, livros que vinham do mais profundo armazenamento.

O primeiro jornal aberto foi uma publicação de 1975. Creio que a primeira quinzena de julho de 1975. Em minhas mãos, as páginas amareladas eram iluminadas por uma luz individual e fraca para aquele dia no subsolo do edifício. Algumas se recusavam a acender enquanto outras piscavam, dando-nos a alternância entre o claro e o escuro.

Todo o clima dramático se complementava por umas páginas preenchidas de “tragédias” econômicas e políticas antecedentes do golpe militar de 1976, que eram desenroladas pelas adjetivadas reportagens e análises de opinião. Tudo parecia um grande caos. Foi, então, que me deparei com o que iria se conformar em meu *corpus* documental.

Alguns espaços dentro daquele jornal tomaram minha curiosidade. Eram análises publicadas separadamente dos textos do *La Nación*, como se fossem espécies de propaganda. Estes espaços eram auto-designados como “Solicitadas” e assinados por personagens coletivos ou individuais. Alguns dos que firmavam tais publicações eu conhecia superficialmente: organizações de trabalhadores, alguns partidos mais influentes da realidade argentina ou membros históricos do peronismo. Outros, só viria a conhecê-los depois de sugerir-me tal empreitada.

Impressionante era a quantidade de Solicitadas que vinham naquele diário. Eu já as havia visto em publicações atuais daquele país, mas de uma maneira mais amena e menos recorrente. No entanto, ao virar as páginas do *La Nación* de 1975, o número delas assombrava. Posicionavam-se em todas as seções e em menor e maior tamanho. Sem nenhum padrão a ser seguido. Pareciam me demonstrar que eram instrumentos freqüentemente utilizados e de importância para a comunicação naquela época.

Sem saber muito bem sobre elas, mas já bastante instigada, resolvi tomar outro jornal com grande influência para o mesmo mês, a fim de verificar se era um caso específico do *La Nación* ou generalizado. Pedi ao bibliotecário na época para ver o *Clarín* (depois lhe pediria milhões de explicações a mais, atendidas com toda atenção,

indicando-me jornais e bibliografias para o tema). Este me veio nas mesmas formas de conservação – as quinzenas originais encapadas – em um livro de formato Tablóide. E lá estavam as solicitadas com a mesma intensidade do anterior exemplar.

Como uma espécie de obsessão, pedi para observar outro jornal que me foi sugerido, o *La Opinión*, que, ao final desta história, complementaria a tríade pesquisada. Apesar de pouco saber sobre o diário, que hoje está extinto e que possuía uma menor tiragem em comparação aos outros vistos, já havia escutado que ele tivera grande importância para a década de 1970, devido sua reformulação no modo de fazer jornalismo, seu potencial crescimento de público consumidor e a peculiar história de seu fundador. Sobre as Solicitadas, minha resposta foi novamente positiva: elas também habitavam aquela publicação.

Posteriormente, em conversas informais, ficaria evidente que tais espaços são e eram comprados ou obtidos por relações políticas com os donos dos jornais, objetivando influenciar um determinado pensamento da sociedade. Contudo, eu tinha ali minhas primeiras perguntas: o que eram realmente aqueles comunicados de opiniões e o que eles representavam naquele contexto? Aqui estes questionamentos continuam presentes e tentarei respondê-los, levando em conta os discursos levantados e a materialidade deles e de meus documentos.

Já havia visto, em estudos anteriores, que alguns pesquisadores usavam as Solicitadas para recompor o universo político de determinadas organizações. No entanto, me pareceu uma lacuna não haver pesquisas que elaborassem as próprias como um corpo documental em suas especificidades, colocando-lhes um olhar focalizado.

Logo, o que aqui procurarei realizar é tomá-las como fonte e objeto de estudo. Considerá-las nesta forma bivalente significa não apenas questioná-las como um instrumento político das organizações que as escreveram, problematizando seus discursos, entretanto também percebê-las em suas questões materiais.

Isto implica em tentar interpretá-las sob algumas bases, que, posteriormente chamei-as de dois contextos. O “contexto histórico” vivido pelas organizações publicadoras e suas relações com o presente em que publicam e o discurso sobre ele. E outro “contexto material” daquilo que solicitam, ou seja, o suporte em que publicam tais discursos, suas posições econômicas e políticas e os desdobramentos delas, as condições gráficas em que estão posicionadas (páginas, tamanhos, editoração, formas de discurso e etc.), a historicidade do recurso utilizado e o lugar social que ele ocupa, o núcleo do

jornal em que se publica enquanto um espaço de sociabilidade e a maneira que ele se coloca no espaço público.

Tania de Luca propõe que trabalhar com a imprensa em nossa disciplina nos possibilita tomar diversas frentes, que se dedicam desde compor uma espécie de história da imprensa até verificá-la como fonte de discursos e analisá-los. Todavia, segundo ela, se quisermos tomar a imprensa enquanto fonte e objeto, devemos encontrar um ponto de intercessão entre suas direções diacrônica (em diálogo entre si) e sincrônica (em diálogo com outros atores históricos), e, desta forma, ampliar suas bases de análise.¹

Neste caso, trabalharei com três atores sociais de uma forma geral: a imprensa em que são publicadas as Solicitadas, os agentes que assinam tais comunicados, e o público dos jornais pesquisados. Assim, observamos estes três componentes como fontes/objetos do trabalho e que formam seu universo.

Saindo da base material da discussão, pretende-se analisar, como acima brevemente mencionado, os conteúdos das Solicitadas. Ao lê-las de forma efêmera, percebemos que suas discussões àquela época impreterivelmente tinham relação com os fatos relatados nos periódicos, a atualidade instantânea publicada em formas de notícias. Podiam-se ver ali, por conseguinte, duas características em seus discursos. Uma é que elas são espécies de espaços abertos para a discussão aos olhos do público, denotando diversas maneiras de analisar e relatar o que se acontecia no país. Outra é que têm caráter instantâneo, tais como seus meios de divulgação, e suas discussões giram em torno de eventos contemporâneos e são transpostas por outras discussões e, assim, sucessivamente.

As perspectivas diferentes dos mesmos conteúdos seguiam as expressões/ideologias das pessoas e organizações escritoras das Solicitadas. Assinavam-nas extremos políticos que abrangiam um grande contingente entre eles. Partidos Políticos, Grupos Sociais, pessoas individuais e muitos sindicatos de trabalhadores e empresários. Portanto, eram opiniões sobre o contexto em uma historicidade: as organizações falavam com o leitor contemporâneo utilizando suas palavras para relatar os acontecimentos do presente com argumentos, do passado com interpretações e do futuro com propostas.

Enxerguei ali a minha possibilidade de interpretar a interseção entre a língua, a ideologia e a história. E este é outro sentido que apporto ao meu trabalho: tentar verificar

¹ LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil (1916-1944): Notas de Pesquisa*. Disponível em: http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/Tania_Luca.pdf

a maneira encontrada por aqueles atores de se falar sobre a contemporaneidade de um país com muitos problemas, a partir de um lugar determinado. Quais eram as palavras e os sentidos dados a elas por aqueles que viviam o momento? Como se colocavam a um público de maneira a serem compreendidos em suas acepções?

No entanto, com a imensa quantidade de Solicitadas encontradas apenas naqueles três jornais e as possibilidades temáticas de conteúdo, tornavam-se quase impossíveis as análises da totalidade delas no período proposto para a realização dessa ação. Assim, o conseqüente caminho foi delimitar temporalmente e verificar os temas mais recorrentes no momento escolhido.

O certo era que eu queria chegar à ditadura militar de 1976. Acreditei que o período final do governo de María Estela Martínez de Perón trazia os argumentos de convencimento para uma possível intervenção naquele governo, democrática ou não, e transformei tal crença em hipótese.

Até os últimos cinco anos, María Estela havia sido quase que ignorada pela historiografia argentina que a considerava em seus estudos uma espécie de “salto” do último governo de Perón (1974) ao golpe militar de 24 de março de 1976. Terceira mulher do General Perón, que desde a época de carreira artística era também chamada de Isabel ou Isabelita, iniciou sua carreira política como delegada do peronismo quando o líder estava exilado na Espanha. Tinha como principal função realizar visitas políticas ao país e levar mensagens de Perón para seus destinatários. Apesar de muita controvérsia, foi indicada para o cargo de vice-presidenta nas eleições que retornou com Perón à presidência da nação e assumiu o governo quando este faleceu em 1º de julho de 1974.

Era uma mulher esguia, que diminuía ao longo de seu governo e se tornava cada dia mais fraca. Com uma voz estridente e os cabelos arrumados de uma maneira que engrandecia sua cabeça, seus gestos imitavam aos de Eva Perón, querendo inevitavelmente traçar um quase impossível paralelo entre ela e a “Santa Evita”. Sua pretensiosa tentativa obviamente iria fracassar e a pequena figura ficaria para a história do país como protagonista, por uns, e coadjuvante, por outros, de um governo conturbado, com crises e sem apoio político, responsável pelo crescimento da violência, dando poder a personagens temíveis e início a um terror de Estado.²

² QUESADA, María Sáez. *Isabel Perón: La Argentina en los años de María Estela Martínez*. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta, 2003.

Governou durante um ano e nove meses. E, neste período, as publicações de Solicitadas tornaram-se reiteradamente instrumentos de comunicação entre as organizações, o governo, a sociedade e o público leitor dos diários. Apareciam mais e mais com o decorrer dos dias, estabelecendo diálogos entre si, até que, em julho de 1975, há um perceptível crescimento nas publicações, mantendo-o até março de 1976.

Esta evidência pode ser reconhecida devido ao marco que este mês proporciona na história do país. Durante junho e julho daquele ano, ocorre uma série de manifestações e paralisações de trabalhadores (o *Rodrigazo*), que culminam em uma das maiores greves gerais contra um governo peronista. Neste sentido, as organizações políticas e sociais passaram a se colocar constantemente diante daqueles fatos e escreviam todos os dias exprimindo suas opiniões e exigindo a participação e consenso popular.

Para ir ao ponto da discussão do mês porvindouro, onde há o cume das publicações, agreguei junho de 1975, a fim de valorizar também o período no qual as manifestações geraram o imperativo mais intenso de mudança. Então, aqueles documentos seriam analisados entre os meses de junho de 1975 a março de 1976, onde se escassa a aparição de tais Solicitadas, possivelmente pela repressão do Terrorismo de Estado, estabelecendo, assim, minha delimitação temporal.

No entanto, me faltava ainda uma problemática mais específica daqueles conteúdos, ou seja, formular minhas questões e meu objeto de pesquisa. Apesar da temática e as exposições variadas, com a leitura e organização das Solicitadas, percebi que havia um círculo argumentativo que girava em torno da questão da violência no país e sua supressão.

A violência na Argentina sempre foi objeto de bastante discussão, uma vez que é um dos elementos específicos da história política do país. E os estudos sobre a violência argentina demonstram-nos certo consenso sobre o início de seu processo de naturalização, dado majoritariamente pelo fim do segundo governo peronista, com o golpe militar em 1955. A larga bibliografia explicativa sobre a temática nos esclarece dois principais argumentos que justificam tal afirmação: o primeiro se baseia na hipótese de que, naquele período, houve um crescimento da presença de empresas e capitais estrangeiros, modificando a economia e as relações entre interesses. O segundo

traz a tona a proscrição do peronismo com o golpe militar, que proíbe a maior força política do país, gerando enormes conflitos nos setores trabalhistas e políticos.³

A decisão aqui de adotar a discussão sobre a violência como central, nos meses assinalados, foi apoiada pela importância deste tipo de discurso, tanto na escrita dos documentos quanto no acompanhamento desta pela história política, tendo sido no período um dos argumentos-chaves para a intervenção militar posterior. Assim, o foco generalizadamente será verificar as Solicitadas sobre a temática, as discussões em torno dela e as disputas por hegemonização de alguns conceitos presentes nos textos dos documentos, como o de subversão, repressão, violência, terrorismo, desordem, marginalidade, desumano e demais variantes.

Estas estruturas lingüístico-sociais, na década de 1970, estavam marcadas fundamentalmente por uma constituição política, na qual os indivíduos associados a qualquer um desses tipos de “malefício social” seriam a construção simbólica do mal e deveriam ser eliminados.⁴

No entanto, suas formas negativizadas tratavam também de disputas no mundo real, pois, a simples designação do outro como “subversivo” e suas variantes eram capazes de moldar e aprisionar pessoas e grupos a “mundos de temor e terror”, e justificava a “guerra contra inimigos” e o plano de extermínio.⁵ Por isso, a proposta aqui é enfrentar seus conteúdos históricos e meios de utilização em discursos que significavam e re-significavam seus sentidos, apesar de suas substâncias comuns.

E, neste trabalho, pretendo também enredar pelo conceito oposto e complementar dessa visão, designado pela outra face da violência em suas vertentes de repressão, manipulação e censura. Estes, para a época estudada, também já percorriam os espectros das pessoas que viviam, escreviam ou liam tais depoimentos.

Marcos Novaro e Vicente Palermo sugerem-nos uma divisão entre a violência vivida pela sociedade argentina da década de 1970, em dois planos de ação com diversos mundos entre eles.⁶ Os mundos sugeridos haveriam legitimado a intervenção

³ ROMERO, Luis Alberto. La violencia en la historia argentina reciente: un estado de la cuestión. In: PÉROTIN-DUMON, Anne (Org.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*. Disponível em: <http://etica.uahurtado.cl/historizarelpasadovivo/es.contenido.php>

⁴ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. La delincuencia y los derechos individuales: redefiniendo la violencia en América Latina. In: JELIN, Elisabeth; HERSHBERG, Eric (orgs). *Construir la democracia: derechos humanos, ciudadanía y sociedad en América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1996. pp.213-227.

⁵ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Historia Argentina*. La dictadura Militar (1976/1983). Del golpe de Estado a la Restauración Democrática. Buenos Aires: Paidós, 2003.

⁶ *Idem*.

do Estado em 1976 e mantido o consenso sobre a necessidade das Forças Armadas no poder.

No primeiro plano da violência vivida pelos argentinos, de uma forma mais abrangente, os autores averiguam o Estado em um “Mundo do Terror”. Este mundo encadeou métodos repressivos de seqüestros, detenções clandestinas e desapareções, destinados simultaneamente aos âmbitos internos e externos, políticos e militares. O “Mundo do Terror” separava a sociedade entre “pessoas perigosas” e o “restante delas”, potenciais auxiliares na tarefa de reprimir o “círculo temido”.

O segundo plano, proposto por Novaro e Palermo, é composto pela vida cotidiana influenciada pelas noções de segurança e de temor. O “Mundo de Segurança” era vivido pelas “pessoas comuns” e mantinha-se pelos argumentos do “Mundo do Terror”, mesmo afirmando seu afastamento e as diferenças entre eles, para não tornarem-se vítimas. Nele articulou-se o perigo da comoção popular com a incursão do marxismo, da teologia da libertação ou do peronismo revolucionário, em suas mais variadas vertentes, no qual o inimigo era intenso e impreciso, e podia “contaminar” ou manifestar-se das formas mais abstratas (pela falta de moral, nos sonhos dos indivíduos, nas falas subversivas, entre outras “sinistras aparições”). E foi nesta criação da segurança que a sociedade passou a aceitar certos graus violência e que a repressão das Forças Armadas se apoiou, pregoando a recuperação das instituições e da democracia.

Os autores chamam a atenção, contudo, de que isso era realizado de maneira ambígua, concentrando “a invisibilidade e a visibilidade, o oficial e o clandestino, o exemplificador e o vergonhoso”. Assim, as pessoas conviviam com os “confusos quebra-cabeças” de episódios que eram noticiados, versões sobre eles, declarações oficiais, interpretações de terceiros, informações de primeira mão, rumores e mentiras.⁷

Por outro lado, Novaro e Palermo estabelecem outro mundo que atingiu toda sociedade: o “Mundo de Temor”. Ele seria um espaço de silêncio em suas diversas formas de obtê-lo. Os trabalhadores, através das baixas salariais, desemprego e insegurança, calavam-se e restituíam-se na ordem do “patrão manda e trabalhador obedece”. As famílias voltavam a fixar-se sob o modelo de autoridade máxima da figura paterna. A juventude levantava ações moralizantes com fundamentos auto-repressivos. E os indivíduos não falavam, submetendo-se aos mecanismos de controle de informação sobre a “guerra suja” e a “subversão” e à violência da censura e da autocensura.

⁷ *Idem.* pp.132-133.

Apesar da proposta do trabalho destes autores voltar-se essencialmente para uma análise do período no governo militar de 1976, eles colocam em evidência que as atividades a favor de uma repressão contra os elementos “subversivos” foram iniciadas pela decisão por parte do Terceiro Peronismo⁸ em apoiar a direita do movimento. Neste sentido, podemos dizer que o governo de Isabel Perón, marcado pela institucionalização e vulgarização da violência, ajudou a conformar os Mundos de Terror, Segurança e Temor, demonstrando suas legitimidades diante da situação de caos ocasionada pelos “elementos subversivos”.

Segundo Pilar Calveiro, a adoção da prática e do discurso de violência enquanto instrumento político na Argentina se estrutura desde o século XIX e a “Campanha ao Deserto”. Esses assentaram a violência política no país em uma estrutura autoritária de oposição dual e de luta contra um inimigo que, mesmo reclamada por outros setores, tinha seu núcleo no Estado e nas Forças Armadas. Desta forma, o instrumento essencial para se pensar a escalada da violência estaria nesta instituição e as criações de inimigos variáveis, de acordo com a estrutura política que governava, permitindo a imposição de diversos golpes já no século XX: em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976.⁹

Por outro lado, nos anos 1960, em um período de esgotamento da democracia, surge no cenário político a luta armada como resposta a estrutura ilegal que se vivia no país. Na Argentina, como afirma Calveiro, a guerrilha estratégica associou-se com os movimentos peronistas, diversificando as próprias mobilizações, expandindo as possibilidades para fora do *foquismo* e possibilitando que o peronismo fosse a “porta de acesso” de muitos movimentos para a política. Isto significou também que aqueles fora do círculo ideológico do peronismo se marginalizaram politicamente, estabelecendo uma maior luta clandestina e, conseqüentemente, uma maior violência.

Desde aí, se estabeleceu socialmente que toda ação violenta seria considerada terrorista, e, assim, justificou-se o sentido de desaparecer. Nos anos 1970, quando o peronismo oficial rompeu com os movimentos de esquerda, a luta contra a “subversão” foi acelerada e realizada por meios legais e clandestinos.

Portanto, durante esta década, pode-se perceber uma mudança nos padrões do conflito real e do conflito pela significação da violência, enquanto um processo

⁸ O Terceiro Peronismo (1973-1976) designa um período histórico, no qual este movimento político é liderança do governo pela terceira vez na Argentina.

⁹ CALVEIRO, Pilar. *Antiguos y nuevos sentidos de la política y la violencia. Lucha Armada en la Argentina*. Año 2, N°4, p. 15, 2006. Disponível em: www.luchaarmada.com.ar

histórico e expressão objetiva e subjetiva da luta pelo poder. E o ano 1975 foi estimado como um dos mais violentos da história da Argentina em democracia.¹⁰

Logo, a idéia deste trabalho é percorrer os antecedentes do golpe e verificar aquela designação quando se encontrava ainda em debate na sociedade – analisá-los no próprio “campo de batalha”. Ou seja, perceber como a violência, de uma forma mais ampla, logo, através de diversas percepções colocadas por aqueles que assinavam as Solicitadas, era disputada no campo da prática e do discurso político. Desta forma, pode-se ampliar a noção de responsabilidade social pelo desfecho dessas contendas.

Alguns poucos e recentes estudos já apontaram análises sobre posições lingüístico-sociológicas onde idéias, interpretações e ações são disputadas nos ambientes de “desencontros” antes de tornarem-se hegemônicas no discurso do poder.¹¹

Sobre a temática pontual da violência entre os anos de 1973 e 1976, o recente trabalho de Marina Franco nos serviu como base para esta pesquisa.¹² Elucidando os discursos, a ordem simbólica e o universo imaginário dentro das relações sociais, este estudo aborda tal objeto a partir da ação política, da circulação das idéias, em um campo público e com seus possíveis efeitos, e permite a análise dos discursos sobre a violência de forma historicizada e plurivalente.

A autora defende ali que a sociedade argentina daqueles anos não aceitava majoritariamente a violência enquanto uma prática e um discurso político e nos propõe que a radicalização dela não foi consenso social. Pelo contrário, Franco coloca sua constante negação nos espaços públicos, o que terminou por convergir na necessidade das Forças Armadas instituírem a ordem no país.

Analisando entrevistas em periódicos, matérias publicadas neles e as Solicitadas, a autora concebe três tipos de abordagens públicas sobre a violência recusada como ação.

¹⁰ Há registro na *Comisión Nacional de Desaparición de Personas* (Conadep) de aproximadamente mil denúncias de pessoas desaparecidas forçosamente, durante os governos *justicialistas* entre 1973 e 1976.

¹¹ No campo lingüístico, por exemplo, Lucrecia Escudero Chauvel trouxe-nos tais embates, trabalhando com discursos em meios de comunicação e assinalando a plurivalência do conceito de “desaparecido”, produto da violência na Argentina durante a ditadura de 1976. Neste sentido, afirmou o embate entre quatro idéias distintas de grupos sociais que disputavam a hegemonia do conceito – os militares, o Estado, a imprensa e as organizações de direitos humanos. Para mais informações, ver: CHAUVEL, Lucrecia Escudero. “Desaparecidos, pasiones e identidades discursivas en la prensa argentina (1976-1983)”. *Revista Galaxia*, São Paulo, Nº3, vol.2, pp.73-92, 2002.

¹² FRANCO, Marina. Notas para una historia de la violencia en la Argentina: una mirada desde los discursos del período 1973-1976. *Nuevos Mundos, Mundos Nuevos*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index43062.html>

A primeira abordagem era a “violência dos dois extremos”, ou seja, a negação da violência e a acusação de sua prática pelas duas pontas divergentes do sistema político – a extrema-direita e a extrema-esquerda. Nos discursos sobre a violência dos extremos, impugnados por diversas posições políticas e denunciados por tantas outras, percebiam-se expressões como “terrorismo de qualquer signo”, “extremismos de ambos os lados”, “escalada terrorista”, “terrorismo de ambos os signos”, entre outros.

O segundo tipo de abordagem foi conferido à “violência subversiva”, aquela que demarcava as posições entre a esquerda subversiva e a direita repressiva. Nesta lógica, a repressão teria um caráter positivo, uma vez que reagia para frear as ações das organizações armadas clandestinas. Portanto, o discurso era que a violência advinha da “subversão” e justificava ações de “contraguerrilha”.

O último tipo de discurso, abordado por Marina Franco, é a “violência como guerra”, a idéia de antissubversão. Este argumento discorria sobre a luta antissubversiva levada pelas Forças Armadas e pelo governo *justicialista* em seus diversos empreendimentos. Desta maneira, ele citava os decretos, as leis, as operações, as comissões de investigação, e etc.

Deste modo, a análise de Franco nos traz uma visão da violência que pode ser variável de acordo com a característica dos discursos que preenche. Condená-la significava passar a responsabilidade de sua prática a todos os atores da época e, por conseguinte, o consentimento social para sua contenção.

Esta variação, no entanto, abordou os discursos sem desenvolver distintamente aqueles que os pronunciam. O que pretendo dizer é que, mesmo na condenação, os argumentos dos grupos que falavam devem ser levados em conta, pois são argumentos de determinados sujeitos que agem na sociedade e expõem-se ao público. Neste estudo de Franco, ainda preliminar, o que há é uma espécie de lacuna das diferentes visões sobre categoria nos discursos e suas conexões aos preceitos ideológicos daqueles que os elaboraram para a exposição pública. Contudo, ao trazer este debate, se começa a pensar o tema que intentaremos desenvolver pelas seguintes páginas.

O trabalho, assim, será dividido em duas partes de acordo com suas propostas. Para a primeira, pretende-se percorrer sobre a materialidade das Solicitadas e seus sentidos e, desta maneira, entender um pouco sobre os documentos analisados e suas significações para a sociedade àquela época. Também recorrer-se-á a alguns aportes teóricos que serão abordados nos capítulos seguintes, a fim de elucidar o desenvolvimento da pesquisa.

A segunda parte, formada pelos dois próximos capítulos, dedicar-se-á as análises sobre a violência especificamente. Em um primeiro propósito, será abordada a historiografia sobre o período de María Estela Martínez que trata sobre a temática específica. Depois, tentar-se-á analisar a categoria de violência sob a perspectiva oficial através da leitura das legislações e de um dos meios oficiais de comunicação do governo peronista – o periódico *Las Bases*.

Para um segundo momento, outros sentidos dados a violência serão abordados. Tendo como base as Solicitadas, procurar-se-á verificar os discursos de algumas organizações de trabalhadores – *62 Organizaciones Peronistas; Confederación General del Trabajo; Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor; e Asociación de Trabajadores del Estado* – alguns partidos e movimentos políticos – *Partido Auténtico; Frente Antiimperialista y por el Socialismo e Partido Comunista* – e algumas organizações de empresários – *Confederación General Económica e Asamblea Permanente de Entidades Gremiales Empresarias* – ou empresas particulares, principalmente de informação – Editorial Abril; *Asociación de Entidades Periodísticas Argentinas, Asociación de Editores de Diarios de Buenos Aires, Asociación Argentina de Editores de Revistas e Asociación de la Prensa Técnica Argentina; Editorial Sarmiento e La Nación*.

Utilizaremos ainda, em alguns pontos, a comparação com outros periódicos das organizações supracitadas, a fim de elucidar as diferenças discursivas dos distintos meios de comunicação. Logo, os textos publicados nos jornais *El Auténtico e Evita Montonera* nos ajudaram a desenvolver um pouco da história que pretendemos contar.

Este trabalho será, então, um exercício de elaboração histórica das espécies de palavras-chaves de interpretação daquela sociedade. Palavras que descreveram momentos sensíveis para o país, e cujos significados foram se modificando, restringindo ou ampliando-se, de acordo com os “contextos”.

Neste sentido, pretendemos mergulhar nesta “onda de lama e sangue que ameaçou cobrir a República” e descobrir a pluralidade simbólica da violência produzida por “homens vestidos de bestas” e “homens com roupas de heróis”...¹³

¹³ Solicitada La fuerza es el derecho de las bestias. *Clarín*. Ano 31, N°10663, p.11, 06 de Novembro de 1975 e Solicitada Frente a la ola de crímenes que invaden al país. *Clarín*. Ano 31, N°10691, p.19, 5 de Dezembro de 1975.

CAPÍTULO I

ABRINDO OS JORNAIS: DOCUMENTOS DE ANÁLISE E APONTAMENTOS TEÓRICOS

A discussão sobre a imprensa na Argentina em período antecedente ao golpe militar sempre esteve carregada pelo espectro do “golpe midiático”. Estes tipos de trabalhos analisam-nas em suas possíveis contribuições e repúdios ao imperativo de que as Forças Armadas deveriam interferir no terceiro governo peronista e, desta forma, estabelecer a ordem e ensinar a democracia aos argentinos.¹⁴ Assim, pela forma da transmissão de informações ou o silêncio sobre elas, quando conhecidas, estabeleceram uma espécie de hierarquia de responsabilidades da mídia naquele processo.¹⁵

No entanto, neste estudo que iniciamos, a imprensa será trabalhada não apenas como um ator da sociedade, mas também como um meio de divulgação de outros atores sociais. Portanto, abriremos um pouco mais esse campo de análises, através de nossos documentos, capazes de permitir que os leitores da época vissem os acontecimentos sob distintas visões de mundo, e, ainda, os comparassem com aquilo que era publicado no mesmo jornal que liam. O desafio deste estudo, então, será tratar a imprensa em duas frentes: o momento histórico de sua publicação e o referido objeto/fonte.

Sabe-se que o período anterior ao golpe de 1976, na Argentina, dava possibilidade aos sujeitos de manifestarem-se ou não diante dos fatos sabidos, ao menos com menores implicações do que o período porvindouro. Apesar de já haver, no governo de Isabelita, determinadas regras para as publicações e os jornalistas e de existir meios clandestinos de repressão, como veremos no decorrer dessas páginas, o período democrático permitia a manifestação de idéias políticas pelas organizações consideradas legais, em maior ou menor grau.

Nossos objetos/fontes são as Solicitadas. Elas eram publicadas em jornais de caráter mercadológico, que sobrevivem da renda de publicidade e de seus consumidores, e tinham coordenação e assinatura de diversas organizações. Esses comunicados dentro dos periódicos são separados dos demais textos por uma margem

¹⁴ O estudo de Pablo Llonto é um dos exemplos, entre outros, no qual o autor trata da cumplicidade da imprensa ao governo militar, abordando os casos de *Gente y Actualidad*, *Carta Política*, *Clarín* e o *Editorial Abril*, durante a Copa do Mundo de Futebol do ano de 1978. Segundo Llonto, a imprensa argentina deste período e o futebol foram os instrumentos chaves de convencimento da população para o apoio ao governo, através da desinformação da sociedade. LLONTO, Pablo. *La vergüenza de todos: el dedo en la llaga del mundial 78*. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, 2005.

¹⁵ FERRERAS, Norberto. O golpe da Gente: A Revista Gente e a criação do Golpe de Estado de 1976. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). *Maços na Gaveta: reflexões sobre mídia*. Niterói: EdUFF, 2009. pp.107-122.

que o regula e estão sob a autodenominação de Solicitadas, destinando-se normalmente a algum interlocutor específico.

Por conseguinte, são espaços comprados, obtidos por relações políticas ou relações de força, sempre assinados coletiva ou individualmente. Sua obtenção não estava submetida à censura ou ao controle editorial, como as reportagens dos jornais, já que se tratava de um espaço privado, e, assim, os discursos eram os mais variados possíveis. Claro é que elas respeitavam a dinâmica de compra e venda de propaganda e a legislação de imprensa da época,¹⁶ mas não necessariamente a política do jornal.

As Solicitadas já haviam sido expostas como “espaços de propaganda” e “anúncios pagos”,¹⁷ “panfletos”,¹⁸ ou “parte de uma imprensa escrita”.¹⁹ Entretanto, a meu ver, estes espaços têm particularidades que os fazem diferentes das outras categorias que lhes nomearam. Na especificidade histórica e política da Argentina, elas parecem-me instrumentos políticos das organizações que não apenas anunciam, mas também noticiam, expressam, tentam convencer a opinião pública, analisam contextos e materialidades, de forma a tentar influenciar a leitura do espaço que habitam (o jornal) e as manifestações no país.

Ricardo de Titto propõe uma interessante idéia ao afirmar que as Solicitadas, assim como os panfletos, seriam publicações momentâneas, com visões ideológicas dos fenômenos e processos que pretenderiam convencer a opinião pública. Isto porque, primeiro, o contexto social de crise política exigia posições, ocasionando interpretações contextuais e, portanto, “do momento”. Depois, porque elas se encontram em um lugar, que é também uma publicação momentânea e, desta forma, dialoga não apenas com um

¹⁶ A legislação no ano de 1975, como ver-se-á mais adiante, definia algumas infrações para periódicos e jornalistas, principalmente no que se referia a publicar notícias ou propagandas de elementos considerados “subversivos”. Suas penalidades poderiam chegar a prisões ou proibições da circulação de meios de comunicação, como aconteceu com alguns periódicos da época.

¹⁷ A noção das Solicitadas como espaços de propaganda fora elaborada em trabalho de Richard Gillespie, em uma pequena nota esclarecedora dos documentos usados como exemplificações e elaboração de seu texto. GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: Los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo S.A., 1998. p.267.

¹⁸ Ricardo de Titto reúne em livro o que chama de “documentos panfletários” e ali coloca as Solicitadas. Para ele, elas têm a característica de serem apelativas e apaixonadas, momentâneas, e de mobilizar seus leitores, como uma espécie de volante. Afirma que elas recorrerem a polêmicas, visões, argumentos e programas de fenômenos e processos que pretenderam ser massivos. Para mais informações, ver: TITTO, Ricardo de. *Voces en las calles: Los volantes políticos en la historia argentina*. Buenos Aires: Aguilar, 2007.

¹⁹ Em livro de compilação sobre imprensa sob o “Processo de Reorganização Nacional”, Eduardo Blaustein e Martí Zubieta expõem as Solicitadas como parte da imprensa escrita. Naquele trabalho são colocadas como cartas ou telegramas publicados que fazem algum pedido dentro daquele espaço. In: BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martí. *Decíamos Ayer: La prensa argentina bajo el proceso*. Buenos Aires: COLIHUE, 2006. p.72.

contexto social e com o leitor deste contexto, mas também com o contexto do diário em que publicam.

No entanto, ao dialogar com tantas variantes, seu discurso não poderia ser marcado somente pelas propagandas de idéias de uma forma apelativa ou “apaixonada” e distribuí-las ao público, como afirma o autor. Mesmo havendo Solicitadas menos elaboradas, o objetivo da maioria delas parecia ser o de convencer seus leitores sobre o projeto político que defende. Os textos das Solicitadas divulgavam ideologias, dando importância aos artifícios explicativos, às informações sobre a atualidade, às perspectivas de acontecimentos, às propostas de futuros econômicos e políticos e, neste caminho, se desenvolviam, utilizando-se curtos ou longos espaços dos jornais.

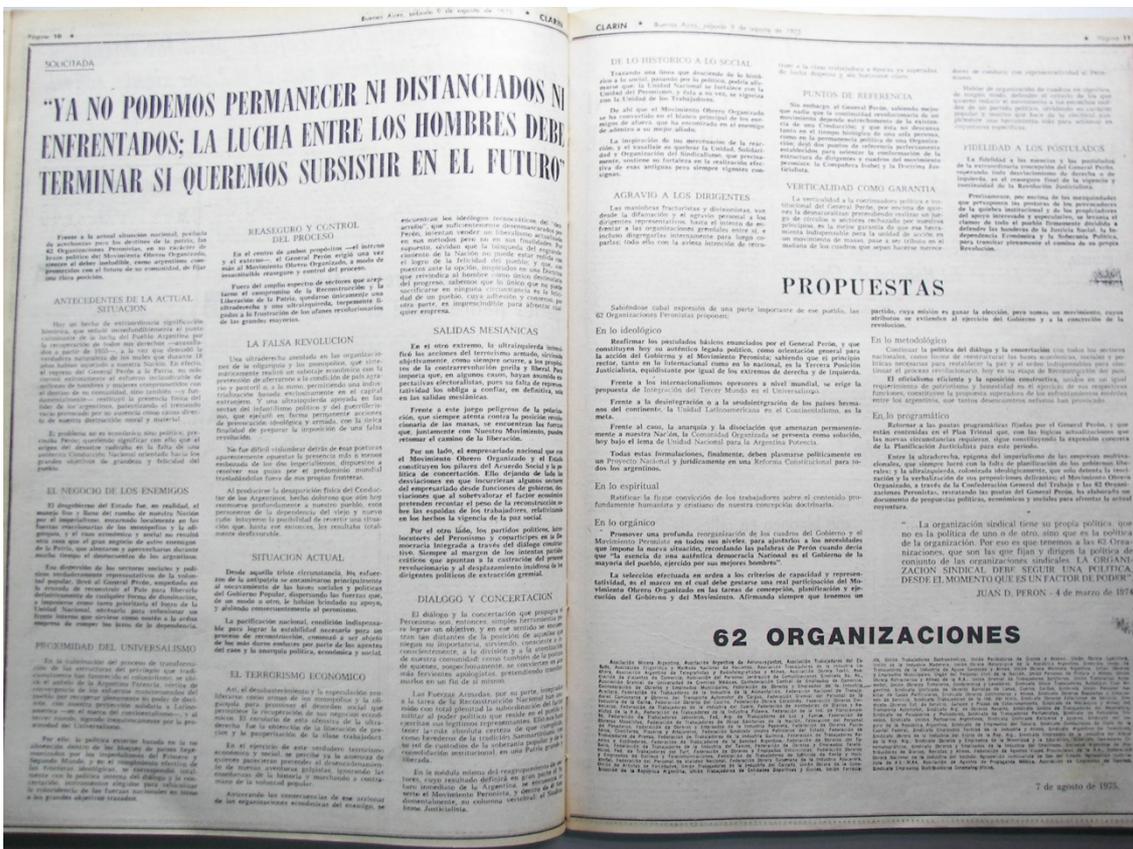


Figura 1: Solicitada das 62 Organizações Peronistas publicada no Clarín em 09 de agosto de 1975

Para entendê-las, alguns exemplos aqui talvez nos sejam necessários. A primeira figura supra-exposta nos demonstra uma Solicitada que ocupou duas páginas do jornal Clarín (páginas 10 e 11) e que fora assinada pelas 62 Organizações Peronistas, em 9 de agosto de 1975. Vê-se que acima de seu título ela explicita que é um espaço de

Solicitada. Ao longo de seu texto, organizado em subtítulos, delinea os problemas que sofrem o país, para finalizar com as propostas desta organização de trabalhadores.

A mesma Solicitada viria a ser publicada, com o mesmo conteúdo, no jornal *La Nación*, naquele nove de agosto. Contudo, devido aos formatos diferenciados dos jornais, a Solicitada que era de duas páginas do tablóide acima, no *La Nación* transforma-se em uma, de formato *Standart*.

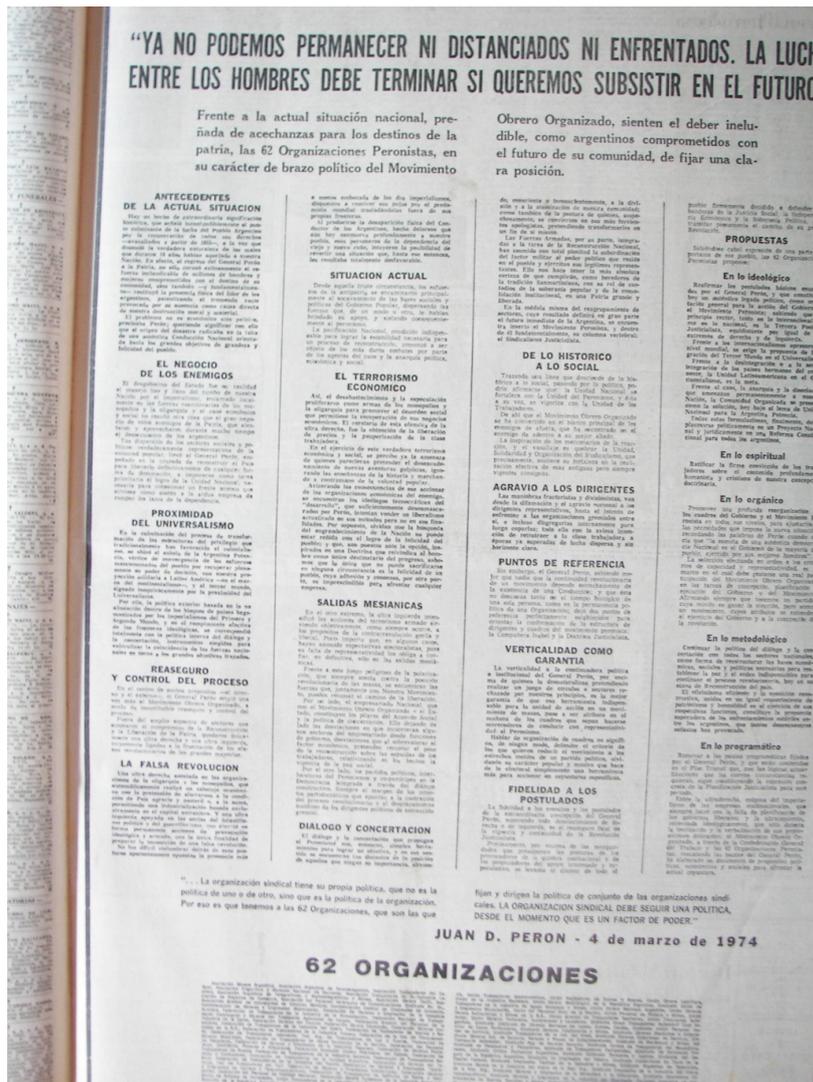


Figura 2: Solicitada das 62 Organizaciones Peronistas publicada no *La Nación* em 09 de agosto de 1975

DEBATE
"escarabajos"
de Pachó O'Donnell Dir. H. Urquijo
TEATRO PAYRO S. Martín 766, tel. 32-5922
HOY 23 hs.

WILDE (Wilde)
BANFIELD (Banfield)
AVENIDA (Vie López)
CALIFORNIA (Beccar)

G. HURLINGHAM (Hurlingham)
HELIOS (El Palomar)
AUTOCINE
RIO DE LA PLATA

SOLICITADA

**NO A LA PENA DE MUERTE
CONTRA EL PUEBLO ESPAÑOL**

La opinión pública mundial se opone al nuevo crimen de la dictadura española. Ya han sido condenados a muerte once patriotas del E.T.A. y del F.R.A.P. (Frente Revolucionario Antifascista y Patriota), mientras prosiguen los procesos arbitrarios y se incrementa la represión contra el heroico pueblo español y el Partido Comunista de España (marxista-leninista).

Para impedir este nuevo crimen, convocamos a todas las fuerzas políticas, sindicales, campesinas e intelectuales a sumarse al clamor mundial en repudio a las condenas a muerte y las invitamos a la acción unitaria.

Llamamos al Poder Ejecutivo Nacional y a ambas Cámaras del Congreso de la Nación para que exijan ante el gobierno franquista que no ejecute esos asesinatos.

- QUE TODAS LAS FUERZAS PATRIOTAS Y ANTIFASCISTAS ARGENTINAS SE PRONUNCIEN CON URGENCIA.
- SOLIDARIDAD CON LOS CONDENADOS A MUERTE EN ESPAÑA.
- AISLEMOS A LA AGONIZANTE DICTADURA FRANQUISTA.

"No transar", órgano del Comité Central de
VANGUARDIA COMUNISTA

Ingmar Bergman presenta
ESCENAS DE LA VIDA CONYUGAL
(Scenes From a Marriage)
PROHIBIDA MENORES 18 AÑOS
6
6. semana de éxito
Ideal-Alfi
HORARIOS DE PELICULAS
15.00 - 18.45 - 22.15

Figura 4: Solicitada da *Vanguardia Comunista* publicada no *La Opinión*, em 25 de setembro de 1975

A quarta e última figura exemplifica outra Solicitada de pequeno fôlego publicada pela *Vanguardia Comunista*. O que ela acrescenta de novo neste universo, no qual estamos conhecendo-as, é sua publicação no espaço do jornal *La Opinión* destinado ao suplemento de cultura. Logo, em meios a publicidades de peças de teatro e filmes que passariam em cinemas, o leitor teria acesso a uma publicação contra o governo franquista e a decretação da pena de morte na Espanha.

Isto é importante para verificarmos que as Solicitadas não tinham um espaço específico para serem publicadas. Podiam estar em quaisquer páginas, desde aquelas que descreviam a economia ou a política, até cultura, esportes ou classificados, independente das temáticas e suas abordagens.

Apesar dos poucos exemplos aqui colocados, pode-se perceber que os textos, formatos e editorações das Solicitadas são os mais variados possíveis. Nenhuma regra específica determinava como elas deveriam ser escritas ou qual lugar em que deveriam ser publicadas. Ao contrário, os documentos nos demonstram que a variação era um componente desta fonte/objeto.

Neste sentido, seus textos deveriam ganhar visibilidade, não importando a estratégia. Assim, alguns investiam no tamanho, enquanto outros no formato para chamar a atenção do leitor.

No entanto, não se pode afirmar que haja uma regularidade de leitura delas, somente determinar as suas formas de publicação. Para o período, o constante aparecimento destes espaços nos jornais indica-nos, ao menos, a importância delas, em alguma forma, naqueles debates anteriores ao golpe de Estado.

A leitura das Solicitadas autoriza aos pesquisadores analisá-las com uma determinada neutralidade em relação ao seu conteúdo e à linha editorial do jornal onde se publica, uma vez que são opiniões privadas. Esta neutralidade, entretanto, não pode ser total, já que a existência de Solicitadas dentro de um jornal também implica que este meio é parte do contexto e ator naquela realidade a ser analisada.

Portanto, quando se pensa na Solicitada dentro de uma realidade macro da sociedade ou a “anacronia” desta fonte/objeto, implica-nos a pensar na organização publicadora e nas suas idéias ali divulgadas, relacionando-as com suas experiências e projetos políticos. Assim, pode-se discorrer sobre a responsabilidade dos grupos publicadores que determinou a publicação – escolhas de jornais cujos consumidores podem estar mais ou menos interessados em suas lutas, suas posições e reações aos fatos.

Todavia, ao nos retirarmos do contexto macro do histórico-social e passarmos para o contexto micro do próprio meio de divulgação ou a “sincronia” dele, teremos de pensar a influência do jornal na publicação. Ou seja, a forma em que se escreve no comunicado, a realidade na qual se refere e para qual ele apela também são determinadas pelo contexto do meio de publicação, conformada pelo tipo de jornal, seus colunistas e jornalistas, por sua linha editorial e por seu Contrato de Leitura.

1.1 – Alguns Poucos Números: A Relação entre Solicitadas e Jornais

Dos três periódicos pesquisados – *La Nación*, *Clarín* e *La Opinión* – foram recuperadas quatrocentas e quarenta e seis (446) Solicitadas, durante os meses de junho de 1975 a março de 1976. Noventa (90) delas foram recuperadas do *La Nación*, cem (100) estavam no *Clarín* e duzentas e cinquenta e seis (256) no *La Opinión*.²⁰

²⁰ Não foi possível verificar as Solicitadas do mês de junho do jornal *Clarín*, uma vez que este estava deteriorado. A averiguação terminou no último dia de fevereiro de 1976, pois os exemplares de todos os

Constatou-se que a maioria das Solicitadas publicadas no primeiro periódico, o *La Nación*, foi redigida por Empresas ou Grêmios Empresariais (40%), apesar da habitual publicação pelos Sindicatos e Organizações de Trabalhadores (31%). As do segundo periódico, *Clarín*, foram assinadas majoritariamente por Sindicatos e Organizações de Trabalhadores (53%), seguidas de Partidos Políticos e Movimentos Sociais (19%) e Empresa e Organizações Empresariais (15%). Já o terceiro jornal, *La Opinión*, possui uma maior quantidade de comunicados de Organizações Trabalhistas (40%), seguido de Empresas e Grêmios Empresariais (31%).

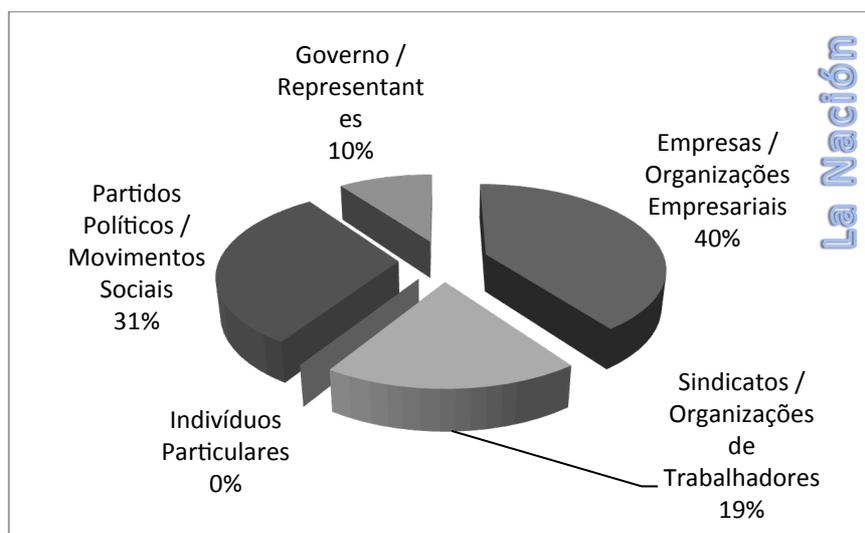


Gráfico 1

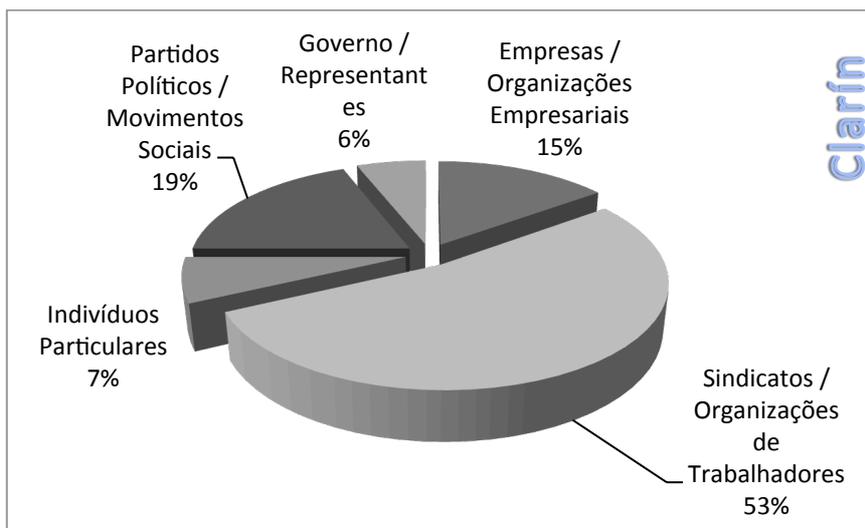


Gráfico 2

jornais em março daquele ano não estavam disponíveis, devido suas más conservações. O número aqui explicitado não significa a totalidade das expressões, apenas uma quantidade aleatória para amostragem.

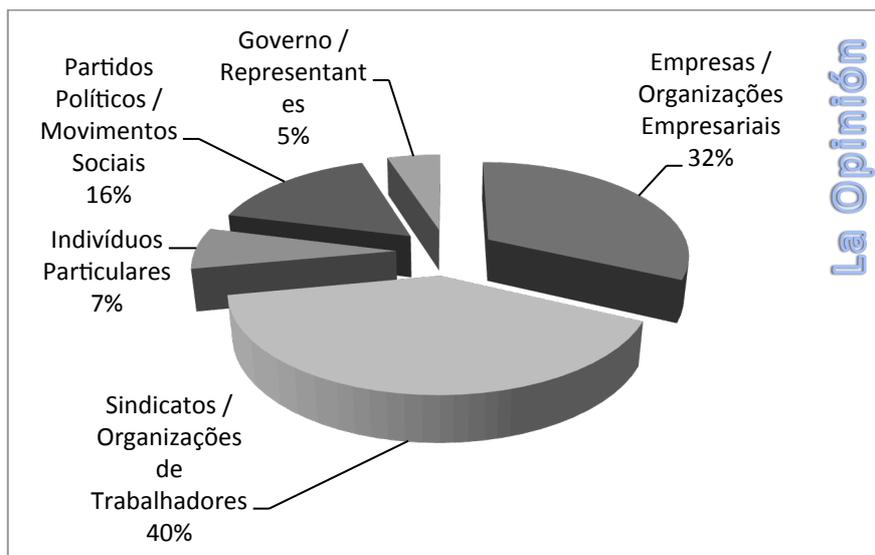


Gráfico 3: Gráficos elaborados com dados da pesquisa realizada na Biblioteca Nacional de Buenos Aires

Esta quantificação pode demonstrar a importância do poder aquisitivo e político para manejar tal estratégia de divulgação naquele período. Na Argentina dos anos 1970, alguns setores sociais possuíam uma maior expressão política e econômica, principalmente depois do retorno do peronismo ao governo e suas associações com alguns sindicatos de trabalhadores e empresários.

Por outro lado, esses números também podem determinar uma busca dessas organizações para atingir um público voltado aos seus interesses, abrangendo um setor específico da sociedade. Isto quer dizer que aqueles que publicaram no *La Nación* desejavam que seus leitores fossem o público deste jornal, ocorrendo o mesmo com os compradores de espaços do *Clarín* e do *La Opinión*.

É, entretanto, o inverso que se torna interessante. Verificar que algumas organizações queriam atingir um público fora de seu grupo social, publicando Solicitadas em jornais de ideologia diferente da sua.²¹ Isto não implica que o leitor do jornal vá interpretar aquilo que se almejava dizer na publicação, mas, ao menos, posiciona uma preocupação que tinham determinadas organizações em atingir um público mais amplo ou dialogar com outras visões de mundo.

Podemos ver que há uma presença, em maior ou menor grau, de muitas das organizações conflitantes desta sociedade dentro de cada jornal analisado, o que nos possibilita visualizar as disputas materiais naqueles discursos e as maneiras de contato

²¹ No Capítulo III, destinado a análise dos conteúdos das Solicitadas, veremos alguns casos específicos.

com distintas vertentes sociais. Assim, houve Solicitadas de múltiplos tipos ideológicos, em todos os jornais pesquisados, inclusive, em alguns casos, se repetindo em cada um deles.

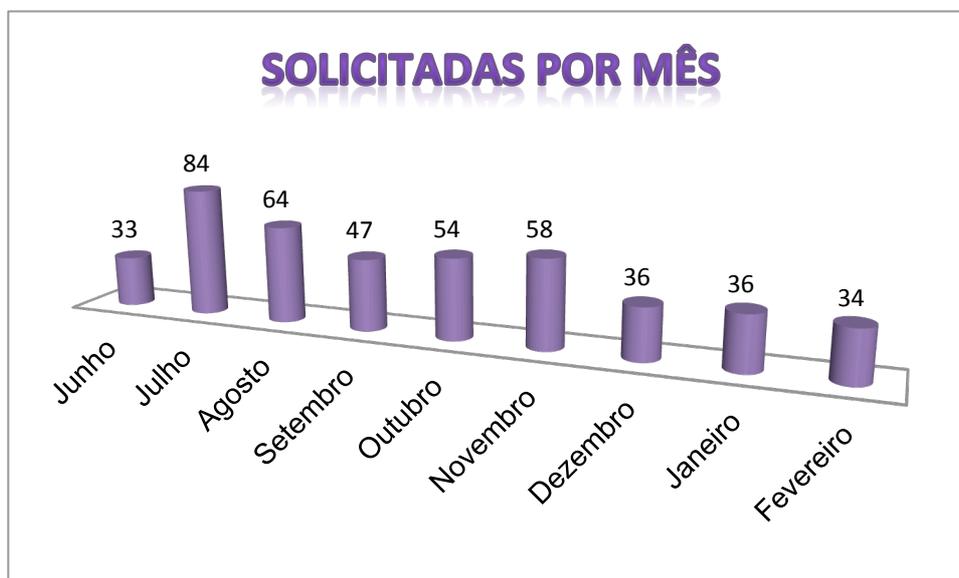


Gráfico 4: Números de Solicitadas por mês elaborado a partir de dados da pesquisa realizada na Biblioteca Nacional de Buenos Aires

Como se verifica no gráfico acima, às 33 Solicitadas publicadas no mês de junho, foram adicionadas mais 50 publicações deste tipo, durante o seguinte mês. Essas mantiveram um número relativamente estável até dezembro de 1975, decaindo deste mês em diante.

A quantidade crescente das Solicitadas na grande imprensa durante o período analisado aponta que o momento entre o *Rodrigazo* e o golpe militar foi um dos períodos fundamentais para se publicar essas estratégias de divulgação, já que se viviam grandes disputas políticas. Isto pode ser explicado pela favorável recepção da opinião pública em relação a um discurso que afirmava a saída e um futuro melhor, naquele momento que a sociedade estava em crise, e, desta maneira, as Solicitadas tornar-se-iam mais um meio de comunicação e conexão com a opinião pública.

As temáticas que motivaram e empreenderam os escritos são de características diversas: da ordem do trabalho, do círculo de produção e consumo no país, de críticas a políticas específicas, entre outros.²² Designadamente sobre o conteúdo que se trabalha, a

²² Sobre as Solicitadas referentes às contendas entre sindicatos de trabalhadores e associações do empresariado, foi publicado o artigo: ROCHA, Marina Maria de Lira. Solicitando ao Pueblo Argentino:

violência (e, então, foram consideradas aqueles escritos que faziam objetivamente alusões dos termos como subversão, repressão, desaparecimentos, ausências, censuras, assassinatos, mortes em confronto, entre outras que se referem à prática), verificou-se, no conjunto inicial, 193 Solicitadas, portanto cerca de 40% da totalidade. Entre elas, 56 foram publicadas no *Clarín*, 45 no *La Nación*, e 92 comunicados sobre a temática no *La Opinión*.

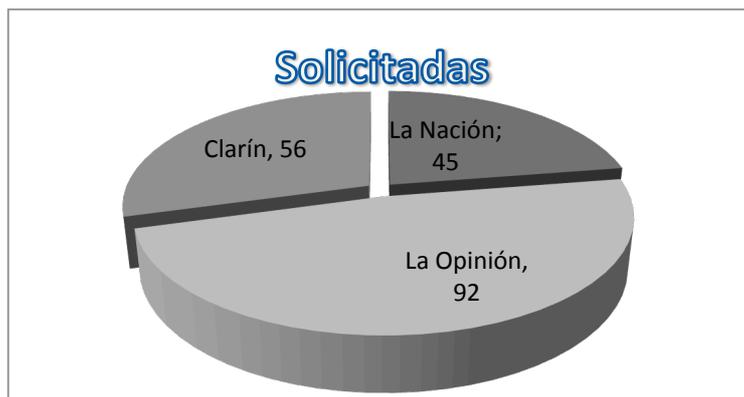


Gráfico 5: números de Solicitadas por jornal sobre o tema da violência

Após o golpe, parece lógico que as Solicitadas quase que desapareçam devido à repressão do governo. Assinar tais comunicados era assinar sua sentença de “culpa” em colocar-se politicamente e, desta forma, esperar pelas conseqüências quase sempre aplicadas sem indulgência. Raramente publicavam-se Solicitadas que traziam opiniões favoráveis aos militares, sem as surpreendentes disputas ideológicas do período anterior. As Solicitadas voltariam em 1977 com questões, essencialmente, sobre os direitos humanos, seguindo as posições que tais discussões tomavam na agenda mundial.²³

1.2 – Desembrulhando o Peixe: os Jornais *La Nación*, *Clarín*, e *La Opinión*

Muitas vezes, a imprensa foi utilizada como fonte para trabalhos históricos, por sua quantidade de informações publicadas sobre determinadas épocas, considerando suas perspectivas e posições culturais, econômicas e políticas. Outras vezes, foi tratada

Antagonismo de classes e contendas entre trabalhadores e empresários nos comunicados da imprensa. In: KUSHNIR, Beatriz. (Org.). *Op. Cit.*, 2009. pp.123-140.

Sobre as Solicitadas referentes aos desaparecidos daquele período, ver: ROCHA, Marina Maria de Lira. Pelas Letras do Vazio: as categorias de desaparecidos e ausentes na Argentina dos anos 1970. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.22, N°44, pp.422-438, julho-dezembro de 2009.

²³ BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martí. *Op. Cit.*, 2006.

como objeto dos estudos por simbolizar uma força política e econômica da região estudada em contextos específicos.

A imprensa pode ser considerada um instrumento comunicacional que possui elementos e funções políticas, econômicas, culturais e jurídico-institucionais. Ela é o instrumento que engloba funções políticas, pois legitima ou resiste ao poder. Quando uma empresa comercial, ela é instrumento com funções econômicas que estimula o consumo, através de seus anúncios, e tem como objetivo gerar lucro a seu proprietário. Possui também funções culturais por reproduzir e criar hábitos e gostos. E, ainda, funções jurídico-institucionais, já que legitima determinadas regras éticas e morais.²⁴

Consideramos aqui a grande imprensa dentro do sistema de mercado, que objetiva o lucro e que tem um projeto político a defender junto aos empresários.²⁵ Neste sentido, a função econômica relaciona-se com sua função política, pois sua autonomia é sujeitada à intervenção do seu contexto social e econômico e aos interesses de seus representantes em relação ao mundo em que se encontram.

Segundo Beatriz Kushnir, a imprensa como uma empresa de informação, se incapaz de fabricá-la por questões éticas, é apta a reformulá-la e negociá-la: “Assim, saber das coisas é um bem, uma cotação que possibilita barganhas, trocas e aquisição de outras possessões”.²⁶ Desta forma, seleciona e contextualiza as informações à sua ideologia, construindo um discurso cuja realidade está relacionada com seus objetivos, ingressando em um processo produtivo que relaciona a informação e os reconhecimentos públicos dela.

De acordo com Eliseo Verón, em um plano macro da produção da imprensa existiriam três noções essenciais desse sistema: o tipo de discurso, seu gênero e suas estratégias. O tipo de discurso (a ideologia em que se escreve) tem a ver com as estruturas institucionais e organizativas que suportam o meio e sua associação com as relações sociais em um ambiente de ofertas e expectativas. Os gêneros (forma em que se dispõe o escrito) se aplicam a matéria lingüística em um ambiente de competição dos produtos, portanto, se o uso da informação é uma entrevista, reportagem, mesa-redonda,

²⁴ MOTTA, Luiz Gonzaga. Imprensa e poder. In: _____. (Org.) *Imprensa e poder*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp.13-31.

²⁵ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004. pp.213-217; 349-352.

²⁶ *Idem*. p.349.

debate, entre outras expressões. Por fim, as estratégias discursivas (como se escreve) podem ser utilizadas no interior de um mesmo tipo e gênero de produção.²⁷

Para reconhecer uma imprensa gráfica, segundo Verón, é necessário perceber que toda variação dela, mesmo com significados similares, contém uma enunciação própria. Tal enunciação nos facilitaria a identificação do tipo de leitor a que cada jornal se dirige e do tipo de jornal que cada leitor está disposto a ler.

Em uma situação de competição de mercado ou de ideologias, o periódico produz seu discurso levando em conta a visão de um grupo de leitores que pretende destinar a produção. Conseqüentemente, assume a prática de repetir esse tipo de discurso, estabelecendo um Contrato de Leitura com aqueles que os consomem.

Se este Contrato é estabelecido no momento da produção, durante a leitura ele passa a ser consumado pelo leitor, que se reconhece no periódico que lê.²⁸ Aqui nota-se um ponto essencial que é a relação da atividade comunicacional com a atividade responsiva dos envolvidos. Ou seja, as respostas que são dadas pelos leitores – apoio, silêncio, discussões, e etc. – ajudam a estabelecer tal Contrato de Leitura e, na direção inversa, as respostas esperadas pelo locutor, quando realiza a produção, também o ajudam a produzir seus discursos.

O conceito de Contrato implica, pois, que um discurso de imprensa é um espaço imaginário, no qual o leitor se vê diante de múltiplos recorridos e elege um caminho com maior ou menor liberdade de interpretação. Neste caminho, se depara com personagens, que muitas vezes são descritos pelo argumento dicotômico da literatura – os heróis e os vilões. Ao ler o periódico, o leitor estabelece algum tipo de relação com estes personagens e suas histórias, dependendo daquilo que lhe é mostrado e como lhe é mostrado.

Quando este grupo de leitores é constituído, a produção do periódico passa a ter que formular-se também tendo em base este Contrato. Neste sentido, restringe-se a interpretações características das pessoas que conformam o grupo consumidor e a percepção que o grupo de anunciantes tem deste periódico para não perdê-los.

Ante todo, estamos ante fenómenos de reconocimiento que, por supuesto, no son ni del orden de la retoma intertextual productiva, ni del orden del consumo dominado por el imaginario de la ‘creación’, como ocurre en el

²⁷ VERÓN, Eliseo. Prensa Gráfica y teoría de los discursos sociales: producción, recepción, regulación. In: _____. *Fragmentos de un tejido*. Buenos Aires, Gedisa, 2004. pp.193-211.

²⁸ *Idem* e VERÓN, Eliseo. Cuando leer es hacer: la enunciación en el discurso de la prensa gráfica. In: _____. *Fragmentos de un tejido*. Buenos Aires, Gedisa, 2004. pp.171-183.

caso de la literatura, sino que implican, por el contrario, un horizonte de expectativas de los consumos del orden de la repetición. El lector ‘fiel’ a un título de prensa lo es porque sabe precisamente de antemano qué tipo de discurso va a encontrar en él.²⁹

Ao analisarmos as Solicitadas, as noções de Contrato de Leitura e de sua produção são extremamente importantes. Pois, elas nos remetem a reflexões sobre causas e conseqüências de se publicar comunicados em lugares comuns ou desiguais ao seu próprio pensamento, tanto para os “solicitadores” quanto para os produtores do jornal.

Isto quer dizer que, por um lado, esta perspectiva é importante para perceber por que determinadas organizações são capazes de publicar em jornais que não administram as informações sob o mesmo fundamento, atingindo a um público diferente do habitual, mesmo que correndo o risco de não ser devidamente entendidas. Ou, ao contrário, para olhar aquelas que publicam em jornais cujo público é conformado pelo mesmo grupo econômico-social que os publicadores, fazendo com que a mensagem ideológica por trás das palavras seja compreendida da mesma maneira como fora disposta.

E, mais ainda, nesta conformação de Contrato, existe a posição dos produtores da imprensa gráfica que publicam aquelas Solicitadas, interpretando a realidade de forma distinta ou igual à conduta de seu produto. Qual seria a motivação deles para publicarem tais expressões em seu produto?

O que nos é indicado para responder essa questão, primeiramente, seria a função econômica do jornal que possibilita tais brechas. Os atos de compra do espaço de propaganda e jornal pelo consumidor ou rejeição dela dão efeitos a sua conduta. Se ambos continuam realizando a ação, a contradição não lhes configura um problema, afinal tais produtos são jornais de informação, em um período democrático, que sobrevivem do financiamento dos espaços para a publicidade e do consumo dos periódicos.

Mas outra possibilidade de contestar tal pergunta também está na função política do periódico. Isto quer dizer que os discursos das Solicitadas também poderiam auxiliar as interpretações das leituras do próprio jornal, seja pela afirmação de seus discursos ou, em alguns casos, por sua própria negação.

Para ajudar-nos a analisar mais profundamente este contexto micro da produção dos periódicos que foram suportes para a publicação das Solicitadas e entendê-las no

²⁹ VERÓN, Eliseo. *Op. Cit.*, 2004. p.207.

específico espaço, tentarei trazer um pouco das histórias do *La Nación*, do *Clarín* e do *La Opinión*. Afirmando, de antemão, que poucas são as bibliografias exclusivas sobre a história e o desenvolvimento de tais meios de comunicação impressa, mas tentaremos realizar o possível dentro das questões e materiais encontrados.³⁰

Segundo Carlos Ulanovsky, a história da imprensa na Argentina começa em meados do século XVIII, onde se circulam, pelo porto de Buenos Aires, as primeiras gazetas manuscritas. Reproduzidas em folhas de 25 por 15 centímetros, elas teriam entrado pela primeira vez no país em 19 de junho de 1764.³¹

No entanto, apenas durante a fase posterior da Revolução de Maio de 1810, houve um crescimento da produção destas gazetas. Isto porque, neste período, foi necessário produzir periódicos que divulgassem a nova organização de poderes naquele Estado independente, difundindo os conceitos de soberania, igualdade e liberdade, a luta pela abertura do comércio e a instituição de determinados costumes e novas idéias jurídicas e legais.

No governo de Domingo Sarmiento (1868-1874), o primeiro censo nacional indicou que, de uma população com 1.877.000 habitantes, aproximadamente 60 mil deles, que viviam em Buenos Aires, sabiam ler e escrever. A Argentina já era um país que contava com uma constituição que garantia trabalho, educação, liberdade, criação de indústrias e abertura das fronteiras aos “homens e mulheres de boa vontade”. E, neste ambiente, os periódicos tornam-se uma maneira prática e moderna para expandir as opiniões sobre os assuntos que estavam na ordem daqueles dias.³²

1.2.1 – O “Empréstimo” de Vozes: o Jornal *La Nación*

Foi com a proposta de discutir estes assuntos que Bartolomeu Mitre fundou o periódico *La Nación*, em quatro de janeiro de 1870, na cidade de Buenos Aires. Mitre foi general do Exército, advogado e jornalista, que trabalhara no *La Nación Argentina* – jornal de José María Gutiérrez. Criou o partido *Unión Cívica* (UC) e foi presidente da República Argentina, entre os anos de 1862 e 1868. Ao criar o *La Nación*, Mitre

³⁰ Há um estudo de Ricardo Sidicaro sobre o *La Nación*, intitulado *La política mirada desde arriba: las ideas del diario La Nación* (1993). Para os outros dois jornais não há estudos específicos sobre suas histórias, apesar da importância destes, apenas menções em outros objetos, principalmente em biografias de jornalistas e diretores dos jornais. Menos ainda, existe uma análise da relação entre os três.

³¹ ULANOVSKY, Carlos. *Parén las rotativas: Historia de los grandes diarios, revistas y periodistas argentinos*. Buenos Aires: Editora Espasa, 1997. pp.13-40.

³² Entre estes assuntos, discutia-se a posição social do índio, a instalação de ferrovias, a localização da Capital institucional da república e etc. *Idem*.

admitiu haver criado uma espécie de jornal-propaganda, um projeto que estabelecia uma afinidade entre a criação do Estado e as relações entre o poder e a imprensa.

Cuando funda *La Nación*, lo que Mitre pretende es tener un diario que contribuyera a consolidar la organización nacional. Para cumplir en los papeles aquellos que ya tenían expresado como jefe militar y como presidente. Y aunque no siempre dirigió el diario, su influencia fue considerable, en especial, acerca de los sentimientos e intereses bonaerenses.³³

Até hoje pertencente à família Mitre, *La Nación* é concebido como um jornal que favorece um poder econômico e que, desde sua fundação, se proclama a “voz lúcida” das classes dominantes argentinas. No entanto, analisando os editoriais deste diário e suas idéias políticas, Ricardo Sidicaro aponta um rompimento nas expressões do *La Nación* que o qualificaria sob dois períodos distintos: de 1870 a 1909 e de 1909 em diante.³⁴

O primeiro período do matutino, de acordo com Sidicaro, haveria sido marcado por forças de combate político de posição partidária. Apesar de encontrarmos jornalistas de diversas correntes naquela redação,³⁵ Bartolomeu Mitre tinha o claro objetivo com aquele pequeno jornal, cuja tiragem inicial era de mil exemplares, de ensinar aos cidadãos argentinos a pensar seu presente.

Neste sentido, desde sua fundação até o ano de 1901, *La Nación* iria sofrer com cinco clausuras impostas por distintos governos. Em setembro de 1874, Domingo Sarmiento o fechou sob o argumento da ação revolucionária realizada pelo diretor do jornal. Um ano e meio mais tarde, o presidente que o sucedeu, Nicolás Avellaneda, o interrompeu por uma semana por causa de seus editoriais. Pelo apoio do *La Nación* à Revolução de 1890, o diário foi enclausurado duas vezes no governo de Juárez Celman. E, em meados de 1901, o presidente Julio Rocca o fechou por um dia devido às críticas levantadas pelo jornal à economia política levada a cabo pelo governo.³⁶

Com a morte de Bartolomeu Mitre, em 1906, e de seu sucessor Emilio Mitre, o sobrinho Luis Mitre, assumiu a direção do jornal, propondo uma modificação em sua estrutura e afastando-o da identificação direta que possuía com a *Unión Cívica* e aos

³³ Entrevista de Ulanovsky com José Claudio Escribano, secretário geral de redação do jornal em 1996. *Idem.* p.20.

³⁴ SIDICARO, Ricardo. *La política mirada desde arriba: Las ideas del diario La Nación (1909-1989)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1993.

³⁵ Ulanovski cita, por exemplo, Juan B. Justo que era socialista, Alberto Ghrialdo, anarquista, e Emilio Mitre, homem de idéias progressistas e renovadoras. ULANOVSKY, Carlos. *Op. Cit.*, 1997. p.27.

³⁶ *Idem.* p.16.

seus candidatos. Em 1909, reestruturou-o para que este expusesse um pensamento político vinculado ao conjunto da classe dirigente em geral, tomando a posição de escrever com uma visão da sociedade e afirmando que “emprestariam suas vozes” aos dirigentes argentinos.

A partir de então, *La Nación* é reconhecido por sua continuidade de público, que é um grupo social seletivo: funcionários judiciais, homens de empresas, políticos, latifundiários, membros das Forças Armadas, gente da Igreja e progressistas liberais.³⁷ “Cada diario tiene un mercado propio – sólo el de Clarín atraviesa transversalmente a la sociedad – y el público de La Nación, en un sentido un tanto exacerbado, sería el de un club selecto que se sabe dominador”.³⁸

Assim, durante a administração do chamado Terceiro Peronismo, o jornal preocupava-se em discorrer sobre as posições do governo em relação à violência e as constantes manifestações dos distintos setores sociais. No governo de Isabel Perón, o diário duvidava da capacidade da presidenta de reverter à situação caótica do país e, assim, colocava-se como portador de uma verdade econômica e contrário ao poder político.³⁹

Como tantos outros, que naquele período expunham a debilidade do governo, o jornal utilizou-se de discursos para atacá-lo, sem nenhum receio de retaliação, uma vez que já havia se estabelecido na sociedade como importante formador e divulgador de opinião. Neste sentido, soube silenciar e se colocar: exprimiu as preocupações das Forças Armadas em instituir a ordem no país, não falou sobre alguns casos, não quis saber de documentos dos sindicatos dos trabalhadores, tampouco escutar suas opiniões, não criticou os métodos de outras ditaduras que já aconteciam no Cone Sul, e bastou-lhe respaldar-se na figura de Jorge Rafael Videla e nos supostos princípios morais que trariam o “Processo de Reorganização Nacional”.

Sobre a temática da violência, *La Nación* colocou-se contrário as atividades consideradas violentas em seus extremos abstratos, publicando reportagens sobre as vítimas dela e seus desaparecimentos. Mas, ao lermos seus textos, vemos uma “subversão” que ameaçava as vidas dos argentinos em geral, enquanto a violência da

³⁷ BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martí. *Op Cit.*, 2006. pp.26-59.

³⁸ *Idem.* p.36.

³⁹ SIDICARO, Ricardo. *Op. Cit.*, 1993. pp.371-394 e DI TELLA, Guido. *Perón-Perón (1973-1976)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1983. pp.18-21.

repressão legal e clandestina atingia sempre vítimas provindas de seu próprio entorno social. Logo, todos os demais sujeitos reprimidos tinham a “merecida punição”.⁴⁰

Apoiando a intervenção militar, Blaustein e Zubieta afirmam que, depois do golpe, *La Nación* “sentiu-se em casa”. Não se tornou “opaco”, como o *Clarín*, nem iluminou os resquícios democráticos daquela sociedade, como o fez *La Opinión*. Estava acomodado em uma situação bastante favorável, na qual os interesses daqueles com quem possuíam o Contrato de Leitura estavam assegurados, e o jornal seguiria normalmente na defesa deste setor.⁴¹

1.2.2 – Os Efeitos da Corneta: o Jornal *Clarín*

O *Clarín* é um diário publicado para a Capital e Grande Buenos Aires, fundado por Roberto Noble, em 1945, e assumido por sua mulher Ernestina Herrera de Noble, com o falecimento do marido em 1969. Roberto Noble foi um jornalista, dissidente do socialismo da década de 1920, e criador do socialismo independente. Nos anos 1930, participou do governo conservador de Manuel Fresco, como Ministro do Interior, e, ao final desta década, abandonou a atividade política, passando a dedicar-se a escrita realizada em jornais como o *La Nación* e *Crítica*.

Ao criar o diário *Clarín*, Noble teve o objetivo de apoiar algumas idéias econômicas para a transformação do país. Assumindo uma postura desenvolvimentista, o jornalista em questão defendia a passagem do modelo agrícola-exportador para o urbano industrial. E, assim, em seu primeiro editorial, estavam as seguintes afirmações:

Clarín no tiene vinculaciones ni compromisos con ninguna de las agrupaciones políticas tradicionales. Desde que es y será un diario informativo e independiente, no podría tenerlas. El único y exclusivo compromiso que contrae es con la Nación y consiste en reflejar exacta y objetivamente los hechos de la vida colectiva, analizarlos, juzgarlos a la luz de la verdad y de las conveniencias nacionales.⁴²

Clarín saía com 20 páginas em uma tiragem inicial de 150000 exemplares, que custavam cerca de cinco centavos cada, metade do preço dos demais jornais da época. Desde os anos cinquenta, começou a fazer parte das primeiras posições de um *ranking*

⁴⁰ BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martí. *Op. Cit.*, 2006. p.36.

⁴¹ *Idem.*

⁴² ULANOVSKY, Carlos. *Op. Cit.*, 1997. p.74.

de jornais mais lidos do país, assumindo o quarto lugar, logo atrás do *La Prensa*,⁴³ do *La Razón*⁴⁴ e do *La Nación*.

Para Ulanovsky, algumas de suas características o transformaram em um êxito. Primeiro *Clarín* chegava às bancas de madrugada, antes de todos os outros matutinos. Depois, porque ele apelou basicamente para questões locais, investindo na seção de Esportes e Espetáculos, que eram consideradas banais e popularescas para os demais diários. A estas características somou-se sua independência em relação ao governo peronista daquelas décadas, que reconhecia sua importância em circulação e vendas.

Todavia, segundo Pablo Llonto, outro acontecimento foi essencial para o estabelecimento do *Clarín* no consumo da população da Capital argentina: a clausura, no segundo governo peronista, do jornal *La Prensa*.⁴⁵ Este fato teve como consequência a passagem dos comunicados e do público da classe média profissional, que lia tal diário, para o *Clarín*, tornando-o um produto de grande potencial de crescimento no mercado.⁴⁶

Este processo consolidou-se com o retorno do diário proibido, sob influência da *Confederación General del Trabajo* (CGT). O diário voltou, mas já não agradava a classe média, que não se identificava mais naqueles escritos e preferiu estabelecer o Contrato com o *Clarín*, cuja posição política não era nem muito peronista tampouco demasiado antiperonista.⁴⁷

Neste sentido, o jornalista Raúl Burzaco, afirmou que o crescimento do *Clarín* deveu-se a confluência dos diversos fatores ocorridos na época:

Yo no creo tanto en la historia de que el crecimiento de *Clarín* fuera por los avisos clasificados, rubro recibido de *La Prensa*. Noble hizo un diario muy popular, con títulos sensacionales y una línea muy acorde de la época. Era un diario que agradaba al peronismo porque apoyaba al desarrollo y la industria.

⁴³ Matutino, fundado em 1869 por José Clemente Paz, era porta-voz de setores conservadores e antiperonistas. Permaneceu nas mãos da CGT, sob intervenção do governo Peronista, até a “Revolução Libertadora” de 1955. ULANOVSKY, Carlos. *Op. Cit.*, 1997.

⁴⁴ Diário criado em 1905 com o objetivo de distanciar-se dos jornais apadrinhados pelos partidos ou pelos *caudillos*, considerado como um dos mais profissionais da época. ULANOVSKY, Carlos. *Op. Cit.*, 1997. pp.25-26.

⁴⁵ Devemos lembrar que Perón, nos anos 1950, criou a *Comisión Bicameral del Congreso*, sob comando dos deputados José Emilio Visca e Rodolfo Decker, encarregada de censurar os meios escritos. A idéia desses operativos de censura era de Evita Perón com argumento de que os meios deveriam servir ao “povo” e acusando alguns deles de estarem a serviço da Antipátria. O fechamento de *La Prensa*, por exemplo, foi uma medida tomada de forma rápida e exemplificadora para aqueles jornais opositores do peronismo. *Idem*. p.82

⁴⁶ LLONTO, Pablo. *La Noble Ernestina: El misterio de la mujer más poderosa de Argentina*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2007.

⁴⁷ *Idem*. pp.101-102.

Así creció. Con los clasificados, Clarín pasó a ser el diario de servicios. Todo el cuentapropismo del país empieza a comprarlo como herramienta de diálogo y para saber cómo está parado en el mercado.⁴⁸

Depois da morte de Roberto Noble, Ernestina Noble procurou entender as propostas industrialistas e desenvolvimentistas do marido para seguir adiante com o projeto do jornal. Durante o ano de 1969, a viúva dedicar-se-ia aos estudos, deixando o *Clarín* nas mãos do advogado Arturo Frondizi e do jornalista Rogelio Frigerio, membros fundadores do *Movimiento de Integración y Desarrollo* (MID).

E, apenas no ano seguinte, Ernestina Noble resolveu assumir sua direção, tornando-se, no ambiente profissional do jornalismo argentino, a figura de *La Directora* ou *La Viuda*. Ernestina declara, então, que seu jornal seria o instrumento do desenvolvimentismo no país e integra, na sua equipe administrativa, três jovens militantes deste movimento – José Antonio Aranda, Rafael Lucio Pagliaro e Héctor Magneto.⁴⁹

Nos primeiros anos da década de 1970, *Clarín* deu um salto em suas tiragens, publicando em média 360 mil exemplares diários e aproximando-se de uma das maiores tiragens do país – 500 mil exemplares por dia compartilhados entre *La Razón* e *Crónica*.⁵⁰ Segundo Blaustein e Zubieta, a singularidade deste jornal foi exatamente esta evolução política e social, que, ao longo do tempo, permitiu-lhe uma construção ideológica própria e uma acumulação do enorme poder econômico visto na atualidade.⁵¹

Mesmo influenciado pelo MID, um movimento antiperonista, *Clarín* mostrou-se complacente ao peronismo, durante seu terceiro momento, principalmente em relação ao governo Cámpora e aos meses iniciais da presidência de Perón. Com esta posição, o jornal possuía um discurso oscilante e, ao longo do tempo, diversificava seus leitores e atravessava grande parte da sociedade argentina.⁵² Mesmo com o crescimento do *La Opinión*, que abrisse uma concorrência e já publicava cerca de 100 mil exemplares diários em 1973, *Clarín* continuava sendo o jornal preferido dos ambientes profissionais e da classe média.⁵³

⁴⁸ ULANOVSKY, Carlos. *Op. Cit.*, 1997. p.96.

⁴⁹ *Idem*. pp.214-215.

⁵⁰ LLONTO, Pablo. *Op. Cit.*, 2007. pp.123-124.

⁵¹ O *Grupo Clarín* possui a maior operadora de televisão a cabo da América Latina (a *Cable Visión*), é proprietária da revista esportiva *Olé*, do periódico *La Razón*, do Canal 13 de televisão aberta na Argentina, do canal de notícias TN e das rádios Mitre e FM 100, entre outras propriedades. *Idem*. p.33 e BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martí. *Op. Cit.*, 2006. pp.26-59.

⁵² BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martí. *Op. Cit.*, 2006.

⁵³ LLONTO, Pablo. *Op. Cit.*, 2007. p.136.

Contudo, sua posição política e suas idéias sobre o peronismo iriam modificar-se a partir de 9 de setembro de 1973. Neste dia, o grupo armado *Ejército Revolucionario del Pueblo*, em sua fração chamada de *22 de Agosto* (ERP-22),⁵⁴ seqüestrou o advogado Bernardo Sofovich em troca de uma Solicitada da organização naquele jornal. *Clarín*, diante das ameaças do grupo, aceitou às demandas da organização armada e, desta forma, provocou a ira do sindicalismo peronista.⁵⁵ Rejeitando o espaço aberto para a publicação de idéias contra o peronismo ortodoxo, a resposta foi material. A direita sindical ateou fogo na redação do diário e acusou-os de cúmplices de seqüestradores.⁵⁶ Segundo o testemunho do secretário de redação do *Clarín*:

La publicación que se hizo por una cuestión de vida o muerte, suscita una violencia crítica de Perón y un ataque de matones vinculados a sectores sindicales. Ellos se equivocaron, porque en lugar de ingresar por la entrada de la calle Tacuarí para atacar las rotativas como era su intención, trataron de entrar por Piedras. Justo en ese momento el patrullero de una comisaria que no era la del barrio pasó por ahí, vio lo que estaba pasando, se bajó un oficial armado, dio la voz de alto y como respuesta un balazo le voló la gorra. El policía dispara y hierre en una pierna a uno de los atacantes. Antes de que se lo llevaran se le escuchó decir: “estoy vivo, estoy vivo, avísenle a Rucci y a Lorenzo Miguel que estoy vivo”.⁵⁷

Depois deste episódio, a política do jornal estabeleceu o rompimento com o peronismo, demitiu delegados sindicais e decidiu não tratar temáticas de grupos considerados violentos.⁵⁸ Assim, passou a fazer alianças políticas e econômicas com os militares, a noticiar argumentos para a intervenção destas forças, e, quando se confirma o golpe, o diário adota, em suas páginas políticas, um “tom acinzentado”, reproduzindo o discurso oficial.⁵⁹

Mas a vida do jornal durante a ditadura de 1976 é marcada por outros acontecimentos...

Em dezembro de 1976, este jornal, conjuntamente ao *La Nación* e o *La Razón*, conseguiu comprar da família Graiver a empresa *Papel Prensa*, principal fabricante de papel jornal no país. A operação, tutelada pelo Ministro de Economia, Martínez de Hoz,

⁵⁴ O ERP-22 reivindicava-se marxista, mas ao contrário do movimento que o originou, opositor expressivo do peronismo e acusador de sua posição não revolucionária, ele apoiava o governo de Héctor Cámpora e a *Frente Justicialista de Libertación* (FREJULI).

⁵⁵ LLONTO, Pablo. *Op. Cit.*, 2007. pp.133-143.

⁵⁶ Sobre este episódio, Perón manifestou-se contra o diário, qualificando sua atitude como irresponsável, e afirmou que o procedimento deveria ter sido ir à polícia para denunciar os seqüestradores. ULANOVSKY, Carlos. *Op. Cit.*, 1997. pp.221-222.

⁵⁷ ULANOVSKY, Carlos. *Op. Cit.*, 1997. p.222.

⁵⁸ LLONTO, Pablo. *Op. Cit.*, 2007. pp.133-143.

⁵⁹ BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martí. *Op. Cit.*, 2006.

foi realizada rapidamente e a compra se deu por um valor muito inferior ao que ela valia.⁶⁰

Cabe-nos dizer que a família Graiver passava naquele momento por uma situação bastante peculiar. Em seis de agosto daquele ano, David Graiver morreu em um acidente de avião, com destino a Acapulco, que fora mal explicado e até hoje é questionado. O banqueiro e empresário possuía ligações com o grupo armado *Montoneros*, guardando-lhes em seus cofres o dinheiro de seqüestros realizados pela organização, somando um total de US\$ 16.825.000. Grande parte deste dinheiro foi obtida com os resgates de Juan e Jorge Born, diretores e acionários da empresa Bunge & Born, seqüestrados em 19 de setembro de 1974, e de Henrich Franz Metz, diretor da Mercedes Benz, seqüestrado em 23 de outubro de 1975.

Neste contexto, a viúva de Graiver, Lúcia Papaleo, passou a padecer com a iliquidez do Grupo Graiver, cujos bens foram apropriados pelo governo militar. Assim, Papaleo foi convencida à venda da empresa para o *La Nación*, *Clarín* e *La Razón* que, ao comprá-la, ganharam outro motivo para apoiar o “Processo de Reorganização”.⁶¹

Em 8 de março de 1977, o General Ramón Camps, Chefe de Polícia da Província de Buenos Aires, liderou o operativo que iria prender o pai de David Graiver, Juan Graiver, em seu apartamento na Avenida Santa Fé, na Capital Federal. Nas semanas seguintes, deteve-se a esposa de Juan, seu outro filho, Isidoro Graiver e sua respectiva mulher, Lidia Papaleo e alguns empregados e secretárias do banqueiro falecido. Todos eles foram interrogados e torturados em Centros Clandestinos de Detenção (CCD).⁶²

Para além desta operação econômica, o jornal *Clarín* também é conectado à ditadura pela suspeita de que sua diretora apropriou-se de filhos de desaparecidos políticos. Segundo Ernestina Noble, em 13 de maio de 1976, ela se apresentou diante do Juizado de Menores, em San Isidro, para denunciar o aparecimento de um bebê, que havia sido deixado na porta de sua casa dentro de uma caixinha de papelão. Quando

⁶⁰ Nos últimos dias de setembro de 2010, o governo de Cristina Kirchner apresentou uma denúncia de desapropriação ilegítima da fábrica *Papel Prensa* do Grupo Graiver ao juiz federal de La Plata, Arnaldo Corazza. Tal denúncia foi feita pelo secretário de Direitos Humanos, Eduardo Luis Duhalde, acusando o governo ditatorial e os jornais *Clarín*, *La Nación* e o extinto *La Razón* de serem responsáveis por uma transação econômica ilegal. In: “El Papel del Estado en la causa por Papel Prensa”. *Página/12*. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-153596-2010-09-22.html>

⁶¹ Para a história de David Graiver, ver: GASPARINI, Juan. *David Graiver: El banquero de los montoneros*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2007.

⁶² MOCHKOFKY, Graciela. *Timerman: El periodista que quiso ser parte del poder (1923-1999)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003. pp.264-270.

cuidava dos trâmites da adoção da menina abandonada, alegou que uma mulher de nome Carmen Luisa havia entregado outro bebê para adoção no mesmo Juizado. Coincidentemente, o bebê, que era um menino, havia sido deixado à mesma juíza que cuidava de seu caso, Ofelia Hejt. Tomando ciência e sensibilizando-se pela criança, Ernestina resolveria também adotá-la.

Contudo, muitas são as contradições de seu relato. Em 1995, a mulher de um ex-advogado de Noble, Ana Elisa Feldman de Janján, denunciou *La Viuda* pelas irregularidades destas adoções.⁶³ Oferecendo como provas os registros de adoção das crianças, descobriu-se que nos documentos apresentados faltavam menções da maternidade, da paternidade, do lugar de nascimento, e do número de registro de pessoas.

Naquela época e apesar das denúncias constantes de Jaján, nenhum juiz aceitou abrir o processo contra Noble. Isto se modificou com a interferência da organização das *Abuelas de Plaza de Mayo*, que tomaram a frente nos processos cujos querelantes são Carlos Miranda, para o caso de adoção da menina, e Estela Gualdero, para o caso do menino. A advogada das *Abuelas* percebeu que, além dos documentos adulterados, havia ainda outras duas contestações: a mãe que entregou o menino em Juízo teria em posse documentos de um homem inexistente e os depoimentos de Noble e das testemunhas que supostamente haviam visto a menina ser deixada na porta de sua casa estavam em desacordo e suas testemunhas declaravam não saber de nada.⁶⁴

A menina é suspeita de ser Matilde Lanuscou. A família Lanuscou foi assassinada na localidade de San Isidro, em 3 de setembro de 1976, por um Comando do Exército destinado a destruir uma casa operativa da *Columna Norte* dos *Montoneros*. Na casa, encontravam-se os três filhos de Amélia Bárbara Miranda e Roberto Francisco Lanuscou: Roberto, de seis anos, Bárbara, de quatro anos, e Matilde, de seis meses.⁶⁵

Em 1984, uma testemunha declarou que havia visto a criança menor do casal ser levada com vida pelos militares. Sob a denúncia de fraude e seqüestro, realizou-se a exumação dos cinco corpos. Não obstante, quatro deles foram encontrados, enquanto,

⁶³ A mulher movia-se pela vingança devido à falta de pagamento dos honorários de seu marido, o advogado Emilio Janján, que cuidara da causa dos bens deixados por Roberto Noble.

⁶⁴ LLONTO, Pablo. *Op. Cit.*, 2007. pp.39-65.

⁶⁵ O livro de Marisa Sadi aborda o caso Lanuscou sob a narrativa do desenvolvimento de sua pesquisa. Nele, a autora quebra determinados paradigmas estagnados pela versão oficial sobre o operativo que resultou em tais mortes, formulando hipóteses sobre a referida casa, a militância da família, a denúncia da presença dos “subversivos” naquela região, o planejamento e a ação de repressão. SADI, Marisa. *El caso Lanouscou: Columna Norte, la otra historia*. Buenos Aires: Ediciones Nuevos Tiempos, 2009.

no caixão do bebê, havia apenas “um urso de pelúcia rosa, umas pequenas meias brancas e uma chupeta”, mas nenhuma resto da menina.⁶⁶

O menino, por sua vez, é suspeito de ser filho María del Carmen Gualdero, seqüestrada grávida no bairro de Caballito, em 8 de junho de 1976, e levada a uma dependência da Polícia Federal na rua Moreno, onde se perde seu paradeiro. Supõe-se que seu filho tenha nascido no final daquele mesmo mês em algum Centro Clandestino de Detenção. O pai de María del Carmen, militar aposentado, tentou encontrar rastros de seu destino e obteve indicações não confirmadas de que ela passou pelo CCD *Automotores Orletti*. O pai da criança, Ernesto García, já estava morto na época, assassinado em 1975.⁶⁷

O processo para se descobrir a verdade sobre os casos destas adoções/apropriações provocou, em 2002, a prisão da diretora do *Clarín* durante dois dias. No entanto, ele segue há mais de 20 anos sem ainda haver sido resolvido.⁶⁸

Portanto, é a partir da ditadura militar que o poderio econômico de *Clarín* cresce e, conseqüentemente, sua ligação com o poder político e influência neste cenário. O jornal passa a creditar para si a qualificação de que “ninguém governaria com o *Clarín* na oposição”.⁶⁹

Acontece que a recente contenda, iniciada em 2008, entre o governo de Cristina Kirchner e o setor agropecuário iria modificar o cenário da relação entre imprensa e poder político. Vale lembrar que o *Grupo Clarín*, seus principais acionistas e seu vice-presidente, Héctor Magnetto, possuem propriedades agropecuárias. Assim, a posição governamental em relação ao gado argentino gerou uma reação de “guerra” contra o casal Kirchner dentro daquele jornal, que apelava para denúncias tanto de suas atitudes políticas quanto para posturas pessoais.⁷⁰

Cristina, em resposta, teve a oportunidade de voltar ao caso dos filhos adotados e de denunciar Noble, de pensar em tirar-lhe a concessão do Canal 13 e acusar os donos do *Grupo Clarín* de atividades econômicas ilegais. Neste sentido, iniciou-se a discussão sobre democratização da informação, investigação das transações da *Papel Prensa*, as

⁶⁶ *Idem*. p.118.

⁶⁷ LLONTO, Pablo. *Op. Cit.*, 2007. p.78.

⁶⁸ *Idem*. pp.39-65.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ *Idem*. p.21.

fusões de empresas de comunicação, os exames de DNA de Marcela e Felipe e etc., questões há muito silenciadas.⁷¹

1.2.3 – Timerman e o Jornal *La Opinión*

O terceiro jornal suporte da pesquisa é o *La Opinión*, fundado em 1971 pelo jornalista ucraniano Jacobo Timerman. Timerman era um imigrante judeu que havia chegado à Argentina com seus pais, aos cinco anos de idade.

Ao crescer, observando as dificuldades dos pais em estabelecerem-se no país, o jornalista tinha enormes expectativas de mudar sua posição social. Neste sentido, iniciou uma incursão pela política e economia, declarando-se antiperonista, por considerar o peronismo uma corrente muito próxima ao fascismo, autoritária, anti-semita e que atrasaria o progresso do país. Optou, assim, pelo posicionamento da *Unión Cívica Radical* (UCR), estabelecendo relações com os já citados Frigerio e Frondizi, e com José Gerbald, que seria ministro de quatro presidentes do Terceiro Peronismo.⁷²

No início de sua carreira, Timerman trabalhou como redator nos jornais *La Nación*, *Clarín* e *La Razón*, entre outros, até ser convidado pelos militares, em 1962, para criar e dirigir uma revista semanal chamada *Primera Plana*. Esta publicação pretendia trazer as idéias de um setor legalista das Forças Armadas (os *Azules*) e defensores de uma saída democrática para a “Revolução Libertadora”.⁷³

Para tal empreitada, Timerman contratou jornalistas jovens e destacados como Ramiro Casabellas, Tomás Eloy Martínez e Julián Delgado. A revista saía com uma tiragem de aproximadamente de 25000 exemplares, custava cerca de seis vezes mais que as outras revistas e hoje é apontada como um fenômeno revolucionário e original do jornalismo argentino, mesmo que tenha se inspirado na *Times*, lançada nos Estados Unidos. Paradoxalmente, *Primera Plana* seria fechada, em 1969, pelo presidente Juan Carlos Onganía, devido às “ofensas” que esta fazia ao seu governo.⁷⁴

Dois anos depois, frustrado com o projeto *azulista*, Timerman sai da revista que ajudou a criar. Em 1965, começa a publicar outra revista, a *Confirmado*, cujos textos

⁷¹ Para este caso específico, a Justiça determinou a realização dos exames de DNA e comparação com os dos pais suspeitos, mas não com todo o banco de dados dos desaparecidos. *Idem.* p.17-37.

⁷² MOCHKOFISKY, Graciela. *Op. Cit.*, 2003.

⁷³ *Idem.* pp.41-80 e, para revista *Primera Plana*, ver: ULANOSVSKY, Carlos. *Op. Cit.*, 1997. pp.149-150.

⁷⁴ MOCHKOFISKY, Graciela. *Op. Cit.*, 2003. pp.80-143 e ULANOSVSKY, Carlos. *Op. Cit.*, 1997. pp.193-194.

criticavam o governo militar. Essa postura aumentou a repressão sob o jornalista, que, por precaução, foi se auto-exilar em Mendoza.

Naquela cidade, o periodista foi mentor do jornal *El Diario*, que, reunindo jornalistas locais e correspondentes, saía às bancas com 80000 exemplares diários. Entre os mais conhecidos, que ali escreviam, estavam Horacio Verbitsky, Paco Urondo, Milton Roberts e Carlos Ulanovsky. Ao lançar o jornal, Timerman retorna à Buenos Aires e seu novo empreendimento mendoncino não duraria muito tempo mais: *El Diario* diminuíra suas vendas ao número de 5000 exemplares e fechou em 1970.⁷⁵

Ainda naquele ano, começou a trabalhar no projeto de um novo jornal a ser publicado para o mercado portenho, no qual, além de dirigir, seria também o dono. Reuniu-se, então, com Verbitsky e os irmãos gêmeos Julio e Juan Carlos Algañaraz e explicou-lhes que o novo diário seria inspirado no *Le Monde* da França. Não teria fotografias, os textos viriam com análises, os títulos seriam inteligentes e a linguagem, sem eufemismos. Seu nome, *La Opinión*, também seria uma cópia estética do *Le Monde*: escrito em letras góticas. Seria um periódico diário, com exceção da segunda-feira, para reduzir os gastos tanto da produção do jornal, que suprimiria o suplemento dedicado aos esportes, quanto na contratação de repórteres especializados na temática.

Em seu lançamento publicitário iria afirmar que:

Se inaugura la era del diario selectivo, que no intenta ocuparse de todos los temas superficialmente, sino de los fundamentales en profundidad, que no se desespera por combatir en todos los frentes con la radio, la televisión y las revistas.⁷⁶

Contudo, apesar dessas analogias, comparado ao *Le Monde* francês, *La Opinión* era um diário “moderado” e “tipicamente liberal”. Diria seu dono que a orientação ideológica do jornal seria de direita em economia (capitalista liberal), centro no âmbito político (desenvolvimentista) e de esquerda para as questões culturais (trazendo as inovações e as novidades dessa indústria).⁷⁷ O jornal publicava, inclusive, um suplemento dominical, sob direção de Juan Gelman e capas de Hermenegildo Sábat, dedicado à cultura que incluía temas históricos, revisava mitos, publicava poesias,

⁷⁵ MOCHKOFKY, Graciela. *Op. Cit.*, 2003. pp.147-150.

⁷⁶ ULANOVSKY, Carlos. *Op. Cit.*, 1997. p.208.

⁷⁷ MOCHKOFKY, Graciela. *Op. Cit.*, 2003. pp.150-158.

psicanálise, história em quadrinhos, notícias sobre a cena musical, principalmente o rock, e sobre ídolos do cinema e dos esportes.⁷⁸

Seu público alvo era uma classe média, que iria complementar sua leitura, e jovens universitários, que não tinham opção nos jornais publicados naquela época. Desta forma, circulava em Buenos Aires, La Plata e Córdoba, cidades consideradas pólos da intelectualidade argentina, com grandes expressões universitárias e que assinalaram um importante crescimento da politização juvenil naquela década.⁷⁹

Com o projeto pronto, Timerman começou uma busca por financiamento. Sua solução foi o já citado banqueiro David Graiver que, ao longo dos anos, vinha acumulando uma fortuna com suas ligações financeiras e políticas. O esquema combinado foi, então, que 45% da propriedade do *La Opinión* seriam de Timerman, outros 45% de Graiver e 10% de Abrasha Rotenberg, dando-lhe a posição de mediador caso houvesse algum desentendimento entre os majoritários. No entanto, nos documentos oficiais do jornal, Timerman possuía todo o jornal.⁸⁰

Segundo Graciela Mochkofsky, este jornal, sob direção de Jacobo Timerman, passou por duas fases diferentes em sua posição ideológica que refletiu na composição de sua redação.

Na fase inicial, *La Opinión* era conformado por jornalistas jovens (como dizia Timerman “um jardim de infância”) com militância de esquerdas ou progressistas. Horacio Verbitisky militava nas *Fuerzas Armadas Peronistas* (FAP), que se integraria aos *Montoneros*, a guerrilha mais numerosa da época. Os Algañaraz tinham simpatias pela esquerda peronista. Luis Guagnini vinha do trotskismo e se aproximava dos *Montoneros*. Osvaldo Tcherkaski militou na *Juventud Comunista* (JC) e no *Partido Comunista Revolucionario* (PCR). Verbitisky tentou levar para escrever no jornal Rodolfo Walsh, jornalista e escritor, militante dos *Montoneros* que criou a *Agencia de Noticias Clandestinas* (ANCLA), mas Walsh não aceitou o convite. No entanto, sua mulher, Lilia Ferreira entrou na redação para organizar seu arquivo. Outros jornalistas ainda viriam da publicação da *Confederación General del Trabajo* (CGT). Assim, o jornal possuía uma visão bastante simpática à guerrilha e à revolução em vários

⁷⁸ ULANOVSKY, Carlos. *Op. Cit.*, 1997. p.211-212.

⁷⁹ DI TELLA, Guido. *Op. Cit.*, 1983. pp.18-21.

⁸⁰ MOCHKOFSKY, Graciela. *Op. Cit.*, 2003. pp.150-158.

sentidos, refletindo uma visão compartilhada pelos redatores e parte do público, entretanto, não seria a opinião de seu proprietário.⁸¹

O segundo momento do *La Opinión*, de acordo Mochkofsky, iniciou-se em 1973, com o governo de Cámpora e uma greve levantada, na época, pelos jornalistas que o compunham. A versão sobre essa ruptura por Timerman baseou-se na idéia de que seus jornalistas estimavam a orientação socialista do novo governo. Desta forma, teriam eles realizado uma greve, a fim de transformar o *La Opinión* em um jornal mais parecido ao *Le Monde* – expropriá-lo e convertê-lo em uma cooperativa de trabalhadores. Os trabalhadores do jornal, no entanto, alegaram que a greve reivindicava aumento dos salários e que Timerman ameaçou-os de demissão e clausura da publicação, aprofundando o conflito entre eles.⁸²

Neste impasse, o Ministério do Trabalho teve de interferir com muitas audiências para auxiliar o acordo entre as partes, no qual se acertou manter a maioria dos quadros da redação. Depois do fim da greve, entretanto, Timerman mudou a linha editorial do jornal, passou a interferir nos textos, contratar outros tipos jornalistas, despedir e provocar a saída dos jornalistas militantes: por antipatia pessoal demitiu Pasquini Durán, Carlos Ulanovsky, Silvia Rudni, Anibal Walfish, Gabriel Zadunaisky, acusando-os de provocar a greve; durante o processo de demissão, os irmãos Algañaraz resolveram sair do jornal; Miguel Bonasso foi fazer com Rodolfo Walsh o jornal *montonero Noticias*; Hermenegildo Sábat foi escrever no *Clarín* junto com Julio Nudler; Osvaldo Tcherkaski foi para o *La France Presse* de Paris; Verbitsky foi demitido sob o frágil argumento de publicação de “uma má palavra em uma de suas redações”; e assim por diante.⁸³

Os poucos jornalistas de esquerda ou outros mais progressistas, que continuaram no *La Opinión*, não escreviam sobre política. Por exemplo, Osvaldo Soriano escrevia sobre esportes e Tomás Eloy Martínez, do suplemento de cultura, escreveria no jornal até a censura de um de seus artigos sobre a violência no país, no qual Timerman modificaria o texto, retirando alguns nomes e acusando apenas a *Triple A* pelas ocorrências das ações violentas.

⁸¹ *Idem.* pp.150-158.

⁸² Essa discussão também foi levada ao âmbito público através de algumas Solicitadas publicadas por ambos os lados no *La Nación*.

⁸³ Interessante observar que muitos dos jornalistas, que fundaram o *La Opinión*, vão fazer parte do atual jornal de centro-esquerda *Página/12*, o que, de acordo com Mochkofsky, forma um importante legado deixado por ele para o jornalismo de hoje.

Neste sentido, a subdireção do jornal foi oferecida a Enrique Jara, diretor em Buenos Aires do *Latin Reuters*. Ele modificaria a redação, colocando em postos mais importantes alguns redatores com bons contatos militares, como Mario Diamant, Fanor Diaz e Heriberto Kahn. Timerman contrataria ainda Pablo Giussani, Luis Clur, Enrique Alonso, Daniel Muchnik, Oscar Ruiz e Julio Ramos, e traria do *La Nación* José Ignacio López e Eduardo Paredes.⁸⁴

Neste período, *La Opinión* seguiria apoiando o peronismo pelo argumento de democracia, mas passou a exigir-lhe o fim da violência com o aniquilamento da guerrilha e a punição de López Rega. Este posicionamento também possuía a conveniência de identificação de seu público e de alguns empresários, como o próprio Graiver, nomeado por Perón como assessor do Banco Central, ou José Gerbald, que era Ministro de Fazenda e Finanças.

Entretanto, quando assumiu Isabelita, apoiada principalmente por Rega, o inimigo número um do *La Opinión*, o jornal entrou em “guerra” com o governo, associando-o sempre a violência e acusando-o de ligação com a *Triple A* e de ineficiência para acabar com as sucessivas crises. Descrevia o país como um verdadeiro “festival, marcado a fuego por bombazos y clausuras, con colegas ya asesinados por la Triple A y colegas clandestinos y otros que hablan y publican palabras sobre el miedo desde su exilio”.⁸⁵ Lançou-se, desta forma, em uma campanha para expulsá-los do poder, tornando-se um dos principais inimigos do governo e do “bando *lopezreguista*”.

E, nessa situação, o governo tomou a mesma posição de rejeição em relação ao *La Opinión*. Durante o período de presidência de Isabel Perón, vários jornalistas da redação foram ameaçados pela *Triple A* e, alguns deles, tornaram-se realmente vítimas dela. Tomas Eloy Martínez iria se auto-exilar, em Caracas, entre os anos de 1975 e 1983, devido às ameaças feitas pela AAA e a conjuntura posterior da ditadura. Em 18 de maio de 1975, o jornalista Jorge Money, que escrevia na seção de economia do diário, foi encontrado morto perto do aeroporto de Ezeiza. O jornal, ainda, foi alvo de uma propaganda, divulgada em rede de televisão pela Secretaria de Imprensa e Difusão, que o acusava de protetor da guerrilha e de subversivo, comparando-o ao jornal

⁸⁴ MOCHKOFKY, Graciela. *Op. Cit.*, 2003. pp.196-199.

⁸⁵ BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martí. *Op. Cit.*, 2006. p.29.

Noticias, pertencente aos *Montoneros*, e o *El Mundo*, do *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP).⁸⁶

No mês de julho de 1975, *La Opinión* publica a matéria escrita por Martínez – a mesma que o fez desentender-se com Timerman e sair do jornal – na qual se divulgava as atividades da *Triple A* e a ligação dela com o governo e, principalmente, com o Ministro de Bem-Estar Social, López Rega. Este foi o momento crucial de ruptura com o peronismo, já que, ao mesmo tempo, eram deflagradas as manifestações contra os planos econômicos de Celestino Rodrigo.

Depois do término do *Rodrigazo* e a saída de Rodrigo e Rega do governo, Timerman aliou-se a alguns oficiais do Exército e da Marinha, que estavam ganhando poder naquele cenário. Acreditando na democracia dos militares, *La Opinión* começou a fazer campanha pela renúncia da presidenta e a opinar que as Forças Armadas estavam divididas entre “brandos” e “duros”, mas que eram setores “brandos” quem tocariam o “Processo de Reorganização Nacional”.

A leitura que Jacobo Timerman tem deste período é baseada numa espécie de disputa entre o bem e o mal, no qual seu jornal seria a encarnação de uma escrita pela democracia e pelos valores humanos. Em um de seus livros, aquele que o lançou mundialmente como a figura de denúncia da repressão e onde contava sua experiência de prisão e tortura nos Centros Clandestinos de Detenção, ele afirmou que *La Opinión* era atacado por todos os lados porque buscava sempre a verdade:

Procurando uma explicação que fosse além das noções inaceitáveis de democracia, liberdade, tolerância e coexistência, tanto a esquerda quanto a direita destinavam-se a concordar em algum ponto: só podia haver algum comando imposto ao qual *La Opinión* obedecia. O jornal obviamente não escolhia o suicídio diário, um flerte dúbio com a morte gratuitamente.

(...) que fez de *La Opinión* uma entidade suspeita, pois nenhum dos dois setores podia entender qual a vantagem que o jornal levava. E era duro admitir que não levava nenhuma.

(...) Aos olhos de todos, algo suspeito e inexplicável acontecia, e tinha que haver uma explicação. Naquele mundo de incessante obsessão patológica, quem poderia admitir a existência de um grupo limitado de pessoas no *La Opinión*, no *Herald* de Buenos Aires, e na Assembléia Permanente de Direitos Humanos que aderissem a alguns dos sentimentos e verdades mais simples, dos quais recusavam a descartar-se e que eram mais fortes que o medo?⁸⁷

⁸⁶ LARRAQUY, Marcelo. *López Rega: El peronismo y la Triple A*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007. p.337.

⁸⁷ TIMERMAN, Jacobo. *Prisioneiro sem nome, cela sem número*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982. pp.117-118.

Timerman conformou, assim, uma memória própria de que seu jornal condenava o terrorismo e a violência de ambos os lados, tomando uma posição autônoma em relação ao governo e aos outros jornais. A seu ver, *La Opinión* seria favorável à democracia, à liberdade e à coexistência. Não estaria envolvido com nenhuma luta, tampouco preocupado com sua sobrevivência e, justamente por isso, haveria tornado-se uma entidade suspeita para os dois setores – o das esquerdas e o militar.

Mas era claro que, ao final de 1975 e início do seguinte ano, o jornal tinha uma posição. Defendendo a bipolaridade dentro das Forças Armadas, *La Opinión* colocaria a necessidade da intervenção delas no governo de Isabel, publicando, por exemplo, em fevereiro de 1976, o seguinte trecho de reportagem:

La Fuerzas Armadas podrán verse obligadas a intervenir, no para suprimir el sistema, sino para regenerarlo. No se trataría de reemplazar el poder civil por el poder militar, sino de reordenar el país y ponerlo de pie en todos los aspectos, en especial el moral. Pero, además de establecer las bases adecuadas que el sistema pueda volver a funcionar, en particular a partir de la creación de nuevos canales de expresión partidarios, y de dotar al país de una nueva clase dirigente de la que aparece angustiosamente necesitado.⁸⁸

Com a ditadura, portanto, *La Opinión* passou a descrever os valores democráticos de seus militares em comparação as outras ditaduras latino-americanas. A ditadura argentina, segundo o jornal, era uma ditadura que confortava o argentino da classe média e lhes passava segurança. Sobre a violência levada clandestinamente, o jornal propunha que a disputa interna da instituição militar estava causando tais empreendimentos, mas isso não colocava em cheque a necessidade das Forças Armadas no poder: os “brandos” *versus* os “duros” não anulavam o sentido de recuperar a Nação.⁸⁹

No entanto, mesmo que o jornal apoiasse os “brandos”, ele também discursou sobre os “duros” e a política de violência levada a cabo no país. E, neste sentido, *La Opinión* começou a tornar-se inoportuno para aquele governo e, com seis anos de circulação, em 1977, foi colocado um interventor em sua redação, existindo sob a interferência da ditadura militar até 1982.

O desaparecimento de David Graiver foi mais um inconveniente para o diário. A partir da confirmação de sua morte, Timerman tentava recuperar as ações do banqueiro com sua família, e, ao mesmo tempo, assistia a venda da empresa *Papel Prensa* e o

⁸⁸ Matéria de Heriberto Kahn reproduzida em: MOCHKOFISKY, Graciela. *Op. Cit.*, 2003. pp.227-228.

⁸⁹ *Idem.*

seqüestro de toda a família Graiver, como anteriormente exposto. A saída encontrada foi realizar uma redivisão secreta das ações, para não comprometê-los com o governo, excluindo os Graiver e repartindo-as com Abrasha Rotenberg.⁹⁰

Mas o cerco foi se fechando em torno de Timerman. Em 1º de abril de 1977, foi seqüestrado o gerente técnico do diário, Eduardo Sajón, que morreu de ataque do coração quando estava sob tortura em algum Centro Clandestino de Detenção, em Buenos Aires.

Em 14 de abril, o subdiretor do jornal, Enrique Jara, foi seqüestrado a caminho de sua casa e obrigado a passar pela residência de Timerman para buscá-lo. Era outra operação do general Ramón Camps, responsável também pelo seqüestro da família Graiver, sob o argumento de que *La Opinión* disseminava a subversão, era ligado a David Graiver e empregava “*periodistas marxistas*”. Ambos passaram pelos CCDs *Campo de Mayo*, *Puesto Vasco* (perto de Quilmes), e *Coti Martinez*. Interrogados e torturados diversas vezes, eles suportariam também um interrogatório coletivo que, além dos dois, estavam presentes Ramiro de Casabellas e Lidia Papeleo.⁹¹

A posterior história de Timerman, abordar-se-á de forma breve, apenas para não deixar aqui uma lacuna. Sua prisão foi denunciada internacionalmente, constantemente interpelada como clandestina e debatida nos meios militares como uma operação problemática para a própria Junta. Em 1980, Timerman foi liberado e seguiu para o exílio em Israel e, depois, para os Estados Unidos. Neste período de exílio, lança seu livro de grande repercussão – “*Prisionero sin nombre, celda sin número*” – que primeiro saiu em inglês e, depois, em espanhol, numa editora venezuelana. Este livro lhe daria maior reconhecimento internacional e alguns prêmios, que despertaram a revolta de muitos jornalistas argentinos.

Em 1984, retornou à Argentina e começou a escrever no *La Razón*, cuja proposta de reformulação e modernização o levaria a quase falência, obrigando-o a ser vendido ao *Grupo Clarín*. Mas a principal luta de Timerman, depois da volta ao país, era para receber do governo uma indenização pela expropriação de seu diário. Nesta ação, paga com a restituição dos bens da família Graiver, Timerman levaria quatro milhões de dólares e, aos 63 anos, mudaria sua posição social, construiria uma mansão em Punta del Este, e se dedicaria a escrever livros.⁹²

⁹⁰ *Idem*. pp.263-270.

⁹¹ *Idem*. pp.263-301.

⁹² *Idem*. pp.305-457.

1.3 – “*A la Opinión Pública Argentina*”: Escritas para Convencer

De acordo com o que se delineou acima, as Solicitadas e os periódicos aqui pesquisados nos confirmam a premissa de que os assuntos contemporâneos eram discutidos não apenas nas matérias publicadas como também em outros espaços dentro daquele universo. Através das Solicitadas, podemos perceber, no contexto micro, as posições que tomavam organizações políticas e sociais sobre o contexto macro e as maneiras que as tornavam públicas.

Logo, para este trabalho, os conceitos de opinião pública e privada são conceitos chaves que ajudam a entender os nossos objetos/documentos. Isto porque as opiniões nas Solicitadas são consideradas privadas, no entanto, dirigidas ao público em geral, a fim de conformá-las em uma opinião pública.

Pierre Bourdieu já havia condenado a utilização do termo opinião pública por tomá-la como uma referência às sondagens, às pesquisas de opinião. Em “A opinião pública não existe”, o autor criticou tais pesquisas considerando-as inventivas de uma abordagem de opinião pública, mas que não reproduziriam as posições formuladas na sociedade, simplificando-as e falseando-as enquanto opiniões.⁹³

Ao construir seu argumento, Bourdieu formula críticas a três postulados dessas pesquisas. Primeiro coloca que a produção das pesquisas de opinião pressupõe que todos tenham opinião sobre um assunto. Depois, verifica que estas pesquisas igualam as opiniões, retirando as noções de superioridades de valores de uma opinião em relação à outra. Por fim, critica a hipótese de que haja um consenso sobre os problemas que devam ser questionados naquelas investigações.

Neste sentido, o autor propõe que as pesquisas de opinião têm mais relação com os institutos que as elaboram e aqueles que as encomendam, do que com a opinião pública em si. Isto porque as pesquisas de opinião delimitam àquilo que estes grupos consideram importante, o que, para eles, seria o “reflexo da sociedade”.

Entretanto, o título do texto confunde a leitura deste artigo. Bourdieu delinea nele as sondagens de opinião pública, não o que seu título predispõe ao leitor, uma falta / não existência dela. É uma crítica extremamente interessante para a aplicação aos estudos que se utilizam de documentos de sondagens no que se alude às instituições e

⁹³ BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel (org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Editora Polis, 1980.

formações de pensamento. Mas não é uma análise sobre a opinião pública ou um questionamento de sua existência.

Jacques Ozouf, retomando esta proposta, revela o valor das pesquisas de sondagens para aqueles historiadores que apeteçam captar as opiniões particulares de uma sociedade investigada. Afirmado as preocupações de Pierre Bourdieu, o autor defende um uso prudente desses tipos de documentos, analisando seus resultados a partir de uma diferenciação das opiniões e dos organismos que as realizam. Contudo, segundo Ozouf, as pesquisas dão luz a quem cala e a quem fala diante de um tema e os “estados de opiniões” que se encontram em determinadas épocas.⁹⁴

O conceito de opinião pública, de acordo com este autor, é muito difícil de ser determinado devido aos seus diversos aspectos teóricos e pluridisciplinares. Especificamente no campo historiográfico, ele afirma que a história das opiniões públicas vem sendo recuperada do descrédito que lhe era conferido pelo elitismo no qual a História Política se baseava e pela deficiência de documentação para elaborá-la.

Segundo Jean-Jacques Becker, a retomada de tal história foi realizada sob duas perspectivas: pela História das Mentalidades, que trouxe uma opinião pública de forma estática, onde se analisou costumes e hábitos, e pela Micro-História, na qual a opinião pública dinâmica foi mostrada por reações populares a acontecimentos.⁹⁵ Becker reconhece a importância das pesquisas de opinião, da imprensa, dos testemunhos, dos resultados eleitorais, das entrevistas orais e dos questionários para a escrita da história que, se trabalhados na dupla face qualitativa e quantitativa, podem auxiliar na análise de influência da opinião pública ao longo prazo (formações de convicções ideológicas) e ao curto tempo (as propagandas).

O autor define, então, que a opinião pública seria a soma das opiniões privadas que, mesmo sem razão, possibilita ou impede os acontecimentos, influenciando a realidade. Portanto, ter a opinião pública a seu favor, quando se aspira fazer política, é essencial para a consolidação do projeto pretendido e, do mesmo modo, construir estratégias para convencê-la é uma atividade legítima e necessária para atingir os objetivos.

Neste sentido, as Solicitadas podem ser concebidas como estratégias políticas de convencimento da opinião pública utilizadas pelas organizações que as assinavam.

⁹⁴ OZOUF, Jacques. A opinião Pública: Apologia das sondagens. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986. pp. 186-198.

⁹⁵ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp.185-212.

Pode-se compreendê-las enquanto opiniões privadas em exposição pública que desejavam obter o apoio de sua opinião e, assim, fundamentar seus projetos para a sociedade argentina naquela época.

Desta forma, elas são reproduções de palavras da época e das questões que rondavam os grupos sociais. Geravam discussões, estimulavam manifestações subjetivas e materiais e acarretavam confirmações, formulações, re-significações ou transformações das opiniões dos homens sobre suas realidades.

1.4 – “Compreensão, Adesão e Participação”: a Opinião Pública Argentina antes do Golpe de 1976

Por eso sólo requerimos en estos primeros momentos, comprensión. Comprensión hacia la actitud asumida por las Fuerzas Armadas; comprensión hacia el objetivo final trazado, comprensión hacia el curso de una acción elegida para el logro de ese objetivo. Habiendo comprensión, es posible que podamos concretar hechos reales, y es en función de esos hechos que recién podremos pedir adhesión. Adhesión, no a las personas sino a los hechos concretos en tanto y en cuanto estos hechos signifiquen los hitos de aproximación hacia el objetivo final.

Por cierto, que la adhesión impone como reciprocidad la participación y, a medida que logremos adhesión a los hechos, podremos ir dando gradualmente participación.

Llegará el día en que los objetivos que hoy decidimos son de las Fuerzas Armadas puedan ser asumidos plenamente por la mayoría de los argentinos a través de una amplia corriente de opinión; cuando así sea, será el momento de la transferencia. La participación será plena, las Fuerzas Armadas habrán cumplido con este compromiso histórico y volverán a su función específica.⁹⁶

Compreender, aderir e participar: uma tríade de consenso na qual o poder político se baseia. O discurso acima citado do General Jorge Rafael Videla enunciou uma das possíveis e autoritárias interpretações dessa dimensão da opinião pública que deveria “entender, aderir e participar”, sob a pena de ser classificado a partir dos verbos “subverter, abandonar e desaparecer”. A versão do general pretendia, com aquelas palavras, afirmar que a já conhecida posição de que a opinião pública (conseguida pelo consenso e coerção) é essencial na constituição e continuação de políticas de Estado.

Analisando o caso argentino, Hugo Quiroga propõe que a opinião pública do país viveria em constantes alternâncias entre legitimar e deslegitimar a idéia de Nação,

⁹⁶ Discurso de Jorge Rafael Videla em 25 de maio de 1976. Disponível em: <http://www.nuncamas.org/document/militar/discvide.htm>

fundamentada na constituição.⁹⁷ Segundo o autor, desde os anos 1930, a população vem apoiando a articulação entre governos civis e militares e, desta maneira, modificando os sistemas políticos, através da quebra da constituição e do suporte da opinião pública, que justificou regimes ilegais, sobrepondo-os a governos legais, no entanto ilegítimos.

A legitimidade de um sistema, de acordo com Quiroga, significa o reconhecimento de sua legalidade, ou seja, o sistema é legítimo quando apoiado em legislações que o regulam. Por outro lado, a legitimidade de um governo é diferente: ela implica no apoio social que este possui para seguir adiante no poder.

Em democracias estáveis, a legitimidade de um governo varia de acordo com a situação, mas não atinge a garantia de legalidade de seu sistema. Contudo, em democracias instáveis, há uma confusão entre ambas as legitimidades e o apoio social ao governo pode ser tão pequeno que coloca em risco a legitimidade de seu sistema.

Devido as diversas democracias instáveis no país, Quiroga propõe que a legitimidade do sistema democrático da sociedade argentina foi por muitas vezes rompida, autorizando uma ilegalidade em seu sistema:

O sistema político argentino (Diversos Regimes 1916-1983)

Regimes Democráticos	Democracia com Participação Restringida	<ul style="list-style-type: none"> 1. Democracia a. Justo (1932-38) b. Ortiz (1938-43) 2. Democracia a. Frondizi (1958-66) b. Illia (1963-66) 	<u>Total: 18 anos</u>
	Democracia com Participação Plena	<ul style="list-style-type: none"> 1. Irigoyen (1916-22) 2. Alvear (1922-28) 3. Irigoyen (1928-30) 4. Perón (1946-55) 5. Perón (1952-55) 6. Cámpora, Lastiri, Perón, Isabel (1973-76) 	<u>Total: 26 anos</u>

⁹⁷ QUIROGA, Hugo. *El tiempo del "proceso": Conflictos y coincidencias entre políticos y militares (1976-1983)*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2004. pp.19-23.

Regimes Militares	<ol style="list-style-type: none"> 1.Uriburu (1930-32) 2.Ramirez-Farrel (1943-46) 3.Leonardi-Aramburu (1955-58) 4.Guido (1963) 5.Onganía, Levingston, Lanusse (1966-73) 6.Videla, Viola, Galtieri, Bignono (1976-83)
	<u>Total: 22 anos</u>

Figura 5: Quadro retirado de Quiroga (2004), pp.37-38

Através do esquema acima exposto, podem-se verificar, no sistema político argentino, diversos momentos de ilegitimidade de governo, que colocaram em risco o sistema democrático do país e ilegalizaram-no. Todavia, estes golpes contra a democracia devem ser analisados como frutos das disputas pelo poder, que são internos e externos à instituição das Forças Armadas.

Segundo o autor, as Forças Armadas, parte do Estado, desejam praticar política, e, por isso, entram no cenário da competição com as demais forças pelo poder.⁹⁸ Essas forças, do Estado ou da sociedade, aliam-se ou confrontam-se, de acordo com o momento histórico vivido. Portanto, as Forças Armadas, no plano político, também necessitam da sociedade para realizar suas idéias, mesmo que esteja fazendo um uso indevido de alto grau de coerção.

Especificamente para o período estudado, que culminou no golpe de 1976, Hugo Quiroga propõe que o discurso militar procurou gerar duas formas de consenso da opinião pública para legitimar suas ações no campo político. A primeira forma foi a “legitimação de origem de título”, que obedeceu ao estado de necessidade da intervenção política. A segunda foi a “legitimação de exercício”, que se referia ao poder praticado com coerência e sem contradições aos valores e objetivos militares governantes.⁹⁹

Este trabalho se baseia fundamentalmente sobre a primeira forma de legitimidade (a legitimação de origem). A estratégia levantada pelas Forças Armadas e demais grupos sociais, que apoiavam a intervenção no sistema político, foi motivada

⁹⁸ Distancia-se, por esta proposição, da análise sobre as Forças Armadas de Alain Rouquié que afirma, para o sistema político argentino, aquilo que chama de “partidos militares”. Estes grupos interviriam no sistema pela força, impondo políticas renegadas pela opinião pública. ROUQUIÉ, Alain. *El Estado militar en América Latina*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984. pp.337-344

⁹⁹ QUIROGA, Hugo. *Op. Cit.*, 2004. pp.35-43.

pelas sucessivas crises, durante o Terceiro Peronismo, que geravam na sociedade “sentimentos de vácuos”: o vazio de poder, o desgoverno, o caos econômico, a confusão social, a subversão moral, a desordem e etc.¹⁰⁰

Esta estratégia de legitimação, no entanto, não abordava o novo aspecto que as intervenções militares na América Latina daquela década traziam em sua bagagem. Essas ditaduras finalizavam a conformação de um sistema de autoritarismo para que constituísse, além da ordem social, uma nova ordem econômica e política.

De acordo com Hugo Vezzetti,

Si el objetivo (de la dictadura de 1976) apuntaba, en verdad, a una verdadera refundación de la sociedad que extirpara toda disidencia y si, en algunos destacados exponentes de esa visión desquiciada de la Argentina y del mundo, se sostenía en una fe integrista que reunía y potenciaba los fanatismos de la cruz y de la espada, es claro que tal programa estaba derrotado antes de empezar.¹⁰¹

Assim, o objetivo era maior. O “Processo de Reorganização Nacional” viria para aliar as políticas de repressão com a construção de outro contexto político, sem espaço para o peronismo e as esquerdas, e a instituição de uma economia de nova ordem.

Neste sentido, o “Processo de Reorganização” argentino pretendia uma redução do intervencionismo do Estado, a disciplinarização da sociedade que andava muito mobilizada e a modificação das estruturas dos partidos políticos. A reorganização era fundamentada no discurso sobre uma “verdadeira democracia”, que só seria “devolvida” caso a luta antissubversiva chegasse ao fim, a ordem econômica “adequada” estivesse estabelecida e os partidos políticos reordenados para retomar o poder que lhes cabiam.¹⁰²

Quase oito anos no governo, as Forças Armadas propuseram transformar e interferir na economia, no sindicalismo, na educação, nas relações exteriores, nos partidos políticos, no poder judiciário, no parlamento, nas universidades, nos meios de comunicação, nas forças de segurança, incorporando ao projeto político, empresários, figuras religiosas e a própria população.

El cambio propuesto era muy profundo; no bastaba un simple proceso de ordenamiento, sino que había que transformar normas y marcos

¹⁰⁰ *Idem.* pp.67-74.

¹⁰¹ VEZZETTI, Hugo. *Pasado y Presente: Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003. p.71

¹⁰² QUIROGA, Hugo. *Op. Cit.*, 2004. pp.83-98

institucionales, administrativos y empresariales, políticas, métodos, hábitos y hasta la misma mentalidad de los agentes económicos privados y públicos.¹⁰³

Já foi apontado que o regime tinha como princípios modificar a estrutura econômica e política, quebrando as movimentações sociais existentes no país, despolitizando a sociedade e acabando com o desgoverno provocado pelo próprio poder político e pelas reivindicações sociais. Marcos Novaro e Vicente Palermo afirmam, contudo, que a autêntica “legitimidade de origem” do “Processo de Reorganização Nacional” estava no discurso sobre a luta antissubversiva e dela viera o apoio da opinião pública.¹⁰⁴

A luta antissubversiva ou contra a violência foi o único argumento que uniu a sociedade e a própria instituição das Forças Armadas. Logo, este trabalho escolheu priorizar os tipos de discurso que mobilizaram a opinião pública em relação ao reordenamento social sob a perspectiva da violência. Afinal, se, conjuntamente a outros fatores, a idéia da “guerra contra o inimigo” foi a determinante capaz de romper com a legalidade de um sistema e legitimar outro ilegal, as discussões sobre a violência, no período de formação sobre esta idéia, são fundamentais para perceber como ela foi construída por aqueles homens.

Portanto, utilizar as Solicitadas como um espaço de discussão das organizações sobre a temática é uma das possibilidades de visualizar os debates sobre a violência. Mas também de perceber os argumentos de convencimento da opinião pública em relação às ideologias que circulavam naqueles escritos.

¹⁰³ Palavras do primeiro ministro da economia do governo ditatorial Jose Alfredo Martínez de Hoz, que, durante os governos peronistas da década de setenta, presidiu o Conselho do Empresariado Argentino, apoiando o plano econômico de Rodrigo Celestino. In: *Idem*. p.65

¹⁰⁴ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Op. Cit.* 2006.

CAPÍTULO II

PERÓN-PERÓN E OUTROS PERÓNS: A VIOLÊNCIA NO GOVERNO DE ISABELITA

Isabelita se confundía entre las cantantes, y como era tan flaca, con frecuencia se quedaba tapada por los árboles de la escenografía y las panderetas de la protagonista.¹

Baseado em entrevistas com o líder *justicialista* na Quinta *Puerta de Hierro*, em Madrid, Tomás Eloy Martínez escreveu um romance sobre Evita (Santa Evita,² publicado em 1995) e outro sobre Perón (La Novela de Perón, publicado dez anos antes). Neste último, o autor dedica algumas linhas a relatar o personagem de Isabel Perón, contando sua vida, desde os momentos de dançarina até a convivência com seu marido, como uma figura quase invisível aos olhos dos expectadores. Era escondida pelos personagens mais fortes de qualquer cena – nos palcos, Isabel era tapada pelas protagonistas mais elegantes e desenvoltas e pelos cenários mais suntuosos que ela, e, na política, sempre vinha atrás dos “verdadeiros símbolos” do *Justicialismo*, Juan Domingo Perón e sua segunda mulher Eva Perón.

De fato, María Estela Martínez de Perón ou Isabel Perón (nome artístico/político utilizado depois de seu casamento) nunca foi a figura central da história política do país, apesar de estar rodeada de temáticas bastante polêmicas: ser a primeira mulher vice e, posteriormente, presidenta da Argentina; estar ligada ao sempre discutido peronismo e, especificamente, a corrente dele que se aliou; a violência que ascendeu no país durante o período de sua presidência; seu conturbado governo e a história que o procedeu.

Mesmo que pouco abordada, esta mulher tornou-se a sucessora constitucional de Perón, sendo inclusive chamada por alguns na época de “herdeira política do peronismo”. Fora preparada para auxiliar na campanha pelo retorno do peronismo ao poder e na investida à direita deste movimento político, sendo a principal confidente de seu marido em sua residência. Durante a decisão da chapa para concorrer à presidência nas eleições de 1973, apesar das posições contrárias, conseguiu o apoio de algumas das correntes peronistas para compor a fórmula política do *Partido Justicialista* e

¹ MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *La novela de Perón*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007. p.34

² MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *Santa Evita*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.

influenciou as decisões de seu marido na formação do gabinete presidencial quando “Perón-Perón” saíram vitoriosos das urnas.

Com o falecimento de Perón, em 1º de julho de 1974, Isabel assumiu a presidência cujo governo tinha o objetivo de levar adiante o peronismo e dar continuidade a “Revolução Justicialista”. Era ela a figura que deveria unificar o Partido e as demais organizações peronistas entre os anos de 1974 e 1976. Portanto, se ela nunca fora a protagonista da história política dos anos 1970 ou do peronismo desde os anos 1940, Isabel pôde aparecer por entre as “árvores” e os “personagens principais” destes enredos que nos são contados.

É notório que ela nunca teve a capacidade de manter o poder personalista, característico do movimento que o General havia criado, pois sua pessoa gerava enormes divergências dentro e fora do peronismo. E, neste sentido, Isabel dividiu o poder com figuras chaves naquele momento que a apoiavam em um determinado projeto oficial. Uma tentativa de manter o governo em mãos direitas do peronismo, tentativa essa levada de forma violenta e que fora frustrada, terminando com o Golpe em março de 1976.

2.1 - Sobre alguns sentidos dados à violência da década de 1970 na Argentina

A violência argentina da década de 1970 vem sendo recuperada pelos recentes estudos daquele país, procurando entendê-la criticamente e a partir de vários procedentes, que vão desde o território do Estado até as questões sobre a violência política e revolucionária. Esta nova perspectiva foi iniciada a partir do testemunho dado por Héctor Jouvé sobre uma das primeiras guerrilhas *foquistas* argentinas, levantada no norte do país (Salta) pelo *Ejército Guerrillero del Pueblo* (EGP), entre os anos de 1963 e 1964, cujo primeiro comandante era Che Guevara e o segundo, que liderava o grupo no país, Jorge Massetti.³

A narrativa pessoal do guerrilheiro do EGP retrata experiências e estratégias da luta armada, revisitando as questões de violência e política, de legitimidades destas, de maneiras de luta e resistência na época. No entanto, é uma parte desta entrevista a que mais repercutiu no contexto atual das análises sobre a violência no país. De forma ousada, Jouvé relatou, na entrevista, os Juízos Revolucionários realizados pelo EGP,

³ A entrevista foi originalmente publicada na Revista cordobesa *La Intemperie*, em 2004, e está disponível na Revista Eletrônica *El Interpretador*, número 15, de junho de 2005.

descrevendo-os e estabelecendo as conseqüências desses atos para a organização e a sociedade.

A narrativa aprofunda-se no caso dos juízos de Adolfo Rotblat (*El Pupi*) e Bernardo Groswald, dois militantes do EGP. *El Pupi* era um menino de 21 anos que foi perdendo suas forças físicas ao longo dos deslocamentos da coluna. Groswald era um rapaz da cidade, bancário, que usava óculos e tinha os pés planos, o que lhe dificultava na caminhada. Nenhum dos dois havia rompido com o “código de segurança” do grupo: não eram desertores, nem covardes, tampouco homossexuais. O primeiro seria morto por causa de sua debilidade, que estava comprometendo sua saúde, e, assim, ganharia seu “tiro de misericórdia”. O segundo estava desajustado à guerrilha e devia desertar, mas, para desertores, a penalidade era a morte.

Iba a llegar más gente de Córdoba y había que esperarlos en la zona. Justo ese día se hace el juicio a Pupi (Adolfo Rotblat), un juicio en el que yo no participé. Cuando llegamos, Masetti, que era el jefe, nos comunica que lo iban a fusilar. Yo le pregunto por qué. Y me dice cosas como que el Pupi no andaba, que en cualquier momento nos iba a traicionar, que andaba haciendo ruido con la olla, que andaba desquiciado. Yo pienso que estaba muy mal, que se había quebrado, pero no vi que representara un peligro. Me dice “bueno, entonces vas a ser vos el que le dé un tiro en la frente”. Yo les digo que no le voy a dar un tiro en la frente a nadie y mi hermano me dice que me calle la boca. Y la cosa quedó ahí... estaba mi hermano y estaba un muchacho que está en Cuba ahora, Canelo, así que... se hizo la ejecución. Yo no estaba, porque salí con el grupo nuevo, que no sabía de esto, y los llevé a caminar por la sierra. Cuando llegué, las cosas ya habían pasado, todo seguía. Creo que algunas caras habían cambiado.

(...) Y bueno, también se hace un juicio contra él, el muchacho bancario (Bernardo Groswald). Ese juicio termina en un fusilamiento. Estuvimos todos cuando se lo fusiló. Realmente me pareció una cosa increíble. Yo creo que era un crimen, porque estaba destruido, era como un paciente psiquiátrico. Creo que de algún modo somos todos responsables, porque todos estábamos en eso, en hacer la revolución.⁴

Pelos dois assassinatos, o entrevistado foi condenado à prisão perpétua, junto com Frederico Méndez e, no governo Cámpora, ambos seriam anistiados.⁵ Neste relato, Jouvé assume uma responsabilidade individual, através de uma dimensão pessoal em que conta o acontecimento, mas também nos sugere a responsabilidade coletiva dos

⁴ JOUVÉ, Héctor. *Op. Cit.*

⁵ Héctor J. Cámpora foi eleito presidente, em 1973, na primeira eleição fruto do *Gran Acuerdo Nacional* (GAN) que encerrou o período de ditadura. Cumprindo um dos compromissos assumido pelo *Justicialismo* e demais coalizões políticas, declarou, como uma das primeiras medidas de seu governo, a anistia dos presos políticos. ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., 2001 e LUNA, Félix. *Los Gobiernos Peronistas: Desde el primer gobierno de Perón hasta la presidencia de Isabel (1945-1976)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta Argentina, 2003.

membros dos grupos armados pelos assassinatos daqueles que desistiam da luta e tornavam-se ameaças pela possibilidade de delação. Individual no que se admite em pegar em uma arma e atirar, acabando com a vida de um homem. Coletiva na medida em que, apesar de não se participar diretamente da ação, ou até mesmo discordar dela, segue-se com os juízos a favor de manter todo o grupo.

Adotando este argumento, Jouvé nos afirma que, pelos anos 1970, já havia declarado que a escolha pela violência política era uma opção inválida. Segundo ele, era impossível a vitória dos exércitos revolucionários contra as Forças de Segurança, que transformava tal “guerra” em um “jogo de polícia e ladrão”. Além disso, as guerrilhas teriam investido erroneamente neste sentimento de guerra, ao invés de relacionar-se com os movimentos populares, com as “pessoas nas ruas”.

Os pontos básicos para a revisão sobre a violência na argentina estavam, pois, postos. Para além da violência do Estado, podia-se questionar agora a violência política, o erro tático das conduções dos movimentos, o esquecimento de investir nos movimentos de base, e as questões de responsabilidades dos exércitos revolucionários por suas escolhas, principalmente ao que se refere à violência como estratégia política.

A partir das reflexões propostas na entrevista, surgiu uma série de estudos e respostas em relação à violência política no país. A mais debatida talvez tenha sido aquela desenvolvida pelo filósofo Oscar del Barco.

Ex-militante, professor da Universidade de Córdoba e criador da revista política *Pasado y Presente*, Del Barco escreve, em 2004, uma carta na qual apela ao sentimento moral da morte, recuperando o relato de Héctor Jouvé de forma sensível e assumindo sua responsabilidade pelos assassinatos (gerais e de “dois seres humanos com nome e sobrenome”).

Al leer cómo Jouvé relata sucinta y claramente el asesinato de Adolfo Rotblat (al que llamaban Pupi) y de Bernardo Groswald, tuve la sensación de que habían matado a mi hijo y que quien lloraba preguntando por qué, cómo y dónde lo habían matado, era yo mismo. En ese momento me di cuenta clara de que yo, por haber apoyado las actividades de ese grupo, era tan responsable como los que lo habían asesinado. Pero no se trata sólo de asumirme como responsable en general sino de asumirme como responsable de un asesinato de dos seres humanos que tienen nombre y apellido: todo ese grupo y todos los que de alguna manera lo apoyamos, ya sea desde dentro o desde fuera, somos responsables del asesinato del Pupi y de Bernardo.⁶

⁶ DEL BARCO, Oscar. Carta de Oscar Del Barco. Disponível em: <http://www.elinterpretador.net/15CartadeOscarDelBarco.htm>

Esta carta representou uma mudança do foco no debate anterior sobre a violência, que se ditava na denúncia do Terrorismo de Estado, no estabelecimento dos juízos contra os torturadores e na invalidação da Teoria dos Dois Demônios.⁷ Estas formas de ver o passado da violência no país suprimia a responsabilidade da esquerda argentina na sua história posterior e o comprometimento que algumas organizações tiveram com a luta armada.⁸

Segundo Horacio Tarcus, a carta de Del Barco traria cinco propostas básicas para se pensar a temática. 1) Ela colocaria a responsabilidade política e moral, individual e do grupo militante. 2) Traria à tona a responsabilidade dos grupos armados pelos assassinatos nas décadas de 1960 e 1970. 3) Desenvolveria o compromisso entre defender o socialismo real e o encargo por seus assassinatos em massa. 4) Ela descobriria uma igualdade ética e moral em assassinar. 5) E, por fim, declamaria o princípio de “não matar” como fundador da comunidade humana. Neste sentido, de acordo com Tarcus, Del Barco exporia um ponto singular que é o ato de matar como danoso à subjetividade do ser humano, tanto da vítima quanto do torturador ou do guerrilheiro.⁹

Entretanto, o tipo de análise que traz Del Barco é uma análise de “sorte íntima” que apela para a consciência individual. Horacio Tarcus nos chama a atenção para o âmbito macro que lhe falta à referida Carta, no qual não se pode ignorar o papel da violência dentro da história, como aquela que, em distintas formas, oprime pelos sistemas e pelas negações. Assim, pode se reconhecer o argumento da legitimidade ou o direito de contestar a violência com violência, como se afirmava verticalmente de “baixo para cima”, com a devida atenção em suas assimetrias.¹⁰

E a moralização da morte humana na interpretação de Del Barco sobre a violência revolucionária, principalmente em algumas citações da Carta, permite-nos a igualação das tendências opostas. Ele chega a convergir, pelos assassinados praticados, indivíduos como Roberto Santucho, Mario Firmenich, Roberto Quieto, Rodolfo

⁷ A teoria dos Dois Demônios foi uma doutrina oficial e discurso público estatal do governo Alfonsín (1983-1989), que promoveu a reconciliação nacional e o perdão ao genocídio. Ela implicou na condenação das violências extremadas entre a esquerda e a direita.

⁸ Mais informações, ver: ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias comparadas das esquerdas no Brasil e na Argentina: o debate na luta armada*. Disponível em: http://www.historal.kit.net/maria_paula_araujo.pdf

⁹ TARCUS, Horacio. Notas para una crítica de la razón instrumental: a propósito del debate en torno de la carta de Oscar del Barco. *Políticas de la Memoria*. Buenos Aires, N°6/7, p.18, 2006/2007.

¹⁰ TARCUS, Horacio. *Op. Cit.*, 2006/2007. pp.19-20.

Galimberti, Luciano Benjamin Menéndez, Jorge Rafael Videla e Emilio Eduardo Massera.¹¹

Ningún justificativo nos vuelve inocentes. No hay "causas" ni "ideales" que sirvan para eximirnos de culpa.

Más allá de todo y de todos, incluso hasta de un posible dios, hay el *no matarás*. Frente a una sociedad que asesina a millones de seres humanos mediante guerras, genocidios, hambrunas, enfermedades y toda clase de suplicios, en el fondo de cada uno se oye débil o imperioso el *no matarás*. (...) En este sentido podría reconsiderarse la llamada teoría de los "dos demonios", si por "demonio" entendemos al que mata, al que tortura, al que hace sufrir intencionalmente. Si no existen "buenos" que sí pueden asesinar y "malos" que no pueden asesinar, ¿en qué se funda el presunto "derecho" a matar? ¿Qué diferencia hay entre Santucho, Firmenich, Quieto y Galimberti, por una parte, y Menéndez, Videla o Massera, por la otra? Si uno mata el otro también mata. Esta es la lógica criminal de la violencia. Siempre los asesinos, tanto de un lado como del otro, se declaran justos, buenos y salvadores. Pero si no se debe matar y se mata, el que mata es un asesino, el que participa es un asesino, el que apoya aunque sólo sea con su simpatía, es un asesino. Y mientras no asumamos la responsabilidad de reconocer el crimen, el crimen sigue vigente.¹²

¹¹ Permito-me realizar abaixo um pequeno resumo sobre os citados na Carta:

Mario Roberto Santucho (Robi) foi um dos fundadores do PRT-ERP, que promoveu o foco guerrilheiro na província de Tucumán. Para mais informações, ver: SANTUCHO, Julio. *Los últimos guevaristas: La guerrilla marxista en la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones B Argentina, 2005.

Mario Firmenich foi um dos fundadores e parte da *Conducción Nacional dos Montoneros*, movimento peronista que promovia a guerrilha urbana sob fundamentos peronistas. Para mais informações, ver: GILLESPIE, Richard. *Op. Cit.*, 1998.

Roberto Quieto era advogado, participante da *Conducción Nacional dos Montoneros*. Foi seqüestrado, em fins de 1975, na praia de San Isidro e condenado de traição pelo Juízo Revolucionário. Para mais informações, ver: LARRAQUY, Marcelo. *Fuimos Soldados: Historia secreta de la contraofensiva montonera*. Buenos Aires: Aguilar, 2006. p.117.

Rodolfo Galimberti foi membro dos *Montoneros* e parte da Secretaria Militar da *Columna Norte*. Tal coluna era apreciada por sua militância nas fábricas e em bairros pobres. Galimberti é conhecido por seus desvios da *Conducción Nacional*, seus negócios com a família Born, as relações com repressores da ESMA e, posteriormente, pela participação na corrupção menemista. Para mais informações, ver: SADI, Marisa. *Op. Cit.*, 2009. Capítulo I.

Luciano Benjamin Menéndez foi comandante do Terceiro Corpo do Exército Argentino entre os anos de 1975 e 1979. Era responsável por todos os Campos Clandestinos de Detenção das províncias de Jujuy, Salta, Catamarca, La Rioja, San Juan, Mendonza, San Luis, Córdoba, Santiago del Estero e Tucumán. É denunciado em cerca de 800 causas, por dirigir e supervisionar torturas e fuzilamentos, principalmente no CCD *La Perla*. Condenado três vezes a prisão perpétua, os juízos das causas em que é réu seguem naquelas províncias. Para mais informações, ver: www.pagina12.com.ar

Jorge Rafael Videla foi comandante chefe do Exército Argentino e ex-ditador em exercício da presidência entre os anos 1976 e 1981. Foi condenado à prisão perpétua por homicídios qualificados, privação ilegal de liberdade, tortura, roubo, falsidade ideológica, seqüestro, extorsão, subtração de menores e torturas seguidas de mortes. Para mais informações, ver: www.pagina12.com.ar

Emilio Eduardo Massera fazia parte da Junta Militar que governou a Argentina entre os anos de 1976 e 1978. Foi responsável pelo Centro Clandestino de Detenção *Escuela Superior de Mecánica de la Armada* (ESMA). Foi condenado à prisão perpétua por violação aos direitos humanos, assassinato, tortura e privação ilegal de liberdade. Para mais informações, ver: www.pagina12.com.ar

¹² DEL BARCO, Oscar. *Op. Cit.* Grifos no original.

A idéia deste trabalho, no entanto, ao analisar os sentidos da violência, é ter como princípio distinguir a violência tanto subjetiva como materialmente. Assim, apesar de alguns estudos atualmente tenderem a convergência entre as posições do terrorismo de Estado e da guerrilha, aqui as tomaremos de formas distintas.¹³

Seguindo a idéia de Pilar Calveiro, propomos que a violência promovida pelo Estado argentino foi indiscriminada, com o objetivo de paralisar a sociedade e impor determinada política. A guerrilha, por sua vez, usou a violência como uma prática, cujo inimigo era discriminado – o opositor da classe trabalhadora e o repressor.¹⁴

Tal diferença é demonstrada, por exemplo, pelo estudo de Vera Carnovale, no qual recupera as mortes promovidas pela guerrilha do PRT-ERP,¹⁵ listando os executados pelos Juízos Revolucionários, entre março de 1972 e fevereiro de 1977.¹⁶ Nestes quase cinco anos, a autora descreve sessenta e dois casos, sem contar as mortes em combates abertos, em assaltos a quartéis, em enfrentamentos armados ou execuções realizadas por outras organizações.¹⁷

Carnovale reagrupou tais mortes em três tipos de casos. Um primeiro, caracterizado pelo um alto grau de seletividade (membros das Forças Armadas, da Polícia Federal ou Provincial, de grupos paraestatais ou infiltrados em Serviço de Inteligência, empresários, pessoas da alta hierarquia em empresas, traidores, colaboradores ou sindicalistas). Um segundo grupo de mortes estaria conformado por aquelas que o ERP assumiu a responsabilidade, mas não seriam planejadas, portanto, não era o objetivo da ação matá-las. E a não intencionalidade era advertida na divulgação. Um terceiro grupo qualificado pela autora seria composto de casos

¹³ Os trabalhos de Hugo Vezzetti, por exemplo, propõem recuperar a violência das organizações armadas argentinas, lançando teses psicológicas sobre as vítimas do “messianismo” dos anos 1970. Vezzetti iguala os sentidos da violência, definindo-a como seqüestros, torturas, bombardeios e crimes, ou seja, as práxis, cuja finalidade seria impor um pensamento político sem determinar quais seriam essas ideologias e o contexto social por trás delas. Desta forma, passa a tratar da temática da violência revolucionária sob a perspectiva do sacrifício, de uma suposta “tradição ao sangue e paixão” do combatente, onde as mortes eram cultivadas enquanto heroísmo e as outras vítimas seriam insignificantes. VEZZETTI, Hugo. *Op. Cit.*, 2003 e VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

¹⁴ CALVEIRO, Pilar. *Antiguos y nuevos sentidos de la política y la violencia. Lucha Armada en la Argentina*. Año 2, N°4, pp. 16-17, 2006. Disponível em: www.luchaarmada.com.ar

¹⁵ O PRT-ERP, tratado especificamente mais adiante, foi criado em 1970, investiu na luta armada e instituiu, em Tucumán, uma guerrilha rural a partir da *Compañia Ramón Rosa Jimenez*. Para mais informações, ver: SANTUCHO, Julio. *Op. Cit.*, 2005.

¹⁶ CARNOVALE, Vera. *En la mira perretista: las ejecuciones del largo brazo de la justicia popular*. Disponível em: http://www.elortiba.org/pdf/carnovale_j.pdf

¹⁷ Os documentos de trabalho são os pronunciamentos em jornais da organização (principalmente o *Estrella Roja*), as obras do *Centro de Estudios del Circulo Militar Argentino*, e o livro *El terrorismo en Argentina*, produzido pelo Poder Ejecutivo Nacional em 1979.

duvidosos. Isto significa mortes onde há dúvidas sobre a autoria ou sua natureza, devido às distintas anúncios ou relatos.

O citado estudo conclui que as execuções realizadas por aquela organização político-militar correspondiam ao discurso partidário, vinculado à figura identitária do inimigo e suas definições teórico-metodológicas. O inimigo era associado à estrutura de poder, um inimigo de classe burguesa e seus agentes de repressão.

Sobre os Juízos Revolucionários, a autora afirma que os delitos condenáveis a pena de morte eram situações específicas de injustiça social – exploração, despedir trabalhadores, baixos salários e etc.; a cumplicidade com a atividade repressiva no movimento dos trabalhadores; ou a responsabilidade direta de torturas e assassinatos dos militantes do campo popular, em geral, e do PRT-ERP, em particular.

Pela via argumentativa proposta na Carta de Del Barco, que exemplifica assassinatos de membros da própria organização em que se militava (certamente sensibilizando o leitor em relação a matar um homem dentro de seu próprio coletivo), Carnovale coloca um número de quatro indivíduos mortos pela “justiça popular” da organização trabalhada.

Em fins de 1974, fora executado um membro não identificado, acusado de infiltração na organização em Córdoba. Em 17 de janeiro de 1975, Eliseo Pascual (*Besuco*) foi acusado de ser colaborador do Exército e executado em Tucumán. Em 14 de março de 1976, foi divulgado pelo *Estrella Roja* o juízo de Miguel Angel Pozo, integrante do PRT-ERP, considerado traidor. E o caso mais conhecido: o de Jesús Rainer (*El Oso*), que, em 13 de janeiro de 1976, foi acusado de traição por delatar militantes e informar os preparativos do assalto ao quartel de Monte Chingolo – operação fracassada devido à delação.¹⁸

Neste sentido, algumas conclusões da carta de Del Barco devem ser recuperadas criticamente. Primeiro, a idéia de promover um nivelamento igualitário entre as violências praticadas, analisando suas mortes em um sentido abstrato, inclusive justificando uma possível recuperação da “Teoria dos Dois Demônios”. Depois, a linha argumentativa desenvolvida pelo autor de levar o relato ao pessoal também têm uma dimensão problemática, já que se esquece do contexto vivido nos anos 1970.

É sabido que as Forças Armadas utilizavam de uma perspectiva de aniquilamento total do considerado inimigo, sem identificá-lo, e praticava formas de

¹⁸ Para mais informações, ver: PLIS-STERENBERG, Gustavo. *Monte Chingolo: La mayor batalla de la guerrilla argentina*. Buenos Aires: Planeta, 2009.

eliminação desumanas. Em uma entrevista dada por Videla, no dia 25 de agosto de 1998, por exemplo, o general afirma que:

No, no se podía fusilar. Pongamos un número, pongamos cinco mil. La sociedad argentina no se hubiera bancado los fusilamientos: ayer dos en Buenos Aires, hoy seis en Córdoba, mañana cuatro en Rosario, y así hasta cinco mil. No había otra manera. Todos estuvimos de acuerdo en eso. Y el que no estuvo de acuerdo se fue. ¿Dar a conocer donde están los restos? ¿Pero, que es lo que podemos señalar? ¿El mar, el Río de la Plata, el Riachuelo? Se pensó, en su momento, dar a conocer las listas. Pero luego se planteó: si se dan por muertos, enseguida vienen las preguntas que no se pueden responder: quién mato, dónde, cómo.¹⁹

Os números e os discursos retificam o proposto “jogo (assimétrico) de polícia e ladrão”. Os números acusam a disparidade cujo nivelamento é impossível de se estabelecer. Os discursos, por sua vez, demonstram o posicionamento desigual tanto nos métodos utilizados na “guerra contra o inimigo” quanto na maneira de colocar-se diante da responsabilidade naquele estado de “guerra”.

O citado estudo de Carnovale demonstrou-nos que a pretensão das organizações armadas nas ações consideradas “terroristas” tinha a especificidade de acabar com os símbolos da injustiça social e da repressão. E que tais ações eram divulgadas em meios públicos, tomando para si a responsabilidade sobre estas atividades. Além disso, o número de vítimas dos então chamados “subversivos” é incomparável ao das vítimas da repressão estatal.

Parece claro que as mortes e o sentido de matar são os mesmos se os consideramos na ação humana. No entanto, tal proposta descarta dois aspectos básicos da problemática: o sentido histórico da violência e a visão entre meios e fins políticos. Estes dois pontos, que hoje são colocados de lado em algumas discussões, foram o cerne dos debates sobre as maneiras de obter o poder na década de 1970 e, por isso mesmo, não podem ser descartados quando analisamos o período.

A realidade latino-americana daquela década mostrou-nos uma radicalização dos movimentos políticos, em toda a região, que discutia a articulação entre a política e a violência. O contexto mundial ajudava a materializar os argumentos dentro do território: uma juventude européia se armava, os modelos de guerras anticoloniais na África e na Ásia se acumulavam, entravam os padrões de revolução chineses e cubanos, as novas esquerdas emergiram-se nas lutas armadas, o catolicismo tomava posição diante da

¹⁹ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Op. Cit.*, 2003. p.107.

pobreza e formava sacerdotes do Terceiro Mundo, a experiência chilena apresentava um “socialismo por vias pacíficas”, e assim por diante.²⁰

Neste sentido, não importando a posição, favorável ou contrária, a discussão sobre a prática da violência e suas possíveis alternativas para obtenção do poder precisam ser, mais que julgadas, entendidas dentro de seu tempo. Marina Franco, por exemplo, no estudo citado há algumas páginas atrás, nos propôs uma violência rejeitada pela sociedade, que, por sua vez, admitiria o uso da própria violência para estabelecer a ordem na Argentina.²¹ Por outro lado, vemos organizações que tomam a práxis da violência com o desejo de transformar a realidade opressora. Então, o que se percebe é o dever de fazer as posições políticas sobre a violência dentro de suas representações e dos debates que elas suscitaram.

Sus actos (de los jóvenes que participaron de la política de hace treinta años) resultan incomprensibles o incluso demenciales – aún para ellos mismos – si se pretende analizar desde los referentes de sentido actualmente predominantes. Es necesario tender un puente entre nuestra mirada actual y la de entonces; no hay una verdadera y otra falsa sino se trata de construcciones diferentes que corresponden a momentos distintos del poder y de las resistencias.

(...) Reconstruir la historia de un militante desaparecido desde la “normalidad de una vida plena injustamente truncada”, desconoce precisamente lo que fue su intención: no ser un sujeto “normal” – buen alumno y ahorrador – sino un revolucionario, con una vida sacrificada, de renuncia de la plenitud personal para obtener un fin superior y colectivo. Esto es lo que a sus ojos resaltaría la injusticia de su asesinato.²²

Para escrever sobre os olhares a propósito da violência, trarei nas próximas páginas os usos dela nos embates materiais e nos discursos e suas representações. Ao pensar em toda esta discussão, colocar-nos-emos neste debate percebendo a aceção da violência nos seus contextos. E, para tal feito, este capítulo dedicar-se-á ao período do governo de Isabelita, indo há alguns anos antes e depois, para percorrer o desenvolvimento das atividades consideradas violentas nos planos materiais e simbólicos.

2.2 – Perón-Perón e os Peronismos Ortodoxos, *Verticales* ou *Movimientistas*

²⁰ ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos... [et al.]. *Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. pp.247-273.

²¹ FRANCO, Marina. *Op. Cit.*

²² CALVEIRO, Pilar. *Op. Cit.*, 2006.

“Sé que algunos creen que no aprendí nada, pero se equivocan. Los veinte años (sic) que pasé en Europa junto al conductor no los pasé mirando a los desfiles de modas” afirmó Isabel Martínez en uno de sus últimos discursos presidenciales.²³

O terceiro casal Perón se conheceu no Panamá, onde o líder do *Justicialismo* estava exilado depois de deposto, em 1955. Apesar das muitas histórias sobre como conheceu Isabel, Perón logo haveria de encantar-se por esta bailarina que fazia um tour de dança naquele país e que, além de dançar, sabia tocar piano, cantar, administrar uma casa, cozinhar, e, desta forma, transformar sua difícil vida no exílio em um ambiente mais agradável.

Perón, em concubinato, a levou junto consigo por alguns países que lhe abrigaram no período de exilado: na Venezuela, viveriam em Caracas, na República Dominicana, estabeleceriam residência na capital Santo Domingo, e na Espanha, ficariam 13 anos em Madrid. Naquela sociedade católica e conservadora, não seria mais admitido que Perón vivera abertamente com uma mulher e, em 15 de novembro de 1961, o general casou-se pela terceira vez.²⁴

Desde quando vivia em Santo Domingo, Isabel passara a participar silenciosamente dos interesses e negociações políticas de Perón. Nas reuniões, não pronunciava suas opiniões, ao menos publicamente, mas começou a ingressar nos ambientes políticos do peronismo oficial até tornar-se delegada do movimento.

De acordo com María Saenz Quesada, Isabel Perón reunia algumas características contraditórias para uma mulher da década de 1970. Ao mesmo tempo em que se colocava como submissa ao líder do *Justicialismo*, ela tinha uma vida espiritual forte e ambígua e propunha ser a figura da mulher ocidental moderna, que trabalhava fora do lar, ingressava às universidades e liberava-se sexualmente. Logo, em todo seu caminhar na política, desde os anos 1960 até apresentar-se como vice-presidenta e, de fato, governar, ela desafiava as regras e mostrava-se como parte desse novo universo feminino. “*Ahora, en una sociedad compleja y en muchos aspectos todavía dual, ‘la otra Evita’, podía aspirar a más, a mucho más que a su vindicativa y apasionada antecesora*”.²⁵

²³ QUESADA, María Saenz. *Op. Cit.*, 2003. p.57.

²⁴ Perón ficou viúvo de sua primeira mulher, Aureliana Tizón, em 1938, e depois, em 1952, morre sua segunda esposa Evita.

²⁵ QUESADA, María Saenz. *Op. Cit.*, 2003. p.103.

Ser um delegado de Perón significava trazer e levar mensagens daquele para os líderes do movimento em todo o mundo. Isabelita delegada teve como primeira missão levar uma mensagem ao então ditador paraguaio, Alfredo Stroessner, e sua presença naquele país causou o alvoroço dos peronistas que ali desembarcavam para pedir apoio àquela senhora.

Desde finais da década de 1960, aprofundou-se na Argentina o mito de um Perón conciliador das forças políticas, que poderia, com seu retorno, instituir a democracia e a justiça social. Este mito, fora fundado quando ele saiu do “quartel para o Estado”, em 1940, transformando a política em um lugar de conflito e Perón como o “primeiro trabalhador argentino” capaz de unir toda a população em torno da construção da Argentina Potência. Desta forma, o discurso peronista esvaziou o campo político, tornando-o um projeto de Pátria para todos em uma Terceira Posição, nem capitalista nem comunista.²⁶

No entanto, esses discursos da possível salvação peronista continuaram efervescentes durante seu exílio, ocorrendo o que Verón e Sigal denominaram de a “presença ausente”. Isto significa que os quase 18 anos, nos quais o velho líder permaneceu fora do país, tornaram as interpretações daquilo dito, tão diferentes quanto seus próprios discursos, e a mediação de suas palavras tão importante quanto sua palavra autêntica – e aí aparece a importância de Isabelita naquele cenário político.

Para estruturar e fazer possível seu retorno, os discursos de Perón foram se fragmentando e abrangendo diversas opiniões. Desta maneira, ele estendeu suas alianças políticas, entendendo-se com movimentos de distintas frentes e possibilitando a multiplicação de interpretações e atuações sob a perspectiva dos peronismos. Desde o exílio, então, Perón estimulou as correntes políticas a lutarem por seu retorno e pelo “peronismo” através de promessas feitas aos sindicalistas, a *juventud maravillosa*, aos peronismos *verticalizados* e etc. Às direitas e às esquerdas peronistas.²⁷

Perón llamaba capitalismo estatal al socialismo, y socialismo nacional a su proyecto de democracia integrada que, en realidad, era una especie de

²⁶ SIGAL, Silvia; VERON, Eliseo. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

²⁷ As direitas peronistas são consideradas vertentes do movimento integradas pela corrente sindical-burocrática e por grupos empresariais que, de alguma forma, se beneficiavam com o Pacto Social estabelecido pelo governo ou, ainda, por organizações paramilitares que estimulavam o terror em nome de uma bandeira peronista. Já as esquerdas são designadas como grupos apoiados na figura de Perón para legitimarem-se enquanto movimento social ou partidário, utilizando-se de seu discurso a fim de angariar as massas trabalhadoras, mesmo não tendo uma posição ideológica equivalente com a proposta de Perón.

combinación del sistema republicano con el corporativo. La integración consistía, según sus propias palabras, en extraer del Medioevo la idea de corporación, del capitalismo liberal la idea de libertad individual y progreso técnico, del comunismo la idea de igualdad y justicia social.

Como un hábil vendedor ambulante, Perón extraía de su maleta los términos más adecuados para los oídos de su interlocutor y la coyuntura por la que se estaba atravesando. De ese modo, la clásica tercera posición justicialista que entre 1969-1972 adoptó el nombre del socialismo nacional, a partir del retorno a la Argentina pasó a denominarse democracia integrada y, por último, en el diálogo de Perón presidente con los sindicatos y las fuerzas armadas, se redujo a la expresión de corte prusiano ‘comunidad organizada’ que, definitivamente, dejaba de lado toda su alusión al socialismo y la democracia.²⁸

De forma a facilitar a identificação destes grupos que dialogavam com o peronismo, Lucas Lanusse propõe que a discussão sobre o movimento rondava, nesta época, sob a formulação de três grandes expectativas: os *Movimientistas*, os *Tendencistas* e a *Alternativa Independiente*. Os *Movimientistas* acreditavam no peronismo e no Perón revolucionários, negando as diferenças adentro do movimento. Os *Tendencistas* reconheciam a potencialidade revolucionária de todos os movimentos peronistas, mas admitiam diferenças irreconciliáveis nos objetivos estratégicos delas. Portanto, toleravam uma convivência tática, que posteriormente seria rompida, mas reconheciam os burocratas como inimigos, a classe trabalhadora hegemônica pelo *Movimientismo* e Perón ilegitimamente revolucionário. Enquanto a *Alternativa Independiente* descartava qualquer tipo de convivência com a burocracia sindical, confirmando uma identidade classista e uma visão de um Perón burguês.²⁹

Uma das correntes *Movimientistas*, criada no chamado Terceiro Peronismo, cujo aprofundamento se deu no governo de Isabel Perón, foi o *Lopezreguismo*. Apesar de adiante esta ser tratada com maior afinco, apontaremos aqui que esta corrente, com o nome de seu maior influenciador, defendia os interesses da direita peronista e do empresariado nacional e internacional e agregava métodos repressivos de eliminação da dissidência e da esquerda peronistas.

O primeiro encontro entre Isabel Perón e López Rega deu-se, em 1965, em sua citada viagem ao Paraguai. Isabel, naquela missão, resolveu alongar sua estadia e ir a Buenos Aires. Surpreendentemente, pediu a organização de alguns atos públicos para recebê-la e para reafirmar a lealdade ao seu marido (principalmente, com o ato de 17 de

²⁸ SANTUCHO, Julio. *Op. Cit.*, 2005. pp103-104

²⁹ LANUSSE, Lucas. *Montoneros*. El mito de los 12 fundadores. Buenos Aires: Ediciones B Argentina S.A., 2005. pp.184-188.

outubro³⁰) e, desta forma, frear o poder real que ganhava um dos líderes sindicalistas na época, Augusto Vandor – assassinado anos depois.

No dia 10 de outubro, Isabel chegou à Argentina. Esta visita foi marcada por muita movimentação e extrema vigilância, tanto por parte dos militares, que queriam observar de perto o que ela viera fazer ali, quanto por parte daqueles que estavam a cargo de sua segurança e proteção. Em uma de suas reuniões políticas, López Rega se fez presente e Isabel Perón o chamou para uma conversa privada, realizada dias depois.³¹

A, então, delegada, adepta ao obscurantismo, conhecia a fama de Rega por aquelas regiões. Desde fins da década de 1950, José López Rega havia iniciado sua entrada ao mundo espiritual, praticando esoterismos e “ciências ocultas”, terapias com ervas medicinais, fazendo viagens para a evolução de seu espírito e escrevendo livros sobre o plano astral. Foi tornando-se bastante conhecido entre seus vizinhos de Villa Urquiza e ali adotou o nome espiritual de Daniel, mas ganhou o apelido na vizinhança de *El Brujo*.³²

Nesta audiência com Isabel, López Rega lhe falou sobre a missão espiritual do General em voltar para o país e reivindicar a figura de Evita junto ao povo. Relatou-lhe sobre os anos 1950, em que era segurança de seu marido, e sobre as noites que velou a enferma Eva Perón, através das escadas que chegavam ao seu dormitório. Confessou-lhe que não pôde curar Evita, porque seus poderes ainda não estavam totalmente desenvolvidos, no entanto, revelou-lhe que ela entrara na vida de Perón e dos peronistas para terminar a obra inacabada da falecida. Assim, lhe propôs fazer uma “transferência de espírito” e, depois de uma longa conversa, recebeu o convite para ser seu secretário pessoal.³³

³⁰ Para o peronismo, esta data, desde o ano de 1945, significa seu nascimento simbólico. Isto porque foi nela que os trabalhadores, organizados pela CGT, concentraram-se na *Plaza de Mayo* para pedir pela liberdade de Perón, que ocupava então os cargos de Ministro do Trabalho e Previsão, Ministro da Guerra e vice-presidente e que havia sido obrigado a renunciá-los. Em seu discurso de despedida, Perón demonstrou o “rito de passagem” que iria cumprir, saindo do “quartel” e tornando-se um cidadão argentino, trabalhador e o “melhor representante desta classe”. PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón: propaganda rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Caseros: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2007. Capítulo 3 – “1° de Mayo y 17 de Octubre: el origen de dos rituales”.

³¹ LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2007. pp.149-165.

³² *Idem*. pp.78-92.

³³ Quando o cadáver de Evita foi levado desde Milão à residência de Perón em Madrid, durante o ano de 1971, López Rega convenceu Isabel Perón de que seria interessante mantê-lo na casa para ajudá-la na aquisição do espírito de Eva. Segundo Larraquy, ela recostava-se ao lado da defunta embalsamada para que seu secretário realizasse os rituais mágicos. *Idem*. p.197 e nota 12 do capítulo 10.

Depois da ronda política que tardou nove meses, Isabel retornou à Espanha e foi recebida com aprovação de seu marido, que a declarou como “mais um soldado de Perón e mãe de todos os peronistas”. López Rega, por sua vez, mostrou-se empenhado em sua tarefa de ajudar no retorno de Perón à Argentina e em aproximar-se dele.

Segundo Larraquy, a convivência entre os três na *Puerta de Hierro* ia aprofundando-se cada dia mais: Isabelita mostrava seu gênio temperamental, Rega passava a intrometer-se nos assuntos políticos e pessoais do casal e Perón colocava-se complacente a esta situação. E, quando o líder desagradava aos dois outros habitantes da Quinta, era “punido” com a solidão e passava seus dias de punição sem que lhe fosse dirigida nenhuma palavra.³⁴

As atividades e a influência política de López Rega começaram a aumentar nesta época. Em princípios de 1970, ele já seria nomeado para algumas viagens políticas e algum tempo depois se tornou responsável pela publicação do periódico *Las Bases*, o organismo oficial de divulgação do movimento.

Enquanto isso, no país, as manifestações em prol do retorno do peronismo cresciam, assim como a idéia de que o *Justicialismo* poderia responder e apaziguar o descontrole político, resultado de uma ditadura repressiva e de uma crise econômica reflexo da crise mundial. A ditadura sofre, em 1969, uma grande mobilização dos trabalhadores, em Córdoba.

Fruto de um novo ativismo social, aqueles conflitos foram além das propostas salariais. Ali se lutou por melhores condições de trabalho, por sistemas de incentivo, classificações e categorias. As manifestações urbanas foram manifestações de rua, nas quais os estudantes e trabalhadores não sindicalizados também se agregaram, conformando o que se chamou de *Cordobazo*.³⁵

As mobilizações populares foram se aproximando mais do peronismo e de Perón, até que, em 1971, o presidente em exercício, General Onganía, inicia uma negociação para a saída da ditadura através do que se colocou como *Gran Acuerdo Nacional* (GAN). Neste acordo, o *Partido Justicialista* ganhou a concessão das Forças Armadas em participar das próximas eleições, que seriam realizadas em março de 1973, contanto que Perón não fosse candidato.

Tomás Eloy Martínez, no romance sobre Evita, descreve uma Isabel bastante ciumenta em relação aquele cadáver. Tal sentimento provinha tanto da expressão que era o símbolo de Eva Perón para o país e para o Movimento, quanto da presença do corpo dela em sua casa, que desviava a atenção do líder, prendendo-o por horas na habitação em que este se encontrava. MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *Santa Evita...*, 2007.

³⁴ LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2007. pp.166-182.

³⁵ ROMERO, Luis Alberto. *Op. Cit.*, 2001. pp.175-185.

Aceitando o GAN, a fórmula lançada pelos peronistas, naquelas eleições, para competir com os militares foi a da *Frente Justicialista de Liberación Nacional* (FREJULI). Nela, aliaram-se ao PJ, vários outros partidos, entre eles o *Movimiento Integración y Desarrollo* (MID), o *Partido Popular Cristiano* e uma parte dos socialistas e dos conservadores populares.

Um estudo sociológico da década de 1970 apontou que a vitória do FREJULI naquelas eleições não foi assegurada apenas por uma população trabalhadora urbana, mas, essencialmente, pela população rural, que votou no peronismo com aproximadamente 17% de votos a mais, desde as eleições de 1946. Isto demonstra que o peronismo, além de mobilizar as classes populares urbanas, foi também capaz de legitimar-se a partir de um conservadorismo estrutural e de figuras políticas locais presentes no ambiente rural.³⁶

No entanto, durante toda a campanha para o candidato peronista Héctor Cámpora, sua submissão a um Perón extremamente popular foi essencial para a vitória. A diversificação do movimento peronista e sua integração no líder possibilitaram que a fórmula “Cámpora no governo, Perón no poder” ganhasse.

Para todos Perón expresaba un sentimiento general de tipo nacionalista y popular, de reacción contra la reciente experiencia de desnacionalización y privilegio. Para algunos – peronistas de siempre, sindicalistas y políticos – esto se encarnaba en el líder histórico, que, como en 1945, traería la antigua bonanza, distribuida por el Estado protector y munificentemente. Para otros – los más jóvenes, los activistas de todos los pelajes – Perón era el líder revolucionario del Tercer Mundo, que eliminaría a los traidores de su propio movimiento y conduciría a la liberación, nacional o social, potencializando las posibilidades de su pueblo. Inversamente otros, encarnando el ancestral anticomunismo del movimiento, veían en Perón a quien descabezaría con toda la energía necesaria la hidra de la subversión social, más peligrosa y digna de exterminio en tanto usurpaba las tradicionales banderas del peronismo. Para otros muchos – sectores de las clases medias o altas, quizás los más recientes descubridores de sus virtudes – Perón era el pacificador, el líder descarnado de ambiciones, el “león herbívoro” que anteponía el “argentino” al “peronista”, capaz de encauzar los conflictos de la sociedad, realizar la reconstrucción y encaminar al país por la vía del crecimiento hacia la “Argentina Potencia”.³⁷

Cámpora passou menos de dois meses na presidência até renunciar em nome do retorno de Perón ao governo. Apesar de este período ser muito ligado a esquerda

³⁶ MORA Y ARAUJO, Manuel. Las Bases estructurales del peronismo. In: MORA Y ARAUJO, Manuel; LLORENTE, Ignacio (Org.). *El voto peronista: Ensayos de sociología electoral en argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980. pp.397-440.

³⁷ ROMERO, Luis Alberto. *Op. Cit.*, 2001. p.190.

peronista e a juventude dela, que o chamava carinhosamente de *El Tío* e habitava alguns de seus principais gabinetes, seu governo marcou também a entrada de membros do *Lopezreguismo* e da direita peronista no poder.

O próprio López Rega foi designado como ministro da pasta de Bem-Estar Social, uma das mais importantes nos governos peronistas. Desde então, Rega começou a transformar aquele espaço em um “*bunker*”, no qual se guardava armamentos pesados e conversava-se sobre planos de eliminação dos “inimigos”.

Juan Ramón Morales (*El Gaucho*) se converteu em chefe de segurança do Ministro de Bem-Estar Social. Morales era um homem da antiga divisão da Polícia Federal, chamada de *Robos y Hurtos* (RH) que ficou conhecida, nos anos 1950, pelo nível de repressão e violência e pelos negócios ilícitos de contrabando. Seus membros, quando não assassinados, foram colocados em disponibilidade por violação dos deveres do funcionalismo público ou por encobrir tais ações. Morales, neste contexto, havia sido chefe de uma brigada do casal Evita e Perón, em 1947, e, desde finais da década de 1950, ganhava destaque na luta contra a delinquência dentro da PF, inclusive sendo premiado, em 1963, como o “policial do ano”. Ali conheceu Alberto Villar e López Rega, respectivamente, oficial e cabo da instituição policial, que iriam colocá-lo novamente na ativa durante os anos 1970.³⁸

Junto a ele, também iria se readmitir Rodolfo Eduardo Almirón (*El Pibe*), outro membro retirado da RH. Ao serem reincorporados, Almirón e Morales foram a ponta do grupo armado constantemente visto nos corredores do Ministério de Bem-Estar Social. E, a partir de então, as reincorporações de policiais passados a inatividade por causa de envolvimento com ações ilegais dentro da corporação tornaram-se frequentes.

Um dos episódios que ilustra o breve período do governo Cámpora e que nos remete ao crescimento da violência desde dentro das instituições governamentais, é o *Masacre de Ezeiza*. Naquele aeroporto, em 20 de junho de 1973, preparou-se a festa de recepção do velho líder que chegava da Espanha para seu país. A responsabilidade de organizá-la estava nas mãos de cinco pessoas: José Rucci, Lorenzo Miguel, Juan Manuel Abal Medina, Norma Kennedy e Jorge Manuel Osinde. O grupo decidiu que cada ramificação do movimento (sindical, feminina, política e juvenil) organizaria sua manifestação de forma autônoma.

³⁸ CANALETTI, Ricardo; BARBANO, Rolando. *Todos Mataron*. Génesis de la Triple A: el pacto siniestro entre la Federal, el gobierno y la muerte. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta, 2009. pp.31-36 e 83-90.

Várias correntes do Movimento Peronista estavam presentes para a comemoração com suas respectivas bandeiras e motes. Acontece que a direita do Movimento apareceu armada no aeroporto e iniciou um tiroteio em direção aos militantes de esquerda, matando 13 pessoas e ferindo outros 365. Diante da situação, Perón resolveu desembarcar na base militar de Morón e, no dia seguinte, pronunciou-se contra a violência no país, não acusando a direita peronista como responsável pelo massacre e tomando sua posição contra a esquerda: "*Somos lo que dicen las 20 Verdades Justicialistas y nada más que eso*".³⁹

Em 13 de julho daquele ano, Cámpora renuncia a seu cargo governamental e o presidente da Câmara de Deputados, terceiro na linha de sucessão constitucional e genro de López Rega, Raúl Lastiri, assume a presidência até as novas eleições. Estas se realizaram em setembro e foram disputadas pelas fórmulas Ricardo Balbín-Fernando de la Rúa pela *Unión Cívica Radical* (UCR), Francisco Manrique-Rafael Martínez Raymonda pelo *Partido Demócrata Progresista* e Perón-Perón pelo PJ.

No entanto, escolher Isabel Perón como vice não foi tarefa fácil. As esquerdas peronistas eram contra. De acordo com Marcelo Larraquy, o grande dilema delas era denunciar López Rega pelas atrocidades cometidas, sem atingir a figura do líder justicialista, mas inevitavelmente atingindo a de Isabel. As esquerdas encontraram a solução na "teoria do cerco": Rega haveria envolvido Perón para desviá-lo do caminho da revolução e da ligação direta que ele possuía com o povo e, assim, continuavam contra os dois outros "vilões", Rega e Isabel.⁴⁰

Para as direitas, por sua vez, López Rega tornar-se-ia o centro de todos aqueles que desejavam neutralizar a influência das esquerdas no movimento. Assim, Isabel ganharia o apoio deste setor para a fórmula presidencial.

E o próprio Perón tendia a outra fórmula para sua candidatura: compartia da idéia de levar Ricardo Balbín, preterido pelas esquerdas. Mas a pressão sob ele realizada, não apenas por seu secretário pessoal, como também por Carlos Villone, Secretário de Estado, pelos sindicalistas e membros do *Partido Justicialista*, convenceram-no a aceitar a estratégia de levar sua esposa ao cargo. E, com 62% dos votos, venceram as eleições de setembro de 1973.⁴¹

³⁹ VERBITSKY, Horacio. *Ezeiza*. Buenos Aires: Contrapunto, 1985.

⁴⁰ LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2007. pp.246-269.

⁴¹ *Idem*. pp.246-269.

De todos los sectores sociales, de todas las posiciones políticas, de todos los grupos económicos, se desprendieron vastos núcleos que se sumaron a las fuerzas que tradicionalmente apoyaron al exilado caudillo. Cada uno esperó de él lo que deseaba: unos, una política social como la de sus primeros gobiernos; otros una economía desarrollista; o una política económica nacionalista y autárquica; o un gobierno de orden; o una política socialista; o una restauración cristiana y occidental; cualquier cosa dentro del repertorio de la indecisión argentina. Pero todos ellos coincidieron en una abdicación no sólo democrática sino también republicana. La voz de orden – o mejor, el grito – fue: “Todo el poder a Perón”.⁴²

Vencer as eleições significou para Isabel uma mudança em sua posição política no país. María Saenz, fazendo uma analogia com o jogo de xadrez, descreve-a como uma dama que terminou livre para mover-se e tornou-se peça fundamental para aquele cenário político. O apoio que deu a direita peronista, abrindo-lhe a porta da frente ao poder, foi essencial para a história que segue.⁴³

Em menos de três meses de governo peronista, López Rega já vivia com o casal Perón, era seu Ministro de Bem-Estar Social e colocou Carlos Villone na secretaria privada. A partir daí, confirmou uma linha política dentro do movimento peronista que levava seu nome: o *Lopezreguismo*. Nela seus aliados mantinham relações de clientelismo, nas quais o aparato do Estado estava disponível para aqueles que se juntassem na luta contra seus inimigos.

Em finais de 1973, Rega já havia organizado um grupo paramilitar para eliminar seus opositores políticos, denominado de *Alianza Anticomunista Argentina (AAA/Triple A)*. Suas ações eram caracterizadas pelos seqüestros realizados por homens uniformizados ou com credenciais policiais, pelas explosões de vítimas e lugares considerados casas operativas da “subversão” e pelos assassinatos de militantes das esquerdas, cujos corpos apareciam em terrenos baldios ou nos matagais perto de Ezeiza.⁴⁴

Segundo Ignacio Janzen, alguns pressupostos da concepção ideológica deste grupo foram formados pela influência do fascismo, que teve sua expressão máxima no país, na década de 1960, com o movimento *Tacuara*. Determinados militantes do *Tacuara* tinham relações com franquistas, membros da extrema-direita italiana e franceses atuantes na Argélia. Anticomunista e orientado pela reação católica, seus membros, ao longo do tempo, se espalharam entre outros movimentos desde a extrema

⁴² LUNA, Félix. *Op. Cit.*, 2003. p.102

⁴³ QUESADA, María Saenz. *Op. Cit.*, 2003. p.105.

⁴⁴ JANZEN, Ignacio González. *La Triple A*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto, 1986. pp.16-17.

direita até a esquerda, que negavam o nacionalismo burguês e denunciavam o fascismo. Aqueles que permaneceram com os ideais fascistas apoiaram a ditadura de 1966 e, posteriormente, se integraram a chamada direita peronista.⁴⁵

O primeiro atentado da *Triple A* foi articulado em 21 de novembro de 1973 contra o senador da UCR, Hipólito Solari Yrigoyen. Dias antes de uma bomba ser colocada em seu carro, Yrigoyen havia votado contra o projeto de Lei de Associações Gremiais e, por isso, foi acusado, pelo líder sindicalista Lorenzo Miguel, de “inimigo público da classe trabalhadora organizada”. Neste dia, Hipólito Yrigoyen recebeu um bilhete no qual se lia três vezes a letra A. Na seguinte manhã, seu carro iria explodir causando-lhe graves queimaduras nas pernas. No hospital, a vítima receberia a visita de Isabel e López Rega, o que, segundo ele, lhe pareceu uma cena que “*ocurren en las películas de la mafia, cuando el capo asiste a los funerales de su víctima. Isabelita, como era habitual, estaba en las nubes. Al ver mi estado chistó y dijo: ¿Que quieren estos desalmados?*”⁴⁶

De acordo com alguns testemunhos, havia oito células operativas da *Triple A* e cada uma delas tinha um chefe, quatro homens e um apoio. Todos seus membros eram responsáveis pelas execuções, cujas vítimas eram peronistas de esquerda, líderes sociais, políticos da oposição, sindicalistas, intelectuais, dirigentes juvenis, jornalistas, advogados, artistas e etc.

No entanto, até a morte de Perón, a *Triple A* não iria assinar nenhuma de suas ações e bastava para o discurso oficial culpar grupos guerrilheiros pelas ações criminosas. Este procedimento se modificou quando López Rega passou a possuir maior poder dentro do Ministério de Bem-Estar Social, possibilitando-o praticar o terrorismo da organização impunemente e iniciando o que Janzen chama de o “tempo das hienas”.⁴⁷

O número total de vítimas desta organização não é de comum acordo para os diversos autores que escrevem sobre o tema. Fala-se em um número entre 400 a 2000 assassinados pela *Triple A* em todo o território argentino.⁴⁸ Entre julho e agosto de 1974, logo após a morte de Perón, se contabilizou cerca de um assassinato a cada 19

⁴⁵ *Idem.* pp.21-38.

⁴⁶ LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2007. p.268 e nota 24 do Capítulo 13.

⁴⁷ JANZEN, Ignacio González. *Op. Cit.*, 1986. pp.21-38.

⁴⁸ Em uma lista elaborada pelo *Justicia Ya* e atualizada pelo *Proyecto Desaparecidos* podem ser consultados 685 nomes com as respectivas datas dos assassinatos. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/listas/aaa.html>

horas, que tenderam a aumentar até a saída de López Rega do poder e a desarticulação da AAA.

Dos membros reincorporados a PF, supracitados, Morales foi acusado legalmente como responsável pelos assassinatos do deputado Rodolfo Ortega Peña (morto com trinta disparos entre as ruas Carlos Pellegrini e Arenales, em Buenos Aires), do advogado de presos políticos Alfredo Curutchet (morto em San Isidro), do ex-subchefe da polícia bonaerense Julio Troxler (morto em Barracas), de Silvio Frondizi e Luis Mendiburu, do jornalista Pedro Barraza e seu amigo Carlos Laham, além de participar das mortes de Daniel Banfi, Luis Lastrónica e Guillermo Jabif e do atentado a casa do ex-reitor da *Universidad de Buenos Aires*, Raúl Laguzzi, no qual morreu um bebê de cinco meses. Almirón, por sua vez, foi acusado também pelas mortes de Peña, Curutchet, Troxler, Frondizi, Mendiburu, Barraza, Laham, Lastrónica, além do crime contra o padre Carlos Mugica, Mauricio Borghi e Carlos Betemps, e outros atentados.⁴⁹

Segundo um dos membros dos *Montoneros*, “*En Buenos Aires comenzaron a caer una cantidad... hubo como 2000 muertos entre el 74 y 75 por la Triple A. El afiliado era prácticamente boleta [asesinado] en ese momento. Era como ponerse en manifiesto frente a la policía. Había muchos riesgos*”.⁵⁰

Neste período, as esquerdas, de forma geral, começaram a entender os caminhos que o peronismo oficial estava percorrendo e a posição em que o líder justicialista colocava-se. De forma mais ou menos enfática, estes movimentos passaram, então, a realizar uma oposição àquela proposta do peronismo ortodoxo, investindo na luta armada, modificando os discursos e desconsiderando Perón como revolucionário.

E Perón respondia negativamente àquelas demandas. Em janeiro de 1974, forçou a renúncia do governador de Buenos Aires, ligado a *Tendencia*, Oscar Bidegain, sob o argumento de incapacidade de frear o intento do operativo levantado pelo *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) para tomar o Regimento Azul do exército. Acusou-o de não impedir ações guerrilheiras e exigiu que seu vice-governador, Victorio Calabro, assumisse o governo e retirasse a esquerda peronista da administração.

Em 29 de janeiro do mesmo ano, Perón assinou a reincorporação de Alberto Villar às forças da Polícia Federal e López Rega passou a ter contato com tal

⁴⁹ CANALETTI, Ricardo; BARBANO, Rolando. *Op. Cit.*, 2009. pp.242-243.

⁵⁰ SERVETTO, Alicia. Memórias de intolerancia política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista). *Antiteses*, vol.1, N°2, jul-dez de 2008. pp.447-448.

organização do Estado, aumentando as forças da repressão.⁵¹ Villar era um oficial especializado em contra-insurgência, que havia sido principal repressor das forças peronistas e, por isso, retirado da polícia no governo Cámpora. Em menos de três meses, Villar tornar-se-ia chefe da PF, reincorporaria Rega na instituição e os dois iriam ingressar na tarefa de reprimir as esquerdas. Em 1º de novembro de 1974, foi assassinado com uma bomba colocada pelos *Montoneros* em seu automóvel, que o matou junto com sua mulher.⁵²

Es conocida la afirmación del viejo caudillo que consideraba al terrorismo urbano como un problema policial, con lo cual no sólo conocía la dimensión política del problema sino, lo que era más grave, relegaba completamente su propia responsabilidad en el crecimiento de la violencia y el apoyo al terrorismo. Pero la verdad lo más inquietante era el criterio mismo de lo que se definía como “policial” para el jefe del justicialismo. [...] En efecto, en la medida en que Perón ponía su propia astucia por encima de las leyes y de los resguardos institucionales, favorecía claramente tanto los medios legales como los ilegales en la represión de quienes discutían su autoridad.⁵³

E muitos outros acontecimentos marcam a mudança de discurso e ação de Perón quando assume a presidência, delineando seu rompimento com a esquerda. Em um clássico discurso feito, por exemplo, aos dirigentes da *Juventud Peronista* (JP), que estavam reunidos para negociações, no dia 7 de fevereiro, em sua casa de Olivos, município de Vicente López, Perón afirmou:

Los venimos viendo. Tengo todos los documentos y, además, los he estudiado. Bueno, esos son cualquier cosa menos justicialistas. Entonces ¿qué hacen en el justicialismo? Porque si yo fuera comunista, me voy al Partido Comunista y no me quedo ni en el Partido ni en el Movimiento Justicialista.⁵⁴

⁵¹ No dia posterior a reincorporação, a imprensa divulga uma lista de pessoas condenadas à morte pela Triple A, entre elas, estavam o bispo de La Rioja Enrique Angelelli, Julio Troxler, o dirigente *montonero* Roberto Quieto, e o intelectual marxista Silvio Frodizzi. Todos eles foram assassinados no governo do “Terceiro Peronismo” ou na ditadura militar.

⁵² O ex-chefe da PF, Miguel Ángel Iñiguez, iria ser destituído por haver prendido Mario Firmenich (*Montoneros*) e o liberado dias depois. Há especulações, contudo, que a atitude de Perón por sua substituição tenha sido motivada devido a sua decisão de não reincorporar López Rega na PF. Villar, por sua vez, iria não apenas reincorporá-lo na instituição, como também apoiá-lo intensamente na luta pela eliminação do inimigo. Para ele, a repressão deveria ter caráter internacionalista e, com este intuito, a Polícia Federal argentina passaria a colaborar com as ditaduras do Cone Sul, “antecipando” o Plano Condor e assassinando diversas pessoas que haviam pedido exílio no país. LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2007. pp.270-293.

⁵³ VEZZETTI, Hugo. *Op. Cit.*, 2002. p.64.

⁵⁴ SIGAL, Silvia; VERÓN, Eliseo. *Op. Cit.*, 2004. pp.220-221.

A ruptura ficaria evidente durante o famoso episódio no Dia dos Trabalhadores daquele ano de 1974, tendo a *Plaza de Mayo* como palco. A *Tendencia Revolucionaria* havia levado um número de aproximadamente 60 mil pessoas (em um total de 100 mil) para a praça naquele 1º de maio, a fim de “ouvir” o então presidente proferir seu discurso e “dialogar” com ele.⁵⁵ Os militantes levaram suas bandeiras e faixas com os nomes das organizações que participavam e começaram a reclamar diversos ideais sob a formulação de motes.

Todo ritual do Dia do Trabalhador iria ser realizado. Como primeira-dama e vice-presidenta, Isabel iria coroar a “rainha do Trabalho” e, ao iniciar este cerimonial peronista, foi obrigada a escutar “*Evita sólo hay una*” e “*Si Evita viviera, sería montonera*”. Quando o orador da festa pediu um minuto de silêncio em memória de Eva Perón e todos os mortos do Movimento, os tambores e vozes nomearam cada um dos *montoneros* assassinados, seguido de gritos de “*Presente*”. Quando Perón finalmente entra no balcão da Casa Rosada para discursar, a *Tendencia* lhe pergunta e lhe afirma: “*¿Qué pasa, qué pasa, qué pasa, general, que está lleno de gorilas el gobierno popular?*” e “*Vea, vea, vea, qué manga de boludos, votamos a una muerta, una puta y un cornudo*”.

Diante desta situação, Perón discursou declarando guerra ao peronismo de esquerda e acusando-os de falsos peronistas, traidores e infiltrados, renunciando, enfim, ao seu argumento de unidade nacional, naquele que deveria ser um evento integrador de forças política.⁵⁶ Desta forma, provocou a retirada organizada dos militantes daquela praça que saíram proferindo: “*Aserrín, aserrán, es el pueblo el que se va*” e “*Si esto no es el pueblo, el pueblo ¿dónde está?*”.⁵⁷

Nos seus últimos meses de vida, Perón já não saía de sua residência com raras exceções. E, em um domingo, dia 30 de junho de 1974, o líder *justicialista*, já muito debilitado, morre de uma parada cardíaca, apesar das inúmeras tentativas de reavivá-lo feitas tanto pelos médicos quanto por seu “*Brujo particular*”.

⁵⁵ Segundo Hugo Vaca Narvaja, membro da Condução Nacional dos *Montoneros*, este movimento havia formado um pensamento crítico em relação à Perón, brigando por seu retorno e, depois, com seu retorno. Neste sentido, eles teriam ido à Praça naquele dia para discutir sua própria história. ESQUIVADA, Gabriela. *Noticias de los Montoneros: La historia del diario que no pudo anunciar la revolución*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010. p.226.

O mesmo argumento é afirmado também em depoimentos do documentário *Cazadores de Utopías* (1995) de David Blaustein.

⁵⁶ Segundo Mariano Plotkin, o primeiro de maio havia sido transformado com o peronismo na década de 1940, quando se tornou uma festa de trabalhadores para “agradecer” os benefícios obtidos pela classe e renovar a aliança com o Movimento. PLOTKIN, Mariano Ben. *Op. Cit.*, 2007.

⁵⁷ GILLESPIE, Richard. *Op. Cit.*, 1998. pp.186-188.

Perón fue llorado durante toda la semana. Su muerte significó el fin de un liderazgo de treinta años sobre la política argentina, la conclusión de un ciclo histórico que dejó flotando la sensación de haber perdido a un padre. El Movimiento peronista había quedado partido en dos – los ortodoxos y los revolucionarios – y la conducción y el ejercicio del gobierno recaía en la viuda. La muerte de Perón también era el anticipo de otras muertes.⁵⁸

Em 5 de julho, María Estela assumiu o poder e convocou uma reunião de gabinete na Quinta Presidencial de Olivos. Ali informou sua decisão de manter López Rega como secretário privado da Presidência, apesar dos rumores sobre suas atividades ilegais, o possível esconderijo de armas que havia se tornado o Ministério de Bem-Estar Social e sobre o suposto envolvimento afetivo que ele manteria com a viúva. Esta decisão permitiu o crescimento político de Rega no país, que supervisionava a presidenta e, por vezes, controlava suas ações com intromissões nas reuniões de gabinete e com seus conselhos políticos.⁵⁹

Aceitando a recomendação de López Rega, Isabelita indica, para desempenhar a função de secretário de Imprensa e Difusão, José María Villone. Sob sua administração, as intervenções nas redações dos jornais e nos canais de televisão foram sistemáticas e a censura se estendeu por todo o país, fechando, por decretos, diários e revistas que “ofendiam a moral ou produziam discursos ideológicos”. Em 22 de julho de 1974, por exemplo, esta secretaria estatizou três canais privados de televisão em Buenos Aires e dois no interior. Ela também passou a permitir que os grupos *lopezreguistas* imprimissem livremente panfletos para atos públicos e mobilizações.⁶⁰

Em setembro de 1974, o ministro da Educação Oscar Ivanissevich começa as intervenções nas universidades, colocando figuras tradicionalmente fascistas para conter aquelas “fábricas de marxistas”. Esse foi o caso, por exemplo, do interventor da Universidade de Buenos Aires (UBA), Alberto Olitalagano, ex-militante da *Alianza Libertadora Nacionalista*, que em seu discurso de posse afirmou: “*O con Cristo o contra Cristo. O con el Justicialismo o con el Marxismo*”.⁶¹

A mesma idéia de acabar com a dissidência do Movimento, em nome da Pátria, da Igreja, do Exército, da Argentina Potência e de sua purificação, justificou a continuação das políticas de intervenções provinciais, iniciadas no governo de Juan D.

⁵⁸ LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2007. p.294.

⁵⁹ *Idem.* pp.294-301.

⁶⁰ *Idem.* pp.301-302 e nota 4 do Capítulo 15.

⁶¹ *Idem.* p.308.

Perón. Como já colocado, Perón havia deposto Oscar Bidegain em Buenos Aires e Obregón Cano em Córdoba. O parlamento interveio em Mendoza, cujo governador era Martínez Baca, e Isabel Perón em Santa Cruz e Salta, retirando do poder Jorge Cepernic e Miguel Ragone, respectivamente.⁶²

Neste sentido, Isabel preocupou-se em seguir o caminho da direita peronista, favorecendo a classe empresarial e rompendo com a famosa política de Pacto Social, iniciada nos anos 1940. O Pacto Social era o símbolo de um possível diálogo travado entre as classes sociais, que pregava uma integração entre as classes trabalhadora e patronal. Entretanto, no novo contexto mundial, onde se sentiam os impactos da crise, da desvalorização dos preços de matérias primas e do aumento dos produtos importados, valorizaram-se os interesses dos trabalhadores *Verticalizados*, dos empresários e da direita peronista, reestruturando o citado Pacto Social e frustrando muitas das expectativas sobre o retorno do peronismo ao poder.⁶³

A proposta do governo de María Estela possuía cinco objetivos básicos: o esforço para acabar com a subversão, através de grupos paramilitares e das Forças Armadas; eliminar a esquerda na educação; acabar com as políticas antiempresariais, invocando a disciplina industrial para atrair o investimento dos capitais estrangeiro e privado; submeter o sindicalismo ao governo; e obter o apoio político das Forças Armadas.⁶⁴

Influenciando a presidenta na montagem do aparato político, dos sindicatos ortodoxos e de alguns setores militares, López Rega acaba por indicar à Isabel Perón também um ministro para a pasta de economia. O indicado seria Celestino Rodrigo. Secretário de segurança social no Ministério de Bem-Estar Social, Rodrigo era aliado aos setores liberais e criou um plano econômico que acompanhou o plano de repressão já estabelecido.

Neste sentido, interpretou os problemas econômicos do país pela idéia de que a violência provocada pelos “subversivos” tendia a afastar os investidores e atrair especuladores para a Argentina. Por outro lado, a fim de reverter a situação, não apenas justificou a repressão aplicada, como também interferiu em alguns pontos básicos e característicos da política econômica peronista. O novo ministro interveio nos balanços

⁶² Sobre as províncias que sofreram intervenções no Terceiro Peronismo, ver: SERVETTO, Alicia. 73/76. *El gobierno peronista contra las “provincias montoneras”*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.

⁶³ ROUGIER, Marcelo; FISZBEIN, Martín. *La frustración de un proyecto económico: El gobierno peronista de 1973-1976*. Buenos Aires: Mantial, 2006. pp.15-36.

⁶⁴ DI TELLA, Guido. *Op. Cit.*, 1983. pp.125-127.

salariais, na antiga paritária, que equilibrava preços e salários, na contenção do déficit fiscal, no reajuste de preços e tarifas e na ampliação do mercado, expandindo o investimento estrangeiro para, como discursava, “engrandecer a Nação”.⁶⁵ A fim de dar uma rápida resposta à crise, afinal o Mercado Comum Europeu havia proibido a importação de carnes, os EUA tomavam medidas protecionistas para seu mercado e os lucros do empresariado argentino despencavam, a política de Celestino Rodrigo fora aplicada através de choques e de quebras do compromisso entre as classes.⁶⁶

Com essas transformações, os trabalhadores começaram o embate contra esta política em Córdoba e na Grande Buenos Aires, criando as Coordenadoras de Fábricas e iniciando as primeiras jornadas de greves contra um governo peronista, que culminou em uma greve geral. Era o *Rodrigazo*, ocorrido entre junho e julho de 1975.

As manifestações do *Rodrigazo* conseguiram expulsar Rodrigo do Ministério de Economia, López Rega do poder e do país e finalizou a política adotada, que durou um pouco mais de um mês naquele ano. Meses antes, Jorge Felipe Sosa Molina, chefe do Regimento de Explosivos do Exército, e Vicente Damasco, responsável pela Secretaria da Presidência, já haviam apresentado uma denúncia contra a *Triple A*, originando uma investigação contra tal organização.⁶⁷ Mas apenas em julho de 1975, em meio às manifestações, suas ações tornaram-se públicas, principalmente, com uma matéria que saíra no jornal *La Opinión*, escrita por Heriberto Kahn.

A Cruzada Justicialista também foi alvo de investigações neste período. Criada em finais de 1973, por López Rega, ela tinha o propósito de ajudar os “setores desprotegidos”. No entanto, durante o período de María Estela, empresários realizavam doações, inclusive competindo entre si, para conseguirem regalias do governo. O referido fundo também fora utilizado pela presidenta para saldar dívidas pessoais, pagando o que devia em juízo às irmãs de Evita, quando elas foram reconhecidas como herdeiras de Perón.⁶⁸

Em 19 de julho, a Polícia Federal dirigiu-se à Quinta de Olivos para dismantelar aquela patota chamada, na época, de *Brigada Trágica*. Horas depois da operação

⁶⁵ ROUGIER, Marcelo; FISZBEIN, Martín. *Op. Cit.*, 2006. pp.94-106.

⁶⁶ AGUIRRE, Facundo; WENER, Ruth. *Op. Cit.*, 2007. pp.130-136.

⁶⁷ Ambos eram do setor “legalista” do Exército que apoiava o peronismo, contrários ao setor encabeçado por Rafael Videla e Roberto Viola, que desejava depor a presidenta.

⁶⁸ O dinheiro deveria ser restituído aos cofres da Nação, mas o presidente Raúl Alfonsín, objetivando promover a “união entre os argentinos”, perdoou a dívida de María Estela e não a submeteu a nenhum tipo de processo, nem por este caso tampouco pela violência de seu governo. LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2007. pp.351-352 e 387-394.

policial, embarcavam em um avião com destino ao Rio de Janeiro e depois a Madrid, López Rega, Rodolfo Almirón e outros cinco membros da AAA.⁶⁹

Em finais de 1975, Rega foi chamado à Justiça argentina para prestar declarações sobre as ilegalidades dentro do Ministério que comandava, mas se apresentou dias depois da data marcada com uma declaração médica. Enquanto o processo contra a *Triple A* seguia, López Rega esteve foragido. Encontrado em Miami, em 1986, Rega faleceu sem que tenha sido julgado.

Naquele momento, a presidenta perdeu sua maior aliança política e resolveu tentar um novo pacto com o sindicalismo burocrático, indicando para o cargo de ministro da economia Antonio Cafiero.⁷⁰ Dirigente histórico do peronismo, Cafiero posicionou a *Confederación General del Trabajo* (CGT) como centro das decisões políticas e deslocou os interesses da *Confederación General Económica* (CGE) e dos empresários à margem da pasta ministerial. Estes, insatisfeitos, decidiram boicotar muitas das decisões governamentais, provocando um imenso choque de interesses.

No princípio do ano de 1976, o governo de Isabel Perón tentou uma nova aliança com o empresariado e os militares, nomeando Emílio Mondelli, presidente do Banco Central da República Argentina, ao Ministério da Economia. Desta vez, as manifestações dos trabalhadores não foram suficientes para conter tal decisão e tampouco aqueles beneficiados se interessaram pelo pacto. Assim, desagradando os trabalhadores e os empresários, a situação do país desestabilizou-se ainda mais e o governo perdeu todas as suas bases de sustentação. Uma série de paralisações de ambos os setores foram iniciadas, ocasionando o desabastecimento do país e o desgaste político do governo.

Essa confusão política e instabilidade haviam comprometido a saúde da presidenta, que, em um ano, retirou-se duas vezes de licença para descansar. Na última delas, Isabel pensou em renunciar, mas foi impedida por seus aliados do sindicalismo *Vertical*, que ainda a viam como a herdeira do peronismo no poder.

Na madrugada de 24 de março de 1976, Isabel Perón foi conduzida a um helicóptero no terraço da *Casa Rosa* e levada ao aeroporto metropolitano, onde lhe informaram que as Forças Armadas iriam tomar as rédeas políticas. De lá, enviaram-na à província de Neuquén e, posteriormente, a San Vicente, onde permaneceu em prisão domiciliar até 1981, quando se exilou na Espanha. Ela foi acusada pelo governo

⁶⁹ CANALETTI, Ricardo; BARBANO, Rolando. *Op. Cit.*, 2009. pp.247-248.

⁷⁰ Antes de Cafiero, Pedro Bonanni havia assumido a pasta, mas, com 21 dias no comando, renunciou-a.

ditatorial, de maneira um tanto quanto irônica, por uso indevido do patrimônio público e exercício abusivo de poder.

“Gracias a mi fe pude soportar esos cinco injustos años”, dijo Isabel antes de ser liberada. “No guardo rencores, cada uno debe pagar en la vida el precio de lo que representa (...) Soy una humilde mujer con un destino que Dios quiso proporcionarme. Sólo una humilde mujer que se hubiera sabido su destino se hubiera preparado mejor”.⁷¹

Em Madrid, Isabel Perón levou uma vida bastante pacata, quase sem pronúncias ou aparições públicas. Há alguns anos, o governo argentino pediu sua extradição, que lhe foi negada, sob alegação de que os crimes cometidos pela ex-presidenta estavam proscritos. Isabelita, uma senhora de oitenta anos, segue vivendo na quinta espanhola *Puerta de Hierro*, onde começara toda esta história.

2.3 – Outros Peróns: o caso dos *Montoneros*

El desencanto cayó sobre la gente como una enfermedad instantánea. Una de las mujeres se apartó llorando del televisor y fue a recostarse junto a los braseros. Otras empezaron a calentar la comida de los chicos. La casa entera quedó suspendida en ese abismo que hay entre la indiferencia y el estallido, hasta que uno de los campesinos se alzo por fin y dijo, sereno, irrefutable.

- Ese hombre no puede ser Perón.

- No puede ser – aprobaron las mujeres.

- Cuando Perón se entere de lo que está pasando, volverá – dijo el campesino.

En la pantalla, el general dibujó una última sonrisa melancólica. Zamora le dio la espalda y echó su mirada entre el bullicio de las criaturas, para que descansara un rato. El día más corto del año entró en la eternidad, como se decía entonces. Llegó a su fin. Zamora se puso de pie:

- Aunque vuelva, es demasiado tarde. Ya nunca más seremos como éramos.⁷²

O romance de Martínez sobre Perón nos permite identificar as múltiplas faces do peronismo e de seu sujeito protagonista, durante os anos setenta. Esta história contada em seu livro gira em torno da biografia, relatada por Perón ao seu secretário pessoal López Rega, desde a sua infância até a sua ascensão militar e o estabelecimento de sua figura como grande liderança da Nação. O autor nos conta nas entrelinhas sobre a idealização por parte da população de um Perón, construída e destruída pelo próprio protagonista.

⁷¹ QUESADA, María Saenz. *Op. Cit.*, 2003. p.443.

⁷² MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *La novela...*, 2007. pp.450-451

Perón passa quase todo o romance desejando seu retorno ao país e ao poder, mas temeroso com sua volta a uma Argentina violenta e desesperançada, na qual as pessoas se apropriavam de seu nome para fazer coisas que iam de encontro aos seus ideais. Um Perón que duvidava da legitimidade e da popularidade do mito de Evita, argumentando que ela fora construída por ele e, muitas vezes, fazia-se maior que sua própria imagem. Um Perón que se casa primeiro com uma menina ingênua, a “*Potota*”, depois com o mito, e, por fim, uma “jovenzinha fútil” que pretendia transformar-se em uma nova Eva.

As etapas da vida pessoal de Perón parecem ser, no romance, reflexões de sua própria vida pública e política. Primeiro, Martínez retrata-o como um jovem ingênuo e lutador, que quer transformar a Argentina em potência internacional. Depois, o personagem se transforma em uma liderança de um movimento até hoje influenciador da política argentina. Por fim, sua decadência: Perón perde o poder para outras lideranças e movimentos e é transformado em um homem que “não pode ser Perón”. “Nem mesmo Evita seria capaz de ser peronista”, caso observasse no que havia se transformado o General.

Este peronismo descrito por Thomás Eloy Martínez, portanto, é um peronismo cujo líder não era o mesmo e cujas ideologias também se modificaram. Mesmo sendo Perón ainda aquele que alimentava a esperança de uma grande parte da sociedade, sua virada de posicionamento, assim como a de seus sucessores, reflete no romance uma espécie de descontentamento e desilusão.

Essa visão é reflexo de uma interpretação dos anos 1970, realizada por parte da chamada pelo próprio líder de *juventud maravillosa*, que formou a esquerda peronista. Naqueles anos, essa maravilhosa juventude era representada majoritariamente pelos *Montoneros*.

Com o nome que se referenciava às rebeliões provocadas pelos *gaúchos* argentinos que aos olhos dos oligarcas representavam um monte de ignorantes selvagens – os *montos* – os *Montoneros* formularam-se em fins dos anos 1960. Contudo, o grupo que marcou a luta antiimperialista na especificidade argentina teve sua primeira aparição pública apenas em 29 de maio de 1970, com a chamada *Operación Pindapoy*.⁷³

Às nove da manhã daquele dia, dois jovens vestidos de militares entraram no apartamento do oitavo piso na Rua Montevideo, em Buenos Aires, oferecendo uma custódia ao general aposentado Pedro Eugenio Aramburu, um dos líderes do golpe de

⁷³ GILLESPIE, Richard. *Op. Cit.*, 1998. pp.21-45.

1955 contra Perón e presidente entre 1955 e 1958. Emilio Ángel Maza e Fernando Luis Abal Medina o levariam seqüestrado, realizando o júizo revolucionário do referido general e penalizando-o com a morte.⁷⁴ Este operativo tinha três objetivos: Puni-lo pela extradição do corpo de Evita durante a ditadura e a execução de 27 peronistas em junho de 1956, penalizá-lo pela conspiração contra o governo de Onganía, mas, essencialmente, batizar publicamente a organização no primeiro aniversário do *Cordobazo*.

[Los Montoneros son] una unión de hombres y mujeres profundamente argentinos y peronistas, dispuestos a pelear con las armas en la mano por la toma del poder para Perón y para su pueblo y la construcción de una Argentina Justa, Libre y Soberana [...] nuestra doctrina es la doctrina justicialista, de inspiración cristiana y nacional.⁷⁵

Derrubando o mito dos Doze Fundadores⁷⁶, Lucas Lanusse propõe que a formação dos *Montoneros* tenha sido parte e consequência de um movimento maior de transformação social na Argentina e na América Latina dos anos 1960. Neste sentido, para o autor, o grupo havia se formado sob três identidades que o permeavam. A primeira seria a urgência revolucionária, posta pela Revolução Cubana, que trouxe a validade da luta armada, com especificidades latino-americanas e que argumentou sua prática. A segunda identidade foi adquirida através dos movimentos revolucionários dentro da Igreja que apresentou muitos jovens às manifestações contra a exploração e contra a pobreza. Por fim, a especificidade do país, o peronismo, capaz de mostrar àqueles que não defendiam tal política o apoio que os trabalhadores argentinos devotavam ao *justicialismo*.

Un fenómeno paralelo que comenzó a darse en muchos estudiantes fue el de su “conversión” al peronismo, en un ambiente que tradicionalmente había sido uno de los principales bastiones antiperonistas. Al salir la política de las universidades, los estudiantes se encontraron con los obreros peronistas, muchos vieron en ellos al “sujeto de la revolución” y comenzaron a identificarse con el Movimiento. Por otra parte, Perón – de cuyo gobierno comenzaba a rescatarse la lucha por la justicia social y la soberanía nacional

⁷⁴ *Idem*. pp.119-142.

⁷⁵ LANUSSE, Lucas. *Op. Cit.*, 2005. p.207.

⁷⁶ O mito dos 12 fundadores refere-se a doze pessoas que teriam elaborado teórica e praticamente o movimento em seu princípio. É a teoria que fundamenta, por exemplo, o já citado livro de referência sobre o tema: “Soldados de Perón: Los Montoneros”. Para mais informações, ver: LANUSSE, Lucas. *Op. Cit.*, 2005.

– fue descubierto como modelo y mentor espiritual por aquellos que eran aún niños cuando el líder exilado estaba en el poder.⁷⁷

Os *Montoneros*, segundo Lanusse, teriam sido formados, então, pela confluência de várias experiências em diferentes províncias do país e pelas dinâmicas que marcaram aquela década.⁷⁸ Os “Grupos Originários” (Grupo Fundador; Grupo Córdoba; Grupo Santa Fé; Grupo Sabino; e *Compañía Camilo Torres*), que tinham contatos entre seus círculos, formularam um projeto político antiimperialista e socialista que usaria como método a tática de guerrilha, especificamente, a urbana.⁷⁹

Em seus comunicados publicados entre 1970 e 1971, a organização propunha três objetivos: Pátria Justa, Livre e Soberana; o retorno de Perón; e o socialismo nacional. Logo, o *justicialismo montonero* estava inserido no debate sobre o peronismo e era designado como socialismo nacional – a destruição do Estado capitalista e seu exército e a tomada de poder pelo povo. Neste desenvolvimento, criou-se o embate com outras correntes do peronismo e, inclusive, dentro da própria organização.⁸⁰

A idéia da militância *montonera*, em geral, era conformada com outros grupos políticos pela *Tendencia Revolucionaria*, que pretendia atuar dentro do peronismo para tentar hegemonizá-lo desde esta posição. Contudo, depois da saída de Cámpora do poder, que os afastaram dele, e, principalmente, com a morte de Perón, assumindo Isabelita, os *Montoneros* adotaram uma estratégia política de extremo combate contra os peronismos ortodoxo e *Movimientista*.

E, como acima colocado, a recíproca também era verdadeira. Era evidente a predileção de Perón, no seu último ano de mandato, pelos movimentos considerados de

⁷⁷ *Idem.* p.71.

⁷⁸ Neste sentido, seu trabalho se apresenta de forma similar ao trabalho de Daniel James quando este pensa o movimento dos trabalhadores na Argentina e sua formação. JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: El peronismo y la clase trabajadora argentina (1946-1976)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.

⁷⁹ O estudo de Lanusse nos expõe a formação desses grupos e os contatos entre eles sob a teoria de confluência entre grupos, âmbitos e círculos. Os grupos político-militares estariam conformados por militantes que integravam aparatos armados clandestinos e viam-se enquanto exército popular na vanguarda da revolução. Assim eram experiências fechadas, dentro de normas da clandestinidade. Os círculos eram militantes mais próximos do aparato clandestino, de organizações políticas, estudantis, sindicais ou de bairro. Em geral acordavam com a luta armada e tinham a intenção de incorporá-la. O âmbito, por sua vez, seria composto por organizações de superfícies nas diferentes frentes.

⁸⁰ Vê-se o caso, por exemplo, da *Columna Norte de Montoneros*. Dissidência da Condução Nacional do movimento com um nível de enfrentamento altíssimo (inclusive cogitou em algum momento dar um golpe para tomar a condução para si), estes dissidentes exigiam descentralização, principalmente de recursos econômicos para a luta armada, mas também propunham um diálogo com demais correntes do peronismo. SADI, Marisa. *Op. Cit.*, 2009. Capítulo I.

direita ou *Movimientistas*, rompendo principalmente com os argumentos da *Juventud Peronista* e dos *Montoneros*.

O que se percebe, então, é que o cerne do conflito e da fragmentação do peronismo não está no desaparecimento de um integrador de forças, como podem pensar alguns analisadores do período, mas na própria construção ideológica dos peronismos. O que é verdadeiro é o aprofundamento destes conflitos com a inexistência da voz do próprio líder, uma vez que ele já não estava para legitimar os movimentos em seu entorno.

Neste sentido, a esquerda peronista substituiu a suposta *Verticalidade* da condução do movimento de Perón, recolocando a lealdade aos trabalhadores peronistas, não aceitando Isabel Perón como herdeira política. E para os *Montoneros* a centralização da condução do movimento logicamente deveria estar neles.

Em setembro de 1974, a Condução Nacional (CN) do movimento decide passar o grupo a clandestinidade, realizando uma auto-exclusão do sistema político. Essa nova estratégia advinha da já falta de participação no governo de Isabelita, apontando-o como antipopular e antiperonista, e a inclinação da CN à estrutura de luta armada para obtenção do poder.

Desde 1975 e o aumento da repressão e da luta antissubversiva, seus militantes passaram a conviver mais com a morte que com a possibilidade de sobreviver. E, diante do golpe militar de 1976, os *Montoneros* optaram por qualificá-lo como uma investida generalizada sobre a população e adotaram a estratégia de ação ativa para consolidar e preparar o terreno da “ofensiva popular”.

De acordo com Richard Gillespie, neste período, começaram os obstáculos para o recrutamento de militantes devido à falta de perspectiva em curto prazo da revolução, à disciplina profissional do guerrilheiro e ao constante perigo que tal atividade proporcionava aos seus membros e a sua família.⁸¹ As “quedas” de membros da organização se multiplicavam e a Condução *Montonera*, a fim de preservar seus quadros, recomendou que cada militante levasse consigo uma pastilha de cianureto, fabricada em série, e se auto-eliminasse antes da prisão.

Contudo, caso o “suicídio glorioso” não fosse alcançado a tempo, a diretriz era manter o silêncio e a convicção ideológica sob qualquer circunstância. Aqueles que não a cumprissem seriam considerados traidores e julgados pelo Juízo Revolucionário,

⁸¹ GILLESPIE, Richard. *Op. Cit.*, 1998. p.264.

como ocorreu com Roberto Quieto – Número Três da Condução, seqüestrado no final de 1975, na praia de San Isidro, julgado responsável pela série de “quedas” na Organização depois de sua desapareição.⁸²

Coloca-se, portanto, a questão do “empreendimento de caminho sem retorno”, proposto por Pilar Calveiro. Esta espécie de pacto realizado pelo derramamento de sangue dos próprios militantes e demais envolvidos neste contexto, que tornava difícil a retirada da organização.⁸³ A fidelidade com os ideais, com sua formação moral e com o coletivo – companheiros mortos e vivos – afetou, pois, os princípios éticos sobre o fim. Assim, vários “soldados”/“*perejiles*”⁸⁴ morreram em combate, numa Argentina que a violência era instrumento político da organização em que pertenciam e seu monopólio era disputado com a instituição oficial, consolidando, então, a proposta de que não haveria volta.

2.4 – A *Alternativa Independiente*: o Caso do PRT-ERP

Refletir sobre o *Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP) é conjecturar sobre as guerrilhas rurais e as idéias de libertação pela guerra popular que surgem como estratégias à singularidade do território latino-americano. O referido Partido foi formado, em 1965, por uma junção entre o movimento indoamericanista *Frente Revolucionario Indoamericanista Popular* (FRIP) e a corrente trotskista *Palabra Obrera*.

Em 1970, no Vº Congresso do PRT, esta junção sofre sua primeira fissura devido à discordância sobre os meios de promoção da revolução socialista. A corrente *La Verdad* (PRT-LV) defendia uma luta política no campo legal. Em contraposição, a ala do *El Combatiente* (PRT-EC) considerava a necessidade da adoção do modelo estratégico de luta armada no país, instituindo um *Ejército Revolucionario* para contestar a violência capitalista.

A corrente *El Combatiente*, naquele congresso, decidiu formar o *Ejército Revolucionario del Pueblo*, com o objetivo de “*despertar la consciencia popular y*

⁸² LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2006. pp.117-118.

⁸³ CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia: Una aproximación a La guerrilla de los 70*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2005.

⁸⁴ *Perejiles*: palavra em espanhol que significa salsa, alusão aos militantes que não faziam parte da Condução *Montonera*.

mostrar a todos los patriotas el camino para acabar con la explotación, el hambre, la miseria a que nuestro pueblo se ve sometido”.⁸⁵

A criação de tal Exército reformulou o próprio partido através de duas frentes de ação política distintas: o PRT seria um partido marxista-leninista clássico, que conduziria a luta no campo legal, enquanto o PRT-ERP abrangeria militantes de correntes mais amplas, mesmo que estes não fossem socialistas, dispostos a lutar com armas contra o imperialismo no país.

Como parte do considerado grupo *Independiente* do peronismo, o PRT-ERP tornou-se mais crítico e combativo em relação a este movimento e seu governo. Assim, resolveram intensificar suas ações contra este poder e acelerar a insurreição das massas.

Seus militantes passaram, então, a realizar diversas atividades para angariar e formar uma guerrilha rural, que seria instalada em Tucumán. Em maio de 1974, a *Compañía Ramón Rosa Jimenez* – referência a um dos militantes o Partido morto naquela região – inicia suas primeiras ações para propagar o movimento junto à população e reforçar o material para a luta, através de assaltos a bancos, seqüestros, roubos para redistribuição, tomadas de quartéis, juízos revolucionários, etc.

Tucumán, província escolhida para a luta guerrilheira, era uma região açucareira com inúmeros engenhos. Foi durante os anos 1960 conhecida pelo apelido de *Tucumán Rojo*, pois os trabalhadores dali possuíam um alto grau combativo, que a transformou em cenário para grandes mobilizações naquela década. No entanto, apesar de ainda permanecer nas mentes dos militantes do ERP, este imaginário já não era tão real em meados de 1970, afinal muitos dos habitantes que viviam na província migraram ou sofreram com a fome, repressão e desemprego, nas épocas de crises econômicas do governo ditatorial.

El historiador Pablo Pozzi cree que el Partido no supo ver lo que realmente ocurría en aquella provincia: “El cierre por los ingenios por parte de la dictadura de Onganía, con la consiguiente pauperización y crisis del proletariado azucarero genero una combatividad surgida de la desesperación, pero rara vez desarrolló la consciencia de los obreros de la región. A pesar de que estos expresaban su simpatía con cualquiera que se opusiera a la dictadura, no existe ningún indicio que indique un desarrollo de la consciencia socialista. Por el contrario, excepto por algunos muy contados lugares con el Ingenio San José, los obreros tucumanos mantuvieron en todo

⁸⁵ “Resoluciones del V Congreso del PRT”. *El Combatiente*, 1973.

momento su apoyo mayoritario al peronismo liderado por caudillos populistas de derecha.⁸⁶

Mesmo assim, um número entre 40 e 50 guerrilheiros subiram pela primeira vez os úmidos e frios montes tucumanos e começaram seu treinamento. Nesta fase qualificada por Daniel Gutman como a primeira fase do Exército Revolucionário, os militantes, ainda orgulhosos de haverem sido escolhidos para participar da guerrilha, aprendiam sobre a disciplina das organizações armadas, a praticar exercícios com e sem armas e a marchar durante horas, carregando os livros e a comida para o grupo.⁸⁷

Durante o ano de 1974, tomaram algumas pequenas cidades da região, aumentando a percepção de vitória que aquele exército traria. Ainda neste ano, o PRT-ERP decidiu complementar a luta da Frente Trabalhista e a luta armada pela aliança com o *Ejército de Libertación Nacional* (Bolívia), *Movimiento de Izquierdas Revolucionarias* (Chile) e *Tupamaros* (Uruguai). E, neste sentido, advertiu que na América Latina a única estratégia política viável seria a união dos povos e o intercâmbio de experiências e pessoas pelo território.

El ELN, ERP, MIR y Tupamaros han ido comprendiendo la necesidad de unirse, han ido afirmando propia experiencia su concepción internacionalista, comprendiendo que el enemigo imperialista y capitalista que está unido y organizado debemos oponerle la más férrea y estrecha unidad de nuestros pueblos.
[...] derrotar definitivamente a la reacción imperialista-capitalista, aniquilar a los ejércitos contrarrevolucionarios, expulsar el imperialismo Yanqui y Europeo del suelo latino-americano [...] e iniciar la construcción del socialismo [...] para llegar el día de mañana a la más completa unidad latinoamericana.⁸⁸

Segundo Gutman, o início da segunda etapa da *Campaña Ramón Rosa Jimenez* foi caracterizado pela divisão do grupo em três acampamentos para ingressar nos povoados locais e fazer política com a população. Assim, continuavam com o treinamento guerrilheiro intensivo e as ações de “propaganda armada”, mas a atividade considerada mais importante era realizada ao anoitecer, quando os integrantes do ERP desciam os montes para fazer trabalho político, distribuindo panfletos e conversando com os camponeses.⁸⁹

⁸⁶ GUTMAN, Daniel. *Sangre en el Monte: La increíble aventura del ERP en los cerros tucumanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010. p.66-67.

⁸⁷ *Idem*. pp.84-91.

⁸⁸ “Canje de prisioneros y respeto a los combatientes”. *Estrella Roja*. N°31, pp.6-10, Março de 1974.

⁸⁹ GUTMAN, Daniel. *Op. Cit.*, 2010. pp.107-112.

Desta forma, o Comitê do PRT-ERP escreve seu regulamento para o desenvolvimento das forças guerrilheiras e propõe três eixos fundamentais. Primeiro, a necessidade de ligação com as massas, através de ações e organismos de publicidade. Segundo, a importância da direção do PRT e seu vínculo com as propostas políticas do partido. E, por fim, o desenvolvimento técnico-militar da guerrilha. Para este último ponto propunha-se que as guerrilhas deveriam surgir das massas e serem parte da luta revolucionária popular por diversos caminhos, entre eles pelas reivindicações, pela democracia, pelas legalidades, semilegalidades e ilegalidades, pelos caminhos pacíficos e violentos, armados e não armados.⁹⁰

Acontece que para esta época, o governo de Isabel Perón já havia lançado o *Operativo Independencia*, que será abordado no próximo tópico deste trabalho. A partir de então, a guerrilha rural do PRT-ERP começou a ser combatida legal e incessantemente e, no final de 1975, a guerrilha, que jamais havia obtido o controle do território provincial, estava desarticulada, suas baixas cresciam e a unidade do Partido em torno de forças democráticas, pela *Frente Antiimperialista y por el Socialismo* e o *Movimiento Social de Base*, tornavam-se inoperáveis devido a repressão.

En los últimos meses empezamos a recibir un reflujo de masas. Las huelgas y movilizaciones se fueron reduciendo. La represión hizo cada vez más dura. Eso dificulta enormemente las células del Partido en la ciudad.⁹¹

Em uma última tentativa de reunir as forças, o ERP, em 23 e 24 de dezembro de 1975, tentou uma intervenção no quartel de Monte Chingolo e o controle da zona sul de Buenos Aires, que possuía mais de dois milhões de habitantes. A operação no Batalhão *Depósito de Arsenales 601 'Coronel Domingo Viejobueno'*, hoje Parque Industrial Tecnológico de Quilmes, resultou em 40 mortes de militantes, cinco de militares e uma quantidade não determinada de vizinhos da região.⁹²

El Comando General del Ejército informa que hoy, 23 de diciembre de 1975, siendo aproximadamente las 19.45, un grupo numeroso de elementos subversivos intentó realizar el copamiento del Batallón Depósito de Arsenales 601 'Domingo Viejobueno'. La guardia de la unidad rechazó inmediatamente el ataque. Efectivos de la guarnición Buenos Aires y policiales se desplazan a la zona de acción para operar el apoyo del batallón

⁹⁰ “Reglamentos para las unidades del ERP”. *Estrella Roja. Órgano del Ejército Revolucionario*. Nº57, pp.15-16, 28 de Julho de 1975.

⁹¹ Parte da conversa que Julio Santucho teve com seu irmão Mario Roberto em 31 de dezembro de 1975. SANTUCHO, Julio. *Op. Cit.*, 2005. pp.199-200.

⁹² Para mais informações sobre a operação, ver: PLIS-STERENBERG, Gustavo. *Op. Cit.*, 2009.

e arsenales. Efectivos del Ejército realizan operaciones en la zona, para evitar la huida de los delincuentes. Se requiere a la población que se abstenga de transitar en la zona comprendida entre Avellaneda, Lanús, Lomas de Zamora y La Plata.⁹³

A repressão aquela ação, segundo os soldados do exército que participaram dela, foi realizada sanguinariamente. Os corpos dos militantes e demais vítimas, no dia posterior, foram alocados em um galpão e mostrados como troféus daquela vitória contra a subversão ao Comandante do Exército, o General Jorge Rafael Videla.

Os familiares dos ali assassinados lançaram posteriormente um comunicado que afirmava que no cemitério de Alveaneda

(...) se ha encontrado con un montón de informes de cuerpos masacrados, mutilados, cortadas sus manos, pisados por la oruga de los carros de asalto, ya en estado de putrefacción. Había también muchas mujeres y niños muertos a tiros.⁹⁴

Tal intervenção no Batalhão havia sido “cantada” por Jesús Ramés Rainer, cuja aparência lhe deu o apelido de O Urso – *El Oso*. Este, apesar de militar desde os 27 anos nas *Fuerzas Armadas Peronistas 17 de Octubre* (FAP-17), possuía bons amigos na direita sindical, que lhe garantiram um pacto de infiltração com a polícia da província de Buenos Aires, quando foi capturado por ela. Em novembro de 1974, as FAP-17 se dividiram e Rainer integrou-se ao ERP, continuando seus serviços de delação. Durante quinze meses de infiltração, o Urso entregou cerca de 50 militantes, depósitos de armas, “cárceres populares” de Pilar e Florencio Varela, um depósito de propaganda com 4000 livros e a operação de Monte Chingolo.⁹⁵

Depois das conseqüências daquele episódio, o Bureau Político do PRT-ERP ordenou um interrogatório, com pressão política e psicológica, “mas não tortura física, para não aplicar os mesmos métodos do inimigo e igualar-se a ele”. Admitindo certa serenidade diante da situação de diversos mortos da organização, os interrogadores “quebraram” o *Oso*, que terminou por confirmar seu contato com os militares e suas delações pelos quatro dias que duraram o interrogatório.⁹⁶

A autocrítica da organização a este episódio foi puramente militar. Não se distinguiram responsabilidades ou se criticou a aventura de colocar os militantes em

⁹³ Comunicado do Exército. In: *Idem*. p.321.

⁹⁴ *Idem*. p.363.

⁹⁵ *Idem*. pp.88-91.

⁹⁶ *Idem*. pp.383-391.

uma “operação cantada” nem tampouco se analisou o que aquele episódio traria como consequência política para o Partido e para o Exército.

Depois do golpe militar, para os sujeitos do PRT-ERP permaneceria a espera pelo risco, pelo medo ou pela morte. Em 19 de julho de 1976, em Villa Martelli, seus membros fundadores e parte da Direção Central do PRT, Mario Roberto Santucho (Robi) e Benito Urteaga (Mariano), foram assassinados, enquanto Domingo Menna, seqüestrado e levado ao Centro de Detenção Clandestino *Campo de Mayo*, onde desapareceu.⁹⁷

Segundo Daniel Gutman, a história do ERP sempre lhe causou espanto pelo “heroísmo sem limites” que seus combatentes vivenciaram. Ao contrário dos combatentes dos *Montoneros*, que tinham a saída do suicídio pela pastilha de cianureto, os militantes do ERP lutavam até o último minuto, mesmo que submetidos a clandestinidade, a ameaças, as torturas físicas e psicológicas do inimigo. Mas, segundo o autor, o ERP não percebeu que este tipo de posição heróica dificilmente seria reproduzido por todos os campesinos tucumanos, mesmo que eles concordassem com o discurso do *Ejército Revolucionario* e, eventualmente, integrassem à sua luta.

2.5 – A Caça aos Inimigos: Sobre Como se Tornou Legal a Guerra Antisubversiva

Desde o governo de Perón, podemos perceber a tentativa de estabelecer uma espécie de legalização do aniquilamento de sujeitos opositores ao *Movimientismo* e ao peronismo ortodoxo, sob o argumento de violência e “luta contra os inimigos”. A violência tratar-se-ia, nestes casos, ora como um acionar de “infiltrados” na política peronista e aqueles com ideais marxistas – todos eles ditos “subversivos” – ora como necessária para eliminação desses sujeitos, tornando-se não mais uma violência, no entanto, uma repressão de caráter positivo.

Desta forma, o governo de Isabelita aprofundou o discurso e a prática que determinavam a responsabilidade social e política pela luta antisubversiva, designando às Forças Armadas um maior poder de ação repressora no território argentino. Neste espaço, veremos a constituição da legalidade da “luta antisubversiva” e suas maneiras de construir uma identidade protetora do âmbito social e outra onde se encontra o inimigo justificado pelos mundos “de Temor” e “de Terror”.

⁹⁷ SANTUCHO, Julio. *Op. Cit.*, 2005.

Ainda no ano 1974, seu governo haveria de assinar sua primeira lei chamada de “Lei Antisubversiva”. Nela estabeleciam-se diversas penalidades as atividades e indivíduos que promovessem ações suspeitas, em todas as suas formas de manifestações.⁹⁸

Entre três a oito anos de prisão, seriam punidos todos que tentassem, alterassem ou suprimissem a ordem institucional ou a paz social da Nação. Seis anos de cárcere para aqueles que divulgassem, propagandassem ou difundissem condutas de doutrinação público ou apologias ao delito, por meio de impressão, edição, reprodução, transmissão de material impresso ou gravado de comunicações ou imagens ditas “subversivas”. Cinco anos para aqueles jornalistas e diretores de periódicos que publicassem informações causadoras de desordem ou usassem nomes e informações não autorizadas sobre organizações guerrilheiras, e, ainda, para aqueles que possuíssem insígnias, distintivos ou uniformes ilegítimos das Forças Armadas e de Segurança. Os lugares onde fossem levados a cabo estas atividades deveriam ser fechados, inclusive, preventivamente.

Neste sentido, a Lei Antisubversiva estava intimamente ligada à instituição de uma ordem em nome da Nação, onde os inimigos poderiam se manifestar de variadas maneiras. Embora não fosse indicado quem eram os subversivos, ficariam ali explícitos especificamente quais seriam os atos de “subversão”. E, desta forma, a lei seria a primeira institucionalização não apenas das atividades consideradas perigosas, mas também de censura de conteúdos e circulação de informações contrárias ao governo.

Em 5 de fevereiro de 1975, o Decreto N°261/75 rompe com as questões subjetivas da repressão e tenta estruturar sua materialidade. Assinado pela presidenta e todo seu gabinete (o Ministro do Interior e interino Ministro da Justiça, Alberto L. Rocamora, o Ministro da Educação, Oscar Ivanissevich, o Ministro de Relações Exteriores e Culto, Alberto J. Vignes, o Ministro de Defesa, Adolfo M. Savino, o Misnistro de Bem-Estar Social, José López Rega, o Ministro de Economia, Alfredo Gómez Morales, e o Ministro do Trabalho, Ricardo Otero), tal decreto coordenava as ações de repressão no território de Tucumán, apontando para esta província a urgência da erradicação das atividades e dos sujeitos “subversivos”.

Marcado com a letra “S” de Secreto, aquele texto iria juntar os respectivos âmbitos dos ministérios supracitados para dar ao Exército o comando de operações

⁹⁸ Lei 20840 de Setembro de 1974. Disponível em: <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/70000-74999/73268/norma.htm>

militares, a fim de neutralizar ou aniquilar o acionar da guerrilha em Tucumán. Ao Ministério do Interior cabia colocar-se à disposição para a realização das operações. Sob o controle do Comando Geral do Exército e da Polícia Federal, este deveria solicitar ao Poder Executivo e provincial de Tucumán, via Ministério de Defesa, o pessoal e os meios policiais necessários para o emprego nas operações. Ao Ministério de Defesa, ocupou-se adotar medidas para que os Comandos Gerais da Armada e das Forças Aéreas fossem capazes de dar o apoio necessário aos serviços requeridos pelo Comando Geral do Exército. Ao Ministério de Bem-Estar Social, coube-lhe desenvolver, conjuntamente ao Ministério de Defesa, as operações de ação cívica necessárias para a população afetada pelas operações militares. A Secretaria de Imprensa e Difusão da Presidência trataria de desenvolver operações psicológicas, requeridas pelo Ministério de Defesa, de propaganda e convencimento sobre as Operações. Ao seu final, o texto do Decreto colocou a disposição das operações a quantia de 40.000.000 de pesos argentinos.⁹⁹

Assim, o Decreto permitia desenvolver ações naquela província contra elementos e atividades “subversivas”, que ali se encarnavam essencialmente nos guerrilheiros e militantes do PRT-ERP e suas bases de operações naquele ambiente rural. Mas que, na realidade, se estendeu para os demais habitantes da província e, posteriormente, ao país inteiro.

As ações possuiriam três frentes distintas, centralizadas pelo Comando Geral do Exército: ações armadas (fundamentadas pela mentalidade de “guerra antissubversiva”), ações psicológicas (através de propagandas que seriam veiculadas pela Secretaria de Imprensa e Difusão – não esquecendo que o Ministro de Educação também assinou tal decreto), e ações consideradas “cívicas” ou de apoio à população que vivia na província, com a finalidade de conseguir seu respectivo apoio.

Esta legislação ficou conhecida como “*Operativo Independencia*”. Considerado uma resposta desproporcional ao que a guerrilha representava no território, o *Operativo* mobilizou cerca de cinco mil homens no campo militar para lutar contra uma centena de guerrilheiros, possibilitando um verdadeiro massacre na região.¹⁰⁰

Todas las unidades de la V Brigada fueron convocadas para el Operativo: el Regimiento 19 de Infantería, la Compañía de Comunicaciones 5 y la Compañía de Arsenales 5 de Tucumán, el Regimiento 20 de Infantería de

⁹⁹ Disponível em: http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/document/decreto_261_75.htm

¹⁰⁰ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Op. Cit.*, 2003. pp.69-70.

Montaña y el Grupo de artillería 5 de Jujuy, el de Infantería de Monte 28 de Tartagal y el Destacamento de Explotación de Caballería Blindada 105, la Compañía de Ingenieros 5 y la Compañía de Sanidad 5 de Salta.

El diseño inicial contempló la instalación de tres fuerzas de tareas en el sur de la provincia: Aconquija, en Santa Lucía; Rayo, en el Ingenio Fronterita, cerca de Famaillá; y Chañi, en Los Sosa, a cinco kilómetros de Monteros. La capital quedó a cargo de la fuerza de tareas San Miguel, apoyada por las policías federal y provincial. Y hacia el Mollar, en el departamento de Tafí, partió el escuadrón San Juan de Gendarmería. El Comando Táctico se estableció en Famaillá, al mando del nuevo jefe de la V Brigada de Infantería, el general Adel Vilas.¹⁰¹

Daniel Gutman afirma que o *Operativo Independencia* foi a legalização para o extermínio, que já estava ocorrendo desde a formação da guerrilha em Tucumán. No entanto, para o autor, até então não havia nas cidades da província um aparato repressivo com qualidade ou quantidade de membros suficientes para consolidar um combate expressivo entre polícia e militantes.¹⁰²

Somente a partir da tentativa frustrada de uma Operação do *Ejército Revolucionario* que se propôs tomar o *Regimiento de Infantería Aerotransportadora 17*, em agosto de 1974, na cidade de Catamarca, que se iniciou o apoio do Exército na repressão a guerrilha rural. Ali o grupo da *Compañía del Monte* foi surpreendido, quando esperava para atacar o quartel, que guardava cerca de 300 fuzis e outros armamentos pesados. A troca de tiros e a fuga dos militantes dividiram o grupo. Enquanto alguns deles foram presos, outros foram mortos.

Contudo, é a sorte de um grupo específico que é discutido neste episódio. Dezesesseis guerrilheiros, foragidos em uma montanha da região, foram alcançados pelos militares, cujas forças já estavam reforçadas para encontrá-los, e nenhum deles saiu daí com vida. O Exército afirmou que teriam todos sido mortos em combate. O *Ejército Revolucionario del Pueblo*, por sua vez, lançou uma nota dizendo que seus homens haviam sido fuzilados nesta operação.

Assim, como uma espécie de represália, a luta no território aprofundou-se. O PRT-ERP determinou que iria assassinar o mesmo número de pessoas mortas pelo “contingente inimigo”. Esta resposta desenfreada do ERP, sob o argumento de que o Exército deveria respeitar a vida de seus homens, terminou com o trágico episódio de assassinato do Capitão Humberto Viola, em 1º de dezembro de 1974. Naquele dia, o ERP metralhou o carro do militar, no qual também estavam suas duas filhas menores,

¹⁰¹ GUTMAN, Daniel. *Op. Cit.*, 2010. p.152.

¹⁰² *Idem.* pp.107-126.

María Cristina, de 3 anos, que morreu no atentado, e María Fernanda, de 5 anos, que sobreviveu apesar dos graves ferimentos.¹⁰³

A partir de então, o Exército se preparou para o contra-ataque. E, neste sentido, o *Operativo Independencia* marcou a institucionalização da estratégia de acabar com as “fontes de subversão” em Tucumán, através da destruição massiva dos grupos operativos guerrilheiros e constituindo os primeiros Centros Clandestinos de Detenção naquela região. Acusavam os “subversivos” de serem inimigos de toda a Argentina e dos argentinos, uma vez que possuíam uma ideologia de “fora” do país e que desejavam a submissão dele às grandes potências. Era o discurso do imperialismo, usado pelos grupos de esquerda, mas invertido. Desta forma, justificou os assassinatos de militantes políticos, sindicalistas e universitários, possuidores de uma relação direta, indireta ou desprovidos de relação com a determinada guerrilha, ampliando a noção do inimigo.¹⁰⁴

Em comunicado, abrindo o *Operativo*, Isabelita iria afirmar:

La Argentina marcha hacia su destino de potencia. Es nuestro triunfo. El triunfo del pueblo. La victoria de la voluntad mayoritaria de la ciudadanía, que votó libremente su destino de grandeza. Pero hay quienes pretenden que sigamos sometidos. Es la subversión que responde a intereses foráneos. La subversión que no respeta instituciones ni personas. En su acción disolvente hoy intenta extenderse al medio rural. La subversión ataca así a todo el pueblo argentino. Por ello la lucha contra la subversión requiere la participación de toda la comunidad. El Poder Ejecutivo Nacional, fiel intérprete del mandato que le confirieron las mayorías populares, ha decidido la intervención del Ejército en la lucha contra la subversión apátrida. Una vez más, las Fuerzas Armadas están unidas e identificadas con el pueblo en la defensa de nuestro propio modo de vida.¹⁰⁵

Seguindo com a linha de institucionalização da repressão, em quatro de novembro de 1975, foi publicado no Boletim Oficial o Decreto N°2770/75 que afirmava “*la necesidad de enfrentar la actividad de elementos subversivos que con su accionar vienen alterando la paz y la tranquilidad del país, cuya salvaguardia es responsabilidad del gobierno y de todos los sectores de la Nación*”.¹⁰⁶

Neste decreto ficou instituído que iria se construir um Conselho de Segurança, presidido pela presidenta e integrado pelos ministros do Poder Executivo Nacional e os generais comandantes das Forças Armadas. Este Conselho deveria dar direções aos

¹⁰³ *Idem.* pp.103-149.

¹⁰⁴ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Op. Cit.*, 2003. pp.69-70.

¹⁰⁵ GUTMAN, Daniel. *Op. Cit.*, 2010. pp.151-152.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/document/nacional/decr2770.htm>

esforços acionais para a luta anti-subversiva e executar as tarefas ordenadas pela presidenta.

Foi também colocado a necessidade de formação de um Conselho de Defesa, presidido pelo Ministro de Defesa e integrado pelos comandantes gerais das Forças Armadas. A ele, atribuiu-lhe o assessoramento à Isabelita na luta contra a subversão, propondo-lhe medidas necessárias a serem adotadas nesta luta e auxiliar tanto na coordenação com as autoridades nacionais, provinciais e municipais para a execução destas ações quanto na condução e planejamento da luta contra os aspectos e as ações da subversão, com a ajuda das Forças Armadas, de Segurança e Policiais.

A Secretaria de Imprensa e Difusão, a Polícia Federal e o Serviço Penitenciário ficariam subordinados aos Conselhos e suas decisões quanto à luta contra a subversão, considerando, então, esta uma prioridade para o país. Por fim, o Ministério de Economia deveria prover os fundos para manter tais Conselhos e suas ações.

Desta maneira, a formação dos Conselhos demonstra-nos mais uma tentativa de formalizar a ação repressiva nos âmbitos político, econômico e cultural. Político no que tange a formalização de políticas antissubversivas para a Argentina. Econômicas por subordinar a receita do Ministério da Economia e seus planos econômicos às políticas que seriam adotadas. Cultural, na medida em que se preocupava com os aspectos “psicológicos” e de propaganda neste acionar contra os inimigos. E, nos mostra também um esforço do governo em aliar-se com os setores do Exército, tentando impedir o golpe e dando mais poder a esta instituição.

No mesmo dia, foram assinados mais outros dois decretos. O Decreto N°2771/75 integrou a participação das Forças Policiais e Penitenciárias das províncias “atingidas pela subversão” na luta contra ela. Neste sentido, colocava os governos das províncias sob o controle operacional da luta antissubversiva, assim como a necessidade destes colocarem a disposição seus meios policiais ao Conselho de Defesa.¹⁰⁷

E, para completar a tríade de decretos que regeria tais Conselhos, a presidenta assinou o texto do Decreto N°2772, que regulamentava a intervenção das Forças Armadas na execução das operações militares e de segurança para aniquilar a subversão.¹⁰⁸

Iniciando o planejamento do Conselho de Defesa, 22 dias depois da assinatura daquela tríade de decretos, foi elaborada secretamente pelo Exército uma Diretiva para a

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/document/nacional/decr2771.htm>

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/document/nacional/decr2772.htm>

Luta contra a Subversão. Nela as Forças Armadas analisavam a situação do país, das Forças consideradas amigas e inimigas, assim como suas organizações, missões e idéias naquela situação específica que a Argentina enfrentava.¹⁰⁹

Os inimigos, naquele texto, eram descritos com uma ideologia agressiva de guerra subversiva, fundamentada no marxismo. Sua filosofia era promover a guerra e a violência para tomar o poder. Neste sentido, os “outros” desejavam conquistar a população mundial, psiquicamente, e, para atingir tal objetivo, utilizavam-se de três tipos de estratégias: A “*Chinoista*”, fundamentada em Mao-Tsé-Tung e que propunha conquistar a Ásia, a África, a Europa e a América do Sul, dadas as oportunidades; a “Corrente da IV^o Internacional” com sua revolução mundial proletária, antiburocrática, e permanente; e a “Corrente da União Soviética”, com base em Cuba e em suas organizações político-militares, que na Argentina estariam representadas qualitativa e quantitativamente pelo PRT-ERP e o grupo *Montoneros*, aparecendo este último como o mais organizado acionar subversivo sob as idéias do peronismo.

Assim, esta diretriz afirmava uma execução imediata de medidas e ações previstas para a luta contra estes inimigos, que estavam ali objetivamente apontados (ERP e *Montoneros*), mas também subjetivamente colocados (quaisquer com idéias consideradas “subversivas”), dando à “subversão” um sentido amplo. A luta antissubversiva dar-se-ia, segundo a proposta do texto, com o auxílio das chamadas Forças Amigas (a Armada, a Força Aérea e o Conselho de Defesa), propondo então a dicotomia entre o “eu” e o “outro” que constrói as identidades naquele documento.

As Forças Amigas dividiriam, pois, o território do país em zonas de operação por prioridades. Primeiro Tucumán, depois Capital Federal e La Plata, Córdoba e Rosário/Santa Fé, respectivamente. Neste sentido, o Exército poderia operar ofensivamente contra a subversão, tendo a responsabilidade primária pela luta, pelo esforço de Inteligência e pela erradicação da subversão numa dimensão nacional e internacional. Operaria também em uma pressão constante com operações materiais e psicológicas, pretendendo diminuir o acionar subversivo até o final do ano e transformando as organizações “subversivas” em problema policial, a ser aniquilado até 1977.

Nesta Diretiva do Conselho de Defesa, fica clara a idéia de inimigo caracterizando-os essencialmente como marxistas, mesmo que posicionados em alguns

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/nuncamas/web/document/militar/175.htm>

movimentos do peronismo. E mais uma vez propõem-se ações em diversos planos de ação, expandindo a repressão aos âmbitos político, econômico e cultural.

Em 12 do mês seguinte, autoriza-se a Lei N°9102, que reformulava a legislação policial de Buenos Aires, com três capítulos interessantes para esta análise. O Capítulo Número Cinco dá a direção geral de segurança para a polícia, que ficaria responsável por assessorar e ditar, em rádio e telecomunicações, a prevenção e repressão de feitos “anti-sociais” para assegurar a ordem pública, a segurança das pessoas e dos bens, assim como o acatamento de leis, regulamentos e ordens. O Capítulo Número Seis asseguraria à polícia uma atuação de vigilância, registrando e qualificando pessoas ou coletivos suspeitos de dedicarem-se a atividades ilícitas. Por fim, o Número Sete afirmava poderes ao Chefe de Polícia para produzir serviços de Inteligência de matéria informativa com funções específicas e secretas.¹¹⁰

Vê-se em todas as relatadas legislações, a institucionalização de uma violência repressora dos movimentos divergentes do poder instituído, que para tais governantes era considerada necessária para reordenar o país e pacificá-lo. Desta forma, promoveram-se ações de Inteligência, militar, cultural, de censura, de extermínio numa declarada guerra contra a subversão e seus elementos promotores.

2.6 – O idioma da Verdade e do Amor: a Defesa de Isabel e do *Lopezreguismo* na Revista *Las Bases*

“Señora, tu eres el faro del Pueblo”

Esta es la poesía dedicada por Homero Cárpena a la Señora Presidente de la Nación

Diminuta y frágil su figura tiene en la voz el bronce que escupió PERÓN. En sus labios lleva la paz al humilde y al pueblo le entrega su gran corazón. Navega en las barcas de la tempestad por una Argentina más libre y feliz, para que la Patria sin bajezas ni odios, destierre maldades por un porvenir.

Señora, tú fuiste, la dulce elegida, el faro del pueblo que espera con fe.

Dios te ampare, tu eres entre las mujeres la Samaritana, la amiga, la hermana, nuestra madrecita, como Evita fue.

Tus lágrimas tienen el sabor amargo que nos da el dolor, es como el arado, fecunda en el llanto la espiga dorada del pan del amor.

Tienes la arrogancia y la altivez riojana. Por tus venas corren esa sangre hispana, temblada en la fraga de la hidalguía y valor. Por eso tu pueblo como un mar bravío golpea en la roca de tu admiración, y en su voz te grita...

Mezclando los nombres de PERÓN Y EVITA, premiando tu lucha con una canción.¹¹¹

¹¹⁰ *Legislación Policial de la Provincia de Buenos Aires*. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1975.

¹¹¹ *Las bases*, p.23.

Abriremos aqui um pequeno espaço para analisar algumas idéias do *Lopezreguismo* e sua defesa ao governo de Isabel na Revista *Las Bases*. Esta Revista foi o órgão oficial do Movimento Nacional Justicialista e era editada pelo Editorial Codex.¹¹² Seu primeiro número apareceu em 23 de novembro de 1971, com uma periodicidade proposta a ser quinzenal. Havia sido planejada por López Rega, então secretário pessoal de Perón, associado a Carlo Spadone.¹¹³

Rega, como diretor geral do periódico, colocou sua filha, Norma López para exercer o papel de diretora das relações políticas e gremiais da publicação. A partir do sexto número da revista, incluiu-se no conselho institucional o *Movimiento Nacional Justicialista*, a *Confederación General del Trabajo*, as *62 Organizaciones Peronistas* e o *Partido Justicialista*.¹¹⁴

Humberto Cucchetti divide a publicação em dois períodos distintos. Um primeiro, de sua primeira edição até meados de 1973, no qual *Las Bases* tentou integrar as relações de força da sociedade, principalmente militares, jovens militantes e sindicalistas. E um segundo período, de 1973 ao seu fim em agosto de 1975, ela foi marcada pelas relações entre o peronismo e as políticas de direita.

Para o período estudado, *Las Bases* foi publicada em três meses (junho, julho e agosto de 1975), encerrando sua divulgação com o argumento de problemas econômicos para continuar o empreendimento. Contudo, como acima exposto, neste período, o governo sofreu com uma enorme ilegitimidade por causa das manifestações do *Rodrigazo*, desenredando no afastamento de López Rega, responsável pela revista.

Em seus artigos, entrevistas, declarações e comunicados, distribuídos em 50 páginas, *Las Bases* procurou dedicá-los a feitos do governo peronista e acontecimentos que reclamariam a necessidade de uma purificação do movimento, extirpando o marxismo infiltrado nele. Assim, remetia-se a casos trágicos e sangrentos que justificavam a luta contra a “subversão”.

A violência, deste modo, era tratada como uma ação incutida pelos “marxistas”, dentro de um movimento autêntico do peronismo, representado pelo poder oficial, único capaz de conformar um país com justiça social. Por isso, o governo, com ajuda das

¹¹² Os exemplares encontram-se na Biblioteca Nacional de Buenos Aires, com exceção dos números 133 e 151 da revista que estavam danificados.

¹¹³ LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2007.

¹¹⁴ CUCCHETTI, Humberto. *Redes sociales y retórica revolucionaria: una aproximación en la revista Las Bases (1971-1975)*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/43252>

Forças Armadas e dos verdadeiros trabalhadores, a base do peronismo, necessitava operar contra tais subversivos da ordem. E, assim, o periódico legitimava as legislações antissubversivas.

A pauta principal dos três números analisados seria evidentemente enaltecer a presidenta e dar-lhe apoio. Saíam, em todos os números, poesias sobre Isabel, fotografias da presidenta, propagandas de seu governo, e a extrema ligação entre ela, Perón e Evita, configurando uma espécie de tríade peronista, na qual Isabelita era a representante na Terra dos dois fundadores já falecidos.

Neste sentido, os textos publicados na revista tinham caráter especialmente emocional e apelativo, que buscavam estabelecer um consenso sobre uma presidenta para o povo e para a Nação. Isabelita, legítima herdeira do peronismo, era defendida como “amiga, irmã e mãe”. Uma senhora, com alto valor, que faria da Argentina uma grande potência.



Figura 6: Exemplar do periódico *Las Bases*

2.7 – A violência e o Subversivo do Peronismo Oficial

Neste capítulo, verificamos que as análises da repressão da ditadura de 1976 estão intimamente ligadas ao contexto de violência vivido no período anterior, principalmente em seu ano subsequente. A ligação não é dada por uma possível comparação entre as violências estatais nestes períodos, mas essencialmente pela conformação consensual da necessidade de intervenção das Forças Armadas no governo de Isabel Perón. Este consenso foi muitas vezes facilitado pelo próprio governo, que lhes deu maiores poderes para agir sobre o território, discursou a favor da

responsabilidade destas Forças em atuar contra a subversão e, ao mesmo tempo, financiou uma violência extra-oficial que promovia o terror à sociedade.

Os discursos do governo e de suas legalizações da violência freqüentemente culpavam indivíduos e grupos que estariam trazendo ideologias estrangeiras para aplicar à Argentina e, assim, submetê-la ao imperialismo dos comunistas. Criavam um “outro” violento e subversivo, enquanto suas próprias ações de repressão eram consideradas necessárias para a liberação da Nação e construção do país como potência.

A falta de experiência e apoio que sofria a presidenta, como se observou acima, também foi fator favorecedor de instabilidade política e da noção de “vazio de poder”, muitas vezes conclamada por diversas organizações, como versaremos no próximo capítulo. Logo, mesmo com seus planos de Operações antissubversivas, que foram o princípio base de interferência do próprio governo militar, que, por sua vez, manteve algumas das leis anteriores e foi o maior consenso dentro da instituição que realizou o golpe, o governo de Isabel Perón não conseguiu estabilidade no poder, não conseguiu acabar com a subversão e não conseguiu sequer terminar seu mandato.

CAPÍTULO III

A VERDADE EM SEUS PLANOS: AS ORGANIZAÇÕES E AS SOLICITADAS À OPINIÃO PÚBLICA

Neste capítulo, iremos analisar a “verdade” segundo seus enunciadores e em seus devidos planos de ação naquela sociedade. Como se desenvolveram as idéias políticas em um espaço público, o que se escreveu e como se escreveu numa época determinada.

Sabemos que, no dia-a-dia, tudo aquilo que pronunciamos ou escutamos provoca no outro uma interpretação valorativa. Fazer-se entender sugere que devemos utilizar, então, as expressões e palavras “corretas” e saber como, quando e com quem tais enunciações daquilo pensado serão compreendidas tal qual comunicado.

Para entender como os discursos das Solicitadas foram elaborados, utilizaremos a teoria bakhtiniana de diálogo.¹ Esta teoria tem como pressuposto que a produção dos discursos tem ligações dialéticas com a expressão interior e exterior do indivíduo, com o sujeito pessoal e o coletivo, com a realidade social e a ideologia, e, neste sentido, a palavra produz e reproduz o sujeito, seus pensamentos, a sociedade, e o contexto histórico que vive. Assim, toda palavra seria viva e habitaria a arena da luta entre classes.

Adepto à teoria marxista, Mikhail Bakhtin retratou a noção de que os discursos, seja ele verbal ou interior (ideológico), são produtos sociais, que se desenvolvem na realidade – frutos de homens reais com ações e condições materiais de vida.² Desta forma, as maneiras de se escrever Solicitadas serão vistas como uma expressão material dos discursos ideológicos de cada organização.

A ideologia é concebida por Bakhtin como um conjunto de reflexos e interpretações da realidade natural e social. Ela tem lugar na consciência humana e se expressa em palavras ou signos, criados nas relações histórico-materiais dos homens.

¹ A teoria do “círculo” de Mikhail Bakhtin é constantemente visitada sob um olhar fragmentado. Estabelecer estágios em sua obra, no entanto, significa negar seu desenvolvimento, reformulações e autocríticas, sempre presentes em pensadores cujo tempo e conjuntura apresentaram possibilidades para tais ações. Assim, propõe-se aqui que os estudos deste autor e seu “círculo” possuem uma linha de condução – a visão de mundo dialógica, pois segundo o próprio Bakhtin: “Não se trata da teoria (conteúdo transitório), mas do sentir a teoria”. BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p.330.

² Este argumento encontra-se principalmente nas obras sobre a filosofia de linguagem marxista e sobre Freud. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997 e BAKHTIN, Mikhail. *Psicanálise: o freudismo*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

Assim, é vinculada a materialidade e a subjetividade e mediada pelos signos, organizando, regulando, reproduzindo, expressando ou subvertendo tanto o que lhe é material quanto o que lhe é simbólico.

Neste sentido, Bakhtin compreendeu a ideologia como aspectos interiores e exteriores: ela se elabora na interação social e nos sistemas individuais, que são formados, por sua vez, dentro da sociedade em um contexto. O verdadeiro lugar da ideologia, conseqüentemente, seria o material social dos indivíduos organizados e as formas de comunicação entre eles.

Contudo, as formas de comunicação propostas pelo autor rompem com os antigos esquemas de fluxo entre ouvintes e falantes. Para ele, toda comunicação é ativa, independente do lugar que ocupa, pois sempre proporciona uma “atividade responsiva”, mesmo que em graus diferentes.

O ouvinte, ao perceber e compreender o significado (lingüístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se forma ao longo de todo o processo de audição e compreensão desde seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante.³

A atividade responsiva, então, dá-se em formas de ação, silêncio, efeito retardado, sob contestações em discursos ou comportamentos subseqüentes. Segundo Bakhtin, toda compreensão da fala e do enunciado é viva e de natureza responsiva, tornando o ouvinte obrigatoriamente também falante. Mas, ao mesmo tempo, também o falante está coordenado pela ação responsiva, esperando uma compreensão ativa de seu enunciado e respondendo ao ouvinte e àqueles falantes precedentes.⁴

Assim, como coloca Ana Paula Ribeiro, o tempo todo se faz “eco de palavras, textos ou sons já produzidos”. Nossas falas são apenas mais uma das vozes presentes coordenadas pelo enunciado, que, por sua vez, está elaborado em margem de negociações dentro da heterogeneidade do discurso do sujeito, dando sentido ao mundo.⁵

Devemos lembrar que o projeto bakhtiniano que percorre toda a sua obra é o Dialogismo. De acordo com Bakhtin, estamos acostumados a um mundo onde as idéias

³ BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit.*, 2006. p.271.

⁴ *Idem.* pp.270-306.

⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Discurso e poder: a contribuição barthesiana para os estudos da linguagem. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, Vol.27, N°.1, pp.79-93, Jan/Jun de 2004.

nos são apresentadas sob afirmações ou negações, cujos únicos objetivos são produzir “verdades” – o contexto de Monologia. A Dialogia, por sua vez, traria as multiplicidades de vozes e consciências independentes, que estabeleceriam falas plenas de valor e manteriam com outras vozes do discurso uma relação de igualdade – “vozes plenivalentes”.⁶ Neste sentido, a proposta de Bakhtin era subtrair-se da categoria trivial, colocar-se acima do bem *versus* mal, verdadeiro e falso e admitir que “cada idéia é a idéia de alguém, situa-se em relação a uma voz que a carrega e a um horizonte a que visa”.⁷

Mas aqui a questão colocada são os níveis e valores de cada discurso. O objeto deste trabalho – o diálogo sobre os sentidos da violência – traz a tona alguns vocabulários utilizados (subversão, repressão, censura, desaparecimento, violência, entre outras categorias) que, apesar de um núcleo comum, possuíam valores distintos dependendo dos grupos sociais que os utilizavam para formular “em voz alta” suas idéias ou aqueles que as escutavam.

Na prática viva da língua, a forma em que as idéias são expressas carrega um conteúdo de sentido ideológico ou vivencial, ocasionando reações também baseadas em ideologias e vivências. Logo, uma palavra ou oração possui tantos possíveis sentidos, quantos contextos possíveis, pois até uma mudança em sua acentuação na hora de pronunciá-la pode modificar os sentidos.⁸

Desta forma, as palavras/orações enunciadas possuem dupla determinação: procedem de um locutor e dirigem-se a um interlocutor. Bakhtin propõe que a palavra é a intermediária na relação entre o que fala e com quem se fala, ela é a “ponte” entre o eu e o outro.

Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.⁹

Partindo desta percepção e da que “Não enfiamos as palavras, não vamos de uma palavra a outra, mas é como se completássemos com as devidas palavras a

⁶ BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

⁷ TODOROV, Tzvetan. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit.*, 2006. pp.20-21.

⁸ BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit.*, 1997. pp.90-109.

⁹ *Idem.* p.113.

totalidade”,¹⁰ este trabalho tenta entender esta relação entre o “eu” e o “outro”. Consideramos importante perceber qual palavra foi usada para designar o outro e quais foram suas colocações emocionais, seus juízos de valores, e o extra-emocional enunciado.

João Feres Junior, por exemplo, demonstrou, em um de seus trabalhos, como se definiria a diferença entre o eu e o outro. A partir de uma ou várias formas de desrespeito ou reconhecimento, o autor analisou o caso da utilização do termo *Latin Americans*, nos EUA, que evidenciaria a identificação de grupos, afirmando uma maneira “verdadeira” de viver e diferenciando o herói do vilão.¹¹

Desta forma, descreveu três maneiras de desrespeitar e outras três, de reconhecer: as formas de desrespeitos variam entre os maus tratos físicos, a privação de direitos ou rebaixamento das pessoas a níveis inferiores, e a depreciação da vida do outro, tanto individual quanto em grupo. Em oposição, as formas positivas de reconhecimento seriam a integridade corporal, o reconhecimento do outro como membro de uma comunidade, e o respeito por seu estilo de vida.

O autor coloca que, para desrespeitar discursivamente, existem instrumentos de inferiorização e exclusão conformados por pares de contra-conceitos assimétricos – um conceito positivo, que designa o grupo que nomeia, e outro negativo, que é justamente a sua inversão semântica.¹² A assimetria entre os conceitos que elaboram os instrumentos de desrespeito define a relação como um contraste, ou seja, a imagem dada por aquele que vê não é percebida como a auto-imagem daquele visto e a definição lhe soa como uma ofensa, um insulto ou uma privação, quando não todos esses elementos associados.

Logo, Feres Junior sintetiza: o eu define o outro com tipologias de formas e relações de desrespeito, construindo pares contra-conceituais assimétricos que se opõem. Esta oposição, cujos personagens são alocados de acordo com o contexto e preconceitos, exprime uma verdade apenas para um grupo social que a coloca, ocasionando um não-reconhecimento daqueles que são expostos.¹³

Através dessas construções do outro, podemos perceber que a interação verbal e as palavras são fenômenos ideológicos, que absorvem a realidade, acompanhando sua

¹⁰ BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit.*, 2006. p.292.

¹¹ FERES JR., João. *A história do conceito de Latin American nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2004.

¹² Recorrendo a Kosselleck, Feres Junior coloca que esses pares de contra-conceitos são produtos de um contexto histórico específico, mas também de uma acumulação de experiências de tempos históricos distintos, transmitidas para gerações futuras.

¹³ FERES JR., João. *Op. Cit.*, 2004. pp.30-37.

própria criação e de seus discursos interiores (ideologia) e exteriores (comunicação). Logo, se indivíduos de classes distintas e distintas visões de mundo usam da mesma língua para se expressarem, os sentidos de cada uma das palavras enunciadas modificam-se, organizando e indicando as relações sociais.¹⁴

Os discursos sobre a violência serão elaborados neste trabalho em um contexto específico e carregando outras histórias sobre suas designações. Todos eles corroboram uma determinada ideologia, que é formulada a partir de grupos sociais e da realidade por eles experimentadas, individual e coletivamente.

Mas eles também expressam a noção do outro que se confronta com o eu, os limites das relações de reconhecimento e desrespeito. São os pares contra-conceituais assimétricos presentes ou conformados a partir de outros enunciados predispostos, que conversam entre si, e pretendem reconhecer ou não o outro.

Toda palavra e enunciado, portanto, serão vistos aqui como uma expressão em relação ao outro e a sua auto-imagem, em ações de respeito/desrespeito ligadas a ideologias e grupos sociais que disputam simbolicamente àquilo que no mundo material já era disputado. E, se grupos sociais distintos, que possuem a mesma língua, usam signos iguais para expressarem ideologias diversas, então estes criam significações dialéticas para as palavras. Neste sentido, o uso dos signos e palavras remete-se sempre ao campo da atividade ideológica, cujas orientações para a realidade e funções na vida social estruturam a maneira de refratar o que se pensa.

E, assim, conforma-se o contexto da disputa. Uma disputa pela interpretação da verdade e da mentira, do que é um projeto de recuperação social e o que é pura e simples violência e desordem, de acordo com cada locutor que legitima suas ações.

Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.¹⁵

Na discussão sobre a violência no país, alguns signos e palavras estavam constantemente presentes nos enunciados de variadas organizações sociais. A preocupação ali era definir: quem era o inimigo, o que era a pátria, quem provocava o

¹⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit.*, 1997. pp.31-47.

¹⁵ *Idem.* p.95.

caos, qual era a ação criminal, quem seriam os bárbaros, as bestas, os delinquentes, os desumanos, o que seria a mentira naquela generalizada confusão. Ainda mais, operava-se com os sentidos de morte, seqüestro, censura, guerra, messianismo, terrorismo, eliminação, subversão e golpe. Foi este vocabulário utilizado na elaboração de enunciados para denotar a conjuntura que se vivia, em busca de legitimidades.

Entretanto, determinar o outro, que não se encontrava como tal, era estabelecer-se na identidade contrária. E, neste sentido, escrevia-se diretamente ou de maneira sugestionada através de pares contra-conceituais que dizem mais sobre si que sobre outrem. Pátria-Antipátria, Dependência-Independência, Opressão-Liberdade, Verdadeiro-Falso, Inimigo-Companheiro, Caos-Ordem, Subversão-Oposição, Terrorismo-Luta, Peronismo-Antiperonismo. Violência-Repressão. Violência-Resistência.

Trazemos, então, a responsabilidade pela comunicação. Uma responsabilidade que é percebida pelos locutores e interlocutores e que possibilita a seus participantes de configurar seus enunciados, escolhendo-os conscientemente, reagindo de maneiras diferentes e dando-lhes valores distintos a cada um deles. Procuraremos, assim, perceber as causas e conseqüências em pronunciar-se naquela realidade; o que se escreveu nas Solicitadas, como se escreveu e as possíveis interpretações daquilo escrito.

3.1 – Violência *Vertical* e do Combate: Os comunicados das 62 *Organizaciones Peronistas, Confederación General del Trabajo e Sindicatos Combatentes*

O movimento dos trabalhadores organizou-se, na Argentina, durante o início do século XX, mas, apenas a partir dos anos 1930, os sindicatos multiplicaram-se e dividiram-se por ramos ocupacionais.¹⁶ Todos eles foram centralizados na *Unión Sindical Argentina* e na *Confederación General del Trabajo* (CGT), na qual predominava um ativismo socialista e comunista.

É o peronismo, contudo, que marca a luta do sindicalismo de forma mais peculiar no país. Isto porque deu ao sindicalismo combatente premissas de justiça social e harmonia entre classes, complexificando as experiências dos trabalhadores e abrindo passo para a articulação com a demanda de outros setores sociais.

¹⁶ Para pesquisa de sindicatos por ocupações ver: DI TELLA, Torcuato S. *Perón y los sindicatos: El inicio de una relación conflictiva*. Buenos Aires: Ariel, 2003. pp.139-146.

Desde os primeiros anos do governo de Perón, na década de 1940, a política realizada com os trabalhadores foi a de negociação e diálogo com o empresariado. Maria Helena Capelato trata esta política peronista como uma nova fórmula de cultura política autoritária, que se baseia na intervenção do Estado e, conjuntamente, no atendimento de reivindicações sociais, políticas e subjetivas, que oferecia à população uma determinada dignidade.¹⁷

Apesar desta não ser a única forma de apresentar o peronismo e sua relação com os trabalhadores, muito debatido pela historiografia argentina, a análise de Capelato traz uma via dupla entre o poder estatal e o poder popular, na qual permite que a população possua a possibilidade de ação mesmo que restringida. Neste sentido, a autora trata de uma transformação da cidadania, que integrava o indivíduo em um coletivo trabalhador, possuidor de direitos, cedidos, por sua vez, pelo governo sob a representação do *Justicialismo*. Como retribuição, exigia-lhes uma gratidão fundamentada na lealdade, o que possibilitava certa restrição de suas liberdades.¹⁸

Logo, nos primeiros anos de governo peronista, as reivindicações dos movimentos de trabalhadores em relação às reformas econômicas e trabalhistas foram atendidas. Promoveu-se o 13º salário, as férias remuneradas, a aposentadoria e pensão, assim como indenizações por acidente ou doença. Na economia, moveu-se o processo de industrialização voltada ao mercado interno, com intervenção estatal, baseada em políticas nacionalistas e em discursos antiimperialistas.¹⁹

Colocando-se na posição mediadora, Perón expunha um capitalismo que difundia o individualismo egoísta e um comunismo que anularia a individualidade do homem, propondo que esses dois sistemas políticos seriam destruidores dos valores éticos e provocadores da violência. Defendia, contudo, tanto o materialismo quanto a luta entre classes e, desta forma, propôs uma terceira posição: uma comunidade organizada na qual as responsabilidades seriam efeito da liberdade humana e da justiça

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 127-165.

¹⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política no varguismo e peronismo: caminhos metodológicos. In: GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; et al. (Orgs). *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. pp. 59-71.

¹⁹ DOYON, Luoise. La formación del sindicalismo peronista. In: TORRE, Juan Carlos. *Los años peronistas (1943-1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002. Vol.8. pp.372-376.

fundamentada no consenso e, assim, elaborar-se-ia uma democracia harmônica e equilibrada.²⁰

Nuestra comunidad tenderá a ser de hombres y no de bestias. Nuestra disciplina tiende a ser conocimiento, busca ser cultura. Nuestra libertad, coexistencia de las libertades que procede de una ética para que el bien general se halle siempre vivo, presente, indeclinable. El progreso social no debe mendigar ni asesinar, sino realizarse por la consciencia plena de su inexorabilidad. La náusea está desterrada en este mundo, que podrá parecer ideal, pero que es en nosotros un convencimiento de cosa realizable. Esta comunidad que persigue fines espirituales y materiales, que tiende a superarse, que anhela mejorar y ser más justa, más buena y más feliz, en la que el individuo puede realizarse y realizarla simultáneamente (...).²¹

Nesse cenário social e político, a extensão da cidadania significava um processo de socialização que firmava um diálogo entre povo e governo, mas que, na prática, era uma desequilibrada conversa.²² E, para a realização deste efeito, a figura de Eva Perón, como líder dos trabalhadores, liberou o General para ser o árbitro imparcial entre as classes, enquanto ela poderia tomar partido na disputa entre as forças.²³ Desta forma, Evita afirmava

Que los obreros ganen para vivir honradamente como personas humanas y que los patrones se conformen con ganar también como para mantener la industria, progresar y vivir dignamente. ¡Dignamente, pero no principescamente! [...] Yo sin embargo por mi manera de ser, no siempre estoy en este justo punto de equilibrio. Lo reconozco. Casi siempre para mí la justicia está un poco más allá de la mitad del camino... ¡Más cerca de los trabajadores que de los patrones! É que para llegar a la única clase que quiere Perón, los obreros tienen que subir todavía un poco más, pero los patrones tienen mucho más que bajar. Lo cierto es que yo, que veo en cada obrero un descamisado y a un peronista, no puedo ver lo mismo, si no está bien probado, en un patrón. Soy sectaria sí. No lo niego; y ya lo he dicho. (...) Mi sectarismo es además un desagravio y una reparación.²⁴

Seus discursos e posições possuíram duas conseqüências fundamentais para a formulação da identidade peronista. Evita representava o movimento mais combativo contra o patronato, enquanto Perón constituía-se em conciliador. Ambas as formulações perduraram no imaginário dos movimentos peronistas, como vimos no capítulo anterior, facilitando a pluralidade de pensamentos e posturas dentro deste movimento.

²⁰ PERÓN, Juan Domingo. *La comunidad Organizada*. Buenos Aires: Quadrata, 2007. pp.40-55.

²¹ *Idem*. p.55.

²² SIGAL, Silvia; VERÓN, Eliseo. *Op. Cit.*, 2004.

²³ WALDMANN, Peter. *El peronismo: 1943-1955*. Buenos Aires: Hyspanamérica, 1980. p.234.

²⁴ PERÓN, Eva. *La razón de mi vida*. Buenos Aires: Buro Editor, 2004. p.64

A partir de então, gerava-se no país seu maior conflito político: peronistas contra antiperonistas. Uma contenda que, com o passar dos anos, vai se delineando de forma mais evidente aos olhos daqueles que debruçam sobre a temática, esvaziando outros movimentos de políticas diversas e ampliando a noção de luta contra o inimigo e de violência naquele ambiente de hostilidade.²⁵

Essa antinomia política, expressada em estigmatizações tais como “pátria-antipátria”, “imperialismo-nação”, “povo-antipovo”, “capital-interior”, “alpargatas sim-livros não”, “cabecitas negras-elites e classes médias”, “peronachos-gorilas”, “zurdos-fachos” é, assim, prolongada e sintetizada na prática cotidiana com esquemas de raciocínio que vão ser objetivados, com um significado que aparecerá claramente evidenciado nas estratégias e nas práticas dos atores sociais e, portanto, assumindo significados políticos que transcendem a simples constatação lingüístico-sociológica ou as características culturais.²⁶

E contra os peronistas foi dado o golpe de 1955. O período da “Revolução Libertadora” (1955-1962) e da “Revolução Argentina” (1966-1973) proscreeu o peronismo e suas organizações políticas e trabalhistas, aumentou o enfrentamento entre e intraclasses, e fragmentou ainda mais o movimento peronista e dos trabalhadores.

Lembramos aqui que, neste momento, foi perfilando-se em torno do peronismo as já citadas correntes postulatórias colocadas por Lucas Lanusse – o *Movimientismo*, a *Tendencia Revolucionaria*, e a *Alternativa Independiente*. E, sendo o peronismo o primeiro a dar possibilidade de participação dos trabalhadores na política do país, os trabalhadores organizados passaram a identificar-se com o *Justicialismo* e mobilizarem-se pelas estruturas geradas nele (seus sindicatos), que se tornaram o instrumento político da *Verticalidade* e criaram a base da luta *Movimientista*, unificada pela CGT.

No entanto, dentro do movimento dos trabalhadores peronistas, também havia divisões. Primeiro, em torno de defesas de determinados líderes sindicais, como José Rucci, secretário da CGT, e Augusto Vandor, das *62 Organizaciones Peronistas*²⁷. Depois, por uma tendência mais combativa em relação às políticas do PJ – o *Peronismo de Base* (PB). Conformado por sindicatos com penetrações marxistas, como SITRAC-

²⁵ DELLASOPPA, Emilio. *Op. Cit.*, 1998.

²⁶ *Idem.* p.27.

²⁷ As *62 Organizaciones Peronistas*, criada devido à clandestinidade da CGT nos anos de governo militar, ganharam uma enorme força política, sob a orientação de Vandor, já citado em capítulo anterior. Este, a fim de angariar aberturas às lutas dos trabalhadores associados na organização, iniciou uma política de diálogo com aquele governo dos anos 1960, contrariando o caráter combativo, favorável ao retorno de Perón, e polarizando o movimento. Ele iria morrer, em 30 de junho de 1969, assassinado na sede da Unión Obrera Metalúrgica, uma das formadoras das *62 Organizaciones*, em Buenos Aires.

SITRAM, ou por peronistas combativos, como *CGT de la Argentina*, o PB e seu líder Agostín Tosco criticavam a burocracia sindical e posicionavam-se por uma luta mais enfática contra empresários.

Logo, mesmo promovidos, unificados e estimulados por Perón, os sindicatos, ao longo da história do país, também ganharam vida independente e legitimidade própria.²⁸ Daniel James propõe que as formas específicas de subjetividade são promovidas sob dois eixos básicos: a ideologia formal e as experiências que forjam a consciência prática. Permeado e mediado por estas experiências, o sujeito trabalhador argentino constituiu seu discurso baseado em premissas do peronismo oficial, de justiça social e harmonia e, simultaneamente, em ideologias contra-hegemônicas, devido às experiências anarco-sindicalistas e marxistas dadas desde sua fundação e no decorrer dos anos de mobilizações.²⁹

Assim, apesar de ter sido o *Movimiento* que marcou determinantemente os maiores sindicatos nas décadas de 1960 e 1970, os trabalhadores foram também influenciados pelas três correntes que definiam o peronismo naquela situação, gerando uma competição pela verdadeira interpretação e forma de luta de seu movimento.

No início dos anos 1970, as organizações sindicais puderam retomar as participações políticas que lhes foram castradas. A volta do peronismo ao poder recolocou a Lei de Associações Profissionais, permitindo agrupações de trabalhadores entre áreas, mesmo que criando maiores dificuldades para a criação de novos sindicatos – como a diminuição da concorrência daqueles já existentes e a permissão aos sindicatos oficializados pelo Ministério do Trabalho de realizarem manifestações públicas. Os trabalhadores associados, por sua vez, ganharam proteções contra a demissão e em processos trabalhistas, além de lhes serem permitidas as atividades sindicais em horários de trabalho.³⁰

O retorno de Perón ao governo trouxe também a expectativa para os trabalhadores de participação nas políticas de assistência e de apaziguamento da crise social. Assim, a luta por influência aumentaria e Perón teve de mostrar seu apoio aos

²⁸ DI TELLA, Guido. *Op. Cit.*, 1983. pp.57-61.

²⁹ JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: El peronismo y la clase trabajadora argentina (1946-1976)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998. pp.131-135.

³⁰ DI TELLA, Guido. *Op. Cit.*, 1983. pp.184-186.

Movimientistas e Verticalizados, oferecendo às tendências combativas a clandestinidade e a repressão.³¹

Com a morte de Perón, o mito conciliador sai da cena política, conformando uma maior “atividade responsiva” aos discursos e realizações da nova presidenta. Quando Isabel Perón assume a presidência e resolve direcionar-se para a direita peronista, isola-se dos sindicatos e os mobiliza contra suas políticas. Todavia, quando a presidente direciona-se às demandas dos trabalhadores, ela ganha seu apoio.

En 1975 se registró el índice anual de huelgas más alto de toda historia argentina y unos de los más altos que se hayan registrado en el mundo: 28 millones de jornadas/hombres caídas, es decir, cuatro jornadas promedio por cada uno de los siete millones de asalariados que tenía la Argentina en ese momento. Además todas esas luchas tuvieron lugar en los primeros siete meses del año. La huelga general de julio, la primera que tuvo por blanco un gobierno peronista, se produjo prácticamente como reacción espontánea de las bases ante las medidas económicas del ministro Rodrigo.³²

A aliança de Isabel ao empresariado, não cumprindo com o sistema de Pacto Social, fez com que os trabalhadores, com tantas expectativas quanto ao retorno do peronismo, não fossem correspondidos e se colocassem contrários ao governo, representados na figura de Celestino Rodrigo e López Rega. O peronismo, como parte da identidade do trabalhador, não era questionado, suas influências que os levavam contra a base do peronismo sim.

³¹ TORRE, Juan Carlos. *El movimiento y el último gobierno peronista (1973-1976)*. Disponível em: www.escenariosalternativos.org

³² SANTUCHO, Julio. *Op. Cit.*, 2005. p.190.

Sectores de actividad	Pre-Cámpora	Cámpora	Lastiri	Perón	Isabel L.Regá	Isabel	TOTAL
Estatales (excluido Transporte Productivos y no productivos)	23,8	<u>39,4</u>	16,4	25,7	29,5	29,7	28,0
Metalúrgicos, metalmecánicos Astilleros	7,5	<u>19,7</u>	10,7	12,8	16,8	11,9	13,4
Agroindustria,activ. extractivas,alimentación,const.	2,5	3,0	9,8	<u>12,4</u>	12,0	11,9	11,5
Transporte e industria del Transporte	<u>27,5</u>	4,5	3,4	10,6	7,3	5,1	8,2
Textiles,vestido,resto de manufacturas	1,3	3,0	<u>5,7</u>	3,8	2,1	3,3	3,0
Químicos, petroquímicos, Laboratorios, vidrio,cerámica,	2,5	3,0	---	<u>3,8</u>	2,3	2,5	2,6
SUBTOTAL	65,1	72,6	46,0	69,1	70,0	64,4	66,7
Gráficos y periodistas	13,8	9,1	7,4	12,0	9,5	<u>14,9</u>	11,7
Comercio,servicios urbanos.	--	3,0	2,5	4,2	2,2	<u>4,3</u>	3,4
SUBTOTAL	13,8	12,1	9,9	16,2	11,7	19,2	15,1
CGT y Regionales	17,5	7,6	<u>26,2</u>	4,8	11,0	6,9	9,4
Otros y Organiz. político-sindicales y/o Combinaciones de gremios	3,8	7,6	<u>14,0</u>	8,6	6,3	8,1	8,8
TOTAL N	(320)	(264)	(488)	(2004)	(2900)	(2420)	(8400)
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Figura 7: Quadro dos setores produtivos em conflito³³

A tabela acima nos demonstra que o período de Isabel Perón associado a López Rega foi onde se encontrou o maior número de conflitos de trabalhadores, seguido de sua presidência sem o apoio do Ministro. Até julho de 1975, houve um conflito maior promovido pelos setores estatais, desempregados e metalúrgicos, metal-mecânico e trabalhadores de estaleiros, enquanto, a partir de julho houve um maior combate dos empregados estatais e sindicatos gráficos e periodistas.

De acordo com Daniel James, as greves e paralisações sempre tiveram um caráter de solidariedade e união dos trabalhadores sobre uma determinada luta. Contudo, durante o período da “Revolução Argentina”, elas ganharam a característica

³³ ARISTIZABAL, Zulema; IZAGUIRRE, Inés. Las luchas obreras 1973-1976: Los alineamientos de la clase obrera durante el gobierno peronista. Nuevas consideraciones teórico-metodológicas para el estudio de los conflictos obreros. *Revista del Instituto de Investigaciones Gino Germani*. Buenos Aires, Maio 2002. p.42.

de enfrentamento com o empresariado e o Estado.³⁴ Logo, a *Verticalidade* no governo peronista da década de 1970 pode ser considerada uma *Verticalidade* crítica, pois a época e as experiências vividas por aquela classe já permitiam tais adequações.

Esta proposição pode ser verificada nas Solicitadas das organizações de trabalhadores sobre a violência entre os meses de junho de 1975 e março de 1976. Para tal análise, propôs-se trabalhar com quatro influentes organizações de trabalhadores na época: a CGT e as *62 Organizaciones Peronistas*, como um todo, apesar de haverem Solicitadas de Sindicatos filiados a elas de maneira individual, e por outro lado as Solicitadas de organizações consideradas combativas, como o *Sindicato de Mécanicos y Afines del Automotor* (SMATA) e a *Asociación Trabajadores del Estado* (ATE).

As *62 Organizaciones Peronistas*, em época do governo de Isabel, eram conformadas por 90 organizações de trabalhadores.³⁵ Foram selecionadas onze

³⁴ JAMES, Daniel. *Op. Cit.*, 1998. pp.131-132.

³⁵ Asociación Minera Argentina; Asociación Argentina de Aeronavegantes; Asociación Trabajadores del Estado; Asociación Frigoríficos y Mercado Nacional de Haciendas; Asociación Trabajadores de la Industria Lechera; Asociación Argentina de Telégrafos y Radiotelégrafos y Afines; Asociación Obrera Textil; Asociación de Viajantes de Comercio; Asociación del Personal Jerárquico de Comunicaciones Sindicato Bs.As.; Asociación Gremial de Universidad de Ciencias Médicas; Confederación Central de Empleados de Comercio; Confederación de Obreros y Empleados Municipales; Confederación de Obreros y Emulados de la Industria Aceitera; Federación de Trabajadores de la Industria de Alimentación; Federación Nacional de Trabajadores Camioneros Obreros del Transporte Automotor de Cargas; Federación Gremial del Personal de la Industria de la Carne; Federación Obreros del Caucho; Federación Obrera Ceramista; Federación Obreros Carriceros; Federación de Trabajadores de la Industria del Cuero; Federación de Vendedores de Diarios y Revistas de la R. A.; Federación de Trabajadores de la Industria Fideera; Federación de la Industria de Fibrocementeros; Federación de Trabajadores Jaboneros; Federación Argentina de Trabajadores de Luz y Fuerza; Federación de Obreros Mosaístas; Federación de Trabajadores de Obras Sanitarias de la Nación; Federación del Personal de Panaderos; Federación de Obreros y Empleados de la Industria Papelera; Federación de Obreros Pasteleros, Confiteros, Pizzeros, Alfajoreros; Federación Sindicatos Unidos Petroleros del Estado; Federación de Trabajadores de Prensa; Federación de Trabajadores de la Industria Química; Federación de Trabajadores Rurales y Estibadores; Federación de Trabajadores de la Sanidad Argentina; Federación de Obreros del Tabaco; Federación de Trabajadores de la Industria del Tanino; Federación de Obreros y Empleados Telefónicos; Federación de Trabajadores del Turf; Federación de Obreros y Empleados Vitivinícolas; Federación de Obreros y Empleados de Correos y Telecomunicaciones; Federación de Trabajadores de Edificios de Renta y Horizontal; Federación del Personal de Vialidad Nacional; Federación Obrera Tucumana de la Industria Azucarera; Unión de Artistas de Variedades; Unión de Trabajadores de la Industria de Calzado; Unión Obrera de Construcción de la República Argentina; Unión Trabajadores de Entidades Desportivas y Civiles; Unión Ferroviaria; Unión Trabajadores Gastronómicos; Unión Distribuidores de Granos y Anexos; Unión Obrera Ladrillera; Unión de la Industria Maderera; Unión Obrera Metalúrgica de la República Argentina; Sindicato Unido de Trabajadores de la Industria de Aguas Gaseosas y Afines; Unión Obrera Molinera Argentina; Unión Obreros y Empleados Municipales; Unión del Personal Civil de la Nación; Unión Personal de Pintura y Afines; Unión Obrera Refractarios y Afines de la R.A.; Unión Gremial de Trabajadores Sanitarios; Unión Tranviarios Automotor; Unión Obreros Tintoreros, Sombreros y Lavadores; Sindicato Único Trabajadores Automóvil Club Argentinos; Sindicato Unificado de Obreros Barracas de Lanas, Cueros, Cardas; Sindicato Unión Personal Auxiliar de Casas Particulares; Sindicato Obreros Colchoneros y Afines; Sindicato Obreros Prepósito y Estaciones de Servicio; Sindicato Trabajadores de la Industria del Hielo; Sindicato Obrero Estaciones de Servicio; Sindicato Transporte Automotor; Sindicato Argentino de Obreros Navales; Sindicato Unido de Trabajadores de Neumático; Sindicato de Peluqueros y Peinadores; Sindicato de Trabajadores Perfumistas; Sindicato de Petroleros Privados; Sindicato Unidos Portuarios Argentinos; Sindicato Unificado Relojeros y Joyeros; Sindicato

Solicitadas destas agrupaciones que publicaram sobre a temática específica da violência, sendo oito delas no *Clarín*, duas no *La Nación*, e uma no *La Opinión*.

Clarín, como anteriormente observado, era objetivamente o jornal que dialogava com os profissionais e com a classe média. Nele, a maioria das Solicitadas era assinada por organizações sindicais, que estabeleciam uma espécie de conversa entre si, manifestando-se naquele ambiente.

Em 10 de junho de 1975, as 62 *Organizaciones* recuperaram um discurso da presidenta, proferido quatro dias antes, no qual Isabel Perón condenou a subversão no território nacional, afirmando o esforço do governo em erradicar a violência no país.

El gobierno trabaja sin cesar por erradicar del territorio nacional a todo aquello que signifique subversión y no se escatima ningún esfuerzo para finalizar definitivamente la violencia de todo tipo. Queremos un país en paz y nuestra misión de argentinos debe ser luchar por su grandeza desde el puesto de lucha que cada uno tenga, tanto sea un empresario, un dirigente o un trabajador.³⁶

A primeira Solicitada selecionada descreve um atentado à bomba, realizado contra o domicílio de Jorge Zakour, Secretário Geral do Sindicato Gráfico Argentino. Zakour havia assumido a condução daquele sindicato logo após o assassinato do deputado ligado ao *Peronismo de Base* e ao Sindicato Gráfico, Rodolfo Ortega Peña, metralhado em Buenos Aires pela *Triple A*, em julho de 1974. O novo secretário era ligado à direita peronista e representava uma mudança política daquela organização.

O atentado a Zakour não produziu vítimas. No entanto, a Organização respondeu àquela ação afirmando o “desejo de indivíduos apátridos de entregar a Nação às bandeiras do ódio e da opressão”. Afirmando sua condição Vertical, aquelas organizações diziam concordar com Isabel na necessidade de penalidades aos “subversivos”.

Quienes agreden el Movimiento Obrero y sus hombres son los eternos enemigos del pueblo y del país, aunque cambien de camisetas o de nombre.

Seguro de la República Argentina; Sindicato de Empleados del Tabaco; Sindicato de Conductores de Taxis de la República Argentina; Sindicato Obreros y Empleados de la Minoridad y la Educación; Sindicato Operadores y Distribuidores de Diarios, Revistas y Afines; Federación de Agentes Viales Provinciales de la República Argentina; Federación Obrera Nacional de la Industria del Vestido; Agrupación Justicialista de Gas del Estado; Agrupación justicialista del A.S.I.M.R.A.; Asociación de Agentes de propaganda Médica; Asociación de Empleados de Casinos; Sindicato de Empleados de Distribuidores Cinematográficos.

³⁶ Solicitada Compañero Jorge Zakour, compañeros gráficos, el movimiento obrero los apoya. *La Opinión*. Ano V, N°1218, p.4, 10 de Junho de 1975.

Son los pigmeos que el 12 de junio de 1974 nuestro inmortal Líder, el General Perón, denunció ante el Pueblo como integrando la confabulación apátrida que pretende impedir nuestra reconstrucción.³⁷

Os inimigos aqui são declarados como aqueles que agridem o Movimento dos Trabalhadores e que já haviam sido denunciados pelo General. A afirmação na Solicitada de que os inimigos eram os mesmos, ainda que trocassem “de camisetas ou de nomes” nos conduz as constantes acusações de Perón sobre a confabulação contra a Pátria daqueles que se afirmavam peronistas, mas “vestiriam” outras ideologias. Permite-nos, ao fim, a interpretação de que os inimigos eram peronistas de esquerda e que, portanto, eles deveriam ser eliminados.

Em 9 de agosto, as 62 *Organizaciones Peronistas* voltaram a analisar a violência no país em uma Solicitada de duas páginas publicadas no *Clarín* e no *La Nación*. Este comunicado é um dos bons exemplos que conformam esses tipos de espaço como uma estratégia política levada pela organização para que suas apreciações sobre a realidade fossem compreendidas pelos leitores dos jornais. Analisando problema por problema da Argentina, no estilo de tópicos, esta Organização publicou o mesmo comunicado em periódicos com distintos públicos, por vezes antagônicos, expandindo seus possíveis leitores. Na divulgação, ela afirmou sua consciência sobre a importância de adesão e consenso social para a realização de determinadas políticas, justificando sua própria estratégia: “*sabemos que lo único que no puede sacrificarse en ninguna circunstancia es la felicidad de un pueblo, cuya adhesión y consenso, por otra parte, es imprescindible para afrontar cualquier empresa*”.³⁸

Neste comunicado, a violência do país é o fio condutor das análises políticas e econômicas ali postas. O maior negócio dos inimigos da Nação seria conduzi-los ao imperialismo, através de forças reacionárias do monopólio e da dependência. A falsa revolução teria dupla face: uma ultradireita, que sabotava economicamente o país, e uma ultraesquerda, que, com “infantilismo político e guerrilha”, provocava “ideológica e armadamente a falência argentina”. A solução exposta, portanto, era a da Terceira Posição e defesa do *Justicialismo*, gerenciado pela presidente, mas influenciado pelo Movimento dos Trabalhadores.

³⁷ *Idem.*

³⁸ Solicitada Ya no podemos permanecer ni distanciados ni enfrentados. La lucha entre los hombres debe terminar si queremos subsistir en el futuro. *Clarín*. Ano 30, N°10578, pp.10-11, 9 de Agosto de 1975. A mesma Solicitada foi publicada no *La Nación* em 9 de Agosto de 1975.

É interessante que as 62 *Organizaciones* aportaram na escrita a concepção de “terrorismo econômico e social”. Esta concepção é uma contraposição a idéia levantada por alguns setores políticos que acusavam o proletariado de conduzir uma “guerrilha fabril” ou uma “subversão nas fábricas” através de suas manifestações, iniciadas com as jornadas de junho-julho de 1975. Invertendo tal discurso, o terrorismo ali descrito era caracterizado pela ofensiva da ultradireita, desejosa de pauperizar a classe trabalhadora e dar o golpe contra o peronismo.

En el ejercicio de este verdadero terrorismo económico y social, se percibe ya la amenaza de quienes parecieron pretender el desencadenamiento de nuevas aventuras golpistas. Ignorando la enseñanza de la historia y marchando a contramano de la voluntad popular.³⁹

Assim, o terrorismo seria polarizado entre os internacionalismos opressores: a violência fora abordada pela Organização como ocasionada por aqueles que promoveriam o terrorismo econômico-social, defendendo o imperialismo capitalista, e o terrorismo armado, defendendo uma “esquerda internacional”. Este último tipo tentaria, segundo a Organização, adentrar a política eleitoral do país, e conseguiria promover um “messianismo” que justificava os “propósitos da contra-revolução militar gorila e liberal”.

En el otro extremo, la ultraizquierda intensificó las acciones del terrorismo armado, sirviendo objetivamente, como siempre ocurre, a los propósitos de la contrarrevolución gorila y liberal. Poco importa que, en algunos casos, hayan asumido expectativas electoralistas, pues su falta de representatividad los obliga a confiar, en definitiva, solo en las salidas mesiánicas.⁴⁰

E a solução proposta pelas 62 *Organizaciones* era a mesma discursada por Perón: o diálogo para se conseguir a paz e a Terceira Posição para sair da crise. Apoiou-se, então, a tarefa das Forças Armadas para reconstruir a paz da Nação, mas subordinada ao poder político, e um movimento peronista agrupado no *Justicialismo* e no princípio de *Verticalidade* ao governo.

Em 20 de agosto, novas ações de uma “violência antinacional” foram descritas pela Organização. O assassinato do capitão Miguel Alberto Keller, do cabo Miguel Dardo Juarez e da família Pujadas tornaram-se exemplos da necessidade de recrudescer a luta contra a subversão realizada por Isabel Perón.

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ *Idem.*

(...) esos mercenarios que buscan la contrarrevolución, que tratan de sumirnos en la intranquilidad, descargan sus golpes justo en el momento en que los argentinos volvemos a hacer flamear nuestras banderas de fe y esperanza, dispuestos a dar lo mejor de cada uno ante esta convocatoria que nos hace la Patria.

Por eso, han elegido ese momento para volver la agresión artera que costó la vida del Capitán MIGUEL ALBERTO KELLER, un oficial de nuestro Ejército, que ofreció la vida al eterno enemigo de la nacionalidad. Por eso, también, cayó el Cabo Primero MIGUEL DARDO JUAREZ, que, haciendo honor a su condición de soldado argentino, luchó sin claudicaciones, encarando la muerte en la batalla contra la guerrilla asesina que quiere empujarnos al caos y al enfrentamiento fratricida.

Y, aunque parezca impulsada por móviles distintos, esta acción criminal produjo en Córdoba los asesinatos de la familia PUJADAS.⁴¹

Dois aspectos desta Solicitada são aqui recuperados. O contexto de agosto de 1975 já delineava o retorno do Pacto entre o Movimento dos Trabalhadores e a presidenta, depois do *Rodrigazo*, no qual a CGT tinha um representante no Ministério da Economia, Antonio Cafiero, e na Secretaria de Programação Econômica, Guido di Tella, enquanto as *62 Organizaciones*, no Ministério do Trabalho, dirigido por Carlos Ruckauf. Desta forma, a Organização propôs um ambiente de recuperação da posição dos sindicatos no governo, e, portanto, a “necessidade de um esforço maior dos trabalhadores para a recuperação do país”.

Mas, principalmente, neste comunicado viu-se a caracterização da violência plurivalente, na qual o fundamento era aniquilar aqueles que promoviam qualquer violência desumana. Houve neste espaço três sentidos de violência abordados: uma violência responsiva aos atos bárbaros e com finalidade de salvar a Pátria – a necessidade de repressão, onde todos estariam “dispostos a dar o melhor de cada um nesta convocatória que nos faz a Pátria” – outra determinada pela instância da agressão dos subversivos (“mercenários que buscam a contra-revolução, que querem nos submeter à intranquilidade”), e, por fim, uma violência que atinge a população em geral, marcando o sofrimento pelas atitudes de “indivíduos sem consciência”.

Apesar destas abordagens, a Organização não explicitou ou explicou a procedência e a causa dos casos violentos exemplificados naquela Solicitada, propondo a igualdade entre eles, mais que a diferenciação das mortes ocorridas. A única menção a desigualdade das ações foi na afirmação de que elas “pareciam movidas por atores distintos”.

⁴¹ Solicitada Otra vez se usa la violencia para detener el esfuerzo argentino. *Clarín*. Ano 30, N°10558, p.12, 20 de Agosto de 1975. Grifos no original.

O cabo Miguel Juarez foi morto em Tucumán, durante um enfrentamento entre o Exército e o *Ejército Revolucionario del Pueblo*, em 16 de agosto, no qual seis militantes também morreram. O capitão Miguel Keller faleceu, em 18 de agosto, durante um assalto do mesmo Exército Revolucionário ao clube Tiro Federal, na capital, onde os militantes roubaram 73 fuzis entre outros armamentos.⁴²

A família Pujadas, por sua vez, composta de Josefa Badell Suriol de Pujadas, José María Pujadas Valle, José María Pujadas Badell, María José Pujadas, Mirtha Buto de Pujadas e Mariano Pujadas (este último membro da agrupação *Montoneros* que escapou da prisão de Trelew, mas foi assassinado no Massacre de 22 de agosto de 1972⁴³) foram seqüestrados, no dia 14 daquele mês, em Córdoba e assassinados pela *Triple A*. Mirtha saiu ferida do atentado, mas, viva e pôde dar seus relatos sobre o acontecido.⁴⁴

No entanto, essas explicações não estavam descritas no comunicado, promovendo interpretações políticas gerais e igualando o ERP à *AAA*. Desta forma, as *62 Organizaciones* escreveram:

Son los grupos minoritarios que se han venido moviendo desde el momento mismo que el pueblo accedió al gobierno y al poder. Son los mentores y ejecutores de la subversión apátrida, que quiere sumirnos en la peor dependencia, en un sojuzgamiento material e ideológico, que sirva a los propósitos de sus amos de turno.⁴⁵

Os extremos antagônicos são unidos, pois, pelo ódio e pelo desejo de acabar com a paz em um momento de reconstrução do “verdadeiro peronismo”. Assim, promoveriam o caos e a desordem para que não se pudesse trabalhar pelo país e pelo sentimento argentino, ao fim, pela idéia da Potência Argentina. Uma reconstrução possível, segundo a Organização, pela aliança com o movimento, centralizado nela.

Para as *62 Organizaciones*, os fins e os meios da violência destes inimigos, aclamados como minoria (pigméus) seriam os mesmos: produzir o caos. É o terrorismo provocado para desestabilizar o país.

⁴² O jornal *Clarín* um dia antes havia publicado a notícia dos enfrentamentos cujas conseqüências foram relatadas. Em setembro do mesmo ano, publicaria o esclarecimento do assassinato de Keller.

⁴³ Para mais informações sobre o massacre de Trelew, ver: MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *La pasión según Trelew*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.

⁴⁴ Está disponível o documento do Departamento de Estado estadunidense, no qual a Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires informa o assassinato da Família, relacionando-o a Direita Peronista e a *Triple A*. Disponível em: <http://www.elortiba.org/trelew3.html>

⁴⁵ Solicitada Otra vez se usa la violencia para detener el esfuerzo argentino. *Clarín*. Ano 30, N°10558, p.12, 20 de Agosto de 1975.

Posiblemente en esos hechos tan disímiles e inexplicables, esté la explicación de la nueva escalada de la violencia desatada en los últimos días. Porque los extremos presuntivamente antagónicos se han unido para descargar su odio y para quebrar la paz que debe imperar en esas horas de decisiones.

Hay, como decimos, una confabulación destinada a destruir al país y vencer al sentimiento argentino. Venga de derecha o de izquierda, el fin es el mismo. Los personeros del caos buscan por todos los medios que no podamos trabajar en tranquilidad en esa tremenda tarea que nos espera.

(...) Pero no saldrán con sus propósitos. El pueblo aplastará los pigmeos que quieren destruirlos.⁴⁶

Em 5 de outubro, essa minoria ganharia algumas outras características. Além do ERP e da *Triple A*, os “pigmeus” seriam formados pelos militares golpistas, pela imprensa golpista e liberal e trabalhadores que “paralisariam a produção por motivos duvidosos”. Todos eles, consciente ou inconscientemente, impediriam a concretização da Revolução *Justicialista* e dissociar-se-iam do Movimento Peronista. O que as Organizações estão reclamando é o princípio de *Verticalidade* em relação ao governo e a presidente. Neste sentido, advertiu que dentro do próprio movimento dos trabalhadores, que deveria apoiar as medidas governamentais, saíam expressões que se confundiriam com a subversão e o golpe.

A crítica estava sendo levada, neste momento, principalmente, aos discursos de Victório Calabro, dirigente da *Unión Obrera Metalúrgica* (sindicato membro das *62 Organizaciones*) e governador de Buenos Aires. Calabro insistia em denunciar a situação do país para a imprensa estrangeira, condenando o governo ao seu fim, sob a declaração de que “daquela forma, não chegaria ao ano de 1977”. Tal colocação ocasionou o repúdio da UOM⁴⁷, das *62 Organizaciones* e a expulsão de Calabro do PJ.

Desde incitaciones al golpismo – que algunos vienen agitando como una amenaza -, hasta paros de motivaciones reivindicativas muy dudosas, todo eso coordinado además con una alevosa campaña gorila de cierta prensa amarilla y liberal, forman parte de una única intención del enemigo: impedir de cualquier modo y a cualquier precio a concretización de la Revolución Justicialista.

(...) Aliados conscientes o inconscientes de los planes del enemigo, personas o grupos minúsculos operan como factores de disociación del peronismo y sirven a la provocación.

(...) Culminando toda esa maniobra en contra del pueblo, se pretende vulnerar el principio de la verticalidad – herramienta indispensable para la

⁴⁶ *Idem.*

⁴⁷ A UOM lançou uma Solicitada sobre o tema, intitulada “Llegó la hora de hablar en claro”, no jornal *Clarín* em 5 de Outubro de 1975.

unidad de acción de un movimiento multitudinario -, atacando a quien es hoy destinataria del mismo: la compañera Isabel Perón en su doble condición de presidente de los argentinos y jefa del peronismo.

En esa línea se describen las recientes declaraciones públicas – muy bien utilizadas por el aparato propagandístico del imperialismo y la oligarquía – de Victorio Calabró, que más bien parece parte de una proclama subversiva y golpista de los sectores de la reacción antes que la expresión cabal de los sentimientos de un pueblo a quien aquel debiera representar sin desviaciones ni excesos de ambición personal.⁴⁸

Como a “expressão do sindicalismo *justicialista*”, as 62 *Organizaciones* diziam-se com um sentimento de obrigação em acusar os “insensatos inimigos” que arrastavam o país pelo “sangrento caminho da guerra civil”. E os inimigos seriam todos aqueles que estavam contra Isabel, pois, mesmo considerando Perón um líder insubstituível, ele haveria previsto e conduzido sua própria sucessão com “sua mulher no campo político, o povo argentino no âmbito histórico, e o sindicalismo no Movimento Peronista”.⁴⁹

Mas aquele mês só havia se iniciado.

No mesmo dia em que a Solicitada acima foi publicada, 39 membros dos *Montoneros* ingressaram no Regimento de Infantaria de Monte 29 (R-29), em Formosa, um dos mais fortes da Argentina, e apropriaram-se de seu armamento. A resistência da tomada do Regimento, entretanto, matou 11 guerrilheiros, enquanto houve 12 mortes e 18 feridos por parte do Exército. Depois deste episódio, as Forças de Segurança iniciaram uma operação de “limpeza” que resultou em mais 47 mortes.⁵⁰

Dois dias depois, as 62 *Organizaciones* se manifestaram sobre o acontecido.

El golpe que la antipatria descargó en Formosa es, quizá, la culminación de una serie de episodios cuyo único propósito es empujarnos al caos y abrir las obras de los aventureros que no aceptan que los argentinos vivamos en paz y continuemos en la reconstrucción y la liberación nacional.

Nuevamente las Fuerzas Armadas fueron blanco de la agresión de los emboscados que carecen de consciencia, que viven en el odio que solo buscan saciar con sangre sus bajos apetitos.

Otra vez un cuartel ha sido castigado por los agentes de la subversión. Y otra vez también las armas de nuestros soldados frenaron el intento de los terroristas e impidieron que consumaran su artero propósito. Pero esta actitud valiente, rayana al heroísmo tuvo su ofrenda de sangre, porque un subteniente, un suboficial, y nueve soldados cayeron bajo el fuego del enemigo. Y, lo que enciende nuestra reacción es que estas muertes

⁴⁸ Solicitada Llegó la hora de la verdad. *Clarín*. Año 31, N°10633, p.29, 4 de Outubro de 1975.

⁴⁹ As 62 Organizaciones ainda se manifestariam contra Calabró e outros que se pronunciaram opondo-se ao governo, acusando-os de “traidores” no jornal *Clarín*, em duas ocasiões, dias 8 e 22 de Outubro de 1975.

⁵⁰ GILLESPIE, Richard. *Op. Cit.*, 1998. pp.243-245.

estuvieron rodeadas de la alevosía con la que sólo supieron manejarse los cobardes.

(...) Han asesinado, empujados por el odio, a jóvenes que estaban en la flor de la vida, listos para servir a su tierra, embebidos del ejemplo de nuestros próceres y la enseñanza, del honor sin par de servir a su bandera.

Para los criminales y sus inspiradores no puede hacer perdón. El castigo debe ser firme y definitivo.

(...) Quienes actúan así deben ser descubiertos, porque ninguna ambición personal o electoral debe ser justificativo para ese extremismo criminal que nos llena de dolor y de vergüenza.⁵¹

Aqui os subversivos e terroristas foram descritos como membros da guerrilha urbana que atacavam os quartéis das Forças Armadas, tirando a “vida de jovens que se ofereceriam, heroicamente, para servir ao país”. Neste sentido, defenderiam o castigo e a punição destes feitos criminais que “empurravam o país ao caos” e das pessoas que os cometiam, negando a Pátria, Deus e a Revolução *Justicialista* – todos eles em um mesmo plano de valor.

Assim, solidarizavam-se com o Exército, por terem sido eles mesmos vítimas da violência (“ação assassina”) do mesmo grupo (“inimigos do povo”) com falsos fins ideológicos. Delatam que o objetivo destes grupos era o de derramar sangue e submeter à Argentina ideológica e economicamente, não realizando a verdadeira revolução social.

Enquanto falavam destes outros sujeitos, construía-se em oposição. Os outros eram mercenários, contra a Pátria, aventureiros, agressivos, agentes da subversão, terroristas, assassinos e criminosos. O “nós” da Organização era a vítima, os amigos do povo, valentes personagens, principais atores para a transformação social no país – era o herói.

Em 5 de dezembro daquele ano, as 62 *Organizaciones* retomariam o tema da subversão, adjetivando-a de “delinqüente”. Desta forma, caracterizariam o seqüestro e assassinato do General e ex-Chefe da Polícia Federal, Jorge Carceres de Monié, e sua esposa, Beatriz Sasiaín, no Paraná, pelos *Montoneros*, realizado dois dias antes da publicação.⁵²

Una vez más las fuerzas de la antipatria descargó su furia asesina. El alentoso crimen que costó la vida del General Jorge Carceres Monié y el secuestro y frio asesinato de su señora esposa nos demuestran que estos

⁵¹ Solicitada Ante los graves hechos de Formosa. *Clarín*. Ano 31, N°10635, p.27, 7 de Outubro de 1975. Grifos no original.

⁵² O terceiro dia de dezembro havia sido agitado, como tantos outros naquele final de ano. Além da ação de *Montoneros*, encontraram-se dois cadáveres destroçados, um em Tucumán e outro em San Fernando. O chofer da UOM, Alberto Quadrado, desaparecido há alguns dias, foi encontrado morto em Garín. E o SMATA, mesmo com a autorização negada pelo Ministério do Trabalho, levantou uma greve ilegal.

mercenarios no tienen ningún tipo de escrúpulos en su decisión de atentar contra la paz del país.

Con ese acto de barbarie nos dice que quieren empujarnos al caos, apoyados ideológicamente por quienes pretenden sacar beneficio del clima de intranquilidad que esos hechos provocan.

Están demostrando sus bajos instintos al reiterar su emboscada criminal y a matar con frialdad que repugna a una indefensa mujer que debió soportar primero la tremenda tortura de ver como asesinaban a su esposo.

Ningún argentino, que se sienta tal, puede permanecer indiferente ante hechos como este. Porque quienes ejecutaran e idearan estos crímenes renegaran de su condición de seres humanos para demostrar que no son más que bestias.

(...) Frente a la decisión de la inmensa mayoría del pueblo, se alzan esas minorías de la delincuencia subversiva que pretende someternos a sangre y fuego.

Los mercenarios y quienes los mandan, así como aquellos que, de una forma u otra, pretenden justificarlos para crear confusión, deben merecer el repudio unánime de todos los hombres y mujeres de la Patria.⁵³

Ali toda a condição humana que poderia existir no inimigo foi retirada. Os outros eram “bárbaros, bestas e delinqüentes” que realizariam tais feitos “mercenariamente a mando do exterior, submetendo o país ao sangue e ao fogo, a fim de criar uma confusão repudiada pelos argentinos”. Os inimigos eram a encarnação da maldade, o extremo negativo, máximo que um homem poderia alcançar.

Por outro lado, as 62 *Organizaciones* publicavam seus anseios de fazer uma revolução em paz e pelo diálogo. Construíram-se, pois, sob a visão dos pares de contra-conceitos, com uma identidade própria fundamentada na humanidade e na tranqüilidade.

Este comunicado havia sido publicado em um diário cujo público estava extremamente comovido com os atos informados naqueles dias (*La Nación*) e em outro que abrangia um público mais amplo (*Clarín*). Assim, “conversaram” com o leitor daqueles periódicos, condenando a ação “subversiva” e apoiando a repressão à “barbaridade”, posicionando-se diante daquela situação.

As Solicitadas das 62 *Organizaciones* sobre a violência, muito carregadas de emoções e fortes descrições para ela, eram também reflexos da posição governamental e da tentativa frustrada de oprimir as ações que descreviam. Tentavam estabelecer uma aliança com os setores militares, contendo a onda golpista naquela instituição. O governo havia depositado, no final daquele ano, o comando do Exército nas mãos de Jorge Rafael Videla e aumentado seu poder para reprimir as organizações armadas.⁵⁴

⁵³ Solicitada La delincuencia subversiva sigue atacando el pueblo y la patria. *La Nación*. Ano 106, N°37360, p.11, 5 de Dezembro de 1975. A mesma Solicitada foi publicada no *Clarín* em 5 de Dezembro de 1975.

⁵⁴ ROUGIER, Marcelo; FISZBEIN, Martín. *Op. Cit.*, 2006. pp.100-106.

Contudo, ao reafirmar o governo de Isabel, as Solicitadas deste tipo poderiam projetar outra forma de interpretação. Tais comunicados, convocando a sociedade a renegar uma “subversão apátrida” focalizada, em sua maioria, nas esquerdas políticas, “inimigas da Argentina”, poderiam justificar também a necessidade de uma intervenção pelas Forças Armadas. As teses mobilizadoras contra a “subversão” estavam sujeitas a leituras que estabeleciam, impreterivelmente, a noção do caos.

Isto não significa que a posição dicotômica do inimigo tenha sido rejeitada. Em 15 de fevereiro, no *Clarín*, as 62 *Organizaciones* iriam condenar o “gorilismo” dos patrões, que tomando o sinônimo de greve, patrimônio dos trabalhadores, chamariam o empresariado a uma paralisação para o próximo dia. Afirmando “não poderem obrigar os negociantes ou donos de fábricas abrirem seus negócios”, denunciaram-nos por criarem uma situação “ainda mais dramática no país”, cuja finalidade era destituir o poder de Isabel e dos trabalhadores. “*Queremos saber qué los une en realidad un común comando que parece haber llegado a creer que una dictadura genocidio resolvería sus problemas*”.⁵⁵

Assim, retomaram a dicotomia entre trabalhadores e patrões, justificando a luta trabalhista e acusando aqueles que não pretendiam a harmonia entre classes. Os inimigos aqui ganharam outra forma, conjecturando as ideologias e as experiências daqueles grêmios associados.

A mesma interpretação era feita pela *Confederación General del Trabajo*, em suas cinco Solicitadas analisadas sobre o tema – uma no *La Opinión* e duas em cada demais jornais. Entretanto, a maneira de expressar-se naqueles comunicados pode ser percebida como menos carregada nas emoções e nas forças de oposição. A questão principal da CGT parecia estar na defesa do *Justicialismo* e da “verdade” que ele propunha. Logo, a maior batalha era entre esta “verdade”, levantada pelos trabalhadores peronistas da CGT, e a “mentira” contada pelos “inimigos”.

Em 5 de julho de 1975, por exemplo, os inimigos dos trabalhadores eram Celestino Rodrigo e López Rega. Citando Perón, a CGT interpretou que naquele momento o “demoliberalismo capitalista” tentava buscar “soluções falsas” e não duradouras para a crise, pois estava agindo fora do *Justicialismo*. A solução, segundo a *Confederación*, para “evitar danos maiores” estaria na luta pelos reais interesses da pátria: o *Justicialismo*, representado pela figura de Isabel Perón e sem a influência

⁵⁵ Solicitada No al Lock-out patronal. *Clarín*. Ano 31, N°10757, p.11, 15 de Fevereiro de 1975.

daquele setor do PJ. Desta maneira, além de difundir sua interpretação da idéia de *Justicialismo* como programa político para o país, a CGT defendia Isabel sob “sua custódia”, ou seja, afastando os “falsos peronistas” dos cargos importantes do governo e colocando-os no comando de suas políticas.⁵⁶

(...) porque como trabajadores y peronistas tenemos la obligación de contribuir activa y protagónicamente a la Unidad Nacional, por encima de sectores y banderías, en el camino de la revolución en Paz, para grandeza de nuestra patria y felicidad de todos sus habitantes. Por ello, en un acto de serena reflexión, luego del agotamiento de todas las etapas del dialogo, que estamos siempre dispuestos a reanudar en bien de los objetivos nacionales y el bien estar del pueblo, el Comité Central Confederal de la CGT resuelve: [...] REALIZAR UN CESE DE ACTIVIDADES POR EL TERMINO DE 48 HORAS [...]⁵⁷

O enfrentamento com o empresariado e o Estado pelos trabalhadores não se daria mais apenas pelo diálogo, apesar deste também ser um dos objetivos que tentariam recuperar para estabelecer negociações. Mas o enfrentamento iria dar-se também pela greve, cuja finalidade era repudiar o poder que tentava desnacionalizar a economia e interromper a liberação da pátria e do povo. O novo sentido dado para a greve, descrito por Daniel James, estava presente: os trabalhadores da CGT resolveram encarar o Estado, personificado nos ministros López Rega e Celestino Rodrigo e apoiado pelos empresários liberais.

De acordo com James, o discurso do peronismo oficial é um discurso que tem duas premissas básicas, o *Justicialismo* e o Pacto Social. Os trabalhadores, contudo, a partir de suas experiências e suas práticas, apropriaram-se dessas premissas, valorizando-se em relação ao empresariado, defendendo sua autonomia e modificando o sentido de greve, que tornava possível sua utilização durante um governo cujo imaginário era o de representar os próprios trabalhadores.⁵⁸

Tomando os pares contra-conceituais de peronistas e antiperonistas, patrióticos e antinacionais, a CGT expunha seus argumentos naquele momento de instituição de uma nova política depois da crise. Neste sentido, o empresário não entendia as propostas do Pacto Social e tornava-se antinacional e antiperonista.

⁵⁶ Solicitada Los trabajadores defendemos el pensamiento de Perón que es defender la patria y a nosotros mismos. *Clarín*. Año 30, N°10547, p.19, 5 de Julho de 1975.

⁵⁷ *Idem*. Grifos no original.

⁵⁸ JAMES, Daniel. *Op. Cit.*, 1998. pp.131-139.

As organizações trabalhistas peronistas, associadas à Central, utilizavam-se de um discurso no qual ser trabalhador argentino igualava-se ao ser peronista e defender o *Justicialismo*, em oposição ao capitalismo e ao comunismo, que enganavam a verdadeira luta pela justiça social – mesma condução defendia pelas 62 *Organizaciones*. Desta forma, sendo Isabel uma vítima da influência dos “falsos peronistas” e única legítima herdeira do poder peronista, devia ser, pois, defendida contra os ataques que queriam deslegitimar seu governo e dividir o movimento.

Então, segundo a CGT, aqueles contrários aos trabalhadores sindicalizados estavam indo também de encontro ao povo. Estes elementos deveriam ser aniquilados e punidos – eram os “inimigos” no padrão de conflito entre peronistas *versus* antiperonistas. Para Dellasoppa, a conseqüência deste padrão na Argentina causou a crise de legitimidade do governo, pois o confronto direto entre estes setores incorporou recursos de coerção e aniquilamento definitivos, utilizados posteriormente pelas Forças Armadas em seu sistema de guerra contra subversão.⁵⁹

Depois das jornadas de junho e julho, a CGT volta a ser representada no Ministério da Economia e a ser novamente uma das principais aliadas da presidente. Com a nova equipe econômica e o restabelecimento do diálogo com o *Sindicalismo Movimientista*, decretou-se uma trégua de 180 dias entre as greves e as demissões⁶⁰, e, assim, passou a defender de forma mais enfática o governo, que eram eles mesmos.

En estos días ha arreciado la campaña - que no dudamos en denunciar como orquestada – que desde ámbitos aparentemente distintos, busca empecinadamente deteriorar la imagen del Gobierno del Pueblo y quebrar el proceso de institucionalización del país, difícil pero edificante luego de largos años de desaciertos y irrepresentatividad.

El total desprecio por la soberanía popular, libremente expresada en las urnas y el irrespectuoso y repudiable ensañamiento con la figura de la señora Presidente de la República, María Estela Martínez de Perón, constituyen los signos distintivos de esta maniobra, que podrá contar con lo respaldo de los diarios de la oligarquía, voceros de pretensiones imperialistas de derecha o de izquierda, pero que choca con el alto grado de consciencia cívica y el patriotismo de las grandes mayorías nacionales.⁶¹

A referida Solicitada, publicada no *Clarín*, em novembro de 1975, criticava as declarações feitas pelo líder da *Unión Cívica Radical*, Ricardo Balbín, e Benjamin Rattenbach, que, contando com “diários da oligarquia” – “vozes diretas da esquerda e

⁵⁹ DELLASOPPA, Emilio. *Op. Cit.*, 1998.

⁶⁰ ROUGIER, Marcelo; FISZBEIN, Martín. *Op. Cit.*, 2006. pp.100-106.

⁶¹ Solicitada Estado de movilización de los trabajadores organizados en defensa de las instituciones y para salvar la patria. *Clarín*. Ano 31, N°10668, p.22, 8 de Novembro de 1975.

da direita que se choca com o grau de consciência cívica e patriótica” – haveriam deteriorado a imagem do povo e desprezado a vontade popular. Estes seriam os inimigos, os personagens que estimulariam o golpe contra o governo. Assim, a subversão é apontada como de qualquer tipo: direita ou esquerda, direta ou escondida, que tem cúmplices como especuladores e delinqüentes econômicos. Todos eles orquestrados para impedir o avanço da Argentina Potência.

Em 30 de Dezembro daquele ano, o Secretário Geral da CGT, Casildo Herreras, publica uma Solicitada no *La Nación* fazendo votos para o próximo ano. Segundo o Secretário, em nome da organização, os problemas enfrentados pelo país seriam conjuntura dos processos desenvolvidos e que só podem ser resolvidos pela organização do movimento. Assim, deveriam investir “tempo, em vez de sangue, para ganhar a batalha pela paz”.

Dirigindo tal mensagem aos trabalhadores, pediu-lhes organização no seio do *Justicialismo*; aos empresários, afirmou-lhes a necessidade de assumirem o interesse geral, ao invés de particulares; às Forças Armadas, apoiou a luta constitucional contra a subversão e a defesa dos ideais nacionais; aos políticos, que respeitassem a vontade popular e lutassem pela liberação contra a dependência; à juventude, argumentou-lhes o não isolamento com o povo; e à Igreja, pediu-lhes a prática de sua cristandade. E, neste ambiente de pedidos e esperanças, o secretário falou sobre a violência, apelando aos praticantes dela:

También queremos dirigimos a quienes practican la violencia. A quienes han elegido un método repudiado por el pueblo y llenan de luto y dolor el país, asesinando o haciéndose matar, Los trabajadores no somos neutrales. Los trabajadores estamos claramente enfrentados a toda forma de atentar contra la convivencia, de derramar sangre, de desconocer la voluntad del pueblo pretendiendo suplirlo como protagonista de la historia y apartarse de los cauces institucionales. Desde la trinchera adversa, en ocasión de iniciar un nuevo año, le reiteramos el llamado a la reflexión, para que conozca la inutilidad de una acción convertida en suicidio colectivo, y que en estas festividades lleno de amargura a tantos hogares; para que adopten la noble rebeldía ante los ideólogos que vienen utilizándolos como carne de cañón, y permitan que los argentinos vivamos plenamente en paz.⁶²

A violência aqui foi repudiada por toda a população, pois envolveria o país “de luto e dor” por aqueles que foram vítimas dela – argumento este colocado por Marina

⁶² Solicitada Mensaje al pueblo argentino. *La Nación*. Ano 106, Nº37384, p.11, 30 de Dezembro de 1975.

Franco sobre o repúdio da violência em seus extremos.⁶³ Afirmou-se a convivência negativa com o derramamento de sangue que os levaria a um “suicídio coletivo”, tanto no que tangia a morte de muitas pessoas quanto na morte do país em “mãos de uma ideologia que não desejaria a paz”. Clamou-se aos trabalhadores para lutarem contra tais ações. A idéia aqui parece ter sido a de agregar a luta contra a violência na organização do movimento trabalhista delineado pela CGT.

Lembramos que era este grupo um dos que mais publicavam comunicados dentro dos periódicos averiguados, demonstrando seu poder econômico e político para aquele contexto. Entretanto, muitos outros movimentos de trabalhadores se manifestaram em Solicitadas àquela época.

Assim, como comparação e exemplificação, propomos verificar as Solicitadas dos movimentos considerados combativos. As agrupações deste tipo eram, principalmente, o *Sindicato de Mecánicos y Afines del Automotor* (SMATA) – tradicionalmente peronista – o *Sindicato de Empleados Públicos* (SUPE) – parte da esquerda peronista – *Luz y Fuerza* – integrante das *62 Organizaciones Peronistas*, onde coexistiam-se peronistas, comunistas e radicais, entre outras ideologias políticas – *Unión Transviarios* (Automotor UTA) – tradicionalmente peronista defensora de Augusto Vandor – *Asociación Trabajadores del Estado* (ATE) – peronista de esquerda – *Unión Ferroviaria* (UF) e *Unión Obrera Metalúrgica* (UOM) – setor das *62 Organizaciones Peronistas*.⁶⁴

As realidades experimentadas e a consciência prática destas agrupações de trabalhadores, muitas vezes acusadas por outras correntes políticas de estarem realizando uma “guerrilha industrial”, possibilitariam as análises sobre a violência sob outra perspectiva.

O *Sindicato de Mecánicos y Afines del Transporte Automotor* (SMATA), que na década de 1970 era conformado por trabalhadores da IKA-Renault, Transax, Thompson Ramco, Grandes Motores Diesel de Fiat e outras empresas menores, foi o núcleo decisivo do movimento dos trabalhadores na cidade de Córdoba, em 1969. No ano de 1975, declarava greves e ocupava fábricas na região em um claro enfrentamento com governo e empresários. Defendia em seus argumentos, entretanto, seu caráter de luta por um verdadeiro *Justicialismo*:

⁶³ Ver Capítulo I deste trabalho e FRANCO, Marina. *Op. Cit.*

⁶⁴ BALVÉ, Beba; MURMIS, Miguel; MARÍN, Juan; et al. *Lucha de calles, lucha de clases: Elementos para su análisis* (Córdoba 1971-1969). Buenos Aires: Razón y Revolución – CICSO, 2006. pp.136-142.

Se equivocan quienes pretenden encontrarle a esa lucha el sentido de una confrontación política en falso de intereses sectoriales o de grupo. Jamás hemos arriado las banderas del Justicialismo que constituyen nuestra razón de ser y que, hoy simbolizan nuestra profesión de fe y de lealtad, incaudicable a la memoria del Teniente General Perón⁶⁵

Neste sentido, o SMATA não defendeu, pois, uma confrontação política com o peronismo, mas uma de cunho econômico contra este peronismo oficial que haveria reatado os laços com o setor do empresariado liberal e prejudicado os trabalhadores. Logo, não foi o peronismo colocado como alvo das manifestações (até porque Perón era invocado a todo o momento como figura essencial na luta pela justiça social), mas a forma liberal do capitalismo que promovia o constrangimento econômico dos trabalhadores.

Em outro momento esse confronto com o empresariado teve maior potencialidade. Em fins de novembro de 1975, o SMATA defendeu uma paralisação em todo o país pela defesa do governo popular e contra a violência assassina e a subversão armada e econômica.⁶⁶

Por la defensa integral de su gremio, el SMATA; por la defensa de la República y sus instituciones; por la soberanía del pueblo y su voluntad mayoritaria; por la defensa del Gobierno popular y por realización efectiva y concreta, de la revolución en paz que anhelan todos los argentinos; contra la violencia asesina y contra la subversión, armada y económica; por ello se resuelve disponer para el día 26 de noviembre de 1975, un cese de actividades en todo lo territorio de la República.⁶⁷

Ao mesmo tempo em que propagavam Isabel como peronista, promulgavam lutas por melhorias de condições dos trabalhadores e criticavam atitudes do governo como as intervenções nos sindicatos, expulsão de trabalhadores da CGT e a repressão com prisões e desaparecimentos físicos deles, caracterizando-as como violência.

A subversão aqui colocada adviria dos setores que promoviam a luta armada e daqueles que assassinavam os trabalhadores e a população em geral – da repressão clandestina e legal. No entanto, as castrações provindas das atividades econômicas

⁶⁵ Solicitada SMATA a los trabajadores mecánicos y a la Opinión Pública del país. *Clarín*. Ano 30, N°10554, p.14, 14 de Julho de 1975.

⁶⁶ Solicitada Al Pueblo Argentino. A los compañeros trabajadores. *La Nación*. Ano 106, N°37349, p.4, 24 de Novembro de 1975.

⁶⁷ *Idem*.

também eram apontadas como formas de violência, criticando os capitalistas liberais e as conseqüências desta atividade para o setor trabalhista.

Em 24 de dezembro, depois de haver levado adiante outra greve sem autorização do Ministério do Trabalho, no início do mês, este Sindicato assinou uma Solicitada, na qual apoiava o governo de Isabel Perón e conclamava unidade, solidariedade e organização no movimento dos trabalhadores, na tentativa de restabelecer o contato. Isto porque a paralisação havia sido repudiada pelos demais setores do *Movimientismo* e o Sindicato tornava-se ilegítimo naquele cenário.

Isabel Perón es merecedora de nuestros mayores renunciamentos y sacrificios y nuestra responsabilidad no es solo apoyarla sino producir con trabajo fecundo y permanente nuestras mejores condiciones para que pueda cumplir con la tremenda responsabilidad de conducir los destinos de la Patria.⁶⁸

Propagou, então, o peronismo e a construção de uma sociedade com princípios humanos, promulgando lutas por melhorias de condições de vida e a construção de uma nova sociedade mais justa. Afirmando a participação histórica do movimento, reafirmou a necessidade de garantias de sua participação no governo popular.

Esta percepção do governo era uma concepção da ideologia peronista, que, com a crítica ao capitalismo e as experiências de luta na região, tornavam o SMATA um sindicato de enfrentamento. Além disso, a defesa por Isabel e pelo *Partido Justicialista* aumentava a possibilidade da presença daquele movimento nas decisões políticas.

Neste sentido, a defesa de Isabel poderia ser uma defesa da decisão eleitoral pelo peronismo no governo, mesmo que este estivesse sob outras representações. Ou seja, poder-se-ia dizer que seria mais fácil a ação dos trabalhadores peronistas se os peronistas estivessem no poder.

A *Asociación de Trabajadores del Estado* também iria escrever àquela época sobre o que defendiam no governo de Isabel. Esta Associação, cujo número de afiliados era de oito mil em 12 mil trabalhadores do Estado, afirmou:

Defendemos su política en materia de constitución de viviendas, de reivindicación de los jubilados, del acceso de la mujer en todos los órdenes de la vida social, de instrumentación del plan nacional de salud, de surgimiento de un hombre nuevo a través del deporte, de la afirmación de la soberanía nacional en política internacional, de proyección económica mediante la creación de nuevas industrias, de contención de los intereses

⁶⁸ Solicitada SMATA al país. *La Nación*. Ano 106, N°37382, p.15, 24 de Dezembro de 1975.

supranacionales, de afirmación de la soberanía del pueblo a través del ejercicio del voto libre y secreto, del sostenimiento de la unidad continental.⁶⁹

Contudo, no mesmo comunicado, expunha suas críticas. Estas se conformariam, principalmente, pela falta de combate aos falsos “apóstolos” que pretendiam impor a ditadura pela violência – conformavam-se seus inimigos. A violência era descrita como o método dos inimigos da pátria para dividir o movimento dos trabalhadores e impedir a verdadeira revolução.

Para estes trabalhadores da ATE, os inimigos parecem ser mais bem delineados, ao menos em relação aos inimigos do sindicalismo *Vertical*, eram majoritariamente inimigos de classe. Eles haviam sido parte do governo (refere-se à Rega e Rodrigo) e foram combatidos através de manifestações, protestos e greves dos trabalhadores.

Portanto, vê-se que a temática da violência abordada pelas organizações de trabalhadores tinha a necessidade de estabelecer os inimigos, sob a premissa principal de colocar-se enquanto condutora dos movimentos peronista e dos trabalhadores e integrante de um governo popular. Assim, era a violência causa e consequência da eterna contenda entre “verdades e mentiras” sobre o peronismo e a Justiça Social.

3.2 – O Retorno do Peronismo com o Peronismo Autêntico: os Comunicados do Partido Autêntico

A disputa pelo verdadeiro peronismo não se restringiu, contudo, aos movimentos de trabalhadores. Muitos foram os peronistas que se identificaram enquanto “autênticos deste movimento”. Entre eles e naqueles anos, encontra-se a história do *Partido Autêntico*.

A narrativa sobre o *Partido Autêntico* (PA) ainda precisa ser escrita pelos historiadores que debruçam sobre o período. Poucos são os estudos que o mencionam ou que o tomam especificamente. Aqui se tentará interpretá-lo, adentrando uma historiografia que procurou referi-lo.

O fato é que o PA foi fundado em março de 1975, a partir do *Movimiento Peronista Autêntico*, e buscava opor-se aos membros do *Partido Justicialista*, acusando-os de falso peronismo. A recuperação de uma autenticidade do peronismo, composta pelas idéias de Justiça Social, antiimperialismo e Liberação Nacional, organizada

⁶⁹ Solicitada Los hechos nos han dado la razón. *Clarín*. Ano 31, N°10668, p.22, 12 de Novembro de 1975.

especialmente pelo que se denominava de esquerda peronista, pretendia trazer uma alternativa ao Movimento Peronista, caso houvesse uma saída eleitoral para a crise que o governo transpunha.

Daniel James, em artigo publicado no ano de 1976, elabora o conceito de peronismo da esquerda sob as vertentes de anticapitalismo e resistência da classe trabalhadora. Formulado desde 1955, trabalha com a idéia de que este viés do peronismo seria um reflexo do golpe ao governo de Perón e as diversas proscricções às organizações de trabalhadores e peronistas naquela sociedade “ideologicamente restringida” entre peronismo e antiperonismo. Neste sentido, surgiram uniões combativas formadas por trabalhadores, movimentos de peronismo revolucionário, grupos de juventude peronista e guerrilhas, cuja essência programática que os uniriam enquanto um círculo de esquerda estaria na natureza antiimperialista desses movimentos.⁷⁰

O argumento é interessante uma vez que, mesmo reunindo tais elementos, os distingue, em tópicos explicativos cada um deles, contextualizando-os, relacionando-os e propondo suas negociações com o peronismo enquanto ideologia política. E é neste movimento que o *Partido Auténtico* é trazido já nos comentários finais do pequeno inciso.

Propondo as questões de inserção da coerência marxista nas linhas de pensamento do peronismo, tornando-o um movimento revolucionário, o Partido aqui analisado é observado enquanto uma estratégia política que absorveu tal interpretação, em um período no qual se tornou evidente a não aceitação de Isabel Perón no governo, devido sua inerência ao círculo de direita e a possibilidade de recriação do pensamento político de Perón. Reconstruindo o interior do pensamento peronista sob sua percepção, o PA teria personificado em si a autenticidade do movimento, como o próprio nome já divulgava.

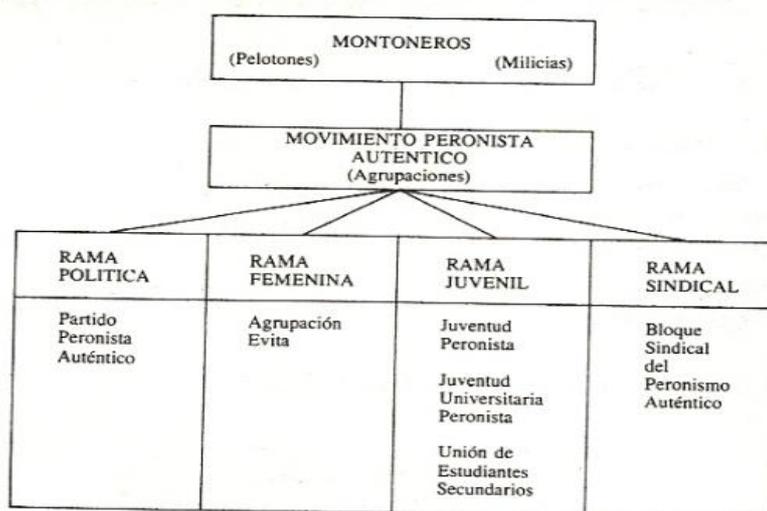
Mas a questão fundamental é perceber o que este Partido significava para a sociedade naquele contexto político e entender seus meios/modos de comunicação com ela. O que é mais evidente nas pesquisas que o mencionam e nas análises documentais é a sua ligação com o movimento peronista *Montoneros*.⁷¹

⁷⁰ JAMES, Daniel. The peronist Left, 1955-1975. *Journal of Latin American Studies*. Inglaterra, Vol.8, N°2, pp.273-296, 1976.

⁷¹ Ver Capítulo II deste trabalho.

De acordo com Richard Gillespie, o PA teria sido a alternativa do movimento para uma possível saída política eleitoral à crise que se aprofundava no ano de 1975. Os *Montoneros*, que já não tinham esperança de modificar o *Partido Justicialista* por dentro, teriam criado e apresentado tal Partido como legítimo herdeiro do peronismo.

3. 1975



NOTA. La introducción de la especialización, a fines de 1974, con el establecimiento de milicias y su diferenciación de los pelotones, significó el fin de la estructura de «pelotones integrados» de 1973-1974: unidades destinadas tanto al trabajo de masas como a las tareas militares. Algunas milicias eran estables; otras, deliberadamente temporales.

Figura 8: Organização dos *Montoneros* em 1975⁷²

Trabalhar com essa interpretação, entretanto, não seria a melhor percepção sobre PA. Com sua articulação iniciada desde 1974 pela candidatura de Cámpora, os *Auténticos* divergiam sobre qual seria a função de criar-se um partido que se pretendia de massas e sua sintonia com a violência política. Por um lado os *Montoneros* reivindicavam-no como uma ferramenta política-eleitoral do Movimento Peronista como um todo, procurando uma substituição para o PJ, mas não abandonando a luta armada, enquanto, por outro, alguns membros do PA discutiam a validade das atividades da luta armada.

Assim, os *Montoneros*, na reportagem “*Hacia el Movimiento Peronista Auténtico*”, publicada em agosto de 1975, na revista *Evita Montonera* N.º6,⁷³ deixaram claro o que se pretendia ao aderirem ao Movimento e ao Partido Auténticos:

⁷² GILLESPIE, Richard. *Op. Cit.*, 1998. p.338.

La Continuidad del Peronismo

La experiencia de treinta años de lucha de nuestro movimiento es valiosísima. Lo que sucede es que el Movimiento Peronista Auténtico tiene que incorporar nuevas **funciones**, y también retomar las organizaciones tradicionales peronistas.

Las agrupaciones JTP, JP, Agrupación Evita, se organizaron en las ramas del Movimiento. Ante la traición del lopezreguismo y el vandorismo, estas agrupaciones, conducidas por Montoneros, asumen el pasaje a la Resistencia. Desde ellas, que mantuvieron la llama de la lucha peronista, se comienzan a reconstruir las ramas del Movimiento Peronista Auténtico.

(...) ¿El Partido Peronista Auténtico? ¿Qué tiene que ver con el MPA? El Partido Peronista Auténtico no es una rama del MPA, no es una rama política, porque todas las ramas apuntan la organización política del pueblo. El PPA es la **expresión política-electoral del conjunto del movimiento**.

¿Qué quiere decir las ramas del MPA? Las ramas son la organización política para conducir cada uno de los sectores del movimiento hacia cada uno de los objetivos que se fijando, de acuerdo a la relación entre las fuerzas del pueblo y las del enemigo imperialista.

El PPA no es una rama política, pero en la actual situación, y por largo tiempo, se constituye en una herramienta importantísima para no dejar ningún resquicio a la acción del enemigo, ya que lo enfrenta en el plano legal e institucional. Por eso mismo se convierte en una propuesta de poder para las masas y en una forma de contribuir a las organizaciones de más amplio niveles de consciencia del pueblo.⁷⁴

As ramificações do movimento seriam, então, para os *Montoneros*, as agrupações *Juventud de los Trabajadores Peronistas*, *Juventud Peronista* e *Agrupación Evita*, que trabalhariam com as demandas respectivamente dos trabalhadores, universitários e mulheres. O PA seria nesta estrutura uma expressão político-eleitoral do conjunto, no qual os *Montoneros* apoiando o *Movimiento Peronista Auténtico* também fariam parte como um braço da política levada pela luta armada.⁷⁵

⁷³ A revista *Evita Montonera* era uma divulgação oficial da organização político-militar *Montoneros* cujos editoriais advinham diretamente da Condução Nacional do Movimento, sob responsabilidade de Rodolfo Walsh. A revista apareceu em princípios de 1975, sendo editada mensalmente, apesar dos enormes atrasos, e distribuída clandestinamente, entre os anos 1975 e 1979. Em seu primeiro ano teve oito números publicados, com uma tiragem de 69000 exemplares cujo alcance de circulação atingia apenas o círculo dos militantes da organização. *Evita Montonera* delatava a violência dos militares, condenando-as às respostas populares através de suas ações anti-repressivas e às condenações realizadas pela Justiça Popular. Todas as ações eram retratadas na revista – seqüestros, assaltos a quartéis, assassinatos, e etc., assim como seus resultados. In: ESQUIVADA, Gabriela. *Op. Cit.*, 2010.

⁷⁴ Hacia el Movimiento Peronista Auténtico. *Evita Montonera – Revista Oficial de Montoneros*. Ano 1, N.º6, p.5, Agosto de 1975. Grifos no original.

⁷⁵ O próprio PA possuía ramificações. Seu conselho superior era conformado por uma Ramificação Política representada Oscar Bidegain, Andres Framini, Jorge Cepernic e Miguel Zavala Rodrigues, cujos suplentes eram Alberto Martínez Baca, Felipe Gallardo, Antonio Lombardich, Dardo Cabo, Eduardo Rafael Amati e Juan Agoti. Outra Ramificação Sindical representada por Mario Aguirre, Heriberto Torres, Gonzalo Chaves e Roberto Tapia, cujos suplentes eram Santos Hilário Ramallo, Carlos Carreto, Pedro Silva, Julián Vázquez, Leopoldo Duarte e Florencio Díaz. Uma Ramificação Juvenil representada por Rodolfo Galimberti, Ismael Salame, Ramón Puch e Claudio Siemenson, cujos suplentes eram Juan Carlos Dante Gullo, Guillermo Amarilla, Pablo Ventura, Daniel Walbin, Horacio Taramasco, Gustavo

Em uma entrevista dada por Miguel Zavala Rodríguez, diretor do jornal *El Auténtico*, membro fundador do referido Partido e integrante do movimento *Montoneros*, comenta-se a ligação entre o grupo armado, a partir de sua adesão e apoio declarado a uma instituição legal, mas a insistência da necessidade momentânea da violência política:

Los Montoneros nacieron en un momento donde era necesario reaccionar contra el régimen imperante, sumando sus esfuerzos a la lucha del movimiento nacional y popular, es decir, el peronismo. En ese carácter, como parte del movimiento peronista, es que al construirse nuestro partido hicieron llegar su adhesión. Esa adhesión de los montoneros al Partido Auténtico es la de un sector de los argentinos, y nosotros estamos dispuestos a aceptar la adhesión de todos los argentinos que luchan y son consecuentes con las banderas de la liberación nacional, porque el peronismo Auténtico pretende construirse en la expresión político-electoral del conjunto de nuestro movimiento.⁷⁶

Portanto, consideramos o PA como um Partido formado por pessoas que se retiraram do PJ, por encontrarem nele e naquele momento uma ferramenta política antiperonista ortodoxa, e membros de outros grupos e círculos, como os *Montoneros*, que, mesmo na clandestinidade, pretendiam participar de uma saída democrática para o governo de Isabel e convocar novas eleições. Contudo, não perdemos de vista a conhecida tensão entre ambos: *los viejos versus la orga*.

É evidente o peso político do citado grupo armado diante daquela realidade e sua integração no Partido que influenciou tanto a formulação de ideologias quanto os objetivos políticos dentro daquela organização. No entanto, o “apadrinhamento” ao PA foi duplamente limitado. Primeiro, pela oposição feita por alguns “velhos dirigentes peronistas” à forma de luta dos *Montoneros*, uma luta armada que não poderia persistir no Partido. E, em direção oposta, a posição dos dirigentes *montoneros* em ver o PA como uma das ferramentas para o movimento, mas não o representante do movimento peronista como um todo.⁷⁷

Machetti. E outra Ramificação Feminina representada por Suzana Sanz de Llorente, Diana Halac, Delia Castellac e René Chávez, cujas suplentes eram Leonor Troxler, Sara Golotier de Cobacho, María Teresa Barardi, Ana María Dominga de Peña, Carmen Domingo e Amélia de Lizaso.

⁷⁶ El PPA fue invitado por la prensa extranjera. *Boletín Informativo del Partido Peronista Auténtico*. Ano 1, N.º 2, p.3, Junho-Julho de 1975.

⁷⁷ São conhecidas as discussões levantadas por Andrés Framini, sindicalista membro da Junta Promotora do PA, e Antonio Lombardich, membro da Junta Promotora de Córdoba, negando a relação entre o Partido e a violência política. Por outro lado, as posições de Zavala Rodríguez e Roberto Perdía, membros dos *Montoneros* e também do PA, que afirmavam a importância de continuar a resistência por ela. Para mais informações, ver: LADEUIX, Juan Ivan. *Un Partido para los auténticos peronistas. Tradiciones y*

Recolheu-se um total de quinze comunicados naquele período assinados pelo PA. Oito deles estavam no *Clarín*, sendo quatro assinadas pelo *Partido Auténtico* ou *Partido Peronista Auténtico*⁷⁸ e suas Juntas Promotoras, dois de membros que pertenceram a ele, um no qual o PA assina com outras organizações políticas e outro que ele adere. Quatro Solicitadas estão no *La Nación*, sendo três do PA ou PPA e suas Juntas Promotoras e uma de membros do movimento. Enquanto três delas estão no *La Opinión*, sendo duas do PA ou PPA e suas Juntas Promotoras e uma de membros do Partido.

É interessante perceber o aparecimento das Solicitadas no *La Nación* – jornal cuja maioria do público é um dos grupos sociais combatido pelo Partido, fundamentalmente pelos membros dos *Montoneros*. A explicação desta imprevisível aparição pode ser feita tanto pela natureza comercial de tais estratégias políticas, que permitiam a compra de espaços de propaganda por organizações legais, apesar de acreditar em certo limite dado pela própria direção do jornal. Também precisamos pensar no período democrático que se vivia e que permitia tais tipos de exposições como táticas de divulgação dos projetos políticos. E, assim, as disputas pelos sentidos ficam mais evidentes no espaço público.

Todas as Solicitadas publicadas pelo PA, de alguma forma, abordavam a violência política na Argentina, demonstrando-nos uma convivência concreta que o referido Partido possuía com essa realidade, seja pela aderência do grupo *Montoneros* – o que ocasionou inclusive sua proibição⁷⁹ – seja por seu potencial sofrimento de repressão legal e ilegal.

Em 19 de julho de 1975, logo após as manifestações do *Rodrigazo*, o Partido colocava-se diante de uma violência que, por experiência própria, advinha desde a repressão do governo de Perón e que se aprofundava com os membros que ocupavam os postos chaves do governo de Isabelita naquela época. Segundo o PA, esse estava nas

novedades en la organización formal del Partido Peronista Auténtico. Disponível em: http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/vj_ladeuix.pdf

⁷⁸ Primeiro nome adotado pela organização política até ser proibido por já haver sido registrado por outra organização.

⁷⁹ Em dezembro de 1975, o Partido foi proibido, sob o pretexto de que o grupo *Montoneros* havia auxiliado o *Ejército Revolucionario del Pueblo* na tentativa de assalto ao depósito de arsenal do quartel de Monte Chingolo. Em diversas manifestações, o Partido e o grupo *Montoneros* negaram a participação e, inclusive, consideraram-na um erro tático do referido Exército.

mãos de “sindicalistas ambiciosos”, que expulsavam a juventude e os leais funcionários e aceitavam a dependência de “pró-imperialistas” e dos “burocratas do PJ”.⁸⁰

Assinada pelos membros da Junta Promotora Nacional – Oscar Bidegain (Buenos Aires); Jorge Cepernic (Santa Cruz); Andres Framini (Capital Federal); Antonio Lombardich (Córdoba); Miguel Zavala Rodríguez (Buenos Aires); Alberto Martinez Baca (Mendoza); Ismael Salame (Tucumán); Norberto Habberger (Buenos Aires); Gerardo Bavio (Salta); Armando Cabo (Buenos Aires); Dante Viel (Capital Federal); Arnaldo Lizaso (Buenos Aires); Felipe Gallardo (Chaco); e Mario Aguirre (Santa Fé) – ela explicitou:

En 20 de junio de 1973 centenares de compañeros inmolados en Ezeiza fueron el anticipo de la barbarie desatada en la Argentina por los enemigos de la nación que buscaban suplantar el mandato popular por la sumisión de los argentinos al imperialismo. El compromiso tantas veces reiterado de liberar al país fue desvirtuado por unos ‘pocos amigos’ que simulaban acompañar al general Perón con lealdad.⁸¹

Aqui algumas das categorias que circulavam naquela realidade estão presentes. Os inimigos foram apontados como os membros daquele peronismo *Movimientista* e de direita. A barbárie como uma extensão da violência utilizada contra a esquerda peronista. A nação desejada como uma nação de mandato popular, onde o povo era peronista e o peronista era o trabalhador, dentro da dicotomia de proprietário de meios de produção *versus* aquele que vende sua força de trabalho. Esta violência é, pois, caracterizada pelo histórico dado à repressão da esquerda peronista, tendo seu gênese no episódio já citado do Massacre de Ezeiza.⁸²

No entanto, para além do vocabulário como “barbárie”, “inimigos” e “nação”, agregam-se signos do “peronismo” que é uma das identidades do Movimento, dando sentido às categorias de “mandato popular”, “liberação nacional” e “lealdade”. O mandato popular aqui estaria fundamentando uma nação socialista, portanto uma nação já liberada da subjugação estrangeira, e, como se viu acima com Daniel James, está presente no argumento de antiimperialismo que, por sua vez, dá sentido ao grupo do peronismo considerado de esquerda.

⁸⁰ Solicitada Primero la Patria, luego el movimiento, después los hombres. *La Opinión*. Ano V, N°1251, p.21, 22 de Julho de 1975. A mesma Solicitada foi publicada em 19 de julho no diário *Clarín*.

⁸¹ *Idem*.

⁸² Ver Capítulo II.

Vale à pena deter-se um pouco na categoria de lealdade sugerida pela Solicitada do Partido, porque ela delinea a noção do inimigo. Com o falecimento de Perón, segundo o proposto pelo comunicado, houve um desvirtuamento da categoria de lealdade, criando-se uma *Verticalidade* à Isabel. Contudo, citando Perón, o Partido, opondo-se à Isabelita, instituiu uma lealdade ao povo/trabalhador, único herdeiro do líder. E aponta que o povo seria o primeiro a sofrer com atitudes de um governo, que se dizia popular, mas que, na verdade, provocava-lhe reações de repúdio.

Porque es un gobierno donde el pueblo no cuenta. Ese pueblo que tanto luchó para crear las condiciones para el retorno de Perón. Derramó sangre, padeció persecuciones y amarguras, en las lapidas de sus sepulcros están los nombres de muchos inmolados, otros yacen no se sabe dónde, pero a todos los caídos, hombres y mujeres de nuestra Patria que lucharon y murieron, el Partido Peronista Auténtico los exalta y recuerda con respecto, como siempre lo hizo nuestro líder. Lo que sí es cierto es que ninguno luchó por el retorno de Isabel Martínez y sus ‘amigos’, la lucha fue por la ‘Vuelta de Perón’ y el pueblo en el poder.⁸³

A lealdade nesta Solicitada parece ser a categoria que conduz e articula as demais categorias. Pela lealdade comandou-se a violência e por ela sofreram muitos homens. E o círculo argumentativo se completa na lealdade que se deveria ter por estes homens que lutaram e morreram para ver o povo no poder – o argumento de “caminho sem retorno” exposto no primeiro Capítulo deste estudo. O interessante é percebê-la enquanto uma categoria essencial que argumenta a identidade do peronismo *Movimientista* e Ortodoxo, mas que para este grupo possuía um sentido diferente.

Usam, portanto, as mesmas palavras, que possuem sua história desde princípios do peronismo, para criticar o próprio governo peronista. E, ao criticá-lo, o Partido “desperoniza” as políticas do governo, que, de acordo com suas explicitações, era marcado pela falta de interesse pela Nação e ocupado por uma violência de pura agressão sem justificativas.

O governo tornava-se tão “não peronista” que a presidente, perdia, inclusive, seu sobrenome. Em todas as citações que se tem de Maria Estela Martínez de Perón, ela é tratada como Isabel Martínez ou Maria Estela Martínez⁸⁴:

⁸³ Solicitada Primero la Patria, luego el movimiento, después los hombres. *La Opinión*. Ano V, N°1251, p.21, 22 de Julho de 1975.

⁸⁴ Lembra-se aqui que, desde a escolha de Isabel para concorrer à vice-presidência, a *Tendencia Revolucionaria* se coloca em desacordo por apoiarem uma fórmula que tivesse ou Cámpora ou Ricardo Balbín como vice de Perón.

Hoy la licencia de María Estela Martínez es el final de una traición que se consumó antes. El traspaso del mando es solo una formalidad. La presidente Martínez estaba allí para cumplir un papel hasta que los militares dijeran basta. Ese momento ha llegado. El desgobierno, la inoperancia, su falta de autoridad y algún rasgo de irracionalidad sellaron su inutilidad para los fines que buscan estos generales de la represión.⁸⁵

A reportagem acima fora publicada no jornal *El Auténtico* fundado para suprir o já proibido *La Causa Peronista* e ser o organismo oficial de divulgação impressa do *Partido Auténtico*.⁸⁶ Seu primeiro número saiu em setembro de 1975, no qual se propunha uma publicação quinzenal com oito páginas e cuja edição era dirigida pelo deputado Miguel Zavala Rodríguez. Mas, depois de oito números, ele foi impedido de circular, baseado na Lei Antisubversiva.⁸⁷

Tal periódico manifestava posturas muito críticas às políticas governamentais e suas alianças com o peronismo de direita. Denunciava declaradamente membros do governo pela violência ocasionada, relacionando a cúpula do poder ao terrorismo da *Triple A* (denominando-os de uma violência protegida). Manifestava a impossibilidade de ação dos indivíduos diante das proscricções e censuras e lançava listas de presos políticos na época. Utilizou-se diversas vezes da estratégia imagética, principalmente quando as matérias estavam relacionadas à violência e seus propagadores.

Ali também afirmou ser justa a resposta popular. Em algumas opiniões, vinculava-se a necessidade de tomar o referido Partido como um meio legalizado de peronistas insatisfeitos com a política do PJ e que queriam uma saída também democrática. Em outras, dizia-se que qualquer meio de romper com o poder dos “peronistas apócrifos” era uma luta válida para os “autênticos peronistas”.

Em agosto daquele mesmo ano, o PA lançou outra Solicitada em dois jornais: *Clarín* e *La Nación*. Nela, o Partido analisou a crise política argumentando um vazio de poder e total desacerto do *Partido Justicialista*, que enganava o povo e transformava-o em vítima de um governo antipopular.

Explicitou a violência que tentaria quebrar e dividir o movimento e que advinha desde a matança promovida pelo “inimigo” em Ezeiza. Esta violência, segundo o PA, desviaria a atenção de liberação do governo popular pelo medo – a violência ganhava os adjetivos de antipopular e imperialista.

⁸⁵ Por qué los peronistas convocamos el Movimiento Peronista Auténtico. *El Auténtico*: Expresión del Peronismo Auténtico para la liberación Nacional y Social. Año 1, N°1, p.8, 17 de setembro de 1975.

⁸⁶ Os exemplares estão disponíveis no Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina (CeDInCI).

⁸⁷ GILLESPIE, Richard. *Op. Cit.*, 1998. pp.234-238; 252-263.

Los auténticos peronistas interpretamos los deseos del Pueblo de vivir pacíficamente; somos una estructura política que fundamenta su accionar en la plena vigencia de los principios democráticos; reconocemos como columna vertebral a los trabajadores. Luchamos para alcanzar la unidad nacional; para que el acuerdo entre todos los sectores populares permita encarar las dificultades que impiden alcanzar la Patria Socialmente Justa, Económicamente Libre y Políticamente Soberana.

Es el gobierno quien tiene la responsabilidad de pacificación. Lo logrará si procede con justicia; con represión y exterminio tal vez consiga la paz de los cementerios. Después la violencia renacerá de nuevo. En un sistema afianzado en la justicia social, la violencia no tiene sustento y desaparece de forma natural.⁸⁸

A violência, para o *Partido Auténtico*, era natural do sistema capitalista, que colocava trabalhadores contra proprietários de meios de produção. As ações de violência, portanto, não vinham daqueles que lutavam pela liberação do povo, mas daqueles que se tomavam contra ele, exterminando os que desejavam justiça social. O PA punha-se, então, em defesa de uma liberação econômica, rompendo com a dependência e modificando a estrutural social e política para realmente conseguir a paz.

E a maior responsabilidade de pacificação estaria, segundo o Partido, nas mãos do governo, que ao invés de proceder com justiça social, como havia prometido em campanha, andava utilizando-se de meios repressivos e de extermínio, que calariam momentaneamente as demandas do povo, enterrando-o em cemitérios. Assim, a violência foi ligada ao projeto político e econômico do governo e a única maneira de cessá-la estaria na reestruturação da sociedade, sob o peronismo do grupo.

Neste sentido, o PA propõe, naquela Solicitada, quase 30 políticas para assegurar as bandeiras da Justiça Social, da Liberação Econômica e da Soberania Política. Entre elas, a renúncia imediata da presidenta para a recuperação da Nação, o fim da legislação antissubversiva, a liberação dos presos políticos, estudantis e trabalhadores, a liberdade de imprensa e informação, a liberdade de ação política, a investigação da *Triple A*, a extradição e processo de López Rega, e a investigação de “delinquentes econômicos”.

Esmiuçando este comunicado, vemos a presença da dicotomia entre a violência legítima e ilegítima. Legítima quando promovida com intenções de liberdade em seu sentido político, econômico e cultural (liberar presos políticos, imprensa e informação, o próprio povo através da Justiça Social e etc., “todos considerados subversivos por uma

⁸⁸ Solicitada Antes que sea demasiado tarde. *Clarín*. Ano 30, N°10592, p.18, 24 de Agosto de 1975.

legislação que não é adequada a realidade do país”). Ilegítima quando todas essas ações eram praticadas contra os “verdadeiros peronistas” pelos “falsos peronistas” que estavam no poder (investigando membros do governo e inimigos econômicos e acabando com a repressão aos ditos subversivos).

Esta confusão ocasionada pelo governo entre verdadeiro e falso, herói e vilão, é constantemente colocada em todos os lugares que o PA se manifesta. Mas, determinando a veracidade, o Partido apontava que os autênticos peronistas estariam sempre na resistência, pois

El movimiento peronista no es una estructura política que se puede procribir, suspender, encarcelar o matar. El movimiento peronista son los trabajadores y el pueblo, con una identidad política común, organizados para alcanzar la Liberación Nacional y Social.

El enemigo sabe que mientras no excluya esa identidad política no hay posibilidades de detener la lucha popular. Por eso destruir el movimiento fue siempre su objetivo principal.⁸⁹

O *Movimiento Peronista Auténtico* era, pois, em sua própria concepção, a organização dos trabalhadores e do povo que lutava pela Liberação Nacional e Social. E, por isso, uma identidade política tão combatida pelo inimigo que desejava a dependência do país e de sua população.

Logo, constrói-se a identidade do inimigo: membros das forças repressoras – as Forças Armadas que se encobriam em tarefas antipopulares baixo um governo que se dizia popular – e apoiadores do “falso peronismo” – o governo e seus aliados, o Vandorismo inimigo da classe trabalhadora, os setores políticos reacionários do PJ, que só pensavam em ocupar cargos, e outros partidos políticos reacionários.

Entretanto, para os *Auténticos*, não importava o quanto “os outros” iam tentar suprimir o “movimento peronista verdadeiro”, pois o povo era peronista e contra o povo não haveria mentira que pudesse vencê-lo, por mais violenta que esta fosse. Ao contrário, a violência trazida pela repressão e proscrição geraria uma luta mais forte contra esses inimigos.

Logo, o peronismo autêntico era assentado, nas Solicitadas do Partido, em duas “verdades”: o sentido nacional da classe trabalhadora e o processo de liberação nacional e social. Desta forma, defendeu-se uma “atualização da doutrina de Perón” dentro do

⁸⁹ Solicitada Por la Patria, Por la Clase Trabajadora y el Pueblo, Por Evita y Por Perón, Recuperemos el Movimiento Peronista. *La Nación*. Ano 106, N°37291, p.10, 25 de Setembro de 1975.

poder, eliminando seus “velhos vícios” e os “traidores”, e afirmou-se a necessidade de um “nacionalismo que fosse revolucionário, antioligárquico e antiimperialista”.

Hoy el falso peronismo ocupa el gobierno para defender los monopolios y enfrentar al pueblo: el gobierno es antipopular y por lo tanto antiperonista. Su política enfrenta la mayor parte del país que lo apoyó con más de siete millones de votos. (...)

Pero el enemigo se vuelve a equivocar. El control del Gobierno y del Partido no paraliza la lucha popular. La represión y la proscripción no acallan la rebeldía popular.

Frente a la traición los peronistas estamos resistiendo de nuevo. Nos venimos organizando, somos el pueblo. Estamos seguros de ganar.

Están nuestros militantes obreros organizados en agrupaciones del Peronismo Auténtico, nuestra heroica juventud organizada; nuestras mujeres se organizan y, rápidamente, se están construyendo el Partido Peronista Auténtico.

Lucharemos en el terreno que se dé. Cuanto más larga sea la resistencia peor será la derrota del enemigo.⁹⁰

A rebeldia popular era uma rebeldia heróica. E, como vimos, para alguns membros do PA, qualquer terreno de ação era válido para organizá-la. O argumento da luta entre classes, que fundamentou o pensamento do Partido e foi exposto em toda e qualquer de suas publicações, era explícito para aqueles ligados aos *Montoneros*.

Desde que nació el peronismo, adentro vivieron juntos dos tipos de proyectos políticos. Por un lado proyectos que intentaban ser la voz de los trabajadores industriales y rurales. Por otro lado, proyectos políticos de distintos sectores de la burguesía, que intentaban valerse de esa fuerza masiva para imponer sus propios intereses de clase.⁹¹

Segundo eles, Perón sugeria uma terceira posição de cooperação entre classes. Este caminho, entretanto, impediu o próprio processo revolucionário. O movimento, então, deveria ser responsável por organizar os trabalhadores para que erguessem a luta pela Liberação Nacional. Da mesma forma, o PA, enquanto partido político, publicou e delatou a violência dos “traidores da luta popular” que tentavam impedi-la de fazer a revolução. Uma cooperação entre classes já não seria possível, em uma sociedade cuja classe burguesa estava impedindo a Liberação Social.

Em 21 de novembro de 1975, por exemplo, o Partido afirmou sofrer ameaças de proscrição e de captura de seu presidente, Oscar Bidegain. Diriam que policiais e

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ Hacia el Movimiento Peronista Auténtico. *Evita Montonera*: Revista Oficial de Montoneros. Ano 1, Nº6, p.4, agosto de 1975.

militares pretenderam prendê-lo sob o pretexto de haver sido encontrado, em sua propriedade, munições de baixo calibre. Na mesma Solicitada, falariam, ainda, da proibição do primeiro ato público do Partido e das prisões de Hugo Vaca Narvaja (advogado provincial do PA) e de Antonio Prieto (Membro da Junta Promotora Nacional). Quase simultaneamente o delegado de Chaco haveria lançado calúnias contra o deputado do PA, Jaime Dri, enquanto o governador de La Rioja, Carlos Menem, detivera pessoas da Junta Promotora naquela província.

Assim, relatando tais agressões ao Partido, tentariam explicar à opinião pública que, na realidade, o que estava se concretizando era uma luta contra sua mobilização, atuante em 95% do país e que procurava retomar as “verdadeiras bandeiras do peronismo”. A violência aqui não cessaria enquanto o PA, verdadeiro representante do povo/peronista na condução da revolução, não pudesse se expressar livremente.

Hay centenares de presos, torturados y muertos de nuestras filas y de otros sectores populares.

Pero no podrán frenar nuestro avance, ni nuestros reclamos. Si el pueblo puede expresarse habrá paz y justicia. Si hay persecución y proscripciones viviremos horas dolorosas.⁹²

E, neste mês, as denúncias contra as ações de restrição ao Partido continuariam, publicando-se no *Clarín* e no *La Opinión*. Mas é no mês seguinte que o Partido lança uma Solicitada sintetizando todas as ações ocorridas durante aquele novembro, assinada por seus membros da Junta Promotora da Província de Buenos Aires – a Mesa Executiva da organização (Juan A. Agote, Jorge Lazaso, Carlos González, Leonor Troxler, Nilda Lencinas, Horácio Gutiérrez, Miguel Guaraycochea, e Ricardo Morelio), seus substitutos (Juan Pagella, Néstor Barroca, Pedro Alvarez, Raul Morales, Patricio Griffin, Raul Alvarez, e Juan C. Lorges) e seus advogados (Praxedes Baby Molina e Diego Gaelar).⁹³

Relataram nesse comunicado a já referida proibição do ato partidário em homenagem ao dia da soberania e ao retorno do General Perón, que seria realizado em 20 de novembro de 1975, no clube Huracán de San Justo e cujo orador era Oscar Bidegain. O motivo dado pela polícia foi o não reconhecimento do Partido na província, entretanto, segundo o próprio, a junta já havia sido reconhecida em 28 de outubro daquele mesmo ano. Para o PA, a razão seria outra: reprimi-los.

⁹² Solicitada El ataque a Bidegain. *Clarín*. Ano 31, N°10677, p.21, 21 de Novembro de 1975.

⁹³ Solicitada El Partido Auténtico denuncia. *Clarín*. Ano 31, N°10717, p.14, 5 de Dezembro de 1975.

No mesmo dia, haviam sido detidos Raul Morales, integrante da Junta Provincial, e Oscar Ricardini, da Junta Promotora de San Nicolás. Dias antes, haviam sido encarcerados e mantidos incomunicáveis Horacio Juarez, de San Fernando, e Hugo Gallardo, de La Plata. O mesmo aconteceu em La Matanza, Lamas de Zamora, Azul, Mercedes, Luján, Alberti e etc., onde a polícia e o Exército prenderam e mantiveram incomunicáveis diversos integrantes do Partido, desprezando seus direitos individuais. “*Una vez más el pueblo sufre en carne propia persecuciones y cárcel. Hemos cometido el más imperdonable de los delitos: levantar las banderas históricas de nuestro movimiento*”.⁹⁴

Verifica-se, pois, mais um tipo de rejeição à violência que não fora abordado por Marina Franco⁹⁵, apesar de, a meu ver, estar relacionado em dois dos grupos determinados pela autora; a “violência como guerra” e a “violência como subversão”. Os assinantes destes comunicados negavam a violência promovida pelas ações que se baseavam nos argumentos de ambos os grupos supracitados, gerando uma espécie de negação da “violência como repressão”. Isto significa que a censura, as prisões e desaparecimentos sofridos pelo PA eram denunciados e rejeitados pela negação da “violência repressiva”, justificados pelos argumentos da “violência como guerra” e da “violência como subversão”.

Integrando a repressão ao *Movimiento Auténtico* e a repressão de “pessoas do povo”, o PA retratou, em várias Solicitadas, episódios específicos de violência levadas pelos agentes de segurança do governo. Na Solicitada acima, por exemplo, foi reatado um episódio ocorrido em Quilmes, no qual manifestantes foram reprimidos pela polícia.

Ese es un ejemplo transparente de como se fomenta el caos que se dice combatir. Al que reclama por el más elemental de los derechos que es disponer de agua potable se lo castiga en vez de satisfacer sus demandas. Los impuestos que ese pueblo paga no se utilizan en comprar cañerías y efectuar las instalaciones correspondientes. Como en tiempos de la colonia, asistimos al espectáculo de aguateros que venden el agua, mientras el dinero se invierte en financiar la represión.⁹⁶

Outros exemplos estão nas diversas reportagens sobre a repressão do Exército em Tucumán, publicadas nos órgão de publicação do Partido e seus movimentos integrantes. Segundo o PA, esta repressão atingia mais à população que o próprio ERP

⁹⁴ *Idem.*

⁹⁵ FRANCO, Marina. *Op. Cit.*

⁹⁶ Solicitada El Partido Auténtico denuncia. *Clarín*. Ano 31, N°10717, p.14, 5 de Dezembro de 1975.

que desejava combater. Não justificando a “guerra contra os subversivos”, tais reportagens expunham como se afetava àqueles que não participavam daquela luta.⁹⁷

Observa-se que nas Solicitadas o tema sobre a guerrilha não aparecia. Isto pode explicar-se pela Lei Antisubversiva que proibia a alusão de qualquer tipo de propaganda ou promoção destes movimentos considerados subversivos. Nas publicações clandestinas, contudo, as ações e conseqüências da guerrilha rural e urbana eram o foco principal. E sua repressão o principal inimigo.

Nas Solicitadas, por sua vez, o inimigo era quem promovia a violência contra o povo. E, deste modo, invertia-se o sentido da categoria de caos: o caos seria promovido pelas forças que deveriam combatê-lo. O caos seria sua própria repressão. E o mesmo ocorria com a própria categoria de subversão. Ela era questionada, nos diversos meios de interação com a sociedade, enquanto seu grau de sujeição que justificava as ações contra o povo.

[...] invocando la lucha contra la subversión intervienen las fuerzas represoras en Villa Constitución y San Lorenzo; nos preguntamos a qué subversivo se perseguía cuando se ocupa militarmente la zona y se detiene a su conducción sindical; también ignoramos a qué subversivo se perseguía cuando se dinamitan estaciones ferroviarias en Tucumán y secuestran y fusilan militantes peronistas, firmando con el nombre de una organización guerrillera.⁹⁸

Em Solicitada publicada no *La Opinión* e *La Nación* poder-se-ia ler:

¿No se acusa a los obreros que luchan por sus reivindicaciones de ‘guerrilla industrial’? ¿Quién puede asombrarse en consecuencia que a un Partido que ha hechos suyas las banderas de los trabajadores se lo moteje de ‘subversivo’ para pretender proscribirlo?⁹⁹

Assinada por Oscar Bidegain, Armando Cabo, Miguel Zavala Rodríguez, Andres Framini, Pablo Fernandez Long, Jorge Lisazo, Norberto Habberger, e Jorge Cepernic, a Solicitada acima questionava o ato do governo que prescreveu o PA, em uma medida considerada pelo Partido anticonstitucional e sem ética. Isto porque, além de “deixar setores populares sem uma opção político-eleitoral”, o Ministro do Interior

⁹⁷ Alguns exemplos podem ser encontrados na revista *Evita Montonera*, como as reportagens “*Tucumán el Ejército contra el pueblo*”, no número 6, ou “*Tucumán el golpe a las fuerzas de ocupación*”, número 7.

⁹⁸ Acta Constitutiva del Partido Auténtico. Junta Provincial. *Boletín Informativo del Partido Peronista Auténtico*. Ano 1, N.º2, p.5, Junho-Julho de 1975.

⁹⁹ Solicitada Otra vez las procripciones. *La Opinión*. Ano 5, N.º1382, p.20, 28 de Dezembro de 1975.

que realizou tal atividade (Angel Robledo) estava sendo acusado de corrupção e era o vice-presidente do PJ, seu principal opositor.

Já se colocou neste texto a visão negativa da política antissubversiva levada a cabo pelo governo, considerada pelo Partido, como não democrática. Por isso, essa Solicitada propôs que as ações em todo o território argentino eram injustas e tomavam em conta os inimigos errados.

Neste sentido, propuseram que os subversivos do peronismo oficial, combatidos por ele, eram os verdadeiros peronistas que enfrentavam a sua arbitrariedade. A legalidade da repressão fora colocada como um “jogo sujo, imperialista e antipopular”, e, assim, a própria legalidade estava sendo discutida – o PA considerava a legislação ilegítima e a tratava como ilegal. E, retomando Quiroga, a instabilidade do governo, questionada pelos setores sociais, confundiu legitimidades e legalidades, e possibilitou a reprovação o próprio sistema.¹⁰⁰

Da mesma forma, Miguel Zavala Rodríguez analisou em outro comunicado a proibição de circulação do jornal *El Auténtico*. Comparou nela o fechamento do jornal e de outros meios de comunicação populares às políticas de governo de ditaduras militares. Zavala Rodríguez citou que tais práticas de censura de informação já haviam alcançado 24 exemplares, dos quais eles mesmos foram vítimas com a proibição de três semanários – *El Descamisado*, *La Causa Peronista* e *El Peronista* – e de um diário – *Noticias*.¹⁰¹

Rodríguez expôs, ainda, que muitos jornalistas haviam sido vítimas de censura oficial ou da autocensura e do terror ilegal que agredia os trabalhadores de imprensa. Assim, delineou mais uma forma de revelação da violência naquele contexto: a imposição do silêncio e a necessidade de se auto-silenciar.¹⁰²

Parecia ser o princípio da famosa propaganda divulgada pela ditadura militar que mostrava a enfermeira com o dedo a boca pedindo silêncio. Afinal, “além de matar homens, era preciso também matar as idéias” e, neste sentido, o plano de repressão legal

¹⁰⁰ QUIROGA, Hugo. *Op. Cit.*, 2004.

¹⁰¹ O *Diario de Noticias* foi criado em 20 de novembro de 1973 com o objetivo de tornar-se um divulgador de informações sob outra interpretação diferente dos jornais que circulavam na época. Apesar de nunca haver se declarado estritamente um meio de comunicação da organização, como era *El Descamisado*, seu pessoal fazia parte dos *Montoneros*. Esse, com a proposta de alcançar um maior número na sociedade, possuía diversas contendas com os membros mais altos da organização que desejavam um jornal mais claramente propagandístico. *Noticias* foi fechado em 27 de agosto de 1974. Para a história, organização e membros do *Diário de Noticias*, ver: ESQUIVADA, Gabriela. *Op. Cit.*, 2010.

¹⁰² Solicitada Ante la clausura del Auténtico. *Clarín*. Ano 31, N°10723, p.17, 8 de Janeiro de 1975.

ou clandestino atuou concomitantemente sobre os indivíduos que produziam cultura, desaparecendo com profissionais da área e atuando com censuras sobre aquilo produzido, que feria aos preceitos políticos, econômicos e sociais almejados, e restringindo pelas clausuras de alguns meios de comunicação.¹⁰³

O autor da Solicitada finalizou-a perguntando-se qual tradição democrática, instituições e legalidades que este governo, tão desejado pelo povo, representaria:

En aquella histórica campaña no se propuso como programa una nueva desnacionalización de la economía, ni el elogio de las multinacionales, ni leyes represivas, ni 4000 presos políticos, ni grupos terroristas protegidos, ni una inflación de más de 300% anual, ni la caída acelerada del salario real hasta los índices más bajos de los últimos 10 años, ni la corrupción administrativa, ni la subordinación al Fondo Monetario Internacional en lo financiero y a la Junta Interamericana de Defensa en lo geopolítico y lo militar, ni el impuesto al trabajo que acaba de sancionar el Senado y que termina de hundir económicamente la mayor parte de la clase media y a vastos sectores de la clase obrera que pasan a ser contribuyentes cuando es evidente que no tienen capacidad tributaria.¹⁰⁴

O que questionava aqui era a legalidade do governo, já que este não havia sido o projeto votado pela população. Mas, principalmente, questionava sua legitimidade, pois quem governava para o PA, era López Rega e sua “banda fascista”, mesmo que já se encontrassem fora do governo.

No fragmento acima, vemos o signo do terrorismo associado aos membros integrantes da repressão clandestina, que para o PA, era protegida pelo governo e fazia parte dele. Desta forma, explicitava à sociedade sua posição do que seria o terror, contra o que eles deveriam lutar. Um terror que causaria mortes de militantes peronistas, presos políticos, censura e clausura de meios de informação, tentativas de silenciar “verdades” políticas, subordinação econômica e depreciação do povo. O país estaria em uma guerra injusta e cujo objetivo seria aprofundar a dependência e a exploração dos trabalhadores, objetivos esses “desonestos e reacionários contra a felicidade”.

Em outro momento, Zavala Rodríguez defendeu aquilo que complementaria seu pensamento anterior. O Partido, segundo ele, lutava por uma liberação Nacional e Social e tinha objetivos que não eram místicos nem idealistas, mas corretos e possíveis. A luta armada, apesar de meio, não era a determinante para a liberação, que se

¹⁰³ ANSALDI, Waldo. El silencio es salud. La dictadura contra la política. In: QUIROGA, Hugo; TCACH, César (Comp.) *Argentina 1976-2006: Entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2006. p.113.

¹⁰⁴ Solicitada Ante la clausura del Auténtico. *Clarín*. Ano 31, N°10723, p.17, 8 de Janeiro de 1975.

encontrava no apoio popular – o elemento decisivo seria o próprio homem.¹⁰⁵ Logo, tudo o que o país passava seria momentâneo, pois os homens peronistas verdadeiros resistiriam dentro de seu movimento.

Es posible callar la voz de un órgano de prensa, pero es una quimera pretender el silencio total de las voces populares.
De calle en calle, de casa en casa, circulará la verdad. Así ha sido hasta ahora, así seguirá siendo.¹⁰⁶

Com outro posicionamento político, Andres Framini também defenderia a resistência peronista, que, através de sua luta contra a exploração realizada clandestinamente, seguiria depois da proibição do PA. Pois, para Framini, ser peronista era continuar a resistência até que o povo estivesse no poder e que a verdadeira paz e ordem fossem recuperadas.

El honroso título de peronista se obtuvo, se obtiene y si obtendrá en la lucha por la Liberación Nacional y Social.
En las horas de la Resistencia, en los encuentros clandestinos, en las consultas al Gral. Perón, en las interminables charlas en la cárcel, soñábamos con una Patria Liberada, sin explotadores ni explotados, sin yanquis que se lleven la riqueza que amasan los trabajadores.
No pensábamos que el sacrificios de tantos compañeros iba a ser usado para producir, ‘rodrigazos’, para elogiar a las multinacionales, para postrarse ante los factores de poder y sumergir en el terror, la inmortalidad y el caos.
Por eso los auténticos peronistas continuamos luchando hoy, como luchábamos ayer, por una paz y un orden verdaderos: los que impone el pueblo al ocupar el poder y hacer justicia. Nuestra lucha fue y será por una Patria sin parásitos de afuera ni de adentro. A nuestro lado no estuvo ni estará el “grupo de amigos” ni el coro de los obsecuentes.¹⁰⁷

Logo, o *Partido Auténtico* demonstrou ao público os sentidos da violência em sua materialidade (censura, prisões, desaparecimentos, mortes, agressões, e etc.) e em seu simbolismo (o que seria verdade ou mentira, quem seriam os heróis ou vilões naquele embate político). Neste marco, a clandestinidade tornar-se-ia resistência e a subversão teria duplo sentido: um signo positivo de luta contra a ordem vigente que traria toda a história do peronismo e os sacrifícios para liberar a Pátria, enquanto outro negativo, destinado aos causadores da desordem e da repressão contra os movimentos populares.

¹⁰⁵ Entrevista de Miguel Zavala Rodriguez. El PPA fue invitado por la prensa extranjera. *Boletín Informativo del Partido Peronista Auténtico*. Año 1, N.º2, p.3, Junho-Julho de 1975.

¹⁰⁶ Solicitada Ante la clausura del Auténtico. *Clarín*. Año 31, N.º0723, p.17, 8 de Janeiro de 1975.

¹⁰⁷ Solicitada A los trabajadores y compañeros de la resistencia. *Clarín*. Año 31, N.º10743, p.17, 28 de Janeiro de 1976.

Defendeu sua posição de não subversivo segundo as leis formuladas pelo governo, contudo um revolucionário e condutor das bandeiras dos trabalhadores. E isso para o Partido não possuía o sentido de terrorismo ou subversão. A idéia era inverter a noção, acusando Isabel Perón como representante de um governo autoritário e limitador, que promoveria a insegurança que dizia combater.

O tema recorrente da violência, colocado pelo Partido, tomaria, então, uma centralidade, não por ser o problema fundamental, mas pelo que ela representava naquele contexto.

El problema de Argentina no es el de la violencia o no violencia, sino el de justicia social o injusticia social. Y en esta Argentina de hoy no hay paz porque no hay justicia, en tanto el actual gobierno busca la liberación ni persigue la justicia. Para perpetuarse apela a diferentes formas de violencia, desde la represión a viejos y jóvenes luchadores peronistas, pasando por el encarcelamiento de dirigentes sindicales que son representativos de sus bases hasta la traición de un programa y de una historia peronista que el pueblo voto en 11 de marzo y que expresó en la bandera del retorno del general Perón. El Peronismo Auténtico, el pueblo todo, quieren retomar esas banderas traicionadas, ensayas muchos caminos y el ideal de justicia inspira a todos ellos. En ese contexto el Partido Peronista Auténtico se propone dar la batalla por la liberación en todos los planos legal, constitucional y electoral. Si nuestros postulados son erróneos que nos lo demuestren en una confrontación franca y leal, en los marcos del proceso institucional. Ahora, si se opta por coartarnos ese camino y solo se nos ofrece la represión, es posible que se produzcan una serie de situaciones fuera de nuestro control y del control del gobierno.¹⁰⁸

A violência era uma resposta. Uma resposta a um governo que castrou a possibilidade política, nos planos legais, institucionais e eleitorais, dos verdadeiros peronistas se expressarem. “A violência dos de baixo contra a violência dos de cima” seria incontrolável em uma situação de tamanha exploração e repressão por parte do peronismo Ortodoxo.

Neste sentido e por esse discurso, conseguimos nos interar um pouco mais sobre aqueles considerados “subversivos” pelas leis, suas interpretações e intenções – sobre o “outro lado da história”. Coloca-se, então, a questão da responsabilidade social: a opinião pública, diante daqueles argumentos que estavam aos seus olhos, poderia decidir lê-los, participar, colocar-se ou subtrair-se, “saber e ignorar”.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Entrevista de Miguel Zavala Rodriguez. El PPA fue invitado por la prensa extranjera. *Boletín Informativo del Partido Peronista Auténtico*. Año 1, N.º2, p.3, Junho-Julho de 1975.

¹⁰⁹ NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Op. Cit.*, 2003. p.135.

3.3 – A Violência da Violência: as Solicitadas da *Frente Antiimperialista y por el Socialismo*

O outro lado dessa história também foi comunicado a um público mais amplo pela *Frente Antiimperialista y por el Socialismo*, que assinou, dentro dos documentos analisados durante o período, apenas duas Solicitadas. Mas, a importância de seu aparecimento não está na quantificação, contudo na própria exceção que nos proporciona.

Esta Frente Popular foi criada em 1973, durante o IV Encontro Pró-Formação da Frente Antiimperialista, realizado na cidade de Villa Luján, em Tucumán. Era composta pelos movimentos *Frente Revolucionaria Peronista*, *Ejército Liberación Nacional*, *Partido Intransigente*, *Partido Comunista Marxista Leninista*, *Partido Socialista de los Trabajadores*, *Política Obrera*, *Peronismo de Base*, *Grupo Espartaco*, *Orientación Socialista*, *El Obrero*, e *Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP)*.¹¹⁰

Seu conteúdo programático possuía como linhas argumentativas o antiimperialismo, a democracia (poder popular) e o socialismo. Propunha, fundamentalmente, o rompimento dos compromissos e pactos econômicos, políticos e militares feitos com o “império norte-americano”, e acabar com a OEA, substituindo-a por um novo organismo latino-americano.¹¹¹

Com o passar do tempo, as diferenças entre os integrantes da FAS e a obtenção de sua liderança pelos militantes do PRT-ERP transformaram-na em uma ferramenta política do próprio Partido. Apesar de ter sido um acionar menos conhecido, como também foi o caso de outra Frente criada pelo PRT (o *Movimiento Social de Base* de 1974), a FAS era uma estrutura legal da militância e uma opção para a possível saída democrática para a crise.¹¹²

Dentro desta conformação, a FAS era, portanto, uma construção legal – uma maneira de fazer política de alianças com pequenos grupos e pessoas da estrutura na legalidade. Uma ferramenta de trabalho do PRT-ERP, com organização interna própria.

¹¹⁰ Para PRT-ERP, ver Capítulo II.

¹¹¹ FLORES, Sebastián Levia. *Teoría y práctica del poder popular: los casos de Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR, Chile, 1970-1973) y Partido Revolucionario de los trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP, Argentina, 1973-1976)*. 2007. 237 f. Dissertação (Mestrado em História da América). Universidad Santiago del Chile, Santiago del Chile. pp.207-216

¹¹² ANTOGNAZZI, Alicia. *La lucha armada en la estrategia política del PRT-ERP (1965-1976)*. *Razón y Revolución. Dossier: Cien años de lucha socialista*, Buenos Aires, N° 3, 1997.

Entretanto, segundo o militante do *Ejercito Revolucionario del Pueblo*, Humberto Tumini, a FAS possuía outra função para o PRT-ERP: ela servia para conseguir adeptos, e, ao fim, passá-los à clandestinidade e à luta guerrilheira. Desde sua proibição e a política de extermínio realizada por grupos clandestinos de repressão, o PRT passaria a ter problemas com sua organização política e a FAS, que nucleava setores democráticos ao redor do Partido, enriquecia este trabalho e aumentava a propaganda do trabalho clandestino.¹¹³

Aún así, si uno analiza el fenómeno del FAS... nosotros hicimos los primeros congresos del FAS en el año 73, y suponte vos, el segundo congreso, o el tercer congreso habremos llevado 500 personas, una cosa así. Al año, el último que hicimos en Rosario, en una cancha de fútbol habremos llevado doce, quince mil personas, reflejo del proceso de crecimiento político que se dio en ese periodo.¹¹⁴

Gustavo Plis-Sterenber, contudo, nos afirma que no mesmo VI Congresso da FAS, referenciado por Tumini em entrevista à Pozzi e realizado no Clube de Tiro Federal de Rosário, havia sido calculado cerca de 25 mil participantes.¹¹⁵ Isto demonstraria que esta Frente ganhava um *status* importante para o movimento e a guerrilha naquele ambiente.

Durante os meses analisados, como anteriormente dito, a *Frente Antiimperialista y por el Socialismo* publicou duas Solicitadas no jornal *La Opinión* – jornal este voltado para leitores de estudantes universitários e círculos da classe média. Logo, publicar sob a assinatura da FAS, naquele jornal cujo público poderia conhecer a organização e saber quem são seus integrantes, significava a possibilidade de entendimento de quem o assinava – entre outros, um Partido clandestino com um exército revolucionário. Portanto, era uma tentativa de quebrar a barreira da falta de publicações legalizadas para divulgação de suas idéias.

O PRT-ERP possuía dois periódicos àquela época: *Estrella Roja*, que trazia notícias sobre a guerrilha de Tucumán, e *El Combatiente*, que trazia análises políticas sobre o momento em que se vivia. *El Combatiente* possuía um nível político mais aprofundado, que, de acordo com Tumini, abria espaço para uma leitura mais ampla e, por isso, proporcionava um “menor medo” em lê-lo. Já o *Estrella Roja* era um

¹¹³ POZZI, Pablo. *Histórias del PRT-ERP II*. Entrevistas con Humberto Tumini. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008.

¹¹⁴ *Idem*. p.101.

¹¹⁵ PLIS-STERENBERG, Gustavo. *Op. Cit.*, 2009. p.49.

organismo de divulgação da guerrilha, noticiando suas ações e conseqüências em suas páginas.¹¹⁶

Este último foi publicado entre os anos 1970 e 1977 na Argentina e era um jornal clandestinamente distribuído em portas das fábricas e nas ruas das cidades, com exceção do período de legalidade entre junho e setembro de 1973.¹¹⁷ *Estrela Roja* possuía a clara posição de convencimento da opinião pública em relação ao referido Exército, e, neste sentido, reforçava a campanha de vinculação da imagem do inimigo aos agentes repressores que ora eram as Forças Armadas, ora o patrão e, por vez, o imperialismo norte-americano.¹¹⁸

A população era estimulada, pois, em suas matérias não assinadas, a ingressar na luta intercontinental contra o inimigo ou apoiar àqueles que pegavam em armas para libertá-los. Desta forma, o guerrilheiro era exposto com a imagem do homem praticante da justiça social e detentor da moral revolucionária. Homens que haviam lutado pela libertação da América e guerrilhas exteriores, criando a imagem do guerrilheiro heróico em oposição ao vilanismo dos repressores e valorizando o emblema “*Vencer o morir por la Argentina*”.

Esta imagem tentava incentivar o ingresso na luta armada, mesmo que nem sempre possibilitasse uma compreensão da política proposta pelo *Partido Revolucionario de los Trabajadores*.¹¹⁹ Há, por exemplo, publicações ao estilo passo-a-passo e figuras explicativas que ensinavam a população a construir coquetéis *molotovs* ou armamentos de variados portes sem explicações da luta coletiva e valorizando ações individuais.

Em algumas de suas reportagens, descreviam-se operações do ERP, realizadas com sucesso, e as distribuições dos materiais apropriados pelos guerrilheiros, confirmando a proposta de humanidade do Exército Revolucionário. Tal idéia era reafirmada, ainda, pelas publicações de cartas na seção *Cartas desde el Monte*, que enalteciam a vida guerrilheira com relatos de indivíduos que lutavam na guerrilha tucumana ou moradores da região agradecendo pela existência dela.

O periódico ainda tratava da idéia de que “Ao terror se respondia com terror” e, assim, propagava o caráter contra-revolucionário do governo peronista, dos militares e

¹¹⁶ POZZI, Pablo. *Op. Cit.*, 2008. pp.114-115.

¹¹⁷ Os exemplares aqui trabalhados tratam-se da edição feita, posteriormente, pela INFOBAE e que se encontram na Biblioteca Nacional de Buenos Aires.

¹¹⁸ Este apontamento já havia sido realizado pelos citados trabalhos de Vera Carnovale: CARNOVALE, Vera. *El concepto de enemigo...* *Op. Cit.*; CARNOVALE, Vera. *En la mira perretista...* *Op. Cit.*

¹¹⁹ POZZI, Pablo. *Op. Cit.*

daqueles que o apoiavam, afirmando haver uma institucionalização da violência. Constatava que os crimes contra o povo deveriam ser respondidos com a execução dos inimigos, com os assaltos a quartéis para obtenção de armamentos e seqüestros de pessoas para angariar fundos à guerrilha – todas essas ações descritas em suas páginas.

Acontece que estes periódicos circulavam clandestinamente, dificultando o trabalho de convencimento e restringindo o contato com a população. Neste sentido, a Frente decidiu publicar *Solicitadas* em duas oportunidades: em 14 de agosto e 22 de outubro de 1975. É importante lembrar que, em 16 de agosto daquele ano, houve um enfrentamento entre o ERP e o Exército, na região de Las Mesadas de Tucumán, no qual morreu o já citado cabo Miguel Juaréz¹²⁰ e seis militantes do ERP, enquanto, em 17 de outubro, o ERP emboscou um pelotão que realizava uma patrulha nas proximidades de Los Sosas. Essas operações, contudo, não foram mencionadas nas *Solicitadas*, assim como nenhuma outra ação do Exército Revolucionário, de forma mais explícita – como colocado, a supressão das citações sobre a guerrilha pode ser explicada pela proibição de fazer-se alusão aos movimentos considerados subversivos.

Percebendo o peronismo *Movimientista* e oficial como “entreguista e repressivo”, em ambas *Solicitadas*, a FAS explicitou suas concepções sobre a democracia, associando o governo e suas ações à arbitrariedade e expondo a necessidade de uma frente de massas para combatê-las.

(...) una banda de irresponsables, aventureros que solo tienen oídos para escuchar los mandatos del imperialismo norteamericano. La economía está en bancarrota. Los trabajadores se ven disminuir el poder adquisitivo de los salarios, los pequeños productores y comerciantes viven bajo las amenazas de la quiebra, los estudiantes perseguidos en una universidad limitacionista y oscurantista. Los crímenes y asesinatos se multiplicaron, las triples A continuaron gozando de impunidad y sus cárceles siguieron llenando de patriotas que resisten al gobierno y engrosan las filas honrosas y suicidas de los presos políticos.¹²¹

Defendeu que a violência dos monopólios imperialistas era indiscriminada, irresponsável e injusta, pois não promoveria nada além do que repressão, queda do bem-estar social dos trabalhadores, militarização da vida das pessoas e a quebra com a legalidade democrática. Percebe-se que o argumento da violência explicitava à privação de liberdades e a materialização da violência pelos assassinatos, prisões, censuras de

¹²⁰ Ver “Violência Vertical e do Combate” neste capítulo.

¹²¹ *Solicitada Declaración del Frente Antiimperialista y por el Socialismo. La Opinión. Ano V, N°1269, p.8, 14 de Agosto de 1975.*

informação e restrições econômicas, permitindo-nos adentrar ao universo vivencial de tal organização e da classe a quem desejavam conduzir.

Além disso, a organização escreveu sobre uma violência do inimigo, que atingiria desde trabalhadores a comerciantes, de estudantes a pequenos produtores. De alguma forma, inverteu a responsabilidade pela violência, e, em oposição ao que era posto, confirmou sua luta, determinando a legitimidade de combater o inimigo que impedia a revolução.

Diante deste círculo “criminal” de repressão e exploração (*Triple A*, governo, Forças Armadas e empresários) e a situação caótica no país, a FAS era a “luz na escuridão”, era a Frente, que, através da unidade de mobilizações, pretendia recuperar a liberdade democrática, os salários justos, a derrogação da legislação repressiva, a liberdade política e a segurança da população.

Esa unidad no es más que la continuación y cristalización de la que se dio en las movilizaciones de masas y única manera que tiene nuestra Patria de lograr la pacificación y nuestro pueblo de avanzar por los senderos democráticos.

La política de los sectores reaccionarios agudizante las contradicciones sociales ha puesto a la orden del día la necesaria discusión acerca del país que queremos los argentinos, acerca de los fundamentos míganos del Estado. Las características propias de las horas son la participación activa de las masas en la vida política del país, sus ansias de ser escuchadas, sus firmes intenciones de profundizar en la discusión de los pilares básicos de la organización social. Este sano estado de deliberación del Pueblo no puede ser ignorado por los partidos políticos y el Gobierno, debemos acabar para siempre con la posición de negar participación de las bases en las discusiones de los problemas nacionales. Los acuerdos en las espaldas del pueblo se vuelvan inestables por ignorar la voz y opiniones de los más interesados en la superación de la crisis nacional.

Por todo lo arriba señalado el Frente Antiimperialista y por el Socialismo (FAS), convoca a todas las fuerzas políticas y sociales e verificar esfuerzos en la luchas por las libertades democráticas, libertad a los presos políticos y gremiales, derogación de la legislación represiva, eliminación de las Tres A y de todo lopezreguismo de derecha, y por el congelamiento de lo costo de vida y por (...) dignos salarios como única manera de lograr la pacificación del país.¹²²

Logo, descreveu a inversão da responsabilidade pelo estabelecimento do caos e da crise nacional, culpabilizando “o outro” pelos acontecimentos negativos no país, que reprimiria o único sujeito de transformação da realidade: o povo. Neste sentido, a verdadeira pacificação estaria no poder popular, cuja representação era a *Frente Antiimperialista y por el Socialismo*.

¹²² *Idem.*

A idéia de inimigo era aqui também se articulava como categoria essencial. O outro político foi representado através de expressões como “bandas assassinas”, praticante de uma “violência protegida”, “inumanos”, “torturadores”, “desconhecedores dos direitos humanos” e “opositores da democracia”. Esses estimulavam a violência, mesmo que estivessem argumentando estar contra ela. Desta forma, a FAS condenava as atitudes do governo e daqueles que o apoiavam nessa luta contra uma “suposta subversão”, que, de acordo com ela, seriam os grupos que lutavam pela pacificação, pela liberdade e pela justiça para o povo.

La Pacificación Nacional: [...] no se pueden condenar la violencia sin analizar sus causas sub-yacientes. Por eso expresamos la convicción que ya es patrimonio de la consciencia popular, de que solo el respecto a los derechos humanos y democráticos y la vigencia plena de las libertades ciudadanas constituyen el insoslayable camino de la pacificación.

Todo el espejismo represivo en el que se crea como posible salida, sobre la base de desconocer los derechos humanos y negar la democracia es la derrota segura de quien lo intenten. Comenzaron reprimiendo a unos y terminaron reprimiendo a todos, y por ella, tendrán la respuesta de todos. La reflexión sobre los caminos a seguir ha de pesar todas estas situaciones. Ningún argentino cualquiera sea su condición ha de seguir por lo desfiladero suicida a que pretenden conducirnos los mentores de la represión. EN EL PAIS NO HAY OTROS ENEMIGOS DE LA PAZ QUE LOS QUE ESTAN CONTRA LA LIBERTAD Y LA JUSTICIA PARA EL PUEBLO.¹²³

Assim, não era a violência enquanto meio que era condenável, mas seus fins. A violência ilegítima estava naqueles praticantes que teriam como objetivo silenciar as massas. Enquanto a verdadeira pacificação era apresentada com a conclusão da luta contra a exploração e a concretização da revolução social.

O discurso do terrorismo foi, assim, também invertido: o terror seria praticado pelos que se afirmavam protetores da sociedade e os contingentes reprimidos – sindicalistas, comunistas e guerrilheiros – eram as vítimas desse “derramamento ilegítimo de sangue”.

É interessante também recuperar aqui a questão da militarização da vida nacional e como ela foi representada por esse grupo político. Sendo a FAS composta prioritariamente por um Exército Revolucionário, essa experiência foi presente no dia-a-dia da organização e transposta para seus comunicados, acusando a legislação repressiva e seus agentes de tentar organizar a sociedade à maneira militar. No entanto, este discurso não queria dizer sobre o estabelecimento de um Exército que lutasse pelo povo,

¹²³ Solicitada Sin democracia no habrá pacificación. *La Opinión*. Ano V, N°1326, p.21, 22 de Outubro de 1975. Grifos no original.

todavía sobre as questões de moral e costumes daquela organização do Estado que responderia sob os fundamentos dos monopólios exteriores, a fim de estabelecer uma ordem que lhes conviessem.

Las voces oscuras de la reacción, las voces de los monopolios imperialistas, claman en todas partes por más y más represión, exigen que no se aumenten los salarios de los trabajadores y utilizan apocalípticas invocaciones o derramar sangre de argentinos reincidiendo la insensata amenaza de militarizar la vida nacional.¹²⁴

E essa diferença entre as militarizações pelos seus fins fica mais clara com a associação entre a leitura das *Solicitadas* e a do *Estrella Roja*. Neste último, a constituição de um Exército do Povo e sua militarização da vida da população eram evidentes nas matérias sobre a guerrilha e seus objetivos, assim como na instrumentalização da população em armar-se e lutar contra o inimigo de classe.

¿Por qué el brazo de la justicia popular se abatió sobre dos miembros de la clase explotadora? Porque es ella, a través de los grades empresarios, la que financia esas siniestras organizaciones, con cuyos crímenes y atentados pretende en vano sembrar el desconcierto y el temor en las filas obreras y populares.

Son ellos, los patrones, quienes pagan a los mercenarios que alquilan su brazo y su consciencia; y es el gobierno reaccionario y antipopular el que los alienta en sus siniestros propósitos, en estrecha e íntima colaboración con las Fuerzas Armadas contrarrevolucionarias y las policías, tanto federal como provinciales.

Recorriendo al sentimiento de odio y de repudio que late y se expresa en el corazón de las masas desposeídas ante la muerte de militantes revolucionarios, de honestos luchadores populares, de activistas sindicales o de trabajadores combativos, el Comité Ejecutivo del Partido Revolucionario de los Trabajadores, dirección política del ERP, tomó una grave determinación: la de responder a cada crimen consumado en las filas del pueblo con la ejecución de empresarios, funcionarios del gobierno, burócratas sindicales, oficiales de las Fuerzas Armadas y de las policías y jueces.¹²⁵

No editorial do início do ano de 1975, o PRT-ERP falou sobre a decisão de aplicar a Justiça Revolucionária àqueles que levavam à frente a repressão e a exploração da classe trabalhadora. Tratou nessas linhas da execução do diretor geral e do gerente pessoal da Fábrica MILUZ S.A., localizada em Villa Martelli, na província de Buenos Aires, colocando-os como inimigos do povo. No entanto, a maneira como esta temática foi colocada no periódico, apesar da mesma concepção do conteúdo, teve uma forma

¹²⁴ *Idem.*

¹²⁵ Responder al terror con la justicia revolucionaria. *Estrella Roja. Órgano del Ejército Revolucionario del Pueblo*. N°47, p.2, 13 de Janeiro de 1975.

mais agressiva, sendo ali permitida uma divulgação, sem nenhum tipo de restrição argumentativa ou simbólica.

Assim, descreveu-se de forma mais explícita a dicotomia entre a violência legítima e ilegítima, entre aquela justa e a aplicação do terror. O inimigo foi denominado como torturador apartado da luta revolucionária que provocava o medo através de crimes legais e ilegais contra as massas argentinas.

Contudo, com a FAS adentrava os caminhos da legalidade e agrupava diversas organizações políticas, tentando ampliar as suas forças de luta com falas em meios legais de comunicação, sua maneira de colocar-se não poderia incitar a violência, já que colocava em risco sua própria vida política. Assim, a violência era associada a uma das categorias ali utilizadas e de grande valor, a democracia, que tinha um sentido próprio dado pela Frente.

No *La Opinión*, a concepção de democracia da FAS, articulada com a violência, relacionava o governo, aqueles que faziam parte dele e suas ações repressivas à arbitrariedade, ao não-democrático. Denunciando suas ações, sob a categoria de crime, desumanização e barbárie, a Frente se incluía na parte reprimida da população e naqueles reprimidos e aqueles que lutavam pela democracia – eram os heróis na contenda contra os vilões.

La democracia plena. Las Tres A y las bandas asesinas, que se pensó quedarían en el triste recuerdo de lo que nunca debió existir en el país, pese el escandaloso retiro de su ex jefe continúan gozando de impunidad mientras esparcen su saña criminal por toda la República. No hay democracia en un país donde hay una violencia protegida. [...] No hay democracia donde un delegado obrero no puede reclamar por las reivindicaciones salariales y laborales sin ser salvajemente asesinado. Recientemente cegaron la vida de un político y abogado radical rosarino, una pareja de médicos en Córdoba, a una joven embarazada en la Federación Juvenil Comunista y asesinaron con bombas destruyendo y saqueando domicilios y sedes gremiales, como la casa del Maestro en Rosario y sembrando cadáveres por todo el país. No hay democracia cuando la prensa, la cultura y el arte se deben ejercer bajo amenazas constantes y atentados. No hay democracia cuando toda una familia es asesinada por haber tenido un hijo guerrillero hace tres años. No hay democracia cuando miles de argentinos están privados de su libertad sin que juez alguno haya determinado sus condenas y padeciendo los sistemas carcelarios más inhumanos y las torturas más crueles que se tenga conocimiento en nuestra historia.¹²⁶

¹²⁶ Solicitada Sin democracia no habrá pacificación. *La Opinión*. Ano V, N°1326, p.21, 22 de Outubro de 1975.

Desta maneira, questionou qual democracia se viveria em um ambiente onde expressar-se política e livremente não era possível. A FAS, tal como o *Partido Auténtico*, proporcionou uma leitura onde se confundiam legalidades e legitimidades, tomando o governo como ilegítimo devido suas ações consideradas ilegais.

Sua violência, nas duas Solicitadas, aparece sob a forma de ações – poder-se-ia dizer que sua violência era descrita violentamente. Podemos observar, em seus escritos, as descrições de imagens, como no trecho acima, por exemplo, onde se descreve uma jovem grávida assassinada, bombas destruindo casas e sindicatos de trabalhadores, uma família assassinada por ter um filho militante. Utilizar estas imagens, mesmo que mais amenas do que as publicadas no meio de divulgação oficial do ERP, no qual se desenvolvia melhor a crueldade do inimigo, era uma estratégia de mostrar a realidade vivida por aquela organização e mobilizar a população para seus anseios políticos.

Portanto, as Solicitadas assinadas pela *Frente Antiimperialista y por el Socialismo* seriam capazes de trazer ao espaço público denúncias sobre a violência que estaria por trás da repressão oficial, sob uma tentativa de proteger-se dela. Também trouxeram à superfície a possibilidade de expressão legalizada de uma organização clandestina, a fim de expandir suas ideologias e ações, intentando provocar alguma reação favorável na opinião pública e angariando adeptos para sua luta política.

3.4 – Uma Estratégia Cívico-Militar contra os Inimigos: O Partido Comunista

O Partido Comunista Argentino, criado em 1917, é considerado uma das organizações mais duráveis do século XX naquele país. Seus primeiros anos de existência foram marcados pelo início da luta com trabalhadores anarquistas e socialistas, adentrando o contexto argentino através de discussões abertas em torno dos acontecimentos mundiais e nacionais. Depois de 1928, sua trajetória iria modificar-se e o PC passou a tomar decisões pró-soviéticas.¹²⁷

Apesar de nos anos 1940, grande parte de seus militantes alterarem sua posição política e tornaram-se peronistas, para o Partido, o golpe mais abrupto iria ser a Revolução Cubana e suas estratégias para a esquerda latino-americana. A posição pró-soviética do PC, que denotava tais perspectivas como “ultraesquerdistas ou desviacionistas”, analisou a Argentina no rol dos países cujas condições de desenrolar a

¹²⁷ CAMPIONE, Daniel. *Los comunistas argentinos. Bases para reconstruir su historia*. 1996. Disponível em: www.fisyp.org.ar

revolução socialista não haviam sido elaboradas e defendeu um programa democrático, antioligárquico e antiimperialista por etapas, através de uma Frente Democrática Nacional.¹²⁸

Na década de 1970, o PC tomou a decisão de incluir, em seu programa da Frente Democrática, setores “legalistas e patrióticos” das Forças Armadas, organizando um Gabinete Cívico-Militar e alertando contra um possível golpe, como já havia acontecido no Chile. Esta convergência cívico-militar passou a fundamentar acordos antiimperialistas, antioligárquicos e pró-setores progressistas e patrióticos, na qual a maior luta estaria na defesa da democracia e de encontro ao fascismo.

Neste sentido, Jorge Rafael Videla, desde quando era comandante do Exército no governo de Isabel, representaria, para o PC, a expressão do setor militar que desejava normalizar a vida política do país. E, assim, a crença nesta aliança e a decisão em apoiar a fração *videlista* das Forças Armadas (que faz o Partido se confundir com o golpe) perpetuaram-se até os tempos da ditadura e possibilitou sua permanência na legalidade, diferentemente de outros partidos de esquerda no mesmo período.¹²⁹

No entanto, na medida em que se aprofundavam as ações de Segurança Nacional e o anticomunismo, o Partido Comunista percebeu a necessidade de desenvolver um trabalho político dentro das Forças Armadas, a fim de estabelecer um setor democrático que, a seu ver, andava faltando àquela instituição. Logo, investiu em uma União de Oficiais Democráticos Argentinos, batizada de Lautaro – homenagem a sociedade secreta criada por San Martín, em Buenos Aires, para lutar pela independência – e, desta forma, pretendia ligar as Forças Armadas ao povo.

Em 1975, as idéias de democracia e anti-golpismo que o PC tinha sobre Armas argentinas se aprofundaram e o Partido juntou esforços para consolidar uma frente de massas. Desta forma, apelou aos atores que poderiam ser seus aliados (os Radicais, os Peronistas, os Intransigentes e os Democrata-Cristãos), através do Movimento de Juventudes Políticas, e mantiveram o vínculo com dirigentes de outras organizações, como as Forças Armadas e funcionários religiosos.

Neste movimento de integração, acreditava-se na solução para a crise nacional. E, um dia após o golpe, o PC continuaria se manifestando a favor dos militares:

¹²⁸ AGUILA, Gabriela. El Partido Comunista Argentino entre la dictadura y la transición democrática (1976-1986). *Revista de Historia Actual*. Espanha, Nº 6, 2009.

¹²⁹ CASOLA, Natalia. Las raíces históricas de la convergencia cívico militar en el Partido Comunista Argentino y su accionar en vísperas del último golpe militar. *Anales del II Encuentro Internacional Teoría y Práctica Política en América Latina. Nuevas Derechas e Izquierdas en el Escenario Regional*. Mar del Plata, 2010.

Ayer, 24 de marzo, las fuerzas armadas depusieron a la Presidente María Estela Martínez reemplazándola por una Junta Militar integrada por los comandantes de las tres armas. No fue un suceso inesperado. La situación había llegado a un límite extremo que agravía a la nación y compromete su futuro (...) En vísperas de los dramáticos sucesos del 24, bandas fascistas impunes asolaron con sus crímenes el país. La muerte rondaba calles y caminos, fábricas, universidades, hospitales; penetraba en la intimidad de los hogares. Nunca se había visto en nuestro país nada tan cruel (...)

El Partido Comunista está convencido de que no ha sido el golpe del 24 el método más idóneo para resolver la profunda crisis política y económica, cultural y moral. Pero estamos ante una nueva realidad. Estamos ante el caso de juzgar los hechos como ellos son. Nos atenderemos a los hechos y a nuestra forma de juzgarlos; si confrontación con las palabras y promesas¹³⁰

Mesmo sendo alvo da repressão, inclusive criando ligas de direitos humanos que denunciavam mortes e desaparecimentos de seus membros, o PC defendeu o Gabinete e a existência de setores progressistas dentro das Forças Armadas até o ano de 1982. E esta parece ser sua maior contradição, uma vez que defendia aquela ditadura mesmo sendo reprimido por ela.¹³¹

Neste trabalho, analisaremos dois tipos de Solicitadas que foram publicadas nos jornais durante os meses estudados: as do Partido Comunista, seu Comitê Executivo e suas ramificações políticas que implicaram nas interpretações sobre a violência do país, e aquelas da *Liga por los Derechos del Hombre*, uma das organizações do Partido, que conjuntamente a *Asemblea Permanente por los Derechos Humanos* (APDH), lidou com a luta pelos direitos do homem no andamento da política antissubversiva que iniciava-se.

Neste sentido, interpretaram-se quatorze Solicitadas. Treze destas foram assinadas pelo Partido – cinco no *Clarín* e oito no *La Opinión* – e outra da referida Liga, publicado no *La Opinión*. Observa-se, pois, que nenhuma delas está no *La Nación*, jornal marcado pelo anticomunismo, contudo nos outros jornais que dialogavam com setores da sociedade cujo Partido desejava uma aliança, e com leitores que não eram tão apontados pelo estado anticomunista quanto os leitores do *La Nación*.

Nestes escritos, o Partido Comunista escreveu fundamentalmente pela defesa da democracia, condenando o “terrorismo” dos extremos de forma igualitária, tanto da esquerda quanto da direita que usariam da luta armada como um meio de obtenção de poder, agregando-se, pois, aos discursos da “violência como extremos”.¹³² Lançou-se a favor de uma campanha contra a subversão, apoiando as Forças Armadas em sua ala

¹³⁰ *Idem.* pp.13-14.

¹³¹ *Idem.*

¹³² FRANCO, Marina. *Op. Cit.*

democrática e o governo democrático, procurando denunciar também as ações da extrema direita que proporcionariam a desordem. Seus pares contra-conceituais, então, são determinados basicamente pelo sentido de democracia e patriotismo *versus* o fascismo e o imperialismo, em suas vertentes de terrorismo e violência.

Apoiando uma via pacífica ao socialismo e censurando a guerrilha e a repressão, propõe duas perspectivas da categoria de violência: aquela desejosa de um golpe fascista que promovia a repressão, matava, censurava e prendia as oposições e outra que se extremava à esquerda, que praticava uma violência ilegítima e também antidemocrática contra o povo.

Assim, o PC defendeu em todas as Solicitadas uma aliança com as Forças Armadas, que deveriam dar a tempo “os passos necessários para por fim” ao terrorismo dos dois extremos políticos, que tentavam roubar-lhes a democracia, promovendo violência e discursos golpistas. Segundo ele, o terrorismo de qualquer classe abriria, pois, o caminho ao fascismo que seria o desejo dos imperialistas para o país.

Especulan con la posibilidad de confundir y arrastrar una vez más a sectores democráticos y patrióticos de las Fuerzas Armadas, y confundir también a amplios sectores de las capas medias de la población para apártalas – así sea momentáneamente – del sendero democrático.

[...] El Partido Comunista se pronuncia resueltamente por la solución democrática de la crisis contra el golpe de Estado. Ese posibilitaría el desfreno del terror por parte de las Tres A y otras bandas fascistas y podría llevar al país al borde del abismo de la guerra civil.

El Partido ha condenado el terrorismo individual o de grupo como método de lucha para lograr las transformaciones progresistas necesarias. Objetivamente la acción al margen de las masas, en vez de ayudar a restablecer plenamente el régimen democrático, lleva agua al molino de la reacción extrema. Advierte al mismo tiempo que el problema de la violencia se resolverá por vía de medidas políticas, sociales e económicas y no por la vía de la transformación de las Fuerzas Armadas en fuerzas de represión.¹³³

Neste sentido, o terrorismo, “método de luta que aparta as massas das transformações desejadas” e, logo, da democracia, só resultaria em reações ainda mais violentas. Para o PC, o problema da violência no país, que estava “à beira de uma guerra civil”, não se resolveria confundindo e transformando as Forças Armadas em “bandas fascistas de repressão”, mas tomando medidas políticas, sociais e econômicas. Desta forma, criticava a política de repressão do governo de Isabel.

¹³³ Solicitada La unidad salvará a la democracia y la democracia salvará a la nación. *La Opinión*. Ano V, Nº1340, p.10, 8 de Novembro de 1975. A mesma Solicitada encontra-se no jornal *Clarín* de 8 de Novembro de 1975.

Nessa mesma Solicitada o Partido continuou o argumento, advertindo sobre o desejo das oligarquias e dos monopólios de tomar o poder por um golpe: “*Nadie ignora que existen turbios personajes que sueñan con un baño de sangre a lo Pinochet*”. Pediu para que seus leitores não se enganassem com a justificativa levada até eles – a violência gerada no país – pois esta seria o efeito, não a causa para uma intervenção.

Nos seus comunicados, a percepção de unidade era evidente, principalmente quando se trata do apoio do Partido dado às Forças Armadas, por um lado, e à *Confederación General del Trabajo*, por outro. Em 6 de julho de 1975, em plena finalização do *Rodrigazo* com as greves gerais convocadas pela CGT, o PC escreveu apoiando a proposta do sindicalismo de convênios coletivos e repudiando a política econômica propiciada pelo Fundo Monetário Internacional, através de López Rega e Celestino Rodrigo.

Ruth Werner e Facundo Aguirre vêem nesta Solicitada um afastamento do PC às propostas do sindicalismo burocrático, articulado ao ativismo combativo dos trabalhadores, por persistirem na proposição de Gabinete Cívico-Militar e na eventual defesa do governo de Isabel Perón.¹³⁴ Aqui, entretanto, vê-se o contrário. O que se percebe é uma tentativa de ampliação das bases democráticas naquele momento, uma vez que o PC colocou-se a favor da luta dos trabalhadores, em seu momento de convulsão dela, relacionando-a as Forças Armadas e defendendo sua ideologia.

Considera, también, que el restablecimiento de la unidad pueblo-fuerzas armadas es necesidad imperiosa. El hecho de que las fuerzas armadas se rehusaran a reprimir la actual lucha obrero popular, crea condiciones mejores para lograr ese objetivo patriótico. Tal unidad será sólida y verdadera si se funda en la democracia, en la lucha contra la dependencia, por la liberación y en la justicia social.¹³⁵

Observa-se que, diferentemente de outros setores sociais, o Partido Comunista interpretou que as Forças Armadas apoiaram a luta dos trabalhadores, pois não interferiram em seus movimentos.¹³⁶ No entanto, continuou a Solicitada afirmando que para uma unidade sólida e verdadeira as mesmas forças (povo/trabalhadores e Armas) deveriam objetivar um fundamento democrático e patriótico comuns.

¹³⁴ WERNER, Ruth; AGUIRRE, Facundo. *Op. Cit.*, 2007. pp.147-148.

¹³⁵ Solicitada El PC apoya la decisión de la CGT y reclama la formación de un gabinete cívico-militar de amplia coalición democrática. *La Opinión*. Ano V, N°1239, p.12, 6 de Julho de 1975.

¹³⁶ Como se verá mais a frente, esta proposição de não interferência é contradita por outra organização do próprio partido.

No mesmo periódico, alguns dias depois, quando já solucionadas as manifestações e já ocorrido o afastamento daqueles ministros, o referido partido voltou a escrever, desta vez em ambos os jornais, sobre a vitória dos movimentos que, segundo ele, só foi possível pela unidade. Uma unidade realizada entre a CGT, a cidade, o campo, as fábricas, as universidades, as Forças Armadas, os parlamentaristas, as organizações sociais e culturais que se pronunciaram contra aqueles ocupantes do poder, contra a *Triple A*, contra os planos econômicos, contra a “missão” de Ivanissevich¹³⁷, demonstrando-os a falta de apoio popular que todos eles possuíam.¹³⁸

Contudo, para o PC, as vitórias seriam parciais caso não houvesse uma modificação política no todo. Neste sentido, conclamaram uma assembléia multi-setorial para formular uma nova política para o país, fundamentada em soluções nacionais e na criação do tal Gabinete Cívico-Militar. Este comunicado foi direcionado especificamente a CGT, a *Unión Cívica Radical*, ao *Partido Intransigente*, aos Revolucionários e Democrata-Cristãos e aos Demoprogressistas, que, como colocado acima, eram os principais atores da desejada unidade.

Por outro lado, nestes mesmos dias, a *Liga por los Derechos del Hombre*, primeira organização de direitos humanos do país, criada em 1937 pelo PC, anunciaria os resultados repressivos das manifestações. Em 26 de julho, escreveu uma Solicitada constando uma lista, dividida por prisões, com dezenas de nomes de presos políticos, conseguidos através de informações recebidas de familiares, de advogados e de filiações no interior do país. Segundo esta Solicitada, o número de vítimas ultrapassaria aos dois mil.

Nunca se conocieron oficialmente los nombres de los detenidos, donde están alojados y mediante que decreto se ordenó su detención. Por ello, la lista es muy incompleta y los lugares de detención pueden variar porque los traslados se suceden diariamente.

[...] Entre los detenidos hay dirigentes sindicales y trabajadores en general, abogados defensores de presos políticos, jueces, ex diputados, médicos, arquitectos, ingenieros, profesores, maestros, estudiantes y profesionales de distintas disciplinas. Hay mujeres con pequeños bebés en la cárcel de Villa Devoto y hay mujeres en Rawson, Resistencia, Sierra Chica, San Nicolás, etc. Y hay una cantidad muy grande de jóvenes a lo largo y ancho del país que purgan con la cárcel sus opiniones o la defensa de sus ideales. La mayoría se han pronunciado por la legalidad constitucional y contra el

¹³⁷ Ver Capítulo II.

¹³⁸ Solicitada Ahora, hacia una gran asamblea multisectorial. *La Opinión*. Ano V, N°1254, p.21, 25 de Julho de 1975. A mesma Solicitada foi publicada no *Clarín* em 24 de Julho de 1975.

terrorismo. Paradójicamente, no se sabe de ningún miembro de las Tres A que se halle detenido.¹³⁹

A constituição de um grupo heterogêneo, com militâncias distintas e casos de prisões com motivações também diferentes, é formulada em uma mesma lista cuja finalidade seria denunciar suas prisões e pedir a reaparição destas pessoas com vida. Esta formação, partida de uma organização de direitos humanos, é compreensível, não apenas pelo objetivo da publicação – saber informações e pressionar pelo aparecimento – como também pela resposta à percepção da própria repressão que atingiu diversos indivíduos, enquadrando-os como “inimigos” e “subversivos”, senão iguais no “castigo merecido” ao menos iguais no sentido da prisão.

Os desaparecidos, em sua maioria, segundo a Liga, eram vítimas de um terrorismo, que lutavam contra, e só poderiam ser entendidos quando constituídos por esta oposição. Logo, a realidade sobre a aparição pode ser entendida como derivação de uma realidade maior de contendas pela exposição do oponente político.

Esta visão parece retirar-se daquela unidade promovida pelo PC, gerando uma espécie de contradição interna. Isto porque, se agregamos as Solicitadas assinadas por todas as organizações do Partido, vemos que os membros defendidos pelo PC, em diversas Solicitadas, estavam realizando operações ilegais de prisões, seqüestros e desaparecimentos.

A saída tomada para solucionar este impasse foi identificar e nomear os terroristas como membros da *Triple A* e dos setores golpistas das Forças Armadas. Neste período, no qual a discussão sobre a violência legal e clandestina era efervescente e a consolidação de um inimigo público parecia ser essencial para a política, ficou evidente a associação dos “verdadeiros terroristas” aos membros do governo e do aparato policial nessas organizações, deslegitimando a própria democracia vivida. Verifica-se, por exemplo, na citação acima, a referência aos membros da *Triple A* como os “verdadeiros promotores do terror”, um terror protegido pelo governo.

Mas o que se interpreta da Solicitada é ainda mais amplo. As prisões consideradas sem fundamento ou ilegais pela *Liga por los Derechos del Hombre* eram realizadas pelo governo, uma vez que as pessoas relatadas estavam em cárceres públicas. Para além, a Solicitada colocava as diferenciações no trato da repressão entre membros da esquerda e da direita, afirmando um não balanceamento entre a repressão

¹³⁹ Solicitada Lo que el pueblo espera ahora. *La Opinión*. Ano V, N°1255, p.7, 26 de Julho de 1975.

desses movimentos e, portanto, caracterizando a violência oficial como aquela majoritariamente praticada contra os indivíduos ou grupos opositores políticos.

Em 19 de agosto, o PC publicaria um comunicado nos dois jornais pesquisados sobre a mudança do gabinete e da linha política *Lopezrreguista*. Nela expôs uma posição na qual não possuía o anseio de que o governo peronista fracassasse, tampouco que o Partido Peronista fosse destruído.

Contudo, no decorrer da argumentação pediam por “liberdade democrática e diálogo político, por investigação da *AAA*, pelas emergências propostas pela CGT e outros partidos e organizações sociais, pela baixa de preços dos produtos básicos, pelo castigo de contrabandistas e especuladores, pelo cumprimento dos convênios de trabalhadores, pelo combate ao desemprego, pela normalização das universidades”, deslegitimando o governo e o PJ. E, neste sentido, mais uma vez retificam seu projeto político:

La oligarquía terrateniente, los grandes capitalistas y monopolios, respaldados por la CIA, son los beneficiarios de la falta de unidad de acción de las fuerzas democráticas y patrióticas. La hora manda buscar lo que une, no lo que desune. Sobre tal sólido basamento se podrá construir un verdadero gabinete de salvación cívico-militar de amplia coalición democrática.¹⁴⁰

A unidade foi aclamada sobre o já proposto argumento de oposição democracia *versus* fascismo, encarnado no golpe. Este último estaria baseando-se em uma espécie de crise moral da sociedade, mas que, segundo o Partido, viria arrastando-se durante muito tempo com os efeitos provocados por um sistema antinacional e profundamente imoral. Logo, inverte-se o sentido de moralidade proposta pelo governo.¹⁴¹

Ao mesmo tempo em que condenou as ações imorais do governo, fora desenvolvido, nesta mesma Solicitada, a condenação da violência política levantada pelos grupos armados de esquerda, quando expõe a condenação das operações em Formosa, no dia 5 de outubro de 1975.¹⁴² A Solicitada divulgava de forma negativa esta ação guerrilheira, sem citar diretamente o movimento que a organizou, mas fazendo dela uma agressora do povo.¹⁴³

¹⁴⁰ Solicitada Frente al nuevo gabinete. *La Opinión*. Ano V, N°1272, p.10, 19 de Agosto de 1975.

¹⁴¹ Solicitada Cerrar el paso al terror y al fascismo. *La Opinión*, Ano V, N°1315, p.15, 8 de Outubro de 1975. A mesma Solicitada foi publicada no jornal *Clarín* em 8 de Outubro de 1975.

¹⁴² Os feitos de Formosa encontram-se relatados neste Capítulo no item 3.1.

¹⁴³ Observa-se que os membros do Partido Auténtico não lançaram uma Solicitada que mencionassem tais feitos daquele mês de Outubro.

¡Basta de asesinos monstruosos a cargo de bandas derechistas, presumiblemente parapoliciales!

Ni la denominada guerrilla, ni la desenfadada y sanguinaria acción de las bandas derechistas resuelven ningún problema, los agravan. Lo pone en evidencia una vez más el ataque provocativo a un cuartel en Formosa donde perdieron la vida hijos del pueblo con trajes de soldado. El terrorismo de cualquier signo abre al camino al fascismo, que es lo que pretende se instale en el país la siniestra CIA.¹⁴⁴

Mais diretamente, o Partido Comunista acusou a guerrilha em Tucumán e as operações militares naquela região, que, pelo terror, desejariam proporcionar medo na população, a fim de que esta acesse a um golpe para “salvar o país”. Em 27 de dezembro, por exemplo, ante a operação de assalto ao *Batallón 601*, levada pelo PRT-ERP, o PC condena a ação do *Ejército Revolucionario* e abre uma proposta aos outros setores políticos para a construção de um programa comum democrático.

Ante los dramáticos llamamientos formulados recientemente por altos jefes de las Fuerzas Armadas, de la Iglesia y otros sectores sociales, para que todos asuman su responsabilidad en esta hora, a raíz del frustrado golpe fascista, y de los sangrientos sucesos provocados por el ataque de ultrazquierda al Batallón 601, el Partido Comunista declara que, insistentemente, viene reclamando una gran reunión de sectores políticos y sociales, civiles y militares, para acordar en ella un programa mínimo y común, que permite afrontar con éxito la actual grave situación de emergencia, *sin que haya encontrado eco hasta el momento*.

(...) Quienes se mantengan pasivos, sin tomar la ofensiva política que les corresponde y que las circunstancias exigen, asumirán su parte de responsabilidad en el deterioro de la situación, seguros como estamos y mediante la unidad de la clase obrera y el pueblo, de civiles y militares patriotas y antiimperialistas, alcanzaremos la victoria en la lucha por la democracia y la liberación.¹⁴⁵

Interessante perceber como o Partido colocou a responsabilidade social daquelas circunstâncias, negando a passividade diante da luta pela democracia e pela liberação da nação argentina. Vê-se que, por suas idéias, o Partido punha-se em oposição a duas correntes: a direita que enfrentava de forma mais material e explícita, através da repressão anticomunista; e a esquerda que utilizava da luta armada para realizar a revolução, contradizendo a proposta de revolução por etapas. Este embate tornou-se o fundamento das argüições sobre a violência. O ataque verbalizado era direcionado para

¹⁴⁴ Solicitada Cerrar el paso al terror y al fascismo. *La Opinión*, Ano V, Nº1315, p.15, 8 de Outubro de 1975.

¹⁴⁵ Solicitada Proposición Comunista. *La Opinión*. Ano V, Nº1381, p.9, 27 de Dezembro de 1975. Grifos no original.

aqueles inimigos que os ameaçavam de diversas maneiras, questionando a forma de atuação do PC ou desejando extirpar o comunismo da sociedade argentina.

Una ola de fango y sangre amenaza cubrir la República. Tucumán es un balón de ensayo. Los asesinos “no identificados” que obran impunemente ya están extendiendo su método a otras partes del país. 11 muertos en menos de 48 horas en Tucumán; 9 en Córdoba [...] Utilizan de métodos diabólicos como el de hacer volar una camioneta con siete personas dentro. Locales de diversos partidos - entre ellos 3 de los nuestros en Tucumán – fueron dinamitados. Secuestros cotidianos y multiplicación de los presos sin causa judicial.

Los gravísimos hechos que mencionamos nada tienen que ver con la lucha antiguerrillera que requiere, prioritariamente, medidas democráticas de carácter político, económico y social, que son las que brillan por su ausencia; también poco tiene nada que ver con la auténtica lucha antiimperialista.

¿Hasta cuándo? ¿A quienes amparan a los criminales de las 3 A y de otras formaciones similares? ¿A dónde lleva esta barbarie desenfadada de la ultra-derecha y de la ultra-izquierda? Es evidente que se quiere por el terror intimidar al pueblo y paralizar la acción democrática a fin de abrir paso al golpe y al fascismo.¹⁴⁶

Desta forma, o Partido Comunista fala sobre um terrorismo protegido que se orientava contra os trabalhadores e os partidos políticos, denominando-lhes de “poder sindical e guerrilha industrial”. Este terrorismo protegido, com os mais profundos desejos de um golpe no Estado, confundia, propositalmente, quem era o inimigo e como deveria combatê-lo.

As ações antiguerrilheiras, levantadas pelo governo, também foram criticadas nesta Solicitada por não desenvolverem propostas democráticas nos âmbitos econômicos, políticos e sociais e, desta maneira, apenas provocava medo na população. Por outro lado, a guerrilha que dizia promover uma autêntica luta antiimperialista, de acordo com o PC, seguia o mesmo caminho de intimidar o povo, abrindo espaço para o golpe e o fascismo.

Em 23 de janeiro de 1976, a Juventude daquele Partido assinou uma Solicitada, escrita alguns dias antes (em 19 de janeiro), e publicada no *La Opinión*. Nela propunha sua concepção de violência, construindo imagens que os leitores visualizariam pelos relatos. Descrevia assassinatos, explosões de lugares, seqüestros e prisões como “métodos diabólicos” que atingiam seus militantes e o povo em geral. Neste sentido, assumia o discurso da luta entre bem e mal, entre heróis e vilões.

¹⁴⁶ Solicitada Frente a la ola de crímenes que invaden al país. *Clarín*. Año 31, N°10691, p.19, 5 de Dezembro de 1975.

Las hienas fascistas se ensañan hoy particularmente con la ciudadanía cordobesa. A la larga lista de secuestrados a los pocos días se agrega hoy el secuestro del joven dirigente obrero del sindicato de Luz y Fuerza de Córdoba y miembro del Comité Central del PC, Alberto Cafaratti, cuya aparición inmediata exigimos.

Este hecho se sumó a los recientes cobardes asesinatos de tres obreros de la heroica Villa Constitución, a la desaparición de los militantes comunistas y dirigentes estudiantiles tucumanos Juan Carlos Bustamante y José Blas Vega, así como el asesinato de tres trabajadores de la empresa platense propulsora Siderúrgica, el secuestro de Roberto Quieto y otros.

La escalada terrorista conmueven al país, los comunistas que repudiamos el terrorismo como método de acción política, señalamos que la oligarquía y el imperialismo, los monopolios, la CIA intentan, por medio de la intensificación del terror, reforzar su ofensiva desprestigiar el orden institucional y crear condiciones para conquistar, mediante un golpe de Estado fascista, el poder político.¹⁴⁷

Alguns pontos interessantes constam em tal Solicitada. Primeiro a diferenciação do argumento dentro da materialidade da publicação. O discurso do terrorismo dentro do periódico *La Opinión* e tomado pelas ramificações do Partido, em dois momentos, falam sobre a violência no país provinda da “luta contra a subversão” oficial ou clandestina, colocando-se como vítimas dela – a repressão que atingia os membros da esquerda.

Isto pode se interpretar pelo “ambiente de idéias” que conformavam o *La Opinión* e que aumentavam as possibilidades de entendê-los, já que os discursos delineavam tal ideologia. Além disso, quem assinou tais posições eram envolvidos no contexto da repressão, os militantes do PC na sua Juventude ou na militância pelos Direitos Humanos.

O mesmo não acontece no *Clarín*, no qual a preocupação geral parece ser a de atingir uma unidade política e não identificar tal diferenciação, mesmo quando o golpe estava nitidamente sendo convocado. Logo, no *Clarín*, as Solicitadas, em geral, são integradoras, dentro do argumento de violência, principalmente com determinados setores sociais, nitidamente a CGT e as Forças Armadas. O jornal possibilita essa leitura por ter uma proposta mais abrangente e menos polêmica, portanto também um espaço integrador de públicos e de publicadores.

Então, tem-se nos diferentes espaços uma espécie de diálogo com outras organizações. No *La Opinión*, poder-se-ia dialogar sobre a temática da repressão de

¹⁴⁷ Solicitada Ante la grave emergencia opina la Juventud Comunista. *La Opinión*. Ano V, N°1403, p.9, 23 de Janeiro de 1976.

outra maneira e com outras organizações ou indivíduos que reclamavam da violência gerada pelo Estado através das Forças Armadas e da *Triple A*.

Um exemplo disto está no seqüestro de Roberto Quieto e a Solicitada da Juventude Comunista. O advogado em questão era o número três da Condução dos *Montoneros* e havia sido seqüestrado no final do ano de 1975, em San Isidro, por membros da Polícia Federal e do Exército vestidos de civis, que alegavam a legalidade de tal operação.¹⁴⁸

Tomando consciência do seqüestro, entidades e indivíduos nacionais e internacionais iniciaram uma busca pelo advogado, tentando legalizar sua situação, e manifestando-se através de diversas Solicitadas nos jornais pesquisados por todo o mês de janeiro de 1976. Nelas, denunciava-se a prisão, a negação do pedido de *Habeas-Corpus*, o silêncio das autoridades, e a ilegalidade desta ação.¹⁴⁹

De acordo com um telegrama da Embaixada dos Estados Unidos, Roberto Quieto continuava vivo em 26 de janeiro, quando foi interrogado por militares que não sabiam o que fazer com ele. Depois disso, foi visto no Campo Clandestino de Detenção *Campo de Mayo* e mantido vivo, ao que se crê, até 1978.¹⁵⁰

Não houve, no entanto, nenhuma manifestação dos membros do *Partido Auténtico*, já ilegalizado, por meios de Solicitadas pela aparição do advogado, apesar das constantes delações de membros seqüestrados e presos ilegalmente. Isto pode ser explicado pelo julgamento realizado pelo Tribunal Revolucionário dos *Montoneros*. Levando em conta a ocorrência de uma série de “quedas” na Organização depois de sua desapareição, tal Tribunal condenou-o por facilitação da sua prisão, já que havia ido àquela região diversas vezes com sua família desarmado, e por delação de companheiros, agindo com uma conduta “liberal e individualista”.¹⁵¹

Neste contexto, o PC manifestou no *La Opinión* sua posição contrária àquela violência, apontando os nomes de suas vítimas e dialogando naquele espaço com outras organizações que divulgavam as mesmas informações.

¹⁴⁸ Acontece que o nome de Quieto apareceu em um comunicado da *Triple A*, em 30 de janeiro de 1974, conjuntamente aos nomes de Mario Roberto Santucho, Nahuel Moreno, Raimundo Ongaro, Agustín Tosco, Silvio Frondizi, Mario Hernández e Gustavo Rocca, entre outros, formando a primeira “Lista Negra” de elementos que deveriam ser eliminados da vida política do país e condenados a morte. LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2007. pp.276-278.

¹⁴⁹ Há pedidos de François Miterrand (secretário do PS francês), Sartre, Simone de Beauvoir, Paco Ibañez, Michel Combre, George Mantaron, Jean Marie-Domenach, George Moustak, Giselli Halimi, Laurent Schwartz, Georges Casallis, Pierre Villar, Alain Touraine e René Salanne.

¹⁵⁰ Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/victimimas/quietos>

¹⁵¹ Para mais informações sobre Roberto Quieto e seu seqüestro, ver: LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2006. pp.117-118 e GILLESPIE, Richard. *Op. Cit.*, 1998. pp.264-272.

No *Clarín*, por sua vez, o diálogo estava com os setores das organizações trabalhistas, que propunham saídas integradoras para a crise, e com setores empresariais, que apoiavam os golpistas das Forças Armadas. Logo, o foco estava na condenação da violência como um todo, sem a específica denominação.

Em 11 de fevereiro, por exemplo, foi encontrada uma das últimas tentativas do PC de conclamar uma Assembléia Multisetorial para formar o Gabinete Cívico-Militar. Alertavam nela sobre o futuro sangrento que o país estava se encaminhando e reclamavam a responsabilidade civil e militar para modificá-lo.

La salud del país, el bien estar del pueblo, la democracia y la independencia nacional exigen una solución democrática concertada, entre todos los patriotas, civiles y militares para asegurar un futuro venturoso para el país e impedir un baño de sangre y odio entre los argentinos.
¡Ninguna solución a espaldas del pueblo!¹⁵²

O que se discutia naquele contexto era a validade da conclamação de uma paralisação dos empresários: a greve empresarial. Quando o PC se colocou com este comunicado, adentrou a discussão presente em várias Solicitadas de outros setores sociais. Sua posição foi oposta àquela conclamação de parar a produção, mas o que ressaltou nela foi que gerar uma instabilidade facilitaria setores antidemocráticos de agir no país. E, desta maneira, instituir a violência contra os trabalhadores.

De certa forma e à distância daqueles acontecimentos, dentro de sua contradição, o PC mostrava à opinião pública que sua política não analisava muito bem aquele contexto. Todas as Solicitadas afirmavam a violência e os anseios de um golpe civil-militar. No entanto, o próprio Partido não conseguiu fazer uma autocrítica e ampliar seus discursos, mantendo-os pelas acusações contra os “inimigos fascistas” e acreditando que a luta democrática seria capaz de derrubar os setores, por eles, considerados terroristas.

Mas, se pensamos que o próprio Partido tinha como política democratizar as Forças Armadas, além de denunciar constantemente a violência e a ilegalidade da repressão, como pôde insistir no argumento de democracia das Armas argentinas e na necessidade do Gabinete Cívico-Militar naquele momento?

O que salta aos olhos sobre o sentido de violência dado pelo PC, em seus discursos publicados nos jornais, portanto, é a integridade da fórmula de unidade.

¹⁵² Solicitada Emergencia Nacional y Multisectorial. *La Opinión*. Ano V, N°1419, p.10, 11 de Fevereiro de 1976.

Primeiro, em uma constituição onde os dois elementos extremos seriam causadores dela, e, portanto, apoiando uma luta antiguerrilheira, por um lado, e, por outro, antiperonista, no que tange a oposição ao governo e suas expressões de repressão legal ou clandestina. Depois, pela tentativa de unidade de diversos setores, quando descreve as vítimas da violência como os soldados, o povo, os militantes da liberação nacional e social, e assim por diante. E, por fim, quando elabora o sentido de inimigo vinculando-o ao fascismo, a antidemocracia e ao imperialismo, tornando estes os adjetivos básicos para caracterizá-los e não os delimitando pontualmente, como fora realizado por outros agentes políticos.

3.5 – As “Armas” para a “Economia”: os Comunicados de Organizações de Empresários e Empresas Privadas

As organizações de empresários e empresas privadas orquestraram, naquela época, a maior campanha nas Solicitadas contra o governo peronista, enfatizando a destruição da produção e a situação instável do país, com muitas greves e violência, que dificultava o desenvolvimento econômico. A afirmação de uma repressão contra a desordem – da guerrilha e dos trabalhadores – não confirmava o apoio deste setor às políticas governamentais, mas sim um apoio às Forças Armadas como responsáveis por tal empreendimento de recuperação da nação.

Na Argentina, grupos de empresários, elite dominante e tradicional e proprietários de diversos ramos formaram, no final do século XIX, a *Unión Industrial Argentina* (UIA), um instrumento político que os representariam em atividades públicas. Mesmo com a existência de um grupo que integrava os proprietários do âmbito agropecuário, a *Sociedad Rural Argentina* (SRA),¹⁵³ cujo objetivo era “velar pelo patrimônio rural e desenvolver suas riquezas naturais”, a fundação da UIA foi realizada por cerca de 600 pessoas que desejavam um maior ingresso em seus negócios e poder social.¹⁵⁴

Na mesma época, outras associações menores estavam sendo formadas de acordo com seus ramos de atividades, até que, em 1945, Perón propôs um projeto para integrá-las em uma Central Única, a *Confederación General Económica* (CGE). Este

¹⁵³ Disponível em: <http://www.ruralarg.org.ar>

¹⁵⁴ SCHVARZER, Jorge. *Empresarios del pasado: La Unión Industrial Argentina*. Buenos Aires: CISEA/Imago Mundi, 1991. pp.21-33.

projeto, mal recebido pelos empresários ligados a UIA, provocou um racha naquela União empresarial, baseado na contenda que marcou o país nos anos seguintes: peronistas *versus* antiperonistas.¹⁵⁵ Ainda assim, em 1952, a CGE foi implantada com uma moderada intervenção do Estado e pela defesa do nacionalismo econômico e da obrigatoriedade da função social das empresas.¹⁵⁶

Na década de 1970, a UIA, como uma expressão fabril fundida com a *Confederación de la Industria* e sob a denominação de *Confederación Industrial Argentina* (CINA), aceitou a participar daquela CGE historicamente peronista. No entanto, logo após o *Rodrigazo*, os empresários da CINA mudaram sua opinião e passaram a ir de encontro à Isabel Perón e àquela entidade que os representava.¹⁵⁷

Assim fragmentada, a *Confederación General Económica*¹⁵⁸ lançou quatro Solicitadas sobre a violência. Nelas associou-a tanto ao contexto econômico do país, dizendo-se preocupada com a falência das empresas nacionais e com a quebra do Pacto Social, quanto às manifestações dos trabalhadores e dos empresários “antinacionais”.

Em 14 de novembro de 1975, a CGE publicou uma Solicitada escrita dois dias antes. Nela, afirmou-se consciente da complexidade da situação do país, que criaria “*desasosiego en la población, enervando la vida cotidiana, creando psicosis de caos, lesionando las relaciones humanas, desalentando las actividades productivas, el crecimiento económico, el desarrollo cultural y sobre todo la convivencia pacífica*” e cuja responsabilidade recairia sobre todos, mas de maneira desigual.¹⁵⁹

Naqueles tempos, como visto neste trabalho, o Ministério de Economia estava ocupado por Antonio Cafiero, dirigente histórico do peronismo, nomeado para aquela pasta em 14 de agosto de 1975. A presidenta, assessorada pelo líder Lorenzo Miguel e pela ortodoxia sindical, havia colocado Cafiero naquele gabinete e Carlos Ruckalf no

¹⁵⁵ *Idem*. pp.83-99.

¹⁵⁶ ROUGIER, Marcelo; FISZBEIN, Martín. *Op. Cit.*, 2006. pp.54-60.

¹⁵⁷ SCHVARZER, Jorge. *Op. Cit.*, 1991. pp.209-238.

¹⁵⁸ Na época, tal Confederação era conformada pela Confederación de la Producción, Confederación Industrial Argentina, Confederación del Comercio, Confederación Económica de la Provincia de Buenos Aires, Confederación General Económica de la Capital Federal, Federación Económica de Catamarca, Confederación General Económica de Córdoba, Federación Económica de Corrientes, Federación Económica del Chaco, Confederación General Económica de Chubut, Confederación Económica de Entre Ríos, Federación Económica de Formosa, Confederación General Económica de Jujuy, Federación Económica de La Pampa, Confederación Económica de La Rioja, Federación Económica de Mendoza, Confederación Económica de Misiones, Confederación Económica de Río Negro, Confederación General Económica de Salta, Federación Económica de San Juan, Confederación General Económica de San Luis, Confederación General Económica de Santa Cruz, Confederación General Económica de Santa Fe, Confederación General Económica de Santiago del Estero e Federación Económica de Tucumán.

¹⁵⁹ Solicitada El empresariado nacional al país. *La Nación*. Ano V, N°1345, p.8, 14 de Novembro de 1975.

Ministério do Trabalho, deixando à margem a organização dos empresários e suas opiniões sobre como administrar as políticas econômicas.¹⁶⁰

Assim, os novos titulares mantiveram estreita relação com o sindicalismo vertical, mas afastando-se da extrema-direita peronista e de alguns setores do empresariado. Contudo, o poder de arbitragem do governo no Pacto Social já havia sido rompido pelo modelo anterior do Ministério de Celestino Rodrigo e esta situação acabou por dificultar o trabalho do novo ministro. Logo, Cafiero decidiu aumentar os salários reais dos trabalhadores e corrigir os preços de alguns bens e serviços importantes, não levando em conta a atividade industrial reduzida e os aumentos dos preços, e provocou um problema para a economia do país.¹⁶¹

Em novembro, tal situação econômica associava-se à conjuntura política, na qual a presidenta voltava de uma licença de saúde e de seu retiro em Córdoba, e havia deixado o senador Ítalo Luder em exercício do poder. Em seu regresso, os sindicalistas pressionaram-na para que ela reassumisse o governo, e, com o apoio deles, decidiu continuar seu mandato.¹⁶²

Neste ambiente, a CGE apontou, em sua Solicitada, que o governo não estava tomando as medidas que o país reclamava e que, com os setores trabalhistas no poder, colocava-se em risco a ordem do país.

Por su parte ciertos sectores laborales parecen no advertir los riesgos de una actitud que tiene el reparto de lo que no se produce, al descenso de los niveles de productividad, a la proliferación de conflictos de las plantas fabriles, al ausentismo, a la perturbación normal de la disciplina del trabajo, a la tolerancia a la amenaza y la agresión. Es necesario que las autoridades con sus mecanismos institucionales establezcan el orden indispensable.¹⁶³

Assentou os problemas sob determinados pontos. Primeiro a disputa no cenário político entre os três sistemas que não se entendiam – o Comunismo, o Capitalismo e o

¹⁶⁰ Na Solicitada “Que defienden los empresarios de la capital” publicada no *La Opinión*, em 4 de julho de 1975, a CGE apontava: “*La Confederación General Económica de la Capital Federal, cumpliendo con el mandato de sus cámaras adheridas, expresados en sucesivas reuniones plenarias, referido a la preocupación que inspira la situación económica del país, consideran: 1-Que las medidas adoptadas en materia cambiaria, financiera, de comercio exterior y sobre tarifas y precios generaran inquietud en el empresariado nacional. [...] 3-Que como resultado de esas decisiones se afecta la subsistencia de las empresas nacionales en especial aquella de pequeña y mediana dimensión, en tanto se establecen normas de excepción para las empresas multinacionales [...] 4-Que esta situación puede provocar una cesación masiva de pagos y la siguiente quiebra de innumerables empresas de capital argentino*”.

¹⁶¹ DI TELLA, Guido. *Op. Cit.*, 1983. pp.216-227.

¹⁶² LARRAQUY, Marcelo. *Op. Cit.*, 2007. pp.352-353.

¹⁶³ Solicitada El empresariado nacional al país. *La Opinión*. Ano V, N°1345, p.8, 14 de Novembro de 1975.

Justicialismo. Propuseram que a falta de acordo entre os setores públicos e privados dificultavam o desenvolvimento econômico. E, por fim, afirmaram que o Estado não possuía pulso para promover o equilíbrio harmônico de interesses econômicos e sociais.

Nesta Solicitada, os trabalhadores associados a determinados sindicatos foram considerados causas da baixa produção, devido à falta de disciplina laboral que gerava conflitos, ameaças e agressões. Assim, a CGE, que, segundo ela, havia “se decidido pelo diálogo”, reclamou sobre a atitude do governo em ditar resoluções e disposições que aprofundaram a perturbação, a paralisação e a ameaça de destruir o aparato produtivo, mesmo depois de estabelecer um pacto no qual se afirmava “a atitude prudente do empresariado nacional”.

De maneira mais sutil que os demais empresários antiperonistas, como se versará a seguir, os empresários associados naquela confederação também expuseram a aliança do governo com o sindicalismo, rompendo com o Pacto Social. Apesar de não questionarem a legalidade do sistema político ou não designarem um “inimigo peronista”, os inimigos em seus escritos eram sujeitos que ocasionavam a quebra da empresa privada, fazendo greves e manifestações e desordenando o país. Assim, a categoria de caos parece ser a que conduz suas análises, claramente advindas de uma visão classista da situação.

Interessante observar que as Solicitadas assinadas pelos empresários, em sua maioria encontram-se no *La Nación*. Mas neste jornal a temática publicada era fundamentalmente idéias econômicas. Para o discurso sobre a violência, que posicionava um determinado grupo de trabalhadores enquanto o setor social desordenador do país, a CGE publicava no *La Opinión* e no *Clarín* por estarem, desta forma, dialogando com demais organizações.

Em 27 de fevereiro de 1976, a CGE publicaria outras três Solicitadas sobre o caos argentino. Entretanto, aqui o contexto já era outro: o governo tentava reaver suas alianças com as Forças Armadas e os empresários, colocando, no terceiro dia daquele mês, Emilio Mondelli, presidente do Banco Central, no comando do gabinete de economia, e no Ministério do Trabalho, Miguel Unamuno. Ambos defendiam uma política econômica na qual o Estado pouco interferiria na agenda econômica.

De qualquer forma, a pretensão do governo iria falhar e ele seguiria sendo alvo de críticas dos demais empresários, ansiosos por reaver o poder político. A CGE é uma exceção, pois, com sua postura política, modificaria o sentido de suas Solicitadas,

trocando a acusação pela defesa da nova estrutura, intentando estabilizar-se naquele governo através de acordos com Isabel Perón e os sindicalista.¹⁶⁴

Neste sentido, a CGE analisou, no *Clarín* e *La Opinión*, comentários de outras associações empresariais e publicações midiáticas que os acusavam de apoiar um projeto coletivizante e marxista. Segundo a Confederação, estas proposições tinham um caráter irresponsável, pois não levava em conta o apoio de outras organizações políticas e sociais representativas do país que também fizeram parte do ajuste econômico.

A través de expresiones de algunos grupos de activismos políticos minoritarios, y de “reflexiones” o “análisis” que se injertan en comentarios periodísticos, se pretenden calificar de “colectivizante” o de “llevar al marxismo”, la política económica nacional en cuya elaboración participó y que luego respaldó la Confederación Nacional Económica, consecuente con una filosofía expresada durante casi tres décadas para el movimiento empresario confederal.¹⁶⁵

A política econômica defendida, para a CGE, havia sido aprovada em amplas assembleias empresariais dentro e fora da Confederação. Logo, considerou tais acusações uma afronta ao Parlamento argentino, que pôs o programa em vigência, insinuando que seriam leis coletivizantes ou capazes de levar o país ao marxismo.

Por fim, argumentaram que a CGE defendia a paz social, a democracia, as instituições republicanas, a empresa privada, a integração do país, a atividade econômica nas fronteiras, o resguardo de poder da decisão nacional, o diálogo entre os setores sociais, o desenvolvimento “harmônico e integral”, nunca o marxismo. E afirmaram que a obtenção deste projeto só poderia dar-se através de apoio a média e pequena empresa, sendo este meio a melhor defesa contra os verdadeiros intentos coletivizantes.

Aqui, a discussão não gira em torno da negatividade do “projeto coletivizante”. Ao revés, este projeto sem nenhuma dúvida deveria ser combatido.

Todavia, o que surge no exposto é o debate sobre a identidade. A identidade que lhes foi conferida por outros setores empresariais e caracterizada como marxista não era

¹⁶⁴ Neste mesmo momento e discordando com a CGE, a *Confederación Industrial Argentina* (CINA), que era parte daquela Confederação e formada, entre outras organizações, por empresários da *Unión Industrial Argentina*, lançou Solicitadas posicionando-se contra o governo e continuando o argumento da associação com os trabalhadores sindicalizados que só ocasionaria a desordem e o excesso de poder. Em uma delas, dentro do espaço no jornal reservado para as análises e notícias de economia, conclamou um “sacrificio geral” para modificar os “mecanismos e instrumentos” do governo possibilitando o “jogo harmônico”. Solicitada Ante la grave emergencia nacional. *Clarín*. Ano 31, N°10755, p.13, 12 de Fevereiro de 1976.

¹⁶⁵ Solicitada Somos nacionales. *La Opinión*. Ano V, N°1425, p.8, 27 de Fevereiro de 1976.

aquela que estes empresários se percebiam. Segundo a CGE, tais pronunciamentos finalizariam “destruir a confederação, os princípios e programas nacionais” E, de certa forma, tinham razão, pois, dentro do grupo que pretendiam organizar, esta imagem era uma imagem que os destituía de reconhecimento.

Cinco páginas depois, no mesmo *La Opinión*, a Confederação respondia a outras colocações. Um pedido dos deputados do *Movimiento de Integración y Desarrollo* e do *Grupo de Trabajo*, fração da *Frente Justicialista de Liberación Nacional*, reclamou perante a Assembléia Legislativa, no dia anterior, a inabilidade da presidente. Ali, a defesa anterior se complementava, acusando os extremos políticos de ativistas desrespeitadores da vontade da maioria da população.

Son los agentes de la división. Se infiltraran en las entidades empresarias para tratar de controlarlas o dividir las. Hoy mismo continúan su acción disociadora en el campo empresario.

Son los agentes de los monopolios internacionales.

[...] Son los agentes de la recesión, de la desocupación, del subconsumo, que van unidos a la ruina de la empresa privada nacional y la dependencia del exterior.¹⁶⁶

Os inimigos foram determinados como agentes que promoveriam divisão na classe. Aqueles que desejariam a subjugação econômica da Nação, a recessão, o desemprego, o subconsumo, a falência da empresa privada nacional e a dependência exterior. Logo, os inimigos eram os empresários e políticos que não assumiam a posição tomada pela Confederação e pelo governo, negando o discurso que advertia a sua “posição coletivizante”.

Este debate encontrava-se essencialmente sob a discussão entre duas grandes associações de empresários: a CGE e a *Asamblea Permanente de Entidades Gremiales Empresarias* (APEGE). Fundada em agosto de 1975,¹⁶⁷ em pleno período de Cafiero, a APEGE seria uma das principais expressões contra o governo peronista. Chegou a organizar uma paralisação geral de empresários no país e ocasionar a retirada de

¹⁶⁶ Solicitada ¿Inmidades parlamentarias para la agresión? *La Opinión*. Ano V, N°1425, p.8, 27 de Fevereiro de 1976.

¹⁶⁷ Tal Assembléia reunia, entre outros, os empresários liberais da ex-*Unión Industrial Argetina*, agrupados no Consejo Empresario Argentino, na Sociedad Rural Argentina, na Unión Comercial Argentina, na Cámara Argentina de la Construcción, na Cámara Argentina de Comércio, na Federación Económica de la Provincia de Buenos Aires, nas Confederaciones Rurales Argentinas, na Cámara de Sociedades Anónimas, na Asociación de Industriales Metalúrgicos de Rosario e na Copal.

associações inteiras da CGE, cujos afiliados questionavam as políticas da Central empresária.¹⁶⁸

Publicando quatro Solicitadas sobre o tema abordado, a APEGE demonstrou-se mais crítica as políticas governamentais e a “situação caótica” do país.

Em novembro de 1975, a APEGE questionou no *La Nación* a entrega do país ao sindicalismo. Seu raciocínio, no entanto, era composto de uma lógica para instituir a idéia de inimigo e fundamentar a proposta de combate a ele. Dizia-se que: os benefícios cedidos aos sindicatos burocratizados entregavam o país ao sindicalismo, portanto aos trabalhadores. Entregar o poder aos trabalhadores significava entregar o poder ao marxismo, e o uso dessa palavra fundamentava uma reação empresarial.

La propiedad, la iniciativa y la empresa privadas están sucumbiendo. La injusticia, la arbitrariedad, el desorden y la corrupción triunfan. Se crean impuestos y contribuciones en beneficios de los sectores sindicales. [...] Es decir se entrega el país al sindicalismo continuando su camino hacia al marxismo. Señor Empresario: Todo lo que Ud. defiende esta siendo destruido a través de una acción perfectamente orquestada que aumentará en la medida en que Ud. siga esperando que otro lo defienda.¹⁶⁹

A Solicitada seguiu afirmando ao empresariado que não se deveria esperar uma solução do governo, pois, se assim fizessem, todas as propostas e feitos da indústria argentina seriam destruídas por uma “ação orquestrada da esquerda infiltrada no país”. A solução dada pela APEGE era uma intervenção das Forças Armadas e dos empresários nesse processo de entrega da Argentina ao marxismo.

Esta composição era o argumento central daqueles empresários que apoiavam a intervenção. A ordem era sempre associada à reestruturação econômica e política da Nação levada a cabo pelas Forças Armadas.

Era uma idéia de classe, na qual o inimigo era um marxismo com diversos braços que poderia atingir e agregar os comunistas, os socialistas, os peronistas de distintas associações e, ainda, os trabalhadores sindicalistas, os “outros” empresários, e o próprio governo. Assim, vê-se mais claramente como a luta antissubversiva, defendida naquele contexto e no posterior, estava intimamente ligada ao projeto econômico e político de um determinado conjunto social. E, neste sentido, o apelo colocava-se no correto espaço, no jornal cujo público compreendê-los-ia – o *La Nación*.

¹⁶⁸ ROUGIER, Marcelo; FISZBEIN, Martín. *Op. Cit.*, 2006. pp.71-115.

¹⁶⁹ Solicitada A los empresarios del país. *La Nación*. Ano 106, N°37353, p.2, 28 de Novembro de 1975.

Mesmo depois da tentativa de Isabelita de transformar seus ministérios, os empresários da APEGE professavam sua campanha contra o governo e pela intervenção. Iniciaram uma empreitada incentivando o boicote às medidas adotadas e conclamaram uma paralisação das atividades produtivas do país.

No dia 27 de janeiro, a Assembléa publicou no *Clarín* e *La Nación* uma Solicitada que convocava:

Sr. Empresario:

ES UD, CONSCIENTE de que LA REFORMA IMPOSITIVA propuesta por el Poder Ejecutivo, el AVANCE SINDICAL provocado y estimulado por una legislación laboral que fomenta la improductividad y la HIPERINFLACION que deteriora de forma incontenible el poder adquisitivo de trabajadores y empresarios conduce inexorablemente a la DETERIORIZACION DE LA EMPRESA PRIVADA, al CIERRE DE LAS FUENTES DE TRABAJO, a la DISMINUICION DE LA PRODUCCION y a la DECADENCIA MORAL Y MATERIAL DE TODOS LOS HABITANTES DEL PAIS?¹⁷⁰

Ao empresariado lhe foi proposto tomar consciência sobre um avanço sindical e uma legislação trabalhista que fomentariam a improdutividade e o dano às vidas material e moral de trabalhadores e empresários. Portanto, promoveram uma interpretação na qual a desordem, agenciada pelos sindicalistas e pelo governo, influenciaria a vida pessoal de indivíduos comuns e dos donos de empresas privadas, que, por sua vez, eram aclamados a participar da assembléa.

À população, dias mais tarde, a APEGE se explicaria:

¿Por qué paran los empresarios? Porque la crisis que padece el país afecta a todos. A los empresarios: que asisten a la destrucción de la empresa privada, fuente insustituible de trabajo. A los trabajadores: que sufren la permanente reducción del poder adquisitivo de sus salarios y se ven amenazados por la desocupación. A los profesionales: que se ven obligados a optar por la desjerarquización y el éxodo. A los consumidores: que soportan el alza incontenible de los precios por la permanente desvalorización de la moneda. A las Fuerzas Armadas y de Seguridad: que se desangran combatiendo contra la subversión apátrida, sin contar con la sincera y efectiva colaboración de los poderes públicos. Al País: porque todos los argentinos son víctimas de un proceso que conduce inexorablemente a la disgregación y el caos. 16 DE FEBRERO: DIA DE PROTESTA NACIONAL.¹⁷¹

¹⁷⁰ Solicitada Destrucción de la empresa privada. *Clarín*. Ano 31, N°10742, p.13, 27 de Janeiro de 1976. Grifos no original.

¹⁷¹ Solicitada ¿Por qué paran los empresarios? *La Opinión*. Ano V, N°1416, p.7, 7 de Fevereiro de 1976. Grifos no original.

Nesta simples Solicitada publicada no *La Opinión*, em 7 de fevereiro, para explicar-se à opinião pública, a Assembléia conseguia reunir sinteticamente os principais argumentos para a defesa da paralisação de acordo com os setores – empresários, trabalhadores, profissionais, consumidores, Forças Armadas e de Segurança e aos argentinos em geral – todos que deveriam agregar-se nesta luta. O fundamento básico eram os erros do governo quanto à política econômica e antisubversiva, que desvalorizavam moral e economicamente o país, conduzindo-o ao caos.

Diante do apelo dos empresários da APEGE e o apoio de outras entidades empresariais a paralisação, algumas outras organizações do empresariado e dos trabalhadores começaram a debater tal posição publicamente. Muitos deles alegavam a necessidade de harmonia para acabar com a crise, em vez de romper com o Pacto Social. Outros encontravam inimigos dentro das polarizações entre empresários e trabalhadores.

A CGE, como colocado anteriormente, alegou ser condizente com as reclamações dos empresários, contudo “não patrocinaria nem aderiria” à paralisação por esta atitude prejudicar os trabalhadores e as instituições nacionais.¹⁷² No dia seguinte, as *62 Organizaciones Peronistas* ameaçaram levar a questão ao Ministério do Trabalho para atestar a greve como ilegal.¹⁷³ E o próximo dia viria com o repúdio da *Federación de Empleados del Comercio* argumentando que esta atitude era levantada por uma “oligarquia reaccionária”.¹⁷⁴

Os protestos contra os “movimentos golpistas”, entretanto, não foram suficientes diante do conteúdo do discurso e dos atos dos empresários que, não apenas levaram adiante a paralisação, como também implementaram a nova política econômica promulgada no governo ditatorial posterior.

Portanto, o medo ao marxismo e a desordem laboral, elementos fundamentais na formação de um sujeito da subversão nesta ideologia, era divulgado pelas empresas “não peronistas”.

Este argumento encontrava-se, inclusive, naqueles empresários que negociavam informações. Esta posição retira o caráter de imparcialidade promovido por tais

¹⁷² Solicitada Ni patrocina, ni adhiere al paro. *Clarín*. Ano 31, N°10757, p.11, 14 de Fevereiro de 1976.

¹⁷³ Solicitada No al Lock-out patronal. *Clarín*. Ano 31, N°10758, p.18, 15 de Fevereiro de 1976.

¹⁷⁴ Solicitada Repudiamos a la oligarquía reaccionaria. *Clarín*. Ano 31, N°10763, p.3, 20 de Fevereiro de 1976.

empresas, no desenrolar próprio de suas histórias auto-relatadas, quando expõem suas posturas políticas dentro de uma classe.¹⁷⁵

O Editorial Abril, por exemplo, publicou uma Solicitada no *La Nación*, em novembro de 1975, na qual explicou a paralisação de suas atividades. Seu discurso era baseado no “sofrimento” de ameaças por parte de um grupo terrorista de extrema direita que haveria realizado uma chantagem criminal, obtendo o auto-exílio dos diretores de seu semanário de opinião *Panorama* e o fechamento desta publicação.

Mas a narrativa continuava: passada esta crise, pessoas dos setores “pseudogremiais” de extrema esquerda estariam estimulando seus trabalhadores a pararem a produção, provocando “terrorismo industrial” e crises nas vendas. De 45 publicações, apenas 23 continuavam a venda naquelas semanas.¹⁷⁶

¿Que debe ocurrir, entonces, para que se comprenda que editorial Abril – al igual que cientos de empresas del país - , se encuentra inmersa en una suerte de terrorismo industrial, que solo busca la destrucción de nuestras instituciones y de nuestro modo de vida, mediante el más artero caos social? Solo esperamos que se nos escuche, antes que sea irremediamente tarde.¹⁷⁷

Por parte dessas empresas de informação, existiriam em seus comunicados dois aspectos essenciais ao discurso. Primeiro o argumento econômico associado à violência. A visão da imprensa enquanto uma organização privada, cuja característica é vender e negociar informação,¹⁷⁸ a coloca como empresa que pretendia o lucro e estaria sendo afetada com as políticas econômicas pós-*Rodrigazo*. Assim, diziam-se na tentativa de dialogar com as políticas do governo, questionando suas posições de forma liberal, mas o que constituía era um clima de instabilidade e ilegitimidade.

A *Asociación de Entidades Periodísticas Argentinas*, juntamente com a *Asociación de Editores de Diarios de Buenos Aires*,¹⁷⁹ a *Asociación Argentina de Editores de Revistas* e a *Asociación de La Prensa Técnica Argentina*, em 18 de agosto de 1975 publicaram no *La Nación* um comunicado reclamando sobre a agência oficial TELAM. Esta agência, que desde 1968 canalizava a publicidade oficial, inclusive as de

¹⁷⁵ Alguns estudos já se debruçam sobre o posicionamento de determinados periódicos e suas participações durante a ditadura militar argentina, como já abordado em capítulos anteriores.

¹⁷⁶ Solicitada Al Sr. Ministro del Trabajo, a la opinión pública, a nuestros lectores. *La Nación*. Ano 106, N°37333, p.3, 8 de Novembro de 1975.

¹⁷⁷ *Idem*.

¹⁷⁸ KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.*, 2004.

¹⁷⁹ Esta associação (AEDBA) era conformada pelo grupo *Clarín*.

empresas estatais, segundo as associações assinantes dos comunicados, vinha acumulando uma dívida no valor de trinta bilhões de pesos argentinos.

Além de não receberem, elas afirmavam que o governo havia aumentado o preço do papel de jornal, levando-as a uma situação economicamente alarmante.¹⁸⁰ Desta forma, estes órgãos, “muitos quase centenários”, estavam em “perigo de desaparecimento” e poderiam “prejudicar os trabalhadores e os leitores que os acompanham”.¹⁸¹

Este exemplo expõe-nos a vinculação entre a negociação e divulgação de informação e demais processos das empresas privadas. Aqueles assinantes escreveram à população enquanto empresas, apelando-a como tais e aproximando o governo peronista de “uma baderna comunista” que levaria a Argentina à falência. E seu argumento quase ameaça o público através de um perigo de quebra de empresas consideradas importantes, por elas mesmas, e de desabastecimento da população.

Por outro lado, o argumento destas empresas sobre a temática também se apresentavam pela violência material advinda tanto do poder oficial, através das aplicações de leis que permitiam as clausuras de periódicos ou prisões de jornalistas, como da violência produzida pelas organizações clandestinas (de direita e esquerda) que tomavam como vítimas os espaços dessas produções e seus atores.

Héctor Ricardo García, presidente do Editorial Sarmiento, editora do jornal *Crónica*,¹⁸² assinou uma Solicitada, em 28 de outubro de 1975. Seu jornal havia sido fechado sob alegação de estar desenvolvendo uma “sediciosa campanha” que colocava em risco a defesa do território nacional e de fazer apologia ao retorno do território das Malvinas ao país.

Sua proibição de impressão, distribuição e circulação havia sido baseada no artigo 22 da Constituição Nacional, que decretava que “o povo não delibera nem governa senão por representantes e autoridades”.¹⁸³ Os representantes do jornal foram

¹⁸⁰ No Brasil, durante o governo de Goulart, o aumento de preços do papel de jornal auxiliou a aproximação entre a imprensa e o poder. Na Argentina, entretanto, foi motivo de afastamento entre ambos, já que havia uma prioridade nas vendas para o Editorial Abril.

Para Imprensa brasileira, ver: ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; Martins; Ismênia; et. al. (Orgs). *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. pp.15-25.

Para imprensa argentina, ver: BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martí. *Op. Cit.*, 2006.

¹⁸¹ Solicitada La prensa argentina ante una grave situación. *La Nación*. Ano 106, Nº37254, p.1, 18 de Agosto de 1975.

¹⁸² Periódico, lançado em 1963, tinha uma tiragem de 800 mil exemplares diários no ano de 1975.

¹⁸³ Disponível em: <http://www.senado.gov.ar>

acusados de tomarem para si o direito de falar pelo povo, arriscando a integridade do território.

García, em seu comunicado, defendeu um trato igualitário entre os periódicos do país. Afirmou que seu “colega” *La Nación* também haveria publicado uma Solicitada, no dia anterior, intitulada “¡Argentinos de piel!”, na qual convocava a formação de brigadas populares para combater a guerrilha, e, portanto, também incitava a população e colocava em risco o território nacional. Assim, suas palavras sugerem que houve uma perseguição a componentes de seu jornal, não pelas motivações expostas, mas por censura, causando explícito prejuízo à empresa onde trabalhava.¹⁸⁴

Si “**Crónica**” fue clausurada y aún vivimos en una “vía crucis”, cuyo final ignoramos; si fuimos mancillados en nuestro honor y de la Empresa que representamos; si se nos perjudicó en cientos de miles de millones, solamente nos queda reclamar **el trato igualitario en la ley que garantiza la Constitución Nacional.**

De no obrar-se en igualdad tengo todo el derecho a dudar que la clausura de “**Crónica**” no fue motivada realmente por nuestra campaña a favor de la recuperación definitiva de las islas Malvinas.¹⁸⁵

A legitimidade de um governo passa pela construção do consenso social por “trabalhos limpos” (propagandas) e “sujos” (censura, manipulação e repressão), muitas vezes feitos simultaneamente.¹⁸⁶ Isabel Perón legalizou pela campanha antissubversiva algumas formas arbitrárias de governar, interferindo nas difusões ideológicas no país pela censura.

A censura, segundo Beatriz Kushnir, possui duas vertentes de objetivos, constatadas pelo grau de sua violência: uma preventiva e outra repressora.¹⁸⁷ A censura do governo peronista era ainda uma violência repressora, acusando brechas autoritárias no governo democrático, que negava censurar,¹⁸⁸ mas que interferia naquilo que era publicado e era conivente a violência aplicada contra a imprensa e seus membros.

Desta forma, o presidente do Editorial Sarmiento reclamou sobre a interferência em sua publicação como uma violência aplicada desigualmente e que carregava em suas

¹⁸⁴ Solicitada Solo reclamo justicia. *La Nación*. Ano 106, N°37323, p.8, 28 de Outubro de 1975.

¹⁸⁵ Solicitada Solo reclamo justicia. *La Nación*. Ano 106, N°37323, p.8, 28 de Outubro de 1975. Grifos no original.

¹⁸⁶ ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. pp.141-152.

¹⁸⁷ KUSHNIR, Beatriz. *Op. Cit.*, 2004. pp.69-131.

¹⁸⁸ O ministro do Interior, Antonio Benítez, declarou, em agosto de 1975, que o governo só haveria proibido algumas publicações. GILLESPIE, Richard. *Op. Cit.*, 1998. p.235.

costas o pretexto de agir pela paz nacional. Acusou implicitamente o governo de restrições aos meios de comunicação e de parcialidade nestas restrições.

De qualquer forma, o jornal *La Nación* havia escrito no dia anterior as seguintes palavras:

A todos los que creen en valores superiores y en vista de la situación de anarquía e inmoralidad que genera la fiebre subversiva y el virtual estado de guerra civil:

INVOCAMOS nuestro legítimo deber de defender la PATRIA (art. 21 de la Constitución Nacional) y por lo tanto RECLAMAMOS:

1°) La formación de BRIGADAS VOLUNTARIAS, que desde su puesto de trabajo atentas a la movilización y en estrecha colaboración con nuestras gloriosas Fuerzas Armadas enfrenta la guerrilla apátrida, atea y mercenaria.

2°) Exigimos de quien corresponda la instrucción, dirección y armamento necesario, dado que no usamos el secuestro ni el asesinato para lograrlo.

3°) Pedimos en consecuencia a la autoridad pertinente la posibilidad legal que nos autorice a salir de ese letargo cómplice y entreguista y asumir plenamente nuestras responsabilidades avasalladas.¹⁸⁹

Naquele comunicado, a campanha pela formação de brigadas não apenas acusou as autoridades por não conseguirem anular a “subversão” do território como também ofereceu o serviço de treinamento dos interessados a lutar contra a guerrilha e pela defesa da Pátria. Assim, definiu seus inimigos como “guerrilheiros sem nação, sem religião e sem moral”, pois seqüestrariam e matariam para lograrem objetivos não direcionados ao bem comum.

Para tal universo descrito, o governo, apesar de responsável pela pacificação do país, comportava-se como cúmplice e entreguista. Em compensação, as Forças Armadas eram a instituição independente que estaria levantando a verdadeira luta contra a subversão e, por isso, deveria ser apoiada.

Diante destas contendas, o Ministério do Interior manifestou-se, no dia 29 de outubro, publicando e divulgando em diversos meios de comunicação um chamado de atenção aos donos dos órgãos de comunicação de massa. Naquele comunicado, afirmava-se a liberdade de informação. No entanto, dizia-se inflexível nas adoções de medidas previstas por leis, que preveniriam o desvirtuamento e a distorção da informação, principalmente no que tange a questão da subversão e suas transgressões, a partir de divulgações falsas ou tendenciosas. Orientou que estes meios de comunicação fossem mais cuidadosos e evitassem a ação psicológica contrária às ações políticas e do

¹⁸⁹ Solicitada ¡Argentinos de Pie! *La Nación*. Ano 106, N°37322, p.10, 27 de Outubro de 1975. Grifos no original.

governo perante a opinião pública, levando-a a pensamentos antinacionais e em contra valores espirituais ou de estilo de vida dos argentinos.¹⁹⁰

Portanto, segundo o governo, os responsáveis pela divulgação de informações, não vinculados aos partidos ou movimento políticos, logo, considerados “neutros”, deveriam ter em conta sua grande participação na formação de opinião pública. Assim, eles precisariam repensar sua posição na conformação das estratégias de noticiar o contexto em que se encontrava o país.

Desta maneira, as acusações de censura levantadas contra o governo foram justificadas. E o senhor Hector Gracia nada mais declarou sobre o tema.

Neste sentido, tentou-se demonstrar o caráter de divulgação das idéias dos empresários. Em sua maioria e em suas divergências, procuravam estabelecer uma opinião a favor de seus projetos políticos, que retirassem aquele governo peronista ou as medidas adotadas pela presidenta, conformando uma sociedade economicamente favorável às empresas privadas.

A defesa pela luta anti-subversiva, então, era aquela que reprimisse todos os focos considerados marxistas ou coletivizantes, desde suas ações políticas e econômicas até suas experiências culturais. Logo, os inimigos estavam realizando guerrilhas, em seus campos rurais, urbanos e fabris, nos coletivos que enquadrava inclusive o próprio governo. E a única solução real para o caos era encontrada no comandado das Armas argentinas, cujo fim era o de subtrair os “indivíduos causadores da desordem” dos cenários supracitados.

3.6 – “E, na Arena da Luta entre Classes, as Palavras estão Vivas”: Apontamentos para uma Conclusão

Observaram-se acima algumas organizações que falaram sobre a violência por um espaço público, conferindo-lhe um lugar de discussão ideológica. Foram analisados comunicados de organizações trabalhistas, partidos e frentes políticas e organizações empresariais das mais diversas conformações, a fim de promover a percepção entre as divergências e convergências sobre as análises contextuais da violência na Argentina.

Percebeu-se que o movimento dos trabalhadores escreveu sob dois argumentos essenciais: a constituição de um inimigo e a questão da lealdade. O primeiro denotava a

¹⁹⁰ Comunicado La subversión y la libertad de prensa. *La Nación*. Ano 106, N°37324, p.1, 29 de Outubro de 1975.

transitoriedade adquirida pela experiência dos movimentos analisados entre os opositores da classe e àqueles que estavam nela, contudo não estavam conscientes sobre o que passou e qual o futuro do coletivo.

Assim, para as *62 Organizaciones Peronistas*, o inimigo advinha das ultras, esquerda e direita – eram empresários e imprensa golpistas e também trabalhadores acusados de subversão e greves que destruiriam a unidade que desejavam. Todos eles cometeriam ações criminais, mercenárias, contra a pátria, que os tornavam bárbaros, bestas, delinqüentes e desumanos. Nesta mesma linha, a CGT expunha inimigos que provinham de um “demoliberalismo capitalista”, do antinacionalismo, do antiperonismo, das guerrilhas e das ações criminais da direita extremada. Para o SMATA, por sua vez, cuja luta política tinha outra história, o inimigo era um opositor de classe que deveria ser combatido pelas greves e participação dos trabalhadores contra as ações deste empresário argentino que desejava entregar o país ao imperialismo.

O segundo argumento provém de uma disputa política em torno dos projetos e interpretações da especificidade que marca a classe trabalhadora no país. A lealdade ao peronismo era também linha interpretativa nos comunicados destes movimentos, uma vez que marcara suas conformações e recuperava a noção de verdade peronista.

No entanto, a lealdade para as organizações analisadas tinha diferentes sentidos. Em um âmbito generalizado defendiam o peronismo e, logo, a continuidade dele no governo – um governo influenciado pelos trabalhadores. Mas fragmentando-os percebe-se que cada uma dessas organizações defendia uma lealdade para si, na qual a unidade fosse dirigida por e para seu próprio projeto e movimento.

A lealdade ao peronismo foi também utilizada para argumentar as preocupações do *Partido Auténtico* nos seus enunciados sobre a violência no país. Pela dicotomia do verdadeiro e falso, o PA descrevia a oposição ao *Partido Justicialista* e ao governo peronista que, para ele, de peronismo só possuía o nome – fazendo, inclusive, um mau uso dele e, por isso, devendo abster-se de utilizá-lo, como se viu nas citações referidas a Isabel Perón. Portanto, o verdadeiro peronismo era um peronismo autêntico, um peronismo dos princípios interpretados por um movimento político que, em alguma parte, apoiava a luta armada e era apoiado por ela.

Desta forma, também enunciou o sentido da palavra inimigo, definindo-a como os trabalhadores burocratas, políticos pró-imperialistas, os empresários (“delinqüentes econômicos”), o governo e o *Partido Justicialista*. E estes inimigos eram os que

promoviam a desordem e o caos, através da violência aplicada contra os trabalhadores, os verdadeiros peronistas e uma esquerda que lutava contra a opressão.

A violência descrita em seus comunicados advinha das atividades de censura, aprovação de leis denominadas antissubversivas, repressão a estes setores ocasionando seqüestros, prisões, mortes e desaparecimentos de militantes e pessoas comuns, e pelo campo econômico com demissões, cortes salariais, violência contra trabalhadores e entregas ao imperialismo estadunidense. Logo, a luta pelo poder, armada ou não, era justificada e as demais ações contra este estado de violência não seria “subversão” (em um sentido negativo) senão resistência, invertendo o sentido dado pela grande mídia, pelo governo e demais setores possuidores de poderes políticos e econômicos no país.

Em acepção positiva, a subversão não foi abordada senão em periódicos de cunho político das organizações que formavam o PA. Nelas, a subversão era a expressão da contraversão de uma ordem política vigente, do Justicialismo de Isabel Perón e seus associados e outros representantes políticos considerados reacionários.

A mesma inversão do sentido de subversão é observada em outro movimento com diferente posição ideológica e que poucos comunicados escreveu na grande imprensa. As Solicitadas da *Frente Antiimperialista y por el Socialismo* traziam a noção de resistência ao peronismo “entreguista e repressivo”, que causavam todo o caos.

Para a Frente, vivia-se em uma sociedade cujas razões eram suficientes para uma luta contra a situação de opressão e violência. Seus inimigos estavam figurados em analogias de classe e repressão, citados de forma mais clara nos periódicos pequenos que nos comunicados da grande imprensa. A violência gerada dos de baixo era consequência da violência opressora e, portanto, o caos era proporcionado por sua causa, pela violência contra o “povo”.

O caos também foi sujeito das Solicitadas do Partido Comunista Argentino. A desordem em suas Solicitadas era causada por terrorismos dos extremos, uma categoria que fora utilizada outrora também pelas organizações de trabalhadores e de empresários.

Contudo, este terrorismo do PC possuía dupla nascente: um terrorismo protegido, cuja violência sem objetivo era promovida por setores de ultradireita não repreendidos pelo governo; e um terrorismo combatido da ultraesquerda (aqui, diferentemente do PA ou da FAS, a ultraesquerda do PC cometia uma violência que não era combatente ou resistente, e, por isso mesmo, era designada de terrorismo). Este terrorismo era suprimido constantemente e majoritariamente pelas ações das Forças Armadas, separando-a do governo.

Apesar de não ser a desordem promovida apenas pelo governo, seria papel exclusivo dele solucioná-la. Mas a presidenta, segundo o PC, não possuía o “punho forte” para combatê-lo e, portanto, sozinha não era capaz de transformar a situação. Com isso, as Forças Armadas eram defendidas nos comunicados e postas como vítimas da violência promovida pelos terroristas, conjecturando uma tentativa de aliança com este setor, mesmo considerando-o um setor não “tão democrático” como deveria sê-lo.

E a unidade era o argumento central do Partido. Desta forma, ele tentava dialogar sobre a situação do caos com demais grupos, principalmente sindicatos de trabalhadores, por considerá-los base para o sistema político, e as Forças Armadas nas quais se creditavam a luta contra a guerrilha (esta sim a verdadeira subversão) e a esperança de resolução das crises sem a imposição de outro golpe militar.

Apesar de posicionar-se por uma saída democrática, segundo o PC, o governo de Isabel Perón não estava sendo capaz de assegurar a pacificação, sendo muitas vezes conivente ou até mesmo parte do “banho de sangue” que se derramava no país. Banho este que também fora divulgado pelas organizações de empresários e empresas privadas em suas Solicitadas e que do mesmo modo reclamava uma ação mais ativa do poder político, tornando-o responsável pela situação.

Entretanto, para os empresários não peronistas, a responsabilidade do governo não cumprida não era apenas por seu posicionamento diante dos movimentos armados de esquerda ou os movimentos de direita que realizavam uma “limpeza” clandestina – estes últimos, quase nunca mencionados. O não aniquilamento da subversão no país por parte do governo era, de acordo com os discursos das empresas e de maneiras desigualmente sugeridas, uma espécie de estratégia, um plano político da “subversão” para colocar os trabalhadores no poder.

Colocar tais elementos naquele domínio significava afastar os empresários dele, desorganizar a hierarquia, ocasionar caos nas fábricas, a falta de produção, ou seja, desordenar também a esfera social. Seria a quebra econômica e política do país.

Para os empresários, em geral, vivia-se o “medo”: do setor trabalhista, do governo, da violência gerada para se levar a Argentina ao marxismo. Logo, a violência era um estado provocado pelos atores da luta marxista, a fim de provocar o medo e o caos e, assim, destruir o país.

São inimigos externos que vêm na Argentina Potência um perigo para o mundo comunista. E esses “alienígenas” pretenderiam acabar com o desenvolvimento e o

caminho dela para o primeiro mundo, transformando-a em mais um braço da dependência ao comunismo internacional sob a “perversa ideologia do marxismo”.

Portanto, os sentidos da violência através dos signos de inimigo, medo, subversão, terrorismo, repressão, censura, caos, desordem, entre outros, se tornavam distintos de acordo com as organizações e os meios em que se publicavam naquele contexto. Isto porque todos estes argumentos estavam sendo disputados conjuntamente aos projetos políticos das organizações, suas ideologias e a materialização destas propostas através das lutas e adoção ou repúdio da violência política. Uma disputa levada ao espaço público pelas ações promovidas e pelas palavras proferidas em diversos momentos.

Neste sentido, a opinião pública colocava-se a par das idéias políticas que estavam sendo altercadas e das propostas de soluções para aquele espaço, assim como as visões e interpretações dele. Logo, pode-se perceber que tais tentativas de relação destas organizações à opinião pública eram estratégias políticas desenvolvidas, a fim de angariar apoio, e propunham, pois, certa noção de responsabilidade social pelos atos e feitos cometidos à época. E, do mesmo modo, aos adventos posteriores...

“A ONDA QUE COBRIU O PAÍS”: UM MODO DE CONCLUSÃO

Depois de uma discussão dentro do Ministério de Bem-Estar Social, Benjamín Espósito e Irene Menéndez Hasting tomam o elevador de saída. Um elevador pequeno e espelhado que dá um tom sufocante a silenciosa e obscura cena que seguirá. Atrás do casal entra Isidoro Gómez, o “assassino convicto” da trama, encarcerado por estuprar e matar uma mulher de 23 anos. Depois de ser informante na cadeia, Isidoro conseguiu, por um acordo com aquele Ministério, ser liberto e tornar-se segurança pessoal da presidenta Isabel Perón. Do outro lado da lei, ele agora participava de “*la caza en la selva*”.

A discussão da cena anterior volta à tona naquele elevador, onde não se diz sequer uma palavra. Isidoro Gómez retira de dentro da calça uma arma, que expõe orgulhosamente, e demonstra aos outros dois personagens que ela está carregada e pronta para ser utilizada. Vê-se o pânico nas expressões de Benjamín e Irene.

Aquela seqüência de imagens, então, parece retomar a irônica frase usada no gabinete do Ministério, que deu sentido à integração de Gómez naquele ambiente político e que podia ser estendida e aplicada aos outros “Isidoros” que viriam a seguir: “*es un hombre inteligente y de coraje, capaz de entrar en una casa y hacer lo que hay que hacer. Si vamos con los buenos solamente...*” Assim, o governo estava se formando também com personagens “maus”. A “maldade” tornava-se uma característica importante para a participação na luta contra a “subversão” e era fundamental nos sujeitos que pretenderiam acabar com os inimigos.¹

A cena descrita encontra-se no premiado filme argentino *El secreto de sus ojos*. Para além da bela história de amor e a instigante trama policial, este filme nos estimula a pensar o ambiente da Argentina durante o governo de Isabel Perón. Muitos expectadores o confundiram como mais um filme passado na ditadura de 1976, afinal, desde o retorno a democracia naquele país, acostumamo-nos a ver o cinema tratando da ditadura e suas conseqüências, de forma mais ou menos política, mais ou menos violenta. E, assim, transformaram-na em uma das maiores temáticas cinematográficas argentinas.

No entanto, *El secreto de sus ojos* rompe com essa tradição do cinema e nos traz o período de Isabelita. O filme aborda uma Argentina pré-ditatorial, onde se iniciava a

¹ *El secreto de sus ojos* (2009) de Juan José Campanella.

convivência com a morte e com o medo e suas naturalizações. Um país onde “heróis e vilões” coexistiam e confundiam-se: “vilões” saíam da escuridão para tornarem-se “heróis”, mas não eram retirados de sua própria vilania, que lhes qualificava para participar daquela “guerra entre o bem e o mal”. “Heróis”, assim vistos por si mesmo ou por seu entorno social, eram designados vilões pelo outro, justificando sua “caça” e desaparecimento.

A violência vivida pela sociedade argentina naquele período começava a provocar a divisão social entre as “pessoas perigosas” e o “restante delas”. Esta separação explicava a guerra contra a subversão e o “Mundo de Terror”, movido pelo Estado que transformava todos aqueles dentro do círculo “perigoso” em “subversivos” e os de fora em potenciais sujeitos de repressão. Na vida cotidiana, as pessoas viviam nos esquemas de “Mundos de Segurança e Temor”, que experimentavam com o medo ou o afastamento desta “guerra entre os personagens opostos”.²

Nas páginas anteriores deste trabalho, expôs-se a violência desenvolvida nos últimos meses do governo de Isabel Perón. Este desenvolvimento ocorreu em dois universos complementares: primeiro, na prática que habilitava sua naturalização e materializava as disputas entre sujeitos e grupos ideológicos; e, depois, nas discussões que geravam argumentos favoráveis ou negativos a sua utilização, criando simbolicamente os mundos supracitados com seus respectivos “habitantes”.

Na prática, o período nos proporciona a visualização de prisões por motivações políticas, de censuras aos meios de comunicação, de mortes e desaparecimentos, do início de Centros Clandestinos de Detenção, de intervenções em cidades e províncias, de restrições dentro do ambiente estudantil e trabalhador e etc. Uma prática amparada tanto pelos meios legais, através de uma legislação que fora elaborada para atender as atividades repressoras, quanto pelos meios clandestinos. Na clandestinidade, a prática era movida por um lado pelos grupos paramilitares, que instituía uma espécie de poder paralelo para eliminar os mesmos inimigos da prática legalizada de violência, e por outro pelos grupos guerrilheiros de diferentes correntes políticas que, com um nível inferior de belicosidade, lutavam no campo armado para a derrubada de Isabel Perón e sua “*banda Lopezreguista*” e a obtenção do poder político no país.

Como realidade experimentada pela sociedade argentina, a violência também fez parte de um universo simbólico que, por hora, fora traduzido em palavras analisadas

² NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Op. Cit.*, 2003.

neste trabalho. As palavras que produzem e reproduzem o sujeito, são capazes de dar nomes e sentidos às coisas pensadas e vividas através de suas ligações entre o exterior e o interior, entre o individual e o coletivo, entre as relações sociais e a ideologia. Assim, tudo que se fala é desenvolvido na realidade e fruto de homens reais com ações e condições materiais de vida e, no dia-a-dia, pronunciamos essas palavras formando representações sob nossa própria visão de mundo.³

Neste sentido, a reprodução simbólica da violência e, mais especificamente, o “jogo das palavras” refletiram e refrataram os embates gerados naquele contexto social. Como observado nas páginas anteriores, entre junho de 1975 e março de 1976, a Argentina passava por crises na economia e na política, que sobrelevavam o sentido de vazio e que confirmavam o espaço e o tempo de disputa entre as organizações sociais e políticas desejosas de estabelecer seu ideal.

Neste período, vivenciaram-se manifestações de trabalhadores contra a política econômica do governo, manifestações de empresários e paralisações da produção em prol de atender as demandas daquele setor e ordenar aquilo que se chamava de “guerrilha fabril”, aprofundamento das lutas armadas e das guerrilhas estabelecidas no país, ampliação das forças de repressão aos ditos “subversivos” e “inimigos da nação”, possibilitando o crescimento do poder das Forças de Segurança e Armadas e da violência estatal, e a não condenação dos grupos armados clandestinos que ajudavam na “guerra antissubversiva”, cometendo crimes contra todos aqueles considerados “perigosos”.

Para analisar a produção simbólica da violência, trouxemos aqui o universo lingüístico e a produção de discursos nesta época. Desta forma, os documentos principais utilizados foram as autodenominadas Solicitadas e seus níveis de discurso promovidos por alguns dos grupos sociais que disputavam “a verdadeira interpretação” sobre o país, suas crises e soluções na época.

Com a preocupação inicial de definição deste *corpus* documental, pouco analisado especificamente na historiografia argentina, observamos as Solicitadas enquanto um espaço de diálogo, onde co-existiam opiniões privadas sobre determinados acontecimentos. Publicadas com o objetivo de formar uma opinião pública, os escritores destes espaços preocupavam-se com os contextos que existiam no meio em que se comunicavam. O contexto do jornal e seus leitores e o contexto dos assinantes delas, na

³ BAKHTIN, Mikhail. *Op. Cit.*, 1997.

Argentina de 1975/1976, influenciavam e explicavam as palavras e enunciações dos escritos e seus respectivos sentidos. Assim, os grupos trabalhados colocavam-se publicamente sobre o tema da violência e dialogavam entre si, tornando aquele espaço uma estratégia política de convencimento e um ambiente de disputas ideológicas.

Estas enunciações eram levadas por alguns vocabulários da época que não possuíam sentidos especificamente hegemônicos. Dentro do peronismo, viam-se disparidades sobre os sentidos de “justiça social”, de “lealdade”, de “nacionalismo” e seu par contra-conceitual de “imperialismo”, de “autenticidade” daquela proposta política, que colocavam em disputa as próprias figuras de Perón, Evita e Isabelita e do movimento em si, de acordo com cada falante e ouvinte.

Fora do peronismo, também se disputavam alguns vocabulários. O “nacionalismo”, o “verdadeiro” e o “falso” caminho para o país seguir, os pares da “ordem e desordem”, e etc.

No entanto, todos os vocabulários supracitados foram fundamentos ideológicos que argumentavam os debates sobre a violência no país. Ficou-nos claro que a violência, como qualquer outra categoria, possuía um núcleo de sentido, baseado em sua prática. Isto quer dizer que todos a entendiam como uma ação naquele espaço: agressões aos sujeitos vítimas delas e suas conseqüências.

Porém, o que propomos é que o sentido destas agressões modificava-se de acordo com cada enunciador e suas experiências. Mortes, desaparecimentos, seqüestros, prisões, censuras, guerrilhas, proscricões, subversões, desordens e etc. eram diferentes em cada um daqueles escritos e para cada um daqueles sujeitos.

Os discursos do Peronismo Oficial usavam o argumento do imperialismo para criar o sentido de violência. O imperialismo comunista criava a “violência da subversão”. Nos planos das palavras, este peronismo, parte do *Movimientismo*,⁴ acusava as guerrilhas, peronista ou não, de estarem utilizando-se da violência para levar o país ao caos e, desta forma, conduzi-lo ao comunismo. Contudo, a violência também poderia vir de grupos golpistas, membros de um imperialismo capitalista, que desejavam ocasionar uma desordem e prejudicar o coletivo, a fim de obter o poder através de um golpe.

Devemos lembrar que o peronismo, em sua fórmula histórica de Terceira Posição, considerava o comunismo uma supressão do indivíduo na sociedade, enquanto

⁴ LANUSSE, Lucas. *Op. Cit.*, 2005.

o capitalismo uma forma impositiva dos interesses individuais e consumistas. Assim, defendia uma Justiça Social, que equilibrava os dois sistemas, e o Pacto Social que ajustava os interesses entre as classes.

Mas, nos discursos daquele grupo no contexto estudado, que tentava uma aproximação com o empresariado e as Forças Armadas, os principais inimigos ainda eram os “comunistas” – um grupo muito maior que o que lhe denominava e que englobava pessoas que se identificavam, inclusive, como peronistas. Logo, estes “inimigos” eram combatidos com um grau de repressão maior que seu próprio poder bélico (evidenciando o “jogo de polícia e ladrão”) e por formas legais ou clandestinas de repressão. Estas formas de repressão, por sua vez, mesmo usando um alto grau de violência para a prática da aniquilação da “subversão”, não era vista, pelo grupo enunciador, como violência, mas sim como “proteção” e “ordenamento”.

Também parte do *Movimientismo*, os trabalhadores *Verticalizados*, com suas divergências específicas abordadas no terceiro Capítulo deste trabalho, usavam dos princípios de lealdade ao peronismo para construir a sua idéia de inimigo. Os inimigos eram analisados usando a fórmula proposta pelo estudo de Marina Franco de “negação da Violência dos Extremos”.⁵ Esta proposição admite que a violência, renegada por suas conseqüências, era realizada por sujeitos “ultras”. Isto quer dizer que grupos de extrema-direita e extrema-esquerda eram acusados de promover essas atividades caracterizadas como criminais, bárbaras, delinqüentes, apátridas, demoníacas, antinacionais, antiperonistas e etc.

Percebeu-se que a disposição em caracterizar os inimigos fora uma das práticas de colocar-se a si mesmo na oposição e construir uma imagem positiva perante a opinião pública. Neste sentido, deu-se uma constituição do eu em um centro político, fundamentado no *justicialismo*, como acima exposto, mas também com outros adjetivos: amigos, peronistas, humanos, nacionais, vítimas, conseqüentes, e assim por diante. Incapazes de promover as ações que os outros realizavam.

O mesmo argumento da violência extremada foi levantado pelo Partido Comunista. O PC condenou a violência dos extremos políticos, apesar de diferenciando seus graus e atores e permitindo evidenciar sua proposta de formação de uma Frente Democrática com auxílio das Forças Armadas.

⁵ FRANCO, Marina. *Op. Cit.*

Para tal fim, definiu a extrema-direita ora como “protegida do governo” ora como setores golpistas do empresariado e Forças Armadas. Ou seja, a extrema-direita aqui era apontada de forma específica como a banda *Lopezreguista* que reprimia ilegalmente os “subversivos” – chamados pelo PC de “guerrilheiros”, referindo-se aos movimentos armados, também condenados pelo Partido – ou demais “vítimas” – tratando de si ou de outros Partidos legalizados na época – e aqueles que falavam em defesa de um golpe.

Como extrema-esquerda, o PC decidiu enfrentar-se com os grupos políticos que escolheram a opção armada e, desta forma, contrapor a sua idéia de Revolução por etapas. Logo, estes extremados provocariam a violência e o caos, auxiliando a construção da legitimidade de intervenção dos setores golpistas.

Do outro lado da história, estes “extremos” também se expuseram. Pelas Solicitadas, pôde romper seu silêncio uma esquerda que esteve calada na clandestinidade, através de escritos desenvolvidos por suas Frentes e Partidos Políticos legalizados.

O movimento *Montoneros*, por exemplo, como integrante do *Partido Auténtico*, parte da *Tendencia Revolucionaria*,⁶ enunciou seu sentido de violência, criando o vínculo entre a política desenvolvida pelo governo de Isabelita e o “autêntico” peronismo, que seria a sua interpretação. Naqueles argumentos, a violência era descrita enquanto prática de censura, de prisões, mortes e desaparecimentos de militantes da esquerda, em geral, e de membros do PA, em particular. Assim, aqueles que a promoviam eram todos os “inimigos” (opositores) do Partido: trabalhadores burocratas que apoiavam o governo e o *Lopezreguismo*, empresários antinacionais, o governo de Isabel Perón e suas políticas antissubversivas, políticos que a ajudavam nesta tarefa “que tomava os inimigos errados”, repressores, e etc.

O mesmo sentido de violência foi caracterizado por uma Frente política, na qual o *Ejército Revolucionario del Pueblo* era um dos fundadores e principal componente. A *Frente Antiimperialista e por el Socialismo*, mesmo que fundamentada em outra ideologia e crítica ao peronismo (*Alternativa Independente*)⁷, definiu o sentido da violência como promovida pelo peronismo “entreguista e repressivo” e pelas Forças Armadas que lutavam contra o povo.

⁶ LANUSSE, Lucas. *Op. Cit.*, 2005.

⁷ *Idem.*

Interessante observar que, em ambos os casos, a violência vinha do outro. O que foi considerado, na época, como motivos para a repressão, ou seja, a violência dos movimentos que integravam o PA e a FAS e seus respectivos sujeitos “subversivos”, não era, para os mesmos, violência, contudo, resistência. Assim, suas lutas eram positivas, enquanto a violência era a prática do outro. O eu dos dois movimentos supracitados, segundo os próprios, não promoviam ações violentas, apenas respostas justas a elas.

O outro extremo político, representado por empresários antinacionais e Forças Armadas em setores golpistas, também lançou campanhas de convencimento pelos periódicos estudados. Denunciando a violência pelo medo social e a desordem do país, estes setores aplicaram a culpa nos “alienígenas marxistas”, que viriam instituir uma política não argentina ao país através da força; nos trabalhadores, que com suas “guerrilhas fabris”, paralisações e greves, estavam quebrando as empresas e a economia nacional; e no governo, que não dava fim ao caos instituído, gerando ainda mais violência.

Neste sentido, propomos que tais vocabulários os ajudavam a construir-se perante a opinião pública. Ou seja, eles conformavam uma identidade para si em relação ao outro, dividindo-os entre heróis e vilões, entre bons e maus, entre verdadeiros e falsos.

O sentido de oposição na construção de um inimigo foi fundamental para o estabelecimento de legitimidades. Mas, na política argentina, tal construção não era uma novidade. Como vimos, seus debates políticos, desde os anos 1950, depois da proscricção do peronismo, estavam construídos sobre estes pares contra-conceituais que tratavam os discursos político-ideológicos com a essência da luta entre o “bem” e o “mal” e que ordenavam tal espaço pela oposição.

Na década de 1970 e no contexto argentino, estes tipos de discurso se aprofundaram e, durante o governo de Isabelita, tornaram-se o discurso chave para explicar as disputas da época à opinião pública e, desta forma, angariar um consenso sobre seus projetos para o país. Observamos anteriormente que o sentimento de vácuos (no governo, na economia, na sociedade) construiu uma espécie de “legitimidade de origem de título” que possibilitou a intervenção das Forças Armadas no país.⁸

⁸ QUIROGA, Hugo. *Op. Cit.*, 2004.

A história política argentina, marcada pelos golpes militares legitimados no estabelecimento da ordem, teve mais uma vez o argumento da “subversão” como um dos mais importantes no estabelecimento do consenso da intervenção porvindoura. As Forças Armadas e os grupos antiperonistas, que apoiavam a intervenção no sistema político, traziam neste discurso a legitimação das ações que viriam.

Contudo, como vimos, as intervenções daquela época tinham como objetivo ligar um sistema autoritário a um sistema para um novo projeto político e econômico, portanto aliando as políticas de repressão com a supressão do peronismo e a economia liberal. Para tal fim, o principal discurso e o único argumento que mobilizava e agrupava diversos grupos sociais era a necessidade de estabelecer a ordem e a paz na Argentina. Logo, a idéia de “luta contra um inimigo” sintetizava as discussões sobre a violência e, assim, era desenvolvido por todas as correntes políticas da época.

Pela história do país, pelo aprofundamento da violência naquele contexto e pelo aumento do poder às forças de repressão, o discurso do empresariado, apoiando as Forças Armadas, foi o mais palatável à opinião pública, enquanto os discursos das outras organizações pareciam reafirmar a desordem. Desta forma, o argumento da “violência” e dos “inimigos subversivos” foi essencial na legitimação do golpe de 1976.

O importante aqui é chamar a atenção para a responsabilidade pela história vivida naquela época. Era possível saber o que acontecia no país, em menor ou maior grau, dependendo de qual “mundo” escolhia-se habitar. A opinião pública, ao abrir os periódicos, colocava os olhos não apenas nas mesmas páginas dramáticas que traziam cada jornal analisado que meus olhos perceberam. Também via as Solicitadas que a faziam participar das discussões, enquanto um leitor que responde. As Solicitadas que apelavam à opinião pública para participar. Entre as trágicas análises dos jornais e as opiniões privadas dos mais variados grupos sociais e políticos sobre os mais variados temas contemporâneos, as pessoas apeladas respondiam tais solicitações, falando ou silenciando, agindo ou ignorando. E, assim, conformou-se a responsabilidade pelo vivido, que precisa ser analisado.

No filme que abriu este modo de concluir, os personagens de Benjamín Espósito e Irene Menéndez, acudados naquele elevador, reproduziram essa percepção do tempo que se vivia no governo de Isabelita. Na trama, eles perceberiam que o poder estava mudando de mãos e assumiram que “não podiam fazer nada”. O casal havia adentrado o “mundo de segurança” e, desta maneira, assumiu a responsabilidade pelo que viveu e o que não viveu naqueles anos.

ANEXOS:

Las Fuerzas Armadas asumen el poder; detúvose a la Presidente

Fue rechazada una propuesta tendiente a evitar la ruptura del orden institucional; la Junta de Comandantes Generales se haría cargo del gobierno hoy a las 5; la señora de Perón ha sido trasladada al Sur

Esta madrugada entraba en su fase culminante la propuesta política institucional, al momento en que...

En tanto todo hacía presumir que el pronunciamiento se había producido, minutos antes de la 1, la presidenta de la Nación...

Como resultado de la reunión, se rechazó la propuesta de evitar la ruptura del orden institucional...

Trasladan a Neuquén a la Sra. de Perón Según se supo esta mañana...

Según se supo esta mañana, el helicóptero al que ascendió la señora de Perón...

La señora de Perón fue trasladada a Neuquén...

En la mañana de hoy se reanuda el servicio de comunicaciones...

Una propuesta de evitar la ruptura del orden institucional...

En la mañana de hoy se reanuda el servicio de comunicaciones...

En La Plata la acción terrorista fue dominada

En los enfrentamientos habrían muerto 14 extremistas

LA PLATA. — Un centenar de miembros de la Fuerza Armada...

El desarrollo de los hechos en esta ciudad...

Según se reconstruye, la acción terrorista...

Después de la reconstrucción, la acción terrorista...

El tiempo El tiempo en esta ciudad...

El tiempo en esta ciudad...



Here a.S. La presidenta de la Nación, señora María Estela Martínez de Perón, se retira en helicóptero de la Casa de Gobierno...

FF.AA. tensa vigilia en horas que son decisivas

Los movimientos militares que propusieron en distintas zonas del país, única a la medida de seguridad...

Los movimientos militares que propusieron en distintas zonas del país...

Los movimientos militares que propusieron en distintas zonas del país...

Deheza habría efectuado un acercamiento a los jefes militares con puntos de posible solución al problema...

En el momento de la salida del Comodoro General de la Fuerza Armada...

En el momento de la salida del Comodoro General de la Fuerza Armada...

Incertidumbre en el Congreso de la Nación

—Se impresionó sobre la actualidad nacional, más allá del momento...

—Se impresionó sobre la actualidad nacional, más allá del momento...

—Se impresionó sobre la actualidad nacional, más allá del momento...

Acordaron los partidos constituir la bicameral

Cuando anoche —recreaban— cada uno de los partidos...

Cuando anoche —recreaban— cada uno de los partidos...

Cuando anoche —recreaban— cada uno de los partidos...

Deheza se reunió con los comandantes

Un hermético solo que se reunió con los comandantes...

Un hermético solo que se reunió con los comandantes...

Un hermético solo que se reunió con los comandantes...

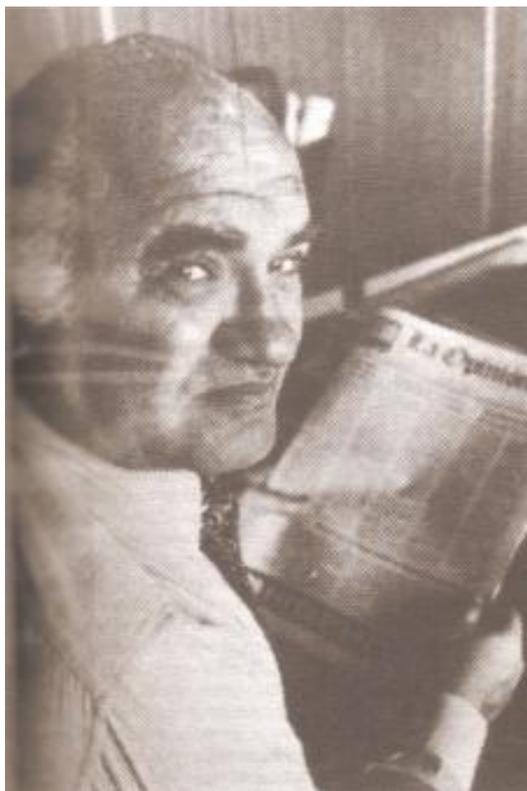
Un hermético solo que se reunió con los comandantes...

Un hermético solo que se reunió con los comandantes...

Un hermético solo que se reunió con los comandantes...

Un hermético solo que se reunió con los comandantes...

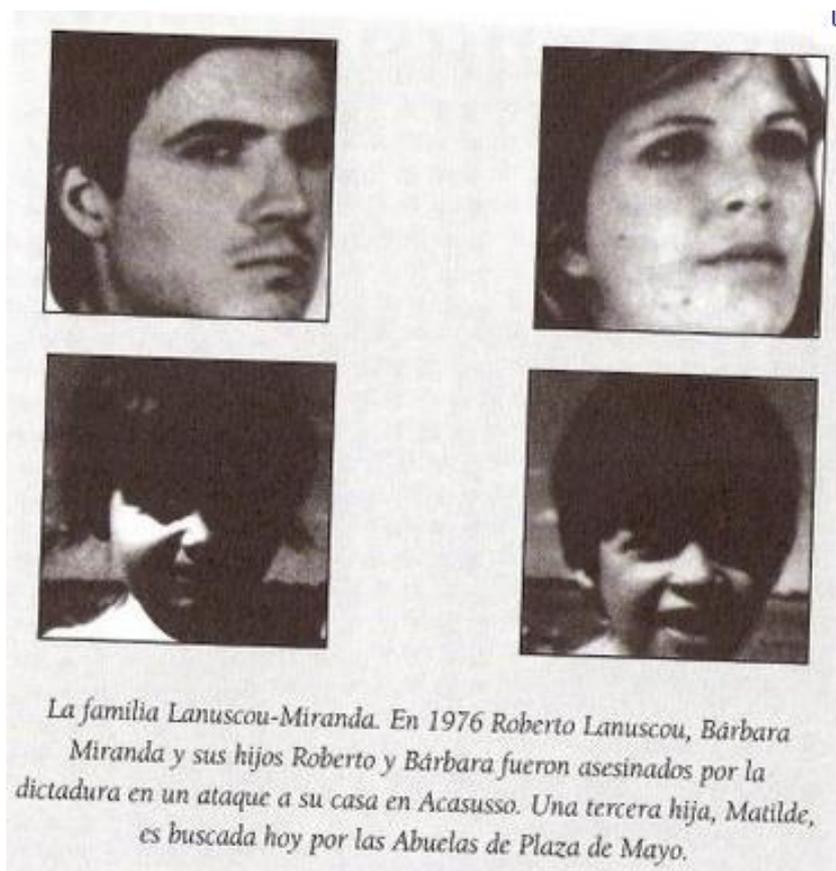
Un hermético solo que se reunió con los comandantes...



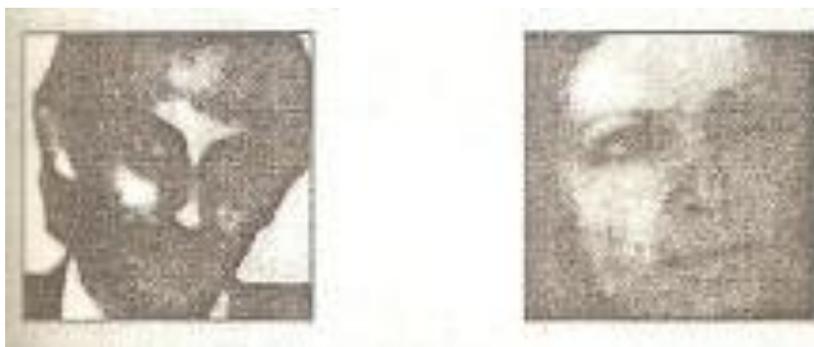
Anexo 2: Timerman e *La Opinión*
Fonte: MOCHKOFKY, Graciela (2003), p.144.



Anexo 3: Ernestina Herrera de Noble e seus dois filhos
Fonte: LLONTO, Pablo (2008), p.72.



Anexo 4: Família Lanuscou



Anexo 5: Ernesto García e María del Carmen Gualdero

Fonte: LLONTO, Pablo (2008). p.89.



Anexo 6: O casal Perón
Evita)
Fonte: QUESADA, María Sáenz (2003). p.88.



Anexo 7: O “trio peronista” (Perón, Isabel,

Fonte: Propaganda das 62 *Organizaciones Peronistas* na Revista *Las Bases*



Anexo 8: Isabel Perón
Fonte: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7372056.stm>



Anexo 9: López Rega (*El Brujo*)
Fonte: Jornal *El Auténtico* de 12 de Novembro de 1975.



Anexo10: *Triple A*



Anexo 11: Os cadáveres pelas ruas

Fonte: Jornal El Auténtico de 24 de Dezembro de 1975.



Ca RAMON ROSA GIMENEZ - TUCUMAN

Anexo 14: *Ejército Revolucionario del Pueblo* em Tucumán



Anexo 15: Isabel Perón e General Vilas – Revista nas tropas do *Operativo Independência*

Fonte: GUTMAN, Daniel (2010). Sem página.

BIBLIOGRAFIA, DOCUMENTOS DE ANÁLISE E DEMAIS FONTES

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do Governo Goulart. In: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; Martins; Ismênia; et. al. (Orgs). *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. pp.15-25.

ABREU, João Batista. *As manobras da informação: Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

AGUILA, Gabriela. El Partido Comunista Argentino entre la dictadura y la transición democrática (1976-1986). *Revista de Historia Actual*. Espanha, N° 6, 2009.

ANSALDI, Waldo. El silencio es salud. La dictadura contra la política. In: QUIROGA, Hugo; TCACH, César (Comp.) *Argentina 1976-2006: Entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia*. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2006.

ANTOGNAZZI, Alicia. La lucha armada en la estrategia política del PRT-ERP (1965-1976). *Razón y Revolución. Dossier: Cien años de lucha socialista*, Buenos Aires, N° 3, 1997.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos... [et al.]. *Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. pp.247-273.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias comparadas das esquerdas no Brasil e na Argentina: o debate na luta armada*. Disponível em: http://www.historal.kit.net/maria_paula_araujo.pdf

ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARISTIZABAL, Zulema; IZAGUIRRE, Inés. Las luchas obreras 1973-1976: Los alineamientos de la clase obrera durante el gobierno peronista. Nuevas consideraciones teórico-metodológicas para el estudio de los conflictos obreros. *Revista del Instituto de Investigaciones Gino Germani*. Buenos Aires, Maio 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BALVÉ, Beba; MURMIS, Miguel; MARÍN, Juan; et al. *Lucha de calles, lucha de clases: Elementos para su análisis (Córdoba 1971-1969)*. Buenos Aires: Razón y Revolución – CICSO, 2006.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp.185-212.

BASUALDO, Victoria. Derivaciones posibles de la polémica iniciada por Oscar del Barco: reflexiones para una agenda de investigación. *Políticas de la Memoria*. Buenos Aires, N°6/7. p.12, 2006/2007.

BENJAMIN, Walter. *Para una crítica de la violencia*. Buenos Aires: Editorial Leviatán, 1995.

BLAUSTEIN, Eduardo; ZUBIETA, Martí. *Decíamos Ayer: La prensa argentina bajo el proceso*. Buenos Aires: COLIHUE, 2006.

BONASSO, Miguel. De los “desaparecidos” a los “chicos de la guerra”. *Revista Nueva Sociedad*. México, N°76, pp.52-61, 1985.

- BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública não existe. In: THIOLENT, Michel (org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Editora Polis, 1980.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. La delincuencia y los derechos individuales: redefiniendo la violencia en América Latina. In: JELIN, Elisabeth; HERSHBERG, Eric (orgs). *Construir la democracia: derechos humanos, ciudadanía y sociedad en América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.
- CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violencia: Una aproximación a la guerrilla de los 70*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2005.
- CALVEIRO, Pilar. *Antiguos y nuevos sentidos de la política y la violencia. Lucha Armada en la Argentina*. Año 2, N°4, p. 15, 2006. Disponível em: www.luchaarmada.com.ar
- CAMPIONE, Daniel. *Los comunistas argentinos. Bases para reconstruir su historia*. 1996. Disponível em: www.fisyp.org.ar
- CANALETTI, Ricardo; BARBANO, Rolando. *Todos Mataron*. Génesis de la Triple A: el pacto siniestro entre la Federal, el gobierno y la muerte. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (Org). *O populismo e sua história: Debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 127-165.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política no varguismo e peronismo: caminhos metodológicos. In: GUAZZELLI, Cezar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; et al. (Orgs). *Questões da teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. pp. 59-71.
- CARNOVALE, Vera. *En la mira perretista: las ejecuciones del largo brazo de la justicia popular*. Disponível em: http://www.elortiba.org/pdf/carnovale_j.pdf
- CARNOVALE, Vera. El concepto de enemigo en el PRT-ERP: discursos colectivos, experiencias individuales y desplazamientos de sentido. Disponível em: www.hola.pro.br
- CASOLA, Natalia. Las raíces históricas de la convergencia cívico militar en el Partido Comunista Argentino y su accionar en vísperas del último golpe militar. *Anales del II Encuentro Internacional Teoría y Práctica Política en América Latina. Nuevas Derechas e Izquierdas en el Escenario Regional*. Mar del Plata, 2010.
- CHAUVEL, Lucrecia Escudero. “Desaparecidos, pasiones e identidades discursivas en la prensa argentina (1976-1983)”. *Revista Galaxia*, São Paulo, N°3, vol.2, pp.73-92, 2002.
- CIRIZA, Alejandra; AGÜERO, Eva Rodríguez. Militancia, política y subjetividad. La moral del PRT-ERP. *Políticas de la Memoria*. Buenos Aires, N°5, 2004/2005.
- CUCCHETTI, Humberto. *Redes sociales y retórica revolucionaria: una aproximación en la revista Las Bases (1971-1975)*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/43252>
- DEL BARCO, Oscar. Carta de Oscar Del Barco. Disponível em: <http://www.elinterpretador.net/15CartadeOscarDelBarco.htm>
- DELLASOPPA, Emilio. *Ao inimigo nem justiça: violência política na Argentina (1943-1983)*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- DI TELLA, Guido. *Perón-Perón (1973-1976)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1983.
- DI TELLA, Torcuato S. *Perón y los sindicatos: El inicio de una relación conflictiva*. Buenos Aires: Ariel, 2003.
- DOYON, Luoise. La formación del sindicalismo peronista. In: TORRE, Juan Carlos. *Los años peronistas (1943-1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002. Vol.8. pp. 359-403.
- ESQUIVADA, Gabriela. *Noticias de los Montoneros: La historia del diario que no pudo anunciar la revolución*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.

- FERES JR., João. *A história do conceito de Latin American nos Estados Unidos*. Bauru: EDUSC, 2004.
- FERRERAS, Norberto. O golpe da Gente: A Revista Gente e a criação do Golpe de Estado de 1976. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). *Maços na Gaveta: reflexões sobre mídia*. Niterói: EdUFF, 2009. pp.107-122.
- FLORES, Sebastián Levia. *Teoría y práctica del poder popular: los casos de Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR, Chile, 1970-1973) y Partido Revolucionario de los trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP, Argentina, 1973-1976)*. 2007. 237 f. Dissertação (Mestrado em História da América). Universidad Santiago del Chile, Santiago del Chile.
- FRANCO, Marina. Notas para una historia de la violencia en la Argentina: una mirada desde los discursos del período 1973-1976. *Nuevos Mundos, Mundos Nuevos*. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index43062.html>
- GABETTA, Carlos. *Todos somos subversivos*. Buenos Aires: Bruguera, 1983.
- GASPARINI, Juan. *David Graiver: El banquero de los montoneros*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2007.
- GILLESPIE, Richard. *Soldados de Perón: Los Montoneros*. Buenos Aires: Grijalbo S.A., 1998.
- GOMES, Itania Maria Mota. O que é popular no jornalismo popular? In: COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel (Org.). *Mídia e Poder*. Rio de Janeiro: Maud X, 2008. pp. 57-79.
- GRIMSON, Alejandro; VARELA, Mirta. *Culturas populares, recepción y política. Genealogías de los estudios de comunicación y cultura en la Argentina*. Disponível em: <http://sala.clacso.org.ar>
- GUTMAN, Daniel. *Sangre en el Monte: La increíble aventura del ERP en los cerros tucumanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. Barbárie manual do usuário. In: _____. *Sobre a história*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- JAMES, Daniel. The peronist Left, 1955-1975. *Journal of Latin American Studies*. Inglaterra, Vol.8, Nº2, pp.273-296, 1976.
- JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: El peronismo y la clase trabajadora argentina (1946-1976)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.
- JANZEN, Ignacio Gonzáles. *La Triple A*. Tucumán: Editorial Contrapunto, 1986.
- JELIN, Elisabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. *Cuadernos IDES*, N.2, Buenos Aires, 2003.
- JOUVÉ, Héctor. *La guerrilla del Che en Salta, 40 años después*. Disponível em: <http://www.elortiba.org/egp40.html>
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.
- KUCINSKI, Bernardo. A aventura alternativa: O jornalismo de oposição dos anos 1970. In: _____. *A síndrome da antena parabólica: Ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998. pp.177-198.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LADEUIX, Juan Ivan. *Un Partido para los auténticos peronistas. Tradiciones y novedades en la organización formal del Partido Peronista Auténtico*. Disponível em: http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/vj_ladeuix.pdf

- LANUSSE, Lucas. *Montoneros*. El mito de los 12 fundadores. Buenos Aires: Ediciones B Argentina S.A., 2005.
- LARRAQUY, Marcelo. *Fuimos Soldados*: Historia secreta de la contraofensiva montonera. Buenos Aires: Aguilar, 2006.
- LARRAQUY, Marcelo. *López Rega*: El Peronismo y la Triple A. Buenos Aires: Punto de Lectura Argentina S.A., 2007.
- LLONTO, Pablo. *La vergüenza de todos*: el dedo en la llaga del mundial 78. Buenos Aires: Asociación Madres de Plaza de Mayo, 2005.
- LLONTO, Pablo. *La Noble Ernestina*: El misterio de la mujer más poderosa de Argentina. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2007.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil (1916-1944)*: Notas de Pesquisa. Disponível em: http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/Tania_Luca.pdf
- LUNA, Félix. *Los Gobiernos Peronistas*: Desde el primer gobierno de Perón hasta la presidencia de Isabel (1945-1976). Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta Argentina, 2003.
- MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *La pasión según Trelew*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.
- MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *La novela de Perón*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.
- MARTÍNEZ, Tomás Eloy. *Santa Evita*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 2007.
- MARQUES, Maria Celeste Said Silva. *Entre a origem e a máquina estrutural*. O sujeito constitutivo e inventivo nos caminhos de Mikhail Bakhtin e de Michel de Certeau. 2001. 394f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Lisboa: Edições Avante!, 1981.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MOCHKOFKY, Graciela. *Timerman*: El periodista que quiso ser parte del poder (1923-1999). Buenos Aires: Sudamericana, 2003.
- MORA Y ARAUJO, Manuel. Las Bases estructurales del peronismo. In: MORA Y ARAUJO, Manuel; LLORENTE, Ignacio (Org.). *El voto peronista*: Ensayos de sociología electoral en argentina. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980. pp.397-440.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Imprensa e poder. In: _____. (Org.) *Imprensa e poder*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp.13-31.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *Historia Argentina*. La dictadura Militar (1976/1983). Del golpe de Estado a la Restauración Democrática. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- OBERTI, Alejandra. La moral según los revolucionarios. *Políticas de la Memoria*. Buenos Aires, N°5, 2004/2005.
- OZOUF, Jacques. A opinião Pública: Apologia das sondagens. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986. pp. 186-198.
- PERÓN, Eva. *La razón de mi vida*. Buenos Aires: Buro Editor, 2004.
- PERÓN, Juan Domingo. *La comunidad Organizada*. Buenos Aires: Quadrata, 2007.
- PLIS-STERENBERG, Gustavo. *Monte Chingolo*: La mayor batalla de la guerrilla argentina. Buenos Aires: Planeta, 2009.
- PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón*: propaganda rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955). Caseros: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2007.
- POZZI, Pablo. *Histórias del PRT-ERP II*. Entrevistas con Humberto Tumini. Buenos Aires: Imago Mundi, 2008.

- QUADRAT, Samantha Viz. O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. *Revista de História*, São Paulo, N°.22, pp.167-181, 2003.
- QUADRAT, Samantha Viz. Os porões internacionais da repressão. In: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; Martins; Ismênia; et. al. (Orgs). *1964-2004: 40 anos do golpe*. Ditadura Militar e Resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. QUESADA, María Sáenz. *Isabel Perón: La Argentina en los años de María Estela Martínez*. Buenos Aires: Planeta, 2003.
- QUADRAT, Samantha Viz. *A repressão sem fronteiras: Perseguição política e colaboração entre as ditaduras do Cone Sul*. 2005. 223 f. Dissertação (Doutorado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- QUESADA, María Sáenz. *Isabel Perón: La Argentina en los años de María Estela Martínez*. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta, 2003.
- QUIROGA, Hugo. *El tiempo del “proceso”*: Conflictos y coincidencias entre políticos y militares (1976-1983). Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2004.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Discurso e poder: a contribuição barthesiana para os estudos da linguagem. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, Vol.27, N°.1, pp.79-93, Jan/Jun de 2004.
- ROCHA, Marina Maria de Lira. Pelas Letras do Vazio: as categorias de desaparecidos e ausentes na Argentina dos anos 1970. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.22, N°44, pp.422-438, julho-dezembro de 2009.
- ROCHA, Marina Maria de Lira. Solicitando ao Pueblo Argentino: Antagonismo de classes e contendas entre trabalhadores e empresários nos comunicados da imprensa. In: KUSHNIR, Beatriz (Org.). *Maços na Gaveta: reflexões sobre mídia*. Niterói: EdUFF, 2009. pp.123-140.
- ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org). *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. pp.141-152.
- ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., 2001.
- ROMERO, Luis Alberto. La violencia en la historia argentina reciente: un estado de la cuestión. In: PÉROTIN-DUMON, Anne (Org.). *Historizar el pasado vivo en América Latina*. Disponível em: <http://etica.uahurtado.cl/historizarelpasadovivo/es.contenido.php>
- ROUGIER, Marcelo; FISZBEIN, Martín. *La frustración de un proyecto económico*: El gobierno peronista de 1973-1976. Buenos Aires: Mantial, 2006.
- ROUQUIÉ, Alain. *El Estado militar en América Latina*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1984.
- SADI, Marisa. *El caso Lanouscou*: Columna Norte, la otra historia. Buenos Aires: Ediciones Nuevos Tiempos, 2009.
- SANTUCHO, Julio. *Los últimos guevaristas*: La guerrilla marxista en la Argentina. Buenos Aires: Ediciones B Argentina, 2005.
- SCHVARZER, Jorge. *Empresarios del pasado*: La Unión Industrial Argentina. Buenos Aires: CISEA/Imago Mundi, 1991.
- SERVETTO, Alicia. Memorias de intolerancia política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista). *Antíteses*, vol.1, N°2, jul-dez de 2008. pp.447-448.
- SERVETTO, Alicia. *73/76. El gobierno peronista contra las “provincias montoneras”*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- SIDICARO, Ricardo. *La política mirada desde arriba*: Las ideas del diario La Nación (1909-1989). Buenos Aires: Sudamericana, 1993.
- SIGAL, Silvia; VERON, Eliseo. *Perón o muerte*: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

TARCUS, Horacio. Notas para una crítica de la razón instrumental: a propósito del debate en torno de la carta de Oscar del Barco. *Políticas de la Memoria*. Buenos Aires, N°6/7, 2006/2007.

TERÁN, Oscar. La década del 70. La violencia de las ideas. *Lucha Armada en la Argentina*. Año 2, N°5, 2006.

TIMERMAN, Jacobo. *Prisioneiro sem nome, cela sem número*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1982.

TITTO, Ricardo de. *Voces en las calles*: Los volantes políticos en la historia argentina. Buenos Aires: Aguilar, 2007.

TORRE, Juan Carlos. *El movimiento y el último gobierno peronista (1973-1976)*. Disponible em: www.escenariosalternativos.org

ULANOVSKY, Carlos. *Paren las rotativas*: Historia de los grandes diarios, revistas y periodistas argentinos. Buenos Aires: Editora Espasa, 1997.

VERBITSKY, Horacio. *Ezeiza*. Buenos Aires: Contrapunto, 1985.

VERÓN, Eliseo. Prensa Gráfica y teoría de los discursos sociales: producción, recepción, regulación. In: _____. *Fragmentos de un tejido*. Buenos Aires, Gedisa, 2004. pp.193-211.

VERÓN, Eliseo. Cuando leer es hacer: la enunciación en el discurso de la prensa gráfica. In: _____. *Fragmentos de un tejido*. Buenos Aires, Gedisa, 2004. pp.171-183.

VEZZETTI, Hugo. *Pasado y Presente*: Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

VEZZETTI, Hugo. *Sobre la violencia revolucionaria*: memorias y olvidos. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

VINELLI, Natalia. *ANCLA*: Una experiencia de comunicación orientada por Rodolfo Walsh. Buenos Aires: Editorial La Rosa Blindada, 2002.

WALDMANN, Peter. *El peronismo*: 1943-1955. Buenos Aires: Hyspanamérica, 1980.

WERNER, Ruth; AGUIRRE, Facundo. *Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976*: Clasismo, coordinadoras interfabriles y estrategias de La izquierda. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2007.

DOCUMENTOS DE ANÁLISE

Boletín Informativo del Partido Peronista Auténtico. Año 1, N.º2, p.5, Junho-Julho de 1975.

Jornal *Clarín*, entre os meses de julho de 1975 e fevereiro de 1976, disponível para consulta no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional em Buenos Aires.

Jornal *El Auténtico*, entre os meses de setembro e novembro de 1975, disponível para consulta no acervo do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina.

Jornal *La Nación*, entre os meses de junho de 1975 e fevereiro de 1976, disponível para consulta no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional em Buenos Aires.

Jornal *La Opinión*, entre os meses de julho de 1975 e fevereiro de 1976, disponível para consulta no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional em Buenos Aires.

Resoluciones del V Congreso del PRT. *El Combatiente*, 1973.

Revista *Estrella Roja*, entre os meses de junho de 1975 e fevereiro de 1976, disponível para consulta no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional em Buenos Aires.

Revista *Evita Montonera*, entre os meses de junho de 1975 e fevereiro de 1976, disponível para consulta no acervo do Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina.

Revista *Las Bases* dos meses de junho, julho e agosto de 1975, disponível pra consulta no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional em Buenos Aires.

SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

<http://www.nuncamas.org/document/militar/discvide.htm>

<http://www.elortiba.org/trelew3.html>

<http://www.desaparecidos.org/arg/victimas/quietos>

<http://www.ruralarg.org.ar>

FILMOGRAFIA

Cazadores de Utopías (1995) de David Blaustein

Nietos: identidad y memoria (2004) de Benjamín Ávila

Garage Olimpo (2005) de Marco Bechis

Errepé (2006) de Gabriel Corvi e Gustavo de Jesus

El secreto de sus ojos (2009) de Juan José Campanella